

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO-SENSU EM PSICOLOGIA

LIVIA BORGES HOFFMANN DORNA

**O MATERNAR COMO UM
TIPO SINGULAR DE TRABALHO:
Encontros com mães – com formação
universitária – sobre suas atividades**

ORIENTADOR: PROF. DR. HÉLDER PORDEUS MUNIZ

Niterói
2018

LIVIA BORGES HOFFMANN DORNA

**O MATERNAR COMO UM
TIPO SINGULAR DE TRABALHO:
Encontros com mães – com formação
universitária – sobre suas atividades**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Psicologia.

Área de concentração: Subjetividade, política e exclusão social.

Orientador: Hélder Pordeus Muniz

Niterói

2018

Ficha catalográfica automática - SDC/BCG

D713m Dorna, Lívia Borges Hoffmann
O MATERNAR COMO UM TIPO SINGULAR DE TRABALHO: Encontros com
mães ? com formação universitária ? sobre suas atividades
/ Lívia Borges Hoffmann Dorna ; Hélder Pordeus Muniz,
orientador. Niterói, 2018.
338 f. : il.

Tese (doutorado)-Universidade Federal Fluminense, Niterói,
2018.

DOI: <http://dx.doi.org/10.22409/PPGP.2018.d.09911586790>

1. Maternagem. 2. Trabalho. 3. Ergologia. 4. Psicodinâmica.
5. Produção intelectual. I. Título II. Muniz, Hélder
Pordeus, orientador. III. Universidade Federal Fluminense.
Instituto de Psicologia.

CDD -

LIVIA BORGES HOFFMANN DORNA

**O MATERNAR COMO UM
TIPO SINGULAR DE TRABALHO:
Encontros com mães – com formação
universitária – sobre suas atividades**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Psicologia.
Área de concentração: Subjetividade, política e exclusão social.

Niterói, 25/05/2018

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. HÉLDER PORDEUS MUNIZ – Orientador
Universidade Federal Fluminense

Prof^a. Dr^a. MARY YALE RODRIGUES NEVES
Universidade Federal Fluminense

Prof^a. Dr^a. JUSSARA CRUZ DE BRITO
Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)

Prof. Dr. MILTON RAIMUNDO CIDREIRA ATHAYDE
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. WLADIMIR FERREIRA DE SOUZA
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

“Mãe, você trabalhava na empresa e agora trabalha comigo, não é?”

(Nina, que aos 3 anos e meio de idade já sabia mais sobre o trabalho do que muita gente grande).

Para Nina e Lia -
motivos,
razões e
porquês desta tese.

AGRADECIMENTOS

Ao Hélder, por dividir comigo este longo percurso. Por sua serenidade, paciência, brilhantismo e, acima de tudo, por sua sensibilidade. Obrigada pela parceria!

À Mary, Jussara, Milton e Wladimir, banca generosa e sensível, por suas contribuições fundamentais no exame de qualificação e na ocasião da defesa. Obrigada por aceitarem fazer parte desta história!

À Marta, Louise, Claudete, Josiane, Ana Cláudia, Marina e Aline, pares com quem dividi as conquistas, as dúvidas e as angústias, e com quem saboreio agora os resultados.

À Catarina, Cecília, Cora, Isabel, Margarida, Maria e Rosa, por abrirem suas casas e espaços nas atribuladas agendas, para que pudessem participar de nossa pesquisa. Ao compartilharem as alegrias, as dores e as angústias dos seus maternares, vocês escreveram comigo esta tese. Agradeço a enorme confiança.

À Alice, Caetano, Chico, Clara, Marina, Vinícius e Zico, crianças incríveis, que não fazem ideia do quanto contribuíram para este trabalho.

A minha família, pela torcida e pelo apoio, sempre.

Aos meus amigos que, de longe ou de perto, acompanharam este percurso.

A todos aqueles que, nesta reta final, apoiaram ainda mais o meu maternar, para que esta tese pudesse ser concluída.

Ao meu pai, por ter me ensinado, na prática, que os pais também maternam.

A minha mãe, minha inspiração para todos os trabalhos, principalmente para o maternar. Obrigada por toda ajuda com esta tese.

Ao Sergio, companheiro de vida, com quem divido o trabalho mais bonito e mais difícil deste mundo. Sem o seu suporte (em todos os sentidos), esta tese não seria possível.

À Nina e Lia, minhas meninas incríveis, pelas mais lindas e difíceis transformações que me impõem. Por tudo que me ensinam, diariamente, do alto dos seus 7 e 2 anos de idade. Iniciantes nos mundos da palavra escrita e falada, mesmo sem saber, escreveram comigo cada linha desta tese.

RESUMO

Esta tese se propõe a pensar o materno como um trabalho de cuidado não exclusivo às mães, podendo ser realizado por outras pessoas que cumpram esta função. O materno é aqui considerado enquanto construção histórica e social e, ao mesmo tempo, uma experiência singular. Nesse sentido, afirmamos que ele opera de maneira distinta à noção de instinto: trata-se de um trabalho que exige saberes-fazer específicos, em grande medida, produzidos no próprio exercício do trabalho e nas atividades que o processo de socialização delega principalmente às meninas e às mulheres. Analisado nesta tese à luz da perspectiva da Ergologia e da abordagem da Psicodinâmica do Trabalho, afirmamos que o materno escapa a qualquer tentativa de simplificação, uma vez que envolve gestão e a mobilização de uma inteligência inventiva. As teorias do *care*, em especial os trabalhos de Pascale Molinier, nos ajudaram a desnudar o materno do seu estereótipo de fácil e obrigatoriamente prazeroso, apontando os seus *contraintes* e suas ambivalências. Tendo em vista a questão de gênero que lhe é subjacente, convocamos nesta tese a Sociologia das Relações de Sexo, essencial para afirmar o materno enquanto trabalho. Para nos debruçarmos mais especificamente sobre a relação materno-infantil, fizemos uso de algumas contribuições de Winnicott, Maturana e Verden-Zöller, pensando-as de forma combinada com os demais referenciais teóricos. Norteados pela perspectiva ergológica que entende o trabalho como algo complexo e enigmático, fomos “ver de perto o que se passa” (Schwartz, 2007): realizamos uma pesquisa de campo com algumas mães para colocar o materno em debate. A pesquisa foi realizada em duas fases e incluiu conversas individuais sobre o materno, observações de suas atividades e Encontros sobre o Trabalho. Tendo contado com a participação de sete mulheres, todas pós-graduadas, residentes no Rio de Janeiro e mães de apenas um filho, com idades entre dois e seis anos, a pesquisa evidenciou, dentre outras questões, algumas especificidades do materno: trata-se de um trabalho que exige a manutenção da mobilização subjetiva (trabalha-se constantemente de ‘sobrevivência’ e se está submetido à avaliação constante); se a preparação para o trabalho é sempre insuficiente, a confrontação com o ‘real do trabalho’ é especialmente intensa no materno – a sua acentuada variabilidade, a abrangência de suas atividades e a sua amplitude temporal exigem daquelas que maternam a permanente de atualização dos seus modos operatórios; trata-se de um

trabalho especialmente invisível – o maternar combina uma série de tarefas imateriais, realizadas na esfera privada, que mobilizam saberes historicamente atribuídos à natureza feminina e ao amor materno. A pesquisa sinalizou ainda o desejo de uma maior visibilização das atividades do maternar, atrelado à necessidade de um maior reconhecimento e valorização deste trabalho e à reivindicação de uma melhor divisão das suas tarefas entre os sexos. Sem perder de vista a complexidade destas questões, acreditamos que a tese pode contribuir na direção de uma maior visibilização do maternar enquanto um tipo singular de trabalho, apostando que a desnaturalização dos saberes-fazer mobilizados nas suas atividades seja uma questão-chave para o seu reconhecimento.

Palavras-chave: Maternar; Trabalho de *Care*; Ergologia; Psicodinâmica do Trabalho; Inteligência da Prática; Agir em competência.

ABSTRACT

This thesis proposes to think of 'mother-care' as a caring labour not exclusively performed by mothers, but by any other person who fulfill this function. 'Mother-care' is here considered as historical and social construction as well as a singular experience. In this sense, we affirm that it operates in distinct manner from the notion of instinct: it is a work that demands specific know-how, to a large extent, produced in the very exercise of work and in the activities that the socialization process delegates mostly to girls and women. Analyzed in this thesis in light of Ergology perspective and Psychodynamics of Work approach, we affirm that 'mother-care' escapes to any attempt of simplification, since it involves management and deployment of inventive intelligence. The care theories, especially the works of Pascale Molinier, supported us to strip the 'mother-care' of its stereotype of easy doing and obligatory pleasurable, unveiling it's constraints and ambivalences. Keeping sight of the underlying gender issue, we call in this thesis the Sex Social Relationships, essential to affirm the 'mother-care' as a work activity. To dedicate ourselves more specifically to the mother-child relationship, we made use of contributions of Winnicott, Matura e Verden-Zöller, thinking them in combination with the contributions of the others theoretical references. Driven by ergonomics perspective that understands work as something complex and enigmatic, we went "to see closely what is going on" (Schwartz, 2007): we performed a field research with some mothers to place the motherhood debate. The research was carried out in two phases and included individual conversations about the 'mother-care', observations of its activities and collectives meetings to talk about the this work. With the participation of seven women, all post-graduate, residents in Rio de Janeiro and mothers of only one child, aged between 2 and 6 years, the research highlighted, among other issues, some specificities of the 'mother-care': it is a work that requires the maintenance of the subjective mobilization(working constantly on 'on-call' and undergoing constant evaluation); if the preparation for work is always insufficient, the confrontation with the 'real of work' is especially intense in 'mother-care' – its wide variability, the scope of its activities and its temporal amplexness require those that mother-care the permanent update of its operative modes; it is a particularly invisible work - the 'mother-work' combines a series of immaterial tasks, carried out in the private sphere, that mobilize know-how historically attributed to feminine nature and

maternal love.

The research also indicated the desire for a greater visibility of 'mother-care' activities, the need for greater recognition and appreciation of this work and the demand for a better division of labor between the sexes. Keeping sight of the complexities of these issues, we believe that this thesis can contribute towards a greater visibility of the 'mother-care' as a singular type of work, betting that the denaturalization of the know-how mobilized in its activities is a key issue.

Key-words: 'Mother-care'; *Caring Labour*; Ergology; Psychodynamics of Work; Practical intelligence; Act competent.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 1 – SOBRE O MATERNAR	24
1.1. O Maternar na História	24
1.1.1. O maternar sem valor	25
1.1.2. O maternar na família moderna	29
1.2. O Maternar e o Feminismo	34
1.3. O Maternar como um Trabalho Doméstico: as contribuições da Sociologia das Relações de Sexo.....	38
1.4. O Maternar como um Trabalho de <i>Care</i>	42
1.4.1. A invisibilidade do <i>care</i>	48
1.4.2. Ambivalências do <i>care</i>	52
CAPÍTULO 2 – AS CONTRIBUIÇÕES DA ERGOLOGIA	56
2.1. Debates sobre o conceito de trabalho nas ciências sociais	56
2.2. A propósito das Normas Antecedentes e das Renormatizações	63
2.2.1 O maternar e suas normas antecedentes	68
2.3. O maternar como um debate de normas.....	71
2.4. O maternar e o uso de si	75
2.5. O corpo-si que materna	78
2.6. O maternar e as competências.....	80
CAPÍTULO 3 – AS CONTRIBUIÇÕES DA PSICODINÂMICA DO TRABALHO	90
3.1. Trabalho e Inteligência da Prática	90
3.1.1. Métis, a deusa astuciosa	94
3.2. O maternar astucioso	103
3.3. O corpo no trabalho	111
3.4. Do trabalho à subjetividade	121
CAPÍTULO 4 - AS CONTRIBUIÇÕES DE ALGUNS ESTUDOS ACERCA DA RELAÇÃO MATERNO-INFANTIL	126
4.1. As contribuições de Winnicott.....	126
4.2. As contribuições de Maturana e Verden-Zöller	136

CAPÍTULO 5 – PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA DE CAMPO	144
5.1. Sobre as interferências.....	145
5.2. Sobre os métodos e técnicas da pesquisa de campo	146
5.3. As fases da pesquisa de campo.....	148
5.3.1. O convite.....	148
5.3.2. A fase 1	152
5.3.2.1. As conversas sobre o trabalho.....	152
5.3.2.2. As observações das atividades.....	155
5.3.3. A fase 2.....	159
5.3.3.1. Os Encontros sobre o Trabalho	161
5.3.3.2. Os pré-encontros.....	164
5.3.3.3. I Encontro sobre o Trabalho.....	166
5.3.3.4. II Encontro sobre o Trabalho.....	169
5.3.3.5. III Encontro sobre o Trabalho.....	172
5.3.3.6. A Restituição	173
ANÁLISE DA PRODUÇÃO DA PESQUISA: A DINÂMICA DOS REGISTROS	175
EIXO 1 – Dá trabalho, mas é trabalho?.....	178
EIXO 2 – Gerar, Gerir	192
EIXO 3 – Os ‘Senões’ do Maternar	208
EIXO 4 – ‘Uma gestão que é muito, muito difícil’	227
EIXO 5 – ‘A sintonia fina’	252
EIXO 6 – ‘As pequenas coisas’	268
CONSIDERAÇÕES FINAIS	289
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	295
ANEXO 1.....	306
ANEXO 2.....	310

INTRODUÇÃO

E o céu se abre de manhã
Me abrigo em colo, em chão
Todo homem precisa de uma mãe

(Trecho da música 'Todo Homem', de Zeca Veloso)

Esta tese começou a ser gestada, sem que eu soubesse, junto com a Nina, minha primeira filha. Mas ela só começou a esboçar seus primeiros contornos alguns meses mais tarde, quando, ao retornar da minha licença maternidade, em novembro de 2011, comecei a olhar com estranheza para alguns discursos e práticas que sempre fizeram parte do meu cotidiano de trabalho. Não que os discursos tivessem mudado durante os meus quase seis meses de ausência. Eu é que voltava outra.

Ao longo da minha trajetória enquanto profissional da área de Recursos Humanos vi a maternidade sendo colocada pela empresa frequentemente no lugar da falta: as ausências, os custos, as incertezas que ela acarretaria. Em certa medida, eu mesma por vezes endosseiei a visão negativa da relação entre maternidade e trabalho. Foi o meu maternar que me fez olhar para essa relação com outros olhos – sem querer negar os conflitos que a atravessam, me propus a uma reflexão inversa: que positivities podem existir aí? O maternar pode desenvolver saberes a serem apropriados pela mulher também em seu trabalho remunerado?

Com esse questionamento e a vontade de dar novos rumos à minha, até então, retilínea trajetória profissional, iniciei em setembro de 2012 o Mestrado em Psicologia na UFF. Tendo recebido, na ocasião da qualificação, a indicação de passagem direta ao doutorado, carreguei para esta tese a mesma questão, com o desafio de avançar nas reflexões teóricas iniciadas no mestrado e de realizar uma pesquisa de campo.

No percurso do doutorado, entendemos que seria interessante repensar nosso objeto de estudo. Seguindo a sugestão da banca de qualificação, o objetivo desta tese passou a ser a análise do maternar enquanto um trabalho. O que o aproxima de outros trabalhos? O que o distancia? Por que ainda há resistência em considerá-lo como um trabalho? Quais são as suas complexidades? Estas foram as questões incitadoras desta tese. Durante o doutorado, novamente engravidei e pari

minha segunda filha, Lia, o que significou para mim, certamente, mais um encontro com o real do trabalho de maternar, que movimentou novas questões e mobilizou novos saberes-fazer.

Para avançarmos nas reflexões desta tese foi fundamental definirmos o que estávamos considerando como maternar. Diante da sua amplitude – em termos temporais, em relação à diversidade de suas atividades e às variações culturais e socioeconômicas – foi necessário operarmos recortes. Assim, ainda que acreditemos se tratar de um trabalho para toda a vida, nosso foco de análise foi o maternar de crianças pequenas, entendendo os primeiros anos de vida como um período, em geral, de maior dependência da criança. Ressaltamos também que não abordamos nesta tese as categorias de classe social e de raça que atravessam o maternar, mas estamos atentos as suas grandes implicações nesta vivência.

O maternar não é apreendido aqui de forma naturalizada, como algo inscrito na essência feminina. Não estamos afirmando, assim, a existência de um modelo universal, que operaria da mesma forma em todas as relações mãe-filho(a), e sim o maternar enquanto construção histórica e social e, ao mesmo tempo, como uma experiência absolutamente singular. O uso do termo ‘maternar’ – o verbo em sua forma substantivada – não é, portanto, aleatório: afirmamos que o maternar requer o agir de alguém.

Da forma como o afirmamos nesta tese, este alguém não é necessariamente a mãe, mas qualquer pessoa, mulher ou homem que, na convivência com a criança, cumpra a relação íntima de cuidados capaz de satisfazer suas necessidades de aceitação, confiança e contato corporal no desenvolvimento de si e de sua consciência social (Maturana e Verden-Zöllner, 2004). Existem pais e avós, por exemplo, que maternam (acreditamos, inclusive, na importância de que o cuidado com as crianças, seja compartilhado, a começar por uma melhor distribuição das responsabilidades parentais).

Por que, então, não fazer uso de um termo “neutro”, como “cuidados parentais”, que não reafirma o cuidado dos filhos como atribuição das mães ou de outras mulheres? Mesmo em uma língua androcentrada, decidimos tratar deste tipo de cuidar em nosso texto fazendo uso do ‘maternar’ e de outros termos no feminino porque as atividades relativas aos cuidados com os filhos, em grande parte das culturas e há muitos anos, vem sendo desenvolvidas prioritariamente pelas mães ou

por outras mulheres. O maternar tem, portanto, uma história, que se entrelaça com a história das mulheres, e nos ajuda a entender porque

a maternidade constitui, ao mesmo tempo, uma especificidade valorizada – o poder de dar a vida –, uma função social em nome da qual reivindicar direitos políticos ou direitos sociais, e uma das fontes de opressão (Collin e Laborie, 2009, p. 133).

Acreditamos que usar aqui termos “neutros” contribuiria para invisibilizar esta realidade. Assim, ainda que não acreditemos que estas sejam tarefas intrínsecas às mulheres, fazemos uso do termo maternar como forma de reconhecer esse trabalho tão essencial e, ao mesmo tempo, tão desvalorizado, que na prática é desenvolvido por elas.

Ainda que fundamental para a sobrevivência da espécie – somos todos dependentes de alguém que nos materne, ao menos nos primeiros anos de vida –, o maternar tem sido pouco valorizado e praticamente ocultado. Ao longo de nossa trajetória de doutoramento, pudemos compreender que a sua desvalorização está associada à própria desvalorização da mulher e à dominação do sexo masculino sobre o sexo feminino.

Em função da sua associação à natureza feminina, frequentemente se considera que as atividades do maternar não requerem quaisquer saberes-fazer específicos – o ‘instinto materno’ daria conta. Nossa aposta nesta tese foi outra: trata-se de um trabalho complexo, que requer que se mobilize uma série de saberes-fazer, que permanecem invisíveis justamente por serem associados à essência feminina, mas na realidade são desenvolvidos a partir do próprio exercício do maternar e de outras atividades que o processo de socialização atribui, desde cedo, às mulheres.

O maternar combina uma série de tarefas imateriais, com uma significativa dimensão de variabilidade, realizadas na esfera privada e que mobilizam saberes-fazer historicamente atribuídos à natureza feminina. Assim, analisar o maternar enquanto um trabalho requer lidar com um desafio duplo: à invisibilidade presente em todo trabalho (referente ao fato de que aquilo que conseguimos dele apreender são apenas seus resultados), soma-se a invisibilidade específica ao trabalho feminino.

O materno, estudado prioritariamente pela Psicologia do Desenvolvimento ou pela Psicologia Clínica, nesta tese é analisado à luz da perspectiva da Ergologia e da abordagem da Psicodinâmica do Trabalho que, ao considerarem que o trabalho nunca se restringe ao cumprimento de tarefas, apresentam uma concepção não mutiladora da sua complexidade.

E se nos propusemos a analisar o materno, não poderíamos perder de vista a questão de gênero que lhe é subjacente. Neste sentido, a Sociologia das Relações de Sexo nos foi fundamental para afirmar o materno enquanto um trabalho: com ela, remontamos ao movimento feminista de 1960 que denunciou uma enorme massa de trabalho invisível, realizada todos os dias por milhares e milhares de mulheres – o trabalho doméstico. O materno faz parte dessa ‘massa invisível’. No entanto, mesmo dentro das perspectivas de gênero/ relações sociais de sexo, tem sido pouco estudado, pois divide opiniões entre estes teóricos. Esta Sociologia nos ajudou a questionar a produção histórica do conceito de trabalho, abrangendo aí também o trabalho de reprodução e compreendendo que ele é inseparável do trabalho de produção.

O caminho trilhado ao longo dos quatro anos de doutoramento foi estruturado em seis capítulos.

No primeiro, nos debruçamos sobre algumas especificidades do materno enquanto trabalho. Para isso, resgatamos parcialmente a história da maternidade, percorrida em nossa dissertação de mestrado (Dorna, 2014), para remontarmos ao contexto que deu origem à concepção de maternidade inscrita na natureza feminina, que ainda têm profundas repercussões na maternidade contemporânea. Também nesse capítulo nos dedicamos brevemente à relação conflituosa entre maternidade e feminismo e aos conceitos de relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho que, como dissemos, são fundamentais para entendermos a inseparabilidade entre trabalho profissional e trabalho doméstico. Por fim, nos propusemos nesse capítulo a pensar o materno a partir de alguns referenciais teóricos do trabalho de *care*, em especial aqueles de Pascale Molinier que, combinando a Psicodinâmica do Trabalho e a Sociologia das Relações de Sexo, se inscrevem em uma perspectiva crítica à corrente anglo-saxã da Ética do Cuidar. Esta abordagem combinada permite desnaturalizar uma série de modalidades da subjetividade classicamente consideradas como pertencentes à constelação psíquica feminina, situando seu surgimento não na natureza da mulher, e sim no trabalho de cuidado. Possibilita

ainda desnudar este trabalho do seu estereótipo de fácil e obrigatoriamente prazeroso, apontando os seus *contraintes* e suas ambivalências.¹

No segundo capítulo, nos propusemos a colocar em debate o conceito de trabalho de forma ampliada, entendendo que limitá-lo à sua forma-salário tem por efeito abafar outras definições de trabalho, inclusive o trabalho doméstico (Schwartz, 2007), aquele pelo qual o movimento feminista nos anos de 1960 tanto lutou para reconhecer. Restituir à atividade doméstica a condição de trabalho nos permite mensurar as continuidades, as circulações e as transferências entre todos os tipos de trabalho (Schwartz, 2011a) e refletir sobre o que os aproxima, como a dialética entre as normas antecedentes e as normas individualizadas.

O trabalho, para a perspectiva ergológica, é sempre palco de confrontação entre dois registros: as normas antecedentes, que referem-se a tudo aquilo que preexiste e parcialmente determina a atividade de trabalho (regras, objetivos, culturas de ofício, por exemplo); e as renormatizações, que remetem à ressingularização das normas pelos trabalhadores, na tentativa de recompor as situações da forma que gostariam que fossem. Nos dedicamos, assim, a pensar sobre as normas antecedentes que enquadram o maternar.

Nesse sentido, foi fundamental entendermos que as relações sociais de sexo/gênero também têm um caráter normativo, que se apresentam de forma naturalizada (Brito, 2005): o processo de socialização constrói, desde cedo na nossa cultura, papéis sociais e qualidades masculinas e femininas, atribuindo às mulheres as tarefas relativas aos cuidados da casa e dos familiares. Ao articularmos a abordagem de gênero à nossa análise, afirmamos o entendimento do trabalho como prática sexuada.

No entanto, ainda que as normas enquadrem a atividade, elas não podem ser pensadas de forma emancipada dos sujeitos (idem). Desta forma, ao viver o seu maternar, cada mãe vai gerir as normas que se impõem de maneira absolutamente singular. E a entidade convocada para fazer esta gestão é aquela que a Ergologia conceituou como corpo-si, que traz em si uma tríplice ancoragem: biológica, histórica, singular. Trabalhar/ maternar convoca, portanto, o humano por inteiro

¹ O termo *contrainte*, conceito utilizado pela Ergonomia, tem sido traduzido frequentemente por 'exigência'. Face à dificuldade de traduzí-lo para uma palavra equivalente, que incorpore o sentido de pressão, de constrangimento (Athayde, 1999), optamos pela manutenção nesta tese do termo em francês.

(Schwartz, 2014). O segundo capítulo também traz, assim, uma reflexão acerca do corpo-si que materna.

Nos propusemos ainda nesse capítulo a pensar sobre o desafio de visibilizar o envolvimento do corpo nesta atividade a partir da noção do agir competente: uma mistura de ingredientes heterogêneos (Schwartz, 1998, 2007, 2014). Nossa aposta é que cada mãe (ou qualquer um que materne), em uma situação específica, irá colocar em ação um agir competente que, incorporado no corpo-si, poderá ecoar em outras atividades – no trabalho profissional, inclusive.

No terceiro capítulo, demos seguimento à reflexão sobre o conceito de trabalho, desta vez nos beneficiando do referencial teórico da Psicodinâmica do Trabalho. Afirmamos, com esta abordagem, que aquela que materna, mesmo munida com as contribuições aportadas pelas técnicas de puericultura, irá sempre se deparar com aquilo que escapa ao controle do conhecimento técnico e científico – o que Dejours (2012a) conceitua por real do trabalho. E, diante da necessidade de operar um reajustamento em relação à prescrição dada, e apesar do sofrimento inicial de estar diante de um imprevisto que a desafia, ela poderá convocar uma forma específica de inteligência, fruto da prática: uma inteligência que descobre, que inventa, que cria formas de lidar com as situações inéditas. A inteligência da prática é, portanto, uma inteligência não acadêmica, produzida no e pelo trabalho e, nesse sentido, não pode ser ensinada – será no exercício do próprio maternar que cada uma irá encontrar, por si só, os rearranjos, as artimanhas, as astúcias necessárias para dar conta dos desafios que se impõem (Dejours, 2005/ 2008/ 2012a).

Essa forma de inteligência há muito tempo conhecida, porém desconsiderada, é, para nós, fundamental para o entendimento do maternar. Operar a partir da noção da inteligência da prática é afirmar que o despertar das astúcias maternas não ocorre de forma automática, instintiva, e que a tal “intuição materna” é, na realidade, uma sensibilidade adquirida pelo corpo a partir do maternar (e também de outras tarefas que, destinadas prioritariamente às meninas e mulheres, as preparam para este trabalho).

Se o conceito de inteligência da prática nos possibilita compreender de que forma o maternar apropria-se da subjetividade, também nos propusemos, com Dejours (2012a), a pensar no caminho inverso: o que a subjetividade deve à experiência do maternar. Considerando que o maternar e a experiência do real do trabalho que ele proporciona colocam o corpo subjetivo à prova, existe, assim, a

possibilidade de que este corpo saia engrandecido desta experiência: os saberes criados pela mobilização da inteligência criativa para fazer face aos desafios do real do materno podem não servir apenas aos seus objetivos iniciais, mas também serem transpostos para outros tipos de atividades que se vivenciam.

Apresentamos ainda neste capítulo, a teoria da psicodinâmica do reconhecimento, procurando refletir sobre as complexidades específicas no que tange ao materno, considerando que, para esta abordagem, este trabalho coloca em jogo as duas vias de acesso à conquista da identidade – a esfera social e a esfera erótica.

Lançar sobre o materno os olhares de Psicodinâmica do Trabalho e da Ergologia nos permite compreender o seu caráter complexo (em oposição à sua “fama de fácil”), a sua dimensão inventiva, gestinária, os esforços, as engenhosidades e a sensibilidade exigidos para uma resposta às necessidades do outro.

No capítulo de número 4, nos valem de materiais que, em geral, são explorados por outras psicologias, mas que também foram úteis aqui na compreensão da relação materno-infantil: as contribuições de Donald Winnicott, de Humberto Maturana e de Gerda Verden-Zöller.

Winnicott (2012) dedicou-se a um estudo minucioso da relação mãe-bebê, demonstrando que o desenvolvimento psicológico humano, em seus estágios iniciais, precisa ser facilitado por uma “mãe suficientemente boa”, capaz de se adaptar às necessidades do bebê a partir daquilo que ele denominou de “preocupação materna primária”: um estado em que as mães se tornam capazes de se colocarem no lugar do bebê, a partir de uma surpreendente capacidade de identificação com ele. Esta função não seria exclusividade materna, podendo ser desempenhada por outros adultos, já que o conhecimento necessário para desempenhá-la é decorrente da dedicação aos cuidados do bebê, e não da biologia ou do aprendizado teórico-científico. Na experiência de mutualidade, aquela que materna estabelece com o bebê uma comunicação silenciosa, uma “comunicação do amor” (Winnicott, 2012), que faz parte do conceito winnicottiano de *holding*: como numa “canção sem palavras” estabelece-se um ambiente de cuidados e um “espaço potencial” que une mãe e bebê, e que será determinante, segundo Winnicott (idem), na construção de um eu saudável.

À semelhança de Winnicott, Maturana e Verden-Zöller também irão conferir à relação materno-infantil – e especificamente ao brincar – uma importância fundamental para o desenvolvimento humano. A “biologia do amar”, desenvolvida por Maturana, assenta-se na ideia do amor como a emoção básica que fundamenta a vida social em geral. Ainda que na vida adulta experimentemos um modo de viver patriarcal, que recorrentemente nega a biologia do amar, a relação mãe-filho, ao contrário, é vivida de forma matrística, na total confiança e aceitação, com respeito por si mesmo e pelos outros. As relações matrísticas, vividas no brincar entre mães e filhos (ou entre estes e outro adulto numa relação de cuidado), são coerentes com nossa condição humana de seres amorosos, que dependem do amor para a sua saúde física e mental.

Verden-Zöller vai afirmar que é no brincar na relação materno-infantil que surgem as consciências individual e social da criança e que o seu crescimento normal requer a mútua aceitação em interações corporais íntimas com a mãe. Nesse sentido, ela vai postular a “biologia do brincar”, entendendo como brincadeira qualquer atividade humana que seja desfrutada em sua realização.

Acreditamos que as contribuições desses autores, ainda que mais frequentemente utilizadas pela Psicologia do Desenvolvimento ou pela Psicologia Clínica, nos ajudam a compreender a importância e a complexidade da relação materno-infantil e, nesse sentido, são úteis também na compreensão do maternar sob o prisma do trabalho.

Cabe aqui ressaltar que nesses quatro capítulos não nos propusemos a fazer uma análise completa e detalhada das abordagens teórico-metodológicas citadas, e sim a fazer uso de alguns conceitos que acreditamos terem sido fundamentais para progredirmos no objetivo desta tese.

Norteados pela perspectiva ergológica que entende o trabalho como algo complexo e enigmático, entendemos que seria fundamental “ir ver de perto o que se passa” (Schwartz, 2007): realizamos, assim, uma pesquisa de campo com protagonistas das atividades para colocar o maternar em debate. O quinto capítulo traz o percurso metodológico da nossa pesquisa. Realizada entre maio e dezembro de 2017, a pesquisa se dividiu em duas fases e contou com a participação de sete mães – todas com apenas um filho, entre dois e seis anos de idade, residentes na cidade do Rio de Janeiro, com formação universitária e pós-graduação. A primeira fase foi composta por conversas individuais sobre o trabalho (disparadas a partir de

um roteiro de perguntas) e observações de algumas atividades do materno. Esta fase permitiu que as participantes pudessem iniciar a construção de um novo olhar sobre o materno, reapropriando-se das suas próprias experiências. Possibilitou ainda, por nossa parte, um olhar situado sobre o materno das participantes, além de pistas a serem seguidas na fase seguinte.

Na segunda fase, propusemos Encontros sobre o Trabalho, uma das configurações possíveis do Dispositivo Dinâmico de Três Polos (DD3P) proposto pela Ergologia, que têm como objetivo a confrontação entre o saber científico dos especialistas e o saber consensual oriundo da experiência concreta dos trabalhadores. Os Encontros configuraram-se como um espaço de diálogo-debate sobre o materno, em que o coletivo de pesquisadores profissionais e o coletivo de mães-trabalhadoras engendraram um processo de co-investigação.

O sexto e último capítulo traz as nossas análises sobre o material de campo. A estratégia de análise visou apreender o movimento de confrontação de saberes e normas afirmado pela perspectiva ergológica. Em um movimento de ir e vir entre referencial teórico e material de campo, procuramos organizar uma forma de abordar/ analisar/ compreender o que foi colocado como objeto de conhecimento – o materno enquanto um tipo singular de trabalho. Na estruturação de nossas análises, procuramos não criar categorias ou temas isolados e sim alguns eixos de discussão em torno de questões mais centrais, a saber:

- ✓ No eixo 1, intitulado ‘Dá trabalho, mas é trabalho?’, reunimos alguns debates em torno da concepção do materno enquanto trabalho: aquilo que o torna singular e o diferencia do trabalho remunerado; aquilo que os dois têm em comum; as resistências em afirmá-lo enquanto trabalho. Incluímos ainda neste eixo alguns debates em relação ao materno como um trabalho imposto ao psiquismo e, nesse sentido, operador de possíveis mudanças subjetivas.
- ✓ No eixo 2, intitulado ‘Gerar-Gerir’, procuramos reunir os debates acerca das preparações realizadas pelas participantes durante a gestação e as experiências de revés frente aos primeiros encontros com o real do materno;
- ✓ No eixo 3, intitulado ‘Os Senões do Materno’, reunimos os debates que colocavam em evidência as ambivalências e flutuações de sentimentos

experimentados pelas participantes em função dos *contraintes* deste trabalho;

- ✓ No eixo 4, intitulado 'Uma gestão que é muito, muito difícil', abordamos a complexidade dos debates que atravessam o materno enquanto confrontação a ser gerida: a referência a valores, as dificuldades na gestão das escolhas em função de si e dos outros, a culpa como algo recorrente neste trabalho, as posições assumidas pelas participantes frente a alguns debates da sociedade;
- ✓ No eixo 5, intitulado 'A sintonia fina', abordamos os debates em torno da origem de alguns saberes do materno: seriam inatos ou desenvolvidos a partir do exercício do trabalho?; seriam relativos apenas à mãe? Incluímos também aqui algumas estratégias astuciosas compartilhadas pelas participantes para dar conta das atividades do materno;
- ✓ No eixo 6, intitulado 'As pequenas coisas', reunimos os debates acerca da temática da invisibilidade do materno e sua repercussão no que tange ao reconhecimento deste trabalho.

Por fim, procuramos sistematizar nas considerações finais as questões centrais abordadas nesta tese, as suas principais contribuições e os seus limites. Em nosso entendimento, o desejo de uma maior visibilização do materno – incluindo aí seus saberes, seus reveses, seus *contraintes* – foi recorrente nos debates promovidos em nossa pesquisa. Entendemos que este desejo remete à duas questões: a necessidade de um maior reconhecimento e valorização do materno e a reivindicação de uma melhor divisão das suas tarefas.

Sem perder de vista as complexidades relativas à visibilização do materno, acreditamos que esta tese acena para um caminho nesta direção, apostando que a desnaturalização dos saberes-fazer mobilizados no materno seja uma questão-chave.

CAPÍTULO 1 – SOBRE O MATERNAR

1.1. O Maternar na História

“Um fato aparentemente simples está na base da história da maternidade: todo ser humano que existe sobre a face da terra nasceu de uma mulher” (Donath, 2017, p. 51). Os inegáveis aspectos biológicos da maternidade, no entanto, não são suficientes para entendermos porque em nossa sociedade, e na maioria das sociedades, as mulheres não apenas geram filhos – elas também os maternam.

Queremos dizer coisas diferentes quando declaramos que alguém maternou o filho ou filha e quando afirmamos que alguém paternou esse mesmo filho ou filha. Podemos dizer que um homem ‘maternou’ a criança se ele foi a principal pessoa a cuidar dela (Chodorow, 1990, p. 27).

A capacidade biológica de dar à luz não implica, obrigatoriamente, o dever social da maternidade (Beauvoir, 1967). Tampouco assegura as capacidades e o desejo de fazê-lo. “O fato de que as mulheres tenham um intenso e quase exclusivo papel materno deve-se a uma transposição social e cultural das suas capacidades de dar à luz e amamentar” (Chodorow, 1990, p. 50).

“Uma grande parte do que consideramos ‘natural’ na maternidade, de modo nenhum é natural, mas um produto da cultura” (Kitzinger, 1996, p. 21). Mesmo os aspectos biológicos da maternidade estão profundamente atravessados pelo social: o parto, por exemplo, não é apenas fisiológico, também reflete valores sociais e, em consequência, varia de acordo com a sociedade. A participação ou não do pai durante o parto varia grandemente entre as culturas, desde uma atuação ativa no nascimento até regras estritas segundo as quais ele deve manter-se afastado. A assistência ao parto em determinadas sociedades cabe a parteiras, enquanto em outras tornou-se objeto da obstetrícia (Kitzinger, 1996). Para Kitzinger (1996), “em qualquer sociedade, a forma como uma mulher dá à luz e o tipo de cuidados que são ministrados à mãe e ao bebê apontam diretamente para os valores-chave dessa cultura” (p. 124).

Nessa mesma direção, Badinter (2011) afirma que “em cada cultura, existe um modelo ideal de maternidade predominante que pode variar segundo as épocas. Conscientemente ou não, todas as mulheres o carregam” (p. 144). Assim, os

“modelos de maternidade” não existem de maneira independente: estão atrelados a um contexto mais amplo e suas variações relacionadas às modificações ao longo do tempo no papel da mulher e da família.

Entender a maternidade como construção requer, portanto, percorrer a sua história – e evocar a história da maternidade implica também colocar em cena a história das mulheres. Para Knibiehler (2000), a maternidade ainda não é um verdadeiro objeto de pesquisa e as ciências humanas interessam-se por ela apenas indiretamente. Ela sinaliza que “se as mães e a maternidade não saem das sombras, pode ser porque a produção de filhos sempre foi, e continua a ser, um jogo de poder” (ibidem, p. 5, tradução nossa). Nesse sentido, Badinter (1985) vai afirmar que intrínseca à história do comportamento materno é “a surda luta dos sexos” (p. 26). Se a maternidade e sua história não são, com muita frequência, foco de estudo, como sugere Knibiehler (2000), talvez isso possa então ser interpretado como sintoma da discussão que ainda hoje divide as feministas: a maternidade é, para as mulheres, um trunfo ou um freio à sua emancipação?

Em nossa dissertação de mestrado, percorremos a história da maternidade e alguns de seus diferentes contornos (Dorna, 2014). Retomaremos aqui parcialmente este percurso para marcarmos nossa oposição à ideia de maternidade inscrita na natureza feminina e para demonstrarmos como esta concepção, que vigorou durante muito tempo, ainda tem profundas repercussões na maternidade contemporânea.

1.1.1. O maternar sem valor

Maternidade e feminino, durante muito tempo, foram (e, em certa medida, ainda são) considerados sinônimos. Mas nem sempre foi assim. Durante muitos séculos, a civilização ocidental, herdeira das culturas mediterrâneas patriarcais, não considerava a maternidade como objeto de nenhuma valorização. De forma inseparável desta não valorização está a própria desvalorização da mulher, considerada hierarquicamente inferior ao homem (Badinter, 1985). As mulheres eram vistas como irresponsáveis e a elas não se deveria confiar o cuidado dos filhos (Nunes, 2000). Assim, fosse na sociedade romana ou grega, durante toda a Antiguidade, cabia ao pai zelar pela boa conduta dos familiares e a ele era conferido o direito absoluto de julgar e punir. “A maternidade não tinha um status especial, deveres ou pressupostos especiais. A mulher dava à luz e pronto. Não se presumia que ela fosse amar o filho, a não ser que resolvesse amá-lo. Não se esperava

sequer que ela cuidasse do bebê” (Forna, 1999, p. 44).

A constituição da família até o século XVII diferia muito da organização familiar a que estamos habituados. Em grande parte, isto se deveu à concepção existente em relação à infância. Ariès (2012), a partir de uma extensa pesquisa que examina a história social da criança e da família, afirma que, até por volta do século XII, a arte medieval desconhecia a infância ou não tentava representá-la, provavelmente porque não havia lugar para ela nesse mundo – tratava-se de um conceito estranho à sociedade. Forná (1999) assinala que “a criança vinha em último lugar na hierarquia da casa. Suas necessidades eram suplantadas por tudo e todos” (p. 36).

Os retratos de crianças começam a surgir apenas no século XV. Antes disso, segundo Ariès (2012), ninguém pensava em conservar o retrato de uma criança que tivesse sobrevivido e se tornado adulta ou que tivesse morrido pequena – a infância não tinha importância e alguém que tivesse morrido tão cedo não era digno de lembrança. Há que se considerar nessa época a problemática da sobrevivência: era comum, segundo o autor, o sentimento de que se faziam várias crianças para conservar apenas algumas.

Compreendemos então o abismo que separa a nossa concepção da infância da anterior à revolução demográfica ou a seus preâmbulos. Não nos devemos surpreender diante dessa insensibilidade, pois ela era absolutamente natural nas condições demográficas da época (Ariès, 2012, p. 22).

Em relação a essa “insensibilidade natural” diante da enorme mortalidade infantil, Badinter (1985) tem uma visão diferente:

seremos obrigados a inverter a proposição corrente: não é porque as crianças morriam como moscas que as mães se interessavam pouco por elas. Mas é em grande parte porque elas não se interessavam que as crianças morriam em tão grande número (Badinter, 1985, p. 87).

Para Ariès (2012), a descoberta da infância começou no século XIII e sua evolução pode ser acompanhada na história da arte e da iconografia dos séculos XV e XVI. Mas foi a partir do fim do século XVI e durante o século XVII, que os sinais de seu desenvolvimento tornaram-se mais numerosos e significativos – eram as descobertas do corpo, dos hábitos e da fala da criança pequena. Embora a

mortalidade infantil tenha se mantido elevada, foi nesse período que surgiu uma sensibilidade em relação à infância, atrelada, segundo o autor, a uma cristianização mais profunda dos costumes.

Badinter (1985) assinala que foi Rousseau, com a publicação de *Émile* em 1762, que deu um verdadeiro impulso inicial à família moderna, fundada no amor materno. Para Forna (1999), a maternidade tal como a conhecemos hoje foi inventada nesse ano. Antes disso, embora não se possa traçar uma linha contínua dos eventos, as mães pareciam indiferentes aos filhos.

Mas houve uma revolução, de certa forma, e no começo do século seguinte o amor materno imperava – as mulheres deviam estar prontas a todos os sacrifícios, pequenos e grandes, em favor dos filhos. Entre esses dois pontos, houve mudanças em vários aspectos da vida humana: na filosofia, nas descobertas da ciência, nas estruturas familiares e nas ideias sobre casamento, uma revolução na indústria e a redefinição dos papéis conforme o gênero. De tudo isso foi que nasceu a maternidade (Forna, 1999, p. 35).

Voltemos, no entanto, brevemente ao século XVIII, quando a instituição das amas-de-leite, prática comum entre burguesas e aristocratas europeias, generalizou-se para todas as camadas da sociedade urbana – alguns dias, ou mesmo horas após o nascimento, os filhos eram entregues a mulheres de classes mais baixas, que residiam no campo ou nas periferias das cidades. Para Knibiehler (2000), a prática incomum de amamentar os próprios filhos dependia menos do desejo da mãe do que de sua condição social e dos códigos culturais, religiosos e médicos em uso.

Badinter (1985) acredita, no entanto, que o recurso às amas constituía um infanticídio disfarçado: segundo os dados por ela levantados, na França dos séculos XVII e XVIII, a mortalidade de crianças de menos de um ano é sensivelmente superior a 25% e, em algumas regiões, 2/3 das crianças enviadas às amas mercenárias morriam. “Só o desinteresse e a indiferença podem explicar tal atitude, que até um período avançado do século XVIII não era realmente condenada pela ideologia moral ou social (ibidem, p. 143).

Despachadas frequentemente em grande número para uma única ama-de-leite que, em geral, vivia em uma situação de pobreza indescritível e passava a maior parte do dia trabalhando na lavoura, muitas crianças regressavam

“estropiadas, enfermas ou agonizantes das casas das amas. Sem falar de todas as que não voltavam” (ibidem, p. 94). Segundo Forna (1999), “no contexto da época, o comportamento das mulheres não era absolutamente fora das normas. O que era prática padrão na criação de filhos naqueles dias, hoje seria classificado como maus-tratos de crianças” (p. 40).

Ao voltar para casa, aos quatro ou cinco anos, os filhos das classes mais abastadas eram imediatamente confiados a uma governanta, até os sete anos de idade. Se fossem meninos eram, em seguida, entregues a um preceptor. Por volta dos oito, dez anos, a criança era novamente afastada de casa, com objetivo de aperfeiçoar a sua educação. Antes do século XVII, eram enviadas à casa de vizinhos, para que aprendessem aí as boas maneiras, ocupando-se de todas as tarefas domésticas, inclusive o trabalho pesado, por um período de sete a nove anos. Era através do serviço doméstico que o mestre transmitia às crianças, filhos de outro homem, a sua bagagem de conhecimentos, sua experiência prática e seus valores. Para Ariès (2012), o fato das crianças serem separadas, desde muito cedo, das suas próprias famílias, não permitia alimentar um sentimento profundo entre pais e filhos: “a família era uma realidade moral e social, mais do que sentimental” (p. 158).

A partir do final do século XVI, as escolas, progressivamente, começam a tomar o lugar desse aprendizado misturado aos adultos. No século XVII surgem numerosas escolas para meninos e meninas, colégios com internatos para maiores e conventos para as meninas. Ariès (2012) assinala que, se inicialmente os filhos eram enviados para escolas distantes, aos poucos esse afastamento não seria mais tolerado pelos pais. Datam desta época os tratados de educação que estabeleciam os deveres dos pais relativos à escolha das escolas e dos preceptores e à supervisão dos estudos.

O clima sentimental era agora completamente diferente, mais próximo do nosso, como se a família moderna tivesse nascido ao mesmo tempo que a escola, ou, ao menos, que o hábito geral de educar as crianças na escola (ibidem, p. 159).

Por muito tempo, as condições de vida não permitiram aquilo que Ariès (2012) definiu como o entrincheiramento necessário para a criação da família moderna. Um dos obstáculos principais era o afastamento das crianças de casa e sua substituição

por filhos de outras famílias. A volta das crianças ao lar deu à família do século XVII a principal característica que a distinguiu das famílias medievais – a criança tornou-se elemento indispensável da vida cotidiana e os adultos passaram a se preocupar com sua educação e futuro.

No século XVIII, a família começou a manter a sociedade à distância – tornou-se comum a discrição, o isolamento e a separação entre vida mundana, profissional e privada. A casa e os costumes se reorganizaram: a vida do trabalho sai de casa para a fábrica, deixando espaço para uma intimidade preenchida por uma família reduzida aos pais e às crianças. Assim, a família estendeu-se à medida que a sociabilidade retraiu-se. “Esse grupo de pais e filhos, felizes com sua solidão, estranhos ao resto da sociedade, não é mais a família do século XVII, aberta para o mundo invasor dos amigos, clientes e servidores: é a família moderna” (Àries, 2012, p. 188).

A ‘boa mãe’, tal como a conhecemos, com sua propensão natural ao sacrifício, seu amor universal e automático pelos filhos e sua completa satisfação nas tarefas da maternidade, ainda não tinha sido inventada, mas já estava a caminho (Forna, 1999, p. 47).

1.1.2. O maternar na família moderna

Se até o século XVII as mães não eram consideradas peças-chave para o desenvolvimento e a educação dos filhos, a partir de então vai se construir um discurso contrário (Nunes, 2000):

até aquele momento as mulheres não eram consideradas responsáveis pela sobrevivência e a educação dos filhos, nem convocadas a assumir uma função de maternagem. Era possível prescindir das mães para se criar uma criança. As amas de leite, a criadagem, as instituições pedagógicas e religiosas, a organização familiar, podiam muito bem dar conta do recado. E assim o fizeram até o momento em que a questão da mortalidade e da sobrevivência das crianças começou a se constituir num problema de Estado (ibidem, p. 19).

Dessa forma, Nunes (2000) afirma que o século XVIII, principalmente por intermédio do pensamento iluminista, “fez surgir uma ligação fundamental entre o sexo feminino e a maternidade” (ibidem, p. 19). Com a ascensão da burguesia, a nova ordem econômica impunha, dentre outros imperativos, que se voltassem as atenções para a questão da sobrevivência das crianças (Moura & Araújo, 2004).

Para Badinter (1985), a fim de se impedir, a qualquer preço, a hemorragia humana que caracterizava o Antigo Regime, era preciso convencer as mães a se aplicarem às “tarefas esquecidas”. Segundo a autora, para persuadí-las a se dedicarem às funções maternas foram necessários três discursos diferentes: o discurso econômico, o filosófico e o discurso dos intermediários.

O discurso econômico alertava que a França estava se despovoando. Na realidade, o que aconteceu naquele momento é que o ser humano converteu-se em uma preciosa provisão para o Estado – produtor de riquezas e garantia do poderio militar, qualquer perda humana era considerada um dano. Nessa ótica quantitativa, a criança adquire um valor mercantil. Datam desta época, iniciativas do Estado e de particulares para ajudar as mães necessitadas e para estimular que amamentassem seus bebês (Badinter, 1985).

Esse discurso, no entanto, seria insuficiente se não fosse corroborado por outro, mais gratificante e exaltante: o discurso filosófico da igualdade, do amor e da felicidade. No século XVIII, vê-se modificar a condição do pai, da mãe e dos filhos no sentido de uma maior homogeneidade, que ainda se detinha nas fronteiras do sexo – o filho igual ao pai, a filha igual à mãe (idem). Mas, se a progressiva expansão do pensamento liberal colocava o ideal de liberdade e igualdade na ordem do dia, como justificar a dominação da mulher pelo homem? De acordo com Nunes (2000), este dilema foi resolvido a partir da diferença biológica, que passou a justificar e propor inserções sociais diferentes para os dois sexos.

Para Swain (2007),

As mulheres são assentadas e definidas por esta diferença em seus próprios corpos, em uma imanência que se concentra em seus órgãos reprodutores. [...] Procriar, reproduzir a espécie, passou a significar socialmente o feminino e esta significação social chama-se maternidade (p. 204).

O discurso rousseauiano afirmava que a mulher não seria nem inferior, nem imperfeita, ao contrário – ela seria perfeita em sua especificidade: as funções maternas e a vida doméstica. Nesta concepção, os homens seriam mais aptos à vida pública, ao trabalho e às atividades intelectuais. Assim, tendo como base o sexo biológico, pressupôs-se uma divisão de papéis diferentes e complementares para homens e mulheres. Para Nunes (2000), este discurso possibilitou ajustar-se ao pensamento liberal, “fazendo as desigualdades parecerem naturais, ao mesmo

tempo em que satisfazia as necessidades da sociedade europeia de dar continuidade à divisão sexual do trabalho, assinalando para a mulher um único lugar social” (p. 43).

Desta maneira, a procriação começou a ser encarada como “uma das doçuras do casamento: e que seria mais natural que amar em seguida seus frutos?” (Badinter, 1985, p. 178). A maternidade passa, assim, a ser exaltada e se converte: de um dever imposto à atividade mais invejável que a mulher possa esperar (idem). Para Knibiehler (2000), a maternidade foi, então, glorificada. Associada ao divino, a maternidade passou incorporar vocábulos referentes à religião: sublime, renegada, vocação, sacrifício (Cordeiro, 2013).

Ao discurso sobre amor e felicidade somou-se o que Badinter (1985) definiu como o “discurso dos intermediários”: médicos, filantropos, administradores, pedagogos e até chefes de polícia da França repetiam incansavelmente os mesmos argumentos para convencerem as mulheres a serem mães antes de tudo. As recomendações para as mães de que elas cuidassem pessoalmente de seus filhos “engendram o mito que continuará bem vivo duzentos anos mais tarde: o do instinto materno, ou do amor espontâneo de toda mãe pelo filho” (ibidem, p. 145).

No fim do século XVIII, o amor materno parece um conceito novo. Não se ignora que esse sentimento existiu em todos os tempos, se não todo o tempo e em toda parte. [...] Mas o que é novo, em relação aos dois séculos precedentes, é a exaltação do amor materno como um valor ao mesmo tempo natural e social, favorável à espécie e à sociedade (ibidem, p. 146).

As mães passaram a ser consideradas como as principais responsáveis pela saúde e higiene do bebê. Os deveres maternos se iniciavam tão logo a mulher engravidasse, devendo a mulher adotar um bom regime alimentar. Nesse contexto, os médicos adquiriram uma importância considerável no seio das famílias e estabeleceram uma “aliança privilegiada” com as mães – elas eram suas interlocutoras, assistentes, enfermeiras e executivas. “A família moderna se recentra em torno da mãe, que adquire uma importância que jamais tivera” (Badinter, 1985, p. 213).

Há que se ressaltar, no entanto, conforme nos adverte Badinter (1985), que a evolução dos costumes se deu em diferentes tempos conforme o extrato social. Para ela, o que ditou o comportamento da mãe foi o interesse da mulher, influenciado por

dois fatores: suas possibilidades econômicas e a esperança ou não de desempenhar um papel mais importante no universo social e familiar. As mulheres da burguesia abastada, por exemplo, foram as primeiras a se sensibilizarem com os argumentos rousseauianos. Para estas mulheres, “a maternidade torna-se um papel gratificante pois está agora impregnado de ideal” (ibidem, p. 223) – trata-se de uma nobre função. A classe mais desfavorecida foi a última a ser atingida pela “nova moda”.

As classes dominantes que reinventam a maternidade como vocação feminina exclusiva estão em contradição absoluta com a realidade concreta: muitas mulheres trabalham no século XIX e devem assumir sua maternidade nas condições mais difíceis. A distância é imensa entre o ideal descrito e sonhado da mãe educadora, consagrada em tempo integral a suas crianças, e a vida cotidiana das mães de origem modesta (Knibiehler e Fouquet apud Scavone, 2004, p. 173).

No entanto, mesmo que em meados do século XIX ainda não existisse um comportamento materno unificado, os discursos de Rousseau e seus sucessores tiveram um importante efeito: não amar os filhos é, agora, um crime sem perdão (Badinter, 1985).

As que se recusaram a obedecer aos novos imperativos sentiram-se mais ou menos obrigadas a trapacear e a simular de todas as maneiras. Alguma coisa, portanto, mudara profundamente: as mulheres se sentiam cada vez mais responsáveis pelos filhos. Assim, quando não podiam assumir seu dever, consideram-se culpadas. [...] A culpa dominou o coração das mulheres” (ibidem, p. 235).

A grande “novidade” do século XIX foi a redescoberta de que a tarefa de educar e formar intelectualmente as crianças caberia à mãe: ela deveria ser uma boa educadora para seus filhos e formar suas filhas para que se tornassem boas mães. Nesse sentido, a boneca transforma-se em “um instrumento privilegiado na preparação para a maternidade” (Nunes, 2000, p. 73). Bastante difundida no século XIX, a boneca passou por uma mudança significativa: se antes mantinha a aparência de uma jovem elegante, como um ideal a ser seguido por sua dona, por volta de 1850 surgem as bonecas-bebês.

É por meio dessa brincadeira que a menina começa a aprender a se tornar mãe. Mas, apesar de todo um processo pedagógico que procura inculcar nas meninas o interesse pela maternidade, afirma-se que o instinto materno é inato (ibidem, p. 73).

Para Nunes (2000), o controle pregado por Rousseau para o desenvolvimento das meninas é tão rigoroso que entra em contradição com suas próprias ideias de uma determinada essência natural. Neste mesmo sentido, Badinter (1985) afirma que a longa lista de deveres a que nenhuma mãe deveria se furtar era prova de que a natureza precisaria ser solidamente respaldada pela moral.

Nunca como no século XIX se insistiu tanto sobre a necessidade do sacrifício materno – o sofrimento da mãe era a condição da felicidade de seu rebento (Badinter, 1985). A ideia de que a mulher deve ser capaz de suportar sofrimentos, injustiças, subjugação e encontrar prazer nas obrigações que lhe são destinadas constitui a base para a máxima “ser mãe é padecer no paraíso” (Nunes, 2000). Para convencer as mulheres a assumirem de bom grado seu novo papel, passou-se a atribuir uma imensa positividade à maternidade: “o século XIX coloca a mãe num pedestal, santificando-a, dotando a mulher de um valor até então inexistente” (ibidem, p. 66).

Para saber se a mãe se sacrificou o necessário para cumprir seus deveres maternos, bastava que se olhasse para o filho – ele seria o critério de sua vitória ou de seu fracasso. “Da responsabilidade à culpa havia apenas um passo, que levava diretamente à condenação” (Badinter, 1985, p. 272). Não há, no século XIX, espaço para mães boas ou más pela metade:

A maternidade era então definida como um conjunto supostamente universal de comportamentos e sentimentos: ternura envolvente e ilimitada, amamentação longa, supervisão constante e educação das crianças, movimentação física restrita ao espaço doméstico, ausência de desejo sexual, rejeição ao trabalho dito ‘produtivo’ (i.e., assalariado). Em contraste com esta figura idealizada, muitas narrativas apresentavam mães ‘monstruosas’, ou seja, aquelas que não se enquadravam nessa idealização patriarcal – presidiárias, prostitutas, operárias (Stevens, 2007, p. 25).

Para Forna (1999), o mito da maternidade é o mito da “Mãe Perfeita”: “ela deve ser completamente devotada não só aos filhos, mas a seu papel de mãe. Deve ser a mãe que compreende os filhos, que dá amor total e, o que é mais importante, que se entrega totalmente” (p.11). Assim, a mãe trabalhadora assalariada passa a ser duramente criticada: o trabalho das mães fazia da criança uma pequena vítima (Badinter, 1985).

Todas essas mudanças em relação à maternidade e aos cuidados maternos

que ocorreram na Europa dos séculos XVII, XVIII e XIX ecoaram no Brasil. Também aqui, embora com especificidades, os cuidados maternos passam a ser valorizados e considerados não apenas como desejáveis, mas naturais. “Assim, por todo o século XIX, deu-se a adaptação do modelo de família burguesa europeia à sociedade colonial brasileira que, com o auxílio dos médicos higienistas, adquiriu aqui um “colorido tropical”” (Moura & Araújo, 2004, p. 49).

Del Priore (2009) ressalta que, no período colonial, “a identidade feminina fazia-se a partir da maternidade, independentemente de a mulher pertencer à casa-grande, à senzala ou à palhoça bandeirista” (p. 284). Para ela, o desejo institucional de adestramento da mulher aliado ao uso que as populações femininas fizeram deste projeto deram longevidade ao estereótipo da “santa-mãezinha”.

Se as mulheres interiorizavam os preconceitos e estereótipos de uma sociedade machista e androcêntrica, o fizeram porque nesse projeto encontraram benefícios e compensações. Sua revanche traduziu-se numa forte rede de micropoderes em relação aos filhos e num arsenal de saberes e fazeres sobre o corpo, o parto, a sexualidade e a maternidade (ibidem, p. 285).

Para Cordeiro (2013), a investigação sobre as raízes do mito do amor materno na Europa, e de como e quando seus ecos chegaram até o Brasil, mostra o quanto esses ideais permeiam o comportamento da mulher brasileira ainda hoje.

1.2. O Maternar e o Feminismo

Ao longo do século XIX, na mesma época em que ainda predominava o estereótipo da “maternidade glorificada”, começava-se a firmar o feminismo como movimento social (designado, posteriormente, de feminismo de primeira onda).

Para Knibiehler (2000), foi a partir da Revolução Francesa que

as mulheres perceberam então que a maternidade não era somente uma função natural ligada ao seu sexo, nem mesmo somente uma função familiar, mas também uma função social, de que dependia o futuro da nação (p. 90, tradução nossa).

A importância da função materna foi, assim, o principal argumento das reivindicações das mulheres no decorrer do período oitocentista. “Foi sobretudo na França que floresceu o feminismo dito ‘maternalista’, mas todo o Ocidente fez coro”

(ibidem, p. 91, tradução nossa). Função privada por excelência, ela foi utilizada por numerosas feministas do passado para penetrar no espaço público e obter novos direitos (Cova, 2005).

O luto imposto pela Primeira Guerra Mundial, no entanto, silenciou, por um tempo, as reivindicações. O declínio da natalidade era uma preocupação e o trabalho assalariado das mulheres concorria com a sua função materna. “O interesse público precisava cruzar as fronteiras sagradas da vida privada: uma família não pode mais depender apenas de seu chefe, ela precisa ser objeto de decisões políticas” (Knibiehler, 2000, p. 94, tradução nossa). Assim, em relação à maternidade, o que se observa a partir de então é que as diferenças entre um país e outro são apenas de ordem cronológica: todos são mais ou menos natalistas, todos buscam meios de ajudar as famílias e todos irão acelerar a medicalização do parto (Knibiehler, 2000).

Durante a década de 1920, além de promulgarem legislações que condenavam o aborto, alguns países reprimiram a propaganda e proibiram a venda de anticoncepcionais. A pressão natalista se exercia também moral e ideologicamente: continuava-se a repetir às mulheres e às suas filhas que a sua função original era criar os filhos ao serviço da pátria. Por toda parte exaltavam-se discursos sobre a importância moral e social da maternidade. Os livros escolares, inclusive, enfatizavam o preparo das meninas para serem boas mães (idem).

Se o aumento das taxas de natalidade não foi muito significativo nos anos seguintes à Primeira Guerra, após a Segunda Guerra Mundial, no entanto, houve um rápido crescimento no número de nascimentos, tanto na Europa quanto na América do Norte – o chamado baby-boom. Para Knibiehler (2000), depois dos anos de horror da guerra, parecia haver uma “necessidade de crer no futuro” e os bebês representavam bem isso. O desejo das mães do baby-boom não se inscrevia, no entanto, na passividade e docilidade outrora intrínsecos à maternidade. Cada vez mais, essas mulheres tinham a necessidade de autonomia, reclamavam direitos civis e políticos e desejavam assumir um papel ativo na vida pública. Assim, cada vez mais, não queriam ficar em casa.

Considerando, no entanto, que “o trabalho assalariado foi organizado no século XIX pelos homens e para os homens dispensados do trabalho doméstico” (Knibiehler, 2000, p. 106), as mulheres que quiserem entrar no mundo do trabalho terão que assumir uma dupla jornada, em casa e fora dela, ao preço de um grande

cansaço e culpa. Para Knibiehler, o progresso das ciências psi (psicologia, psicanálise, psiquiatria) e as exigentes demandas dos especialistas do desenvolvimento infantil e da educação também contribuíram para essa culpabilização das mães, especialmente as trabalhadoras.

A grande mudança do século XX para a maternidade, entretanto, viria a partir do feminismo de segunda onda, que explodiu no fim da década de 60. Na esteira do que Beauvoir denunciava no livro 'O Segundo Sexo', o movimento questionava a ideologia que exaltava o papel natural da mulher como mãe, contribuindo, assim, para verbalizar a tomada de consciência das mulheres a respeito das implicações sociais e políticas da maternidade (Scavone, 2001a).

Ao denunciar o essencialismo da maternidade e colocar em questão o instinto materno, Beauvoir buscava romper de vez a equação mulher = mãe. “Ninguém nasce mulher, torna-se” (Beauvoir, 1967, p. 9). Evidenciando que a gravidez e a maternidade são vividas de maneira muito diferentes, de acordo com suas circunstâncias, ela afirmava: “não existe ‘instinto’ materno: a palavra não se aplica de forma alguma à espécie humana. A atitude da mãe é definida pelo conjunto de sua situação e pela maneira pela qual ela a assume” (ibidem, p. 277).

Para Swain (2007), a grande importância da obra de Beauvoir é que ela “desnaturaliza uma questão que finalmente é moral e histórica, inserida em uma trama de valores que se travestem em verdades definitivas. A maternidade perde, desta forma, seu caráter inexorável” (p. 207). À medida que começava a ser compreendida como uma construção social, que designava o lugar das mulheres na sociedade e na família, a maternidade, em consequência, passava a ser considerada a causa principal da dominação do sexo masculino sobre o feminino.

Scavone (2001a) aponta que

A crítica feminista considerava a experiência da maternidade como um elemento-chave para explicar a dominação de um sexo sobre o outro: o lugar das mulheres na reprodução biológica – gestação, parto, amamentação e consequentes cuidados com as crianças – determinava a ausência das mulheres no espaço público, confinando-as ao espaço privado e à dominação masculina (p. 138).

Considerada, em um primeiro momento, como um defeito natural (*handicap*), o caminho para subverter a dominação masculina seria, assim, recusá-la, de forma a romper com qualquer premissa que definisse a mulher pela maternidade. Para

Scavone (2001b), o eixo desta luta se situa na corrente do ‘feminismo igualitário’. As militantes desta corrente reivindicavam meios que lhes permitissem recusar a maternidade não desejada: o acesso à contracepção oral, recém descoberta, e a legalização do aborto. Para Collin e Laborie (2009), “os slogans das feministas pós-68 – ‘teremos as crianças que quisermos, se quisermos’ e ‘nosso corpo nos pertence’ – testemunham a vontade coletiva de que a maternidade dependa da liberdade de decisão de cada mulher” (p. 135).

Em um segundo momento, dentro do próprio movimento feminista, surgiram perguntas no sentido de questionar se as mulheres de fato queriam ser definidas sem a maternidade. Neste período, definido por Ferrand e Langevin (apud Scavone, 2001b) como negação do *handicap*, a maternidade passou a ser considerada um poder insubstituível, que só as mulheres possuem e os homens invejam. Trata-se, assim, de uma abordagem da corrente diferencialista do feminismo, que lutava pela afirmação das diferenças e da identidade feminina. Para esta corrente, o problema não era mais a negação da maternidade, e sim a divisão equitativa das responsabilidades entre mães e pais (Scavone, 2001a).

O terceiro momento de reflexão do movimento feminista em torno da maternidade caracterizou-se por uma “desconstrução do *handicap*” (Ferrand e Langevin, apud Scavone, 2001b): não é o aspecto biológico da reprodução que determina a posição social das mulheres, mas as relações de dominação que atribuem um significado social à maternidade.

Kitzinger (1996) também destaca aquilo que ela define como uma certa ambiguidade nos movimentos feministas em relação à maternidade:

Para algumas representa uma ratoeira biológica associada ao estereótipo fora de moda da mulher procriadora e um método para assegurar a sua servidão, em casa; para outras é uma oportunidade de realizar algo que os homens manifestamente não podem fazer, por muito que tentem. Há, por um lado, aquelas que gostam verdadeiramente do parto, da amamentação e de outros aspectos da maternidade biológica e, por outro, as que as consideram como traidoras ao movimento (Kitzinger, 1996, p. 44).

Scavone (2001a) considera que, no seu conjunto, essas reflexões são reveladoras de todas as contradições, mudanças e permanências da maternidade enquanto prática social.

1.3. O Maternar como um Trabalho Doméstico: as contribuições da Sociologia das Relações de Sexo

Kergoat (2009) assinala que as reflexões feministas da década de 1960 possibilitaram

a tomada de consciência de uma opressão específica: tornou-se coletivamente “evidente” que uma enorme massa de trabalho era realizada gratuitamente pelas mulheres, que este trabalho era invisível, que era feito não para si, mas para os outros e sempre em nome da natureza, do amor e do dever maternal. E a denúncia [...] se desdobra em uma dupla dimensão: basta de executar aquilo que se conviria chamar “trabalho”, e que tudo se passa como se sua designação às mulheres, e somente a elas, fosse automática e que não fosse visto nem reconhecido (p. 68).

O que o movimento feminista denunciava, assim, era a invisibilidade do trabalho doméstico: todo um conjunto de tarefas relacionadas ao cuidado da casa e das pessoas e executadas no contexto da família, essencialmente por mulheres, e de forma gratuita. O trabalho doméstico envolve um conjunto de atividades que se realizam em dois níveis: no primeiro estão aquelas atividades executadas cotidianamente pelas mulheres para que os trabalhadores assalariados possam descansar e renovar suas forças para o trabalho produtivo do dia seguinte – tratam-se das atividades de limpeza e arrumação da casa, conserto e lavagem das roupas, preparo de alimentos, compra dos bens necessários para os membros da família, dentre outras; no segundo nível situam-se as atividades implicadas na formação de uma nova geração de trabalhadores para a sociedade – gravidez, parto, cuidados e socialização das crianças (Bruschini e Rosemberg, 1982). É neste segundo nível, portanto, que se situa o trabalho do maternar.

Sob o impulso do movimento feminista, mostrou-se necessário repensar o trabalho. A partir da problemática da ‘divisão sexual do trabalho’, o GEDISST (Grupo de Estudos sobre a Divisão Social e Sexual do Trabalho)², sob a iniciativa de Danièle Kergoat, propôs uma desconstrução/ reconstrução do conceito de trabalho:

Essa reconceituação abrangeu também o trabalho não assalariado, não remunerado, não mercantil e informal. Trabalho profissional e trabalho doméstico, produção e reprodução, assalariamento e

² Atualmente Laboratório Gênero, Trabalho e Mobilidade (GTM).

família, classe social e sexo social são considerados categorias indissociáveis (Hirata & Zarifian, 2009, p. 254).

Para Hirata e Kergoat (2007), falar de divisão sexual do trabalho ultrapassa a constatação de desigualdades entre homens e mulheres: trata-se de mostrar que essas desigualdades são sistemáticas e refletir “sobre os processos pelos quais a sociedade utiliza esta diferenciação para hierarquizar as atividades, e portanto os sexos, em suma, para criar um sistema de gênero” (p. 596). Era necessário, portanto, que se debruçasse sobre a conceitualização daquilo que estava na origem dessa divisão sexual do trabalho – a relação social recorrente entre o grupo dos homens e o das mulheres. E foi aí que surgiu o termo ‘relações sociais de sexo’³:

Homens e mulheres não são uma coleção – ou duas coleções – de indivíduos biologicamente distintos. Eles formam dois grupos sociais que estão engajados em uma relação social específica: as relações sociais de sexo (Kergoat, 2009, p.67).

Para Kergoat (1996), o conceito de relações sociais de sexo se prende à noção de prática social: se admitimos que existe uma relação social específica entre os homens e as mulheres, isto implica práticas sociais diferentes segundo o sexo. A reflexão em termos de relações sociais de sexo requer entender que estas relações repousam, antes de tudo, em uma relação hierárquica entre os sexos – e que esta é uma relação de poder (neste caso, de dominação homem/ mulher). Como em todas as relações sociais, estas também têm uma base material – o trabalho –, e se exprimem por meio da divisão social do trabalho entre os sexos (ou divisão sexual do trabalho, de maneira concisa).

No que tange às relações sociais de sexo, Kergoat (2009) nos ensina que elas têm características singulares: se encontram em todas as sociedades conhecidas e são estruturantes para o conjunto do campo social e transversais à totalidade deste campo. Nesse sentido, elas podem ser consideradas como um paradigma das relações de dominação. A autora assinala, no entanto, que considerar somente esta relação de dominação é insuficiente para tornar inteligíveis a diversidade e a complexidade das práticas sociais masculinas e femininas. Assim,

³ O termo ‘relações sociais de sexo’ é utilizado principalmente na literatura francesa. No Brasil, o termo gênero é utilizado com maior frequência do que relações sociais de sexo. Ainda assim, considerando que nesta tese o referencial de Danièle Kergoat está presente de forma significativa, optou-se pela utilização do termo de origem francesa.

ao invés de centrar a reflexão somente nas relações sociais de sexo, é necessário tentar pensar o conjunto das relações sociais na sua coextensividade – as relações sociais se coproduzem e se reproduzem mutuamente:

uma mulher não se pensa como mulher, ela se pensa também dentro de uma rede de relações sociais. Como trabalhadora (na relação capital/ trabalho, na relação salarial), como jovem ou velha, como, eventualmente, mãe ou imigrante. Ela sofre e/ ou exerce uma dominação segundo sua posição nestas diversas relações sociais. E é o conjunto que vai constituir sua identidade individual e dar nascimento às suas práticas sociais (Kergoat, 1996, p. 22).

As relações sociais são ainda consubstanciais: no conjunto dessas relações há um cruzamento dinâmico, cada relação imprimindo suas marcas sobre a outra. Assim, as relações sociais de sexo têm em si conteúdos impressos de outras relações sociais e também emprestam conteúdos específicos a elas: “Toda relação social é sexuada, enquanto que as relações sociais de sexo são perpassadas por outras relações sociais” (ibidem, p. 23).

A coextensividade e consubstancialidade das relações sociais nos permitem quebrar a “homologia entre um tal lugar e uma tal relação social” (ibidem, p. 23): a relação social entre os sexos, por exemplo, não se esgota na relação conjugal, também é ativa no lugar de trabalho. Isso nos remete, conforme sinaliza Kergoat (2009), a posições analíticas muito diferentes do ponto de vista científico e político: no que tange ao objeto em questão nesta tese, torna-se impossível isolar o matenar das relações sociais de sexo, das relações de classe, do trabalho remunerado, das novas configurações de família, da evolução de novas formas de maternidade/ paternidade...

No que tange à divisão sexual do trabalho, Hirata e Kergoat (2007) nos ensinam que ela é modulada histórica e socialmente e tem por características “a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apreensão pelos homens das funções de maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares, etc.)” (p. 599). Esta forma de divisão social do trabalho tem dois princípios organizadores: o princípio de separação, segundo o qual existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres; e o princípio de hierarquização – um trabalho de homem “vale” mais do que um trabalho de mulher. Segundo Kergoat (2009), estes princípios podem ser aplicados graças a um processo específico de legitimação – a ideologia naturalista, que

rebaixa o gênero ao sexo biológico, reduzindo as práticas sociais a papéis sociais sexuados, que por sua vez remetem a um destino natural da espécie.

Se estes dois princípios organizadores podem ser encontrados em todas as sociedades conhecidas, isto não significa, no entanto, que a divisão sexual do trabalho seja um dado imutável. Ao contrário, ela tem uma incrível plasticidade – suas modalidades concretas variam grandemente no tempo e no espaço. “O que é estável não são as situações (que evoluem sempre), e sim a distância entre os grupos de sexo” (Hirata e Kergoat, 2007, p. 600). É nesse sentido que Hirata (1995) sinaliza para o “paradoxo da persistência na variabilidade”: para ela, a continuidade das relações sociais de sexo parece garantir a estabilidade da divisão sexual do trabalho para além das mudanças conjunturais. Relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho são, assim, expressões indissociáveis que, epistemologicamente, formam um sistema: a divisão sexual do trabalho tem o *status* de *enjeu*⁴ das relações sociais de sexo – ela está no centro (ou no coração) do poder que os homens exercem sobre as mulheres (Kergoat, 2009).

Conforme observam Hirata e Kergoat (2007), a força subversiva do conceito de divisão sexual do trabalho entrou em declínio e o trabalho doméstico, ao invés de ser utilizado para questionar a sociedade salarial, tem sido pensado, principalmente, em termos de ‘dupla jornada’, ‘acúmulo’ ou “conciliação de tarefas, como se fosse apenas um apêndice do trabalho assalariado” (p. 599). E, mesmo em um contexto de reconfiguração das relações sociais de sexo a que se assiste hoje, o trabalho doméstico continua como atribuição das mulheres.

E o que é mais espantoso é a maneira como as mulheres, mesmo plenamente conscientes da opressão, da desigualdade da divisão do trabalho doméstico, continuam a se incumbir do essencial desse trabalho doméstico, inclusive entre as militantes feministas, sindicalistas, políticas, plenamente conscientes dessa desigualdade (ibidem, p. 607).

Para Hirata e Kergoat (2007), este ainda é um dos problemas mais importantes na análise das relações sociais de sexo. Esta análise crítica não pode se desenvolver fora do contexto de reflexão sobre as modalidades de reprodução da servidão doméstica: a socialização familiar, a educação escolar, a formação na

⁴ O termo francês refere-se àquilo que está em jogo, em disputa, o desafio.

empresa, enfim, o conjunto de modalidades diferenciadas de socialização que se combinam para a reprodução sempre renovada das relações sociais.

Molinier (2013) também acredita que a problemática do trabalho alargado foi prejudicada pela reflexão socioeconômica sobre a tarefa dupla ou dupla jornada feminina e sobre a conciliação entre trabalho assalariado e trabalho doméstico. “A incapacidade de pensar simultaneamente e em todos os casos, para os homens e para as mulheres, esfera produtiva e reprodutiva é uma das características principais da nossa civilização do trabalho” (p. 34, tradução nossa). Para esta autora, “o acento é colocado sobre a articulação entre as esferas das atividades e não sobre o conteúdo de suas atividades” (ibidem, p. 34, tradução nossa).

Além disso, Molinier (2013) considera que o trabalho doméstico conserva as características negativas e o baixo prestígio do que não é trabalho. Nesse sentido, ela acredita que a revolução conceitual que teve lugar nas décadas de 1970 e 1980 ainda não foi concluída: “nós não fomos até o fim do programa feminista de implosão e reconceituação do trabalho” (ibidem, p. 34, tradução nossa). “Fora das fronteiras da sociologia do gênero, de seus seminários ou de seus colóquios, nós continuamos a falar do trabalho como antes” (ibidem, p. 33, tradução nossa).

Mesmo quando se manifesta a vontade de estudar o trabalho feminino e de tirá-lo da sua legendária invisibilidade, os dispositivos teóricos ou sociais formulados a partir do trabalho masculino não conseguem apreender suas especificidades. Para Molinier (2013), pensar o trabalho das mulheres requer, assim, que se continue a desconstruir a episteme virilo-capitalista do trabalho. Nesse sentido, ela afirma: “a perspectiva do *care* é uma etapa suplementar dentro da contestação feminista da civilização do trabalho” (ibidem, p. 34, tradução nossa). Nos dedicaremos a esta perspectiva na seção a seguir.

1.4. O Maternar como um Trabalho de *Care*

Cuidado, solicitude, atenção ao outro, todas essas palavras ou expressões são traduções aproximadas do termo inglês *care*. O *care* é dificilmente traduzível porque polissêmico. Cuidar do outro, preocupar-se, estar atento às suas necessidades, todos esses diferentes significados, relacionados tanto à atitude quanto à ação, estão presentes na definição do *care* (Hirata e Guimarães, 2012, p. 1).

Molinier (2004a) também acredita que não existam em termos apropriados para traduzir os conceitos de *care* e de *caring labour*. O termo ‘cuidado’ é, para ela, claramente redutor. Não se trataria tampouco de ‘solicitude’ ou ‘devotamento’, termos usados para traduzir *ethics of care*, mas que escondem a ideia fundamental de que a preocupação pelo outro implica trabalho. Desta forma, Molinier (2004a) prefere utilizar o termo inglês *care*⁵ que, segundo ela, inclui a ideia de um trabalho social:

O conceito de *care* engloba, com efeito, uma constelação de estados físicos ou mentais de atividades trabalhosas ligadas à gravidez, criação e educação das crianças, aos cuidados com as pessoas, ao trabalho doméstico e, de forma mais abrangente, qualquer trabalho realizado a serviço das necessidades dos outros” (ibidem, p. 229).

Assim, para Molinier (2012), o ‘trabalho de *care*’ designa não somente atividades especializadas, nas quais a preocupação com os outros ocupa um lugar explicitamente central (como, por exemplo, o trabalho das enfermeiras), mas também atividades menos profissionalizadas e associadas à noção de ‘cuidados’: o conjunto de atividades domésticas realizadas no seio da família e a delegação destas a babás, empregadas, faxineiras. “Mais amplamente, *care* designa também uma dimensão presente em todas as atividades de serviço” (ibidem, p. 30).

Soares (2012) sinaliza que o trabalho de cuidar do outro envolve diferentes dimensões e atividades, que dependem de quem é a pessoa que será o objeto dele. Assumir o cuidado de uma criança (como no caso do maternar em foco nesta tese), de uma pessoa idosa ou de uma pessoa com alguma limitação, por exemplo, não são, em absoluto, tarefas idênticas. As próprias atividades relativas ao maternar são extremamente variáveis em função, por exemplo, da idade da criança, da quantidade de filhos, do fato destes possuírem ou não alguma deficiência.

Embora diga respeito a toda a sociedade, o trabalho do *care* tem sido efetuado principalmente pelas mulheres (Hirata e Guimarães, 2012). Nessa mesma direção, Molinier (2013) afirma que o *care* é feminino em função de um contexto sócio-histórico. Trata-se de um trabalho, segundo ela, que

combina as tarefas mais humildes, repetitivas ou desagradáveis, com todas essas pequenas coisas, o trabalho intangível do olhar,

⁵ Respeitaremos aqui os termos preferenciais de cada autor.

do sorriso, da presença. Inestimável, o *care* é um trabalho que escapa ao valor mercantil, à medida que seu valor se confunde com o da vida (ibidem, p. 11, tradução nossa).

Nesse sentido, “o *care* é uma zona nevrálgica de conflitos, de tensões, quedas de braço, ambivalências” (ibidem, p. 11, tradução nossa).

As teorias do *care* têm sua origem nos trabalhos de Carol Gilligan no campo da psicologia do desenvolvimento moral. Suas pesquisas, que tinham meninas e mulheres como público majoritário, evidenciaram a existência de uma forma diferente de resolver dilemas morais (o que foi definido por ela como uma “voz moral diferente”). Posteriormente, autoras feministas demonstraram que esta “voz diferente” não era tanto uma voz feminina e sim as vozes daqueles (na maioria das vezes daquelas) cuja experiência moral baseava-se em atividades que consistiam em cuidar dos outros (Molinier, 2012).

Os trabalhos de Molinier se inscrevem nessa perspectiva crítica à corrente anglo-saxônica da ética do cuidar. Para ela, a teoria de Gilligan seria “um naturalismo sofisticado que resiste mal à crítica” (Molinier, 2006, p. 85, tradução nossa). Assim, Molinier (2006) vai afirmar que, se for para renovar a reflexão moral apoiando-se na experiência concreta das mulheres, veremos que é praticamente impossível fazê-lo sem reintroduzir a base material desta experiência, ou seja, a divisão sexual do trabalho e as relações sociais.

As modalidades da subjetividade, como a paciência, a receptividade, a sensibilidade à vulnerabilidade do outro, classicamente consideradas pela psicologia clínica como pertencentes à constelação psíquica da feminilidade e do “eu relacional” das mulheres, são, em sua maioria, diferenciações contingentes e secundárias à experiência do trabalho (Molinier, 2004b, p. 24).

“A ética do *care* não emana somente das mulheres nem de todas as mulheres” (Molinier, 2012, p. 29). Ao fazer esta afirmação, Molinier desnaturaliza duplamente aquela “voz diferente”: primeiramente “situando seu surgimento não numa pretensa natureza biológica (das mulheres), mas numa atividade, o trabalho doméstico e de *care*” (ibidem, p. 29); em seguida, operando divisões sociais no grupo das mulheres – não se trata de um grupo homogêneo, visto que as mulheres não estão todas igualmente envolvidas em atividades de *care*.

Ao desconsiderarem as teorias do trabalho, “as teses convencionais da psicologia participam da ocultação do trabalho das mulheres, desfiguram sua experiência e acentuam o déficit crônico de reconhecimento que elas sofrem” (Molinier, 2004b, p. 24). Desconectada do real, a ética da solicitude transforma-se numa ideologia e se volta contra as mulheres mais dominadas, ocultando as dificuldades concretas que elas encontram nas tarefas orientadas para o cuidado com os outros (Molinier, 2006).

Na tentativa de melhor apreender o trabalho de *care*, Molinier (2012) propõe que ele seja abordado sob cinco facetas ou cinco diferentes descrições, apresentadas a seguir.

O *care* como *gentleness*

Trata-se daquilo que a autora definiu como o *care* “como resposta adequada à fragilidade do outro” (Molinier, 2012, p. 32), mobilizado diante de situações em que o provedor do *care* sente-se investido de uma responsabilidade. Nesse sentido, o *care* será uma forma de agir, ou de não agir, ajustada ou afinada às necessidades do destinatário. Trata-se, portanto, da “arte do ajuste a situações sempre particulares” (ibidem, p. 32) e “demanda uma atitude experimental, a sensibilidade a uma certa situação e a capacidade de improvisar, de ‘seguir em frente’ ante certas reações” (ibidem, p. 32).

O *care* como um *savoir-faire* discreto

O *care* como *savoir-faire* discreto designa um trabalho atencioso, que se antecipa às necessidades do outro e que, quando bem feito, não se vê: “seu sucesso depende em grande parte de sua discrição, ou seja, da supressão de seus rastros” (Molinier, 2012, p. 33). Desta forma, os *savoir-faire* discretos são frequentemente traduzidos pelos beneficiários como uma postura psicológica de gentileza, doçura, simpatia ou outra qualidade do ser. “O beneficiário não sabe o quanto custou a quem executou o serviço, tanto mais porque esta pessoa antecipou-se às suas necessidades, a elas respondendo antes mesmo que fossem expressas” (ibidem, p. 33).

Inscribe-se nessa dimensão o que Molinier (2012) definiu como “*care* primordial”: aquele que nos foi dispensado na infância, por uma mãe, uma irmã, uma avó, quase sempre mulheres, sem que tivéssemos precisado pedir. “Existe o

fantasma de um ‘*care* sem sujeito’, inesgotável, sem esperar qualquer gratidão” (ibidem, p. 33). O *care* primordial remete, assim, à vulnerabilidade e à dependência como condição humana. Como nos lembra a cantora e compositora Adriana Calcanhotto na música abaixo, todos já fomos bebês e crianças e, portanto, dependentes deste *care*.

Saiba!
 Todo mundo foi neném
 Einstein, Freud e Platão também
 Hitler, Bush e Saddam Hussein
 Quem tem grana e quem não tem...

Saiba!
 Todo mundo teve infância
 Maomé já foi criança
 Arquimedes, Buda, Galileu
 E também você e eu...

Saiba!
 Todo mundo teve mãe
 Índios, africanos e alemães
 Nero, Che Guevara, Pinochet
 E também eu e você
 E também eu e você
 E também eu e você...

[Trecho da música ‘Saiba!’ de Adriana Calcanhotto]

O *care* como trabalho sujo

Explicitamente presente nos trabalhos que implicam contato com os humores do corpo e as patologias da alma, o *care* como trabalho sujo compreende os ofícios ou as atividades considerados pelo conjunto da população como repugnantes (ligados ao escoamento de humores corporais ou sexuais, à preparação de cadáveres ou à evacuação dos dejetos da vida cotidiana), e também tudo aquilo que, em qualquer atividade, se procura não fazer e delegar a alguém em posição socioprofissional hierarquicamente inferior.

Esta faceta remete, portanto, ao fato de que “cuidar dos outros não é forçosamente agradável” (Molinier, 2012, p. 35). “O conjunto do trabalho sujo [...] levanta a questão do que é preciso fazer e que não pode ser deixado de lado sem graves desordens” (ibidem, p. 35).

O *care* como trabalho inestimável

Molinier refere-se aqui àquilo que no *care* não é mensurável e que subsiste apesar do pouco reconhecimento social (desde que o trabalho preserve um sentido e um valor para aquele que o realiza). Esta dimensão do *care* remete à problemática do reconhecimento do trabalho: como medir um sorriso, uma presença?

O *care* como narrativa política

Esta dimensão traz em si a ideia defendida por Molinier (2012) de que a análise dos conteúdos do trabalho do *care* não pode prescindir da perspectiva de gênero. Ainda que do ponto de vista normativo, Molinier concorde com autoras que defendem que é necessário retirar do *care* a marca de gênero – a fim de lhe dar uma envergadura universal –, do ponto de vista concreto, ela defende que a análise dos conteúdos do trabalho do *care* não pode desconsiderar esta perspectiva, uma vez que ele é desempenhado por uma maioria de mulheres (tanto no que diz respeito ao *care* profissionalizado, quanto no que tange ao *care* realizado no seio das famílias).

Neste sentido, ela vai afirmar que

politizar os relatos do *care* consiste em encontrar formas adequadas de dar ouvidos à voz diferente, para que ela consiga encontrar passagem em meios às representações estereotipadas da bondade feminina e da oblatividade materna. Pois essas representações possuem um peso cultural que sempre poderá calar certas vozes autênticas das mulheres (Molinier, 2012, p. 40).

Para Molinier (2012), se substituirmos o termo ‘maternidade’ por ‘trabalho de *care* doméstico’, abriremos uma porta para uma pluralidade de experiências femininas. Guimarães, Hirata e Sugita (2012) assinalam que

O *care* remete à questão de gênero, na medida em que essa atividade está profundamente naturalizada, como se fosse inerente à posição e à disposição (*habitus*) femininas. Mas, na medida em que o *care* se manifesta como ocupação ou profissão exercida em troca de uma remuneração, o peso e a eficiência crescentes das políticas públicas tornam-se verdadeiras bombas de efeito retardado, visto que questionam a gratuidade do trabalho doméstico e a sua circunscrição ao grupo social das mulheres, e desafiam a ideia de “servidão voluntária” inerente a esse serviço quando realizado no espaço privado do *domus*. Vale dizer, a emergência do *care* como profissão implica o reconhecimento e a valorização do trabalho doméstico e do trabalho familiar como “trabalho”; em outras palavras, a associação do trabalho do *care* com uma profissão feminina deixa de ser natural (p. 84).

Sobre o cuidado com a família, Sorj e Fontes (2012) sinalizam que até pouco tempo atrás, ele era concebido como um assunto privado e como atributo inscrito na identidade feminina. Gradativamente, e dependendo dos contextos sociais, ele foi ganhando o estatuto de uma questão social a ser assumida, ainda que parcialmente, pela esfera pública. “Tal deslocamento conceitual e político foi motivado pela crítica e pelo entendimento que a forma como a sociedade organiza o *care* pode favorecer ou dificultar a igualdade e autonomia das mulheres” (ibidem, p.103).

1.4.1. A invisibilidade do *care*

O trabalho é invisível. A solidez e a estética de uma obra, o rigor de uma demonstração, o sabor de uma refeição podem ser julgados e apreciados. Mas as esperanças e as expectativas que o trabalho suscita, os esforços individuais e coletivos, as formas de inteligência que ele mobiliza, os sofrimentos e os prazeres, as remodelagens psíquicas onde ele é o palco, não se veem (Molinier, 2008, p. 7).

Se a invisibilidade não é exclusiva ao trabalho de *care* (retomaremos este ponto no capítulo 2), existem, no entanto, certas atividades mais invisíveis do que outras. Tratam-se daquelas que, segundo Molinier (2008) não se concretizam em um objeto ou numa realização técnica ou não se objetivam diretamente – e que, em grande parte, dizem respeito ao trabalho feminino. Não podemos perder de vista que a problemática da invisibilidade se associa, em grande medida, à questão do reconhecimento do trabalho.

No que tange ao maternar, ainda que se trate de um trabalho social fundamental, já que dele depende a sobrevivência da espécie, com frequência muitas de suas atividades são desvalorizadas, consideradas simples pelo senso comum e como algo que qualquer um (ou melhor, qualquer uma) poderia fazer. Quando enquadrado como trabalho assalariado a desvalorização de suas atividades é evidente, haja visto os baixos salários pagos a babás e outras cuidadoras.

Maternar uma criança envolve atividades altamente complexas, para quais é preciso que se mobilize uma série de saberes-fazer, que permanecem, no entanto, na maior parte do tempo invisíveis. Se tais saberes não forem mobilizados, no entanto, sua ausência é imediatamente sentida. Trata-se, assim, de um trabalho que muitas vezes só aparece quando não é feito ou quando é mal feito. Em função de

sua associação à essência feminina e ao instinto materno, tais saberes são ocultados e, em grande medida, privados de reconhecimento social.

Para Molinier (2008), a dimensão relacional dos cuidados, em termos de saber-fazer ou de habilidades, se define muito mais facilmente como não-trabalho do que propriamente como trabalho. Ela exemplifica com o trabalho das enfermeiras:

Digamos, para tornar visível, que o sofrimento, a angústia e a agonia estão à espera de uma mão estendida, de um sorriso: precisamente, a autenticidade de um gesto de consolo ou de súplica se manifesta como o contrário de um esforço laborioso, como uma atenção não calculada, um dom de si. Ou melhor, fala-se de saber-ser, uma noção vaga para categorizar diferentemente o registro das “aptidões naturais” das capacidades que não se sabe situar senão ao lado das invariantes da personalidade (Molinier, 2008, p.7).

Entretanto, à luz dos conhecimentos clínicos e teóricos da Psicodinâmica do Trabalho e fortalecida pelas contribuições da Sociologia das Relações de Sexo, a análise do trabalho das enfermeiras pode evidenciar algumas de suas dimensões ignoradas. A compaixão das enfermeiras, por exemplo, comumente confundida com a feminilidade, não tem nada de natural, no sentido essencial do termo. É, na realidade, um remanejamento psíquico secundário decorrente de um processo desencadeado pelo confronto com o sofrimento do outro. Para se desenvolver, este trabalho psíquico invisível precisa de uma mediação concreta: o trabalho (Molinier, 2006).

A compaixão é, assim, uma exigência de trabalho e não se trata, portanto, de uma experiência passiva: compadecer, ou seja, sofrer com (e não sofrer como) é uma experiência psíquica que implica suportar as modificações de sua própria afetividade a partir das manifestações de sofrimento do outro. Para Molinier (2006), essa sensibilidade fundada no conhecimento pático concreto do sofrimento deveria ser reconhecida como um trabalho. Mas, confundida com o corpo e com a afetividade, o trabalho desaparece. Ainda sobre a compaixão, ela vai afirmar que, uma vez estabilizada pela experiência, ela torna-se autêntica – esta autenticidade não está relacionada ao sexo, ao gênero e sim à confrontação com o real do trabalho (desenvolveremos este conceito no capítulo 3).

Na esteira do que Molinier propõe acerca da compaixão das enfermeiras, acreditamos que os saberes-fazer do materno são, em grande medida,

desenvolvidos a partir deste trabalho (e não instintivos, como ainda se insiste). Retomaremos esse ponto nos capítulos 2 e 3.

Para Molinier (2006), o “eu relacional” valorizado pela ética da solicitude “corresponde de fato à uma verdade empírica. Todavia, não é na ‘natureza’ das mulheres que convêm procurar esta verdade, mas no continente escuro do trabalho feminino (p. 122, tradução nossa). Segundo ela, quanto mais descemos na escala social, mais as contribuições das mulheres permanecem “trancadas no silêncio da sua ‘natureza’” (ibidem, p. 119, tradução nossa).

Molinier (2006) acredita ainda que a invisibilidade do trabalho feminino não é uma fatalidade, visto que existem outras atividades, bastante similares, que têm, contudo, acesso a outra visibilidade social, uma outra nobreza e, certamente, uma outra remuneração. A experiência analítica seria um exemplo disso – ainda que não possa ser objetivada, ela é objeto de um intenso trabalho clínico e teórico.

Conforme assinala a autora, a designação do que é ou não trabalho é construída socialmente. Em um sistema governado pelos homens, são eles que definem o valor de uma obra e em nossa sociedade são valorizados, acima de tudo, os trabalhos que satisfaçam os critérios de objetividade.

As obras masculinas, no sentido social do termo, são tangíveis e duráveis. Trabalho materno, trabalho de cuidado, de assistência ou de serviço: a obra feminina, ela é concretamente invisível, porque ela não produz objetos fora de si mesma; mas ainda mais, ela é invisível ideologicamente, à medida que a definição de obra é uma definição androcentrada, isto é construída a partir do trabalho dos homens e, por esta razão mesmo, indexada à objetivação (Molinier, ibidem, p. 121, tradução nossa).

Nessa perspectiva, Molinier (2006) afirma que, não por acaso, os historiadores esqueceram-se do trabalho das mulheres e supervalorizaram a contribuição dos homens:

Nas ciências sociais, até a revolução feminista, as mulheres eram invisíveis. Primeiro, os abusos e violências cometidas contra elas eram amplamente banalizados. Em seguida, sua contribuição positiva para a sociedade não era mencionada em nenhum lugar, nem na antropologia, na história ou na sociologia. Apenas os homens eram considerados criadores da cultura: as mulheres nunca inventaram nem descobriram nada. As categorias do masculino-ativo e do feminino-passivo foram aplicadas sem reserva a todas as situações, desde a pré-história até os dias atuais. A atividade feminina não existia em nenhum país, em nenhuma

latitude, e parecia nunca ter existido, ninguém pensou em procurar (p. 75, tradução nossa).

No que tange ao maternar, Molinier (2006) ressalta que até recentemente permaneceu a ideia de que a maternidade era uma desvantagem natural que impedia as mulheres do paleolítico de cassar. O casal pré-histórico era representado sobre o aspecto estereotipado do caçador de mamutes ao lado de uma esposa humilde e submissa, esperando o retorno das grandes caçadas, ao lado do fogo, com as crianças no seio.

No entanto, a análise das fibras e dos ossos encontrados no lugar em que habitavam, de um lado, e a comparação com grupos de caçadores modernos, por outro lado, sugerem que a sobrevivência de grupos pré-históricos pode ser amplamente atribuída às técnicas de caça coletivas, das quais participavam mulheres e crianças. Não somente as mulheres desempenhavam um papel ativo nas caças de lebres e pequenas presas, mas também a própria existência da caça aos mamutes é posta em questão (idem).

É possível que os homens tenham alcançado a façanha, de tempos em tempos, de matar um desses gigantes animais, que pesavam mais de 3 toneladas. Mas atualmente parece mais provável que a presença de ossadas de mamutes nos habitats humanos corresponde ao fato de que estes últimos se instalaram próximos de locais com água onde vieram a morrer estes animais, e que utilizaram suas carcaças como uma fonte de recursos naturais (idem).

Segundo Molinier (2006), foi partir do final dos anos de 1970 que a análise sociológica do trabalho permitiu mostrar que as habilidades e os saberes-fazer ditos femininos (como a minúcia, a destreza, a rapidez de execução) não eram reconhecidos em termos de qualificação e remuneração. A qualificação das trabalhadoras para o “trabalho feminino” escapava dos canais instituídos de formação profissional: era decorrente do trabalho reprodutivo. E, desta forma, podia ser mais facilmente negada pelos empregadores como qualificação e imputada à natureza feminina. Nesse sentido, ela afirma: “a ‘natureza feminina’ é a cripta do trabalho das mulheres” (ibidem, p. 77, tradução nossa).

A descoberta do trabalho feminino é tão difícil que as próprias mulheres compartilham as representações em vigor na sociedade – as trabalhadoras dirão elas mesmas que não há saber-fazer. É o que acontece, não raro, às mães: suas

habilidades são imputadas ao instinto/ amor maternal. O déficit crônico do reconhecimento do trabalho feminino e sua invisibilidade justificam, segundo Molinier (2006) que se use para o trabalho das mulheres a expressão que Freud reservou à sexualidade destas – “continente negro”.

1.4.2. Ambivalências do *care*

Para Molinier (2004a), se a reflexão feminista sobre o *caring labour* evidenciou e desnaturalizou, na esfera do trabalho produtivo e reprodutivo, “atividades primordiais sem as quais simplesmente não se poderia viver” (p. 240), ela pecou pelo excesso de otimismo, acreditando que o ser humano é naturalmente bom.

Eufemizado pelo senso comum, pela psicanálise, pela mulheridade⁶ e até mesmo pela reflexão feminista, o ódio das mulheres àqueles que dependem de seu trabalho está demasiadamente ausente das teorias e dos debates sobre a ética da devoção (ibidem, p. 240).

Em outra direção, Molinier (2004a) afirma que o *care* é ambíguo: o trabalho de cuidado de crianças não gera só sentimentos de amor e de compaixão por parte daqueles que cuidam delas, mas também “poderosos desejos de destruição e de ódio” (p. 228).

Cuidar da criança é se esforçar pra ser o menos incestuoso possível, sem ser de uma friidez polar. É colocar as rédeas na paixão que a criança suscita, assim como na indiferença e irritação quando ela não é exatamente o que gostaríamos que fosse, no momento em que gostaríamos que fosse. É resistir a não fazer essa coisa quando tudo em nós, nele, no mundo, nos inclina (Molinier, 2006, p. 101, tradução nossa).

Sobre as ambivalências da maternidade, Elisama Santos⁷, escreve:

Nunca imaginei que a maternidade me despertaria sentimentos tão controversos [...]. Muitas vezes me senti um monstro porque tinha o desejo de fugir, de jogá-lo longe. Já acordei o marido, cega de ódio

⁶ “Mulheridade” ou mulhebridade é um neologismo criado por Christophe Dejours para designar uma identidade defensiva de sexo: “Esta noção designa o conjunto das condutas pelas quais uma mulher se esforça para evitar as represálias das quais tem medo de ser vítima, se ela não se conformar ao que é esperado das mulheres” (Molinier, 2004a, p. 237).

⁷ Mãe e autora do livro intitulado “Tudo eu: confissões de uma mãe sincera”.

e desespero, pedindo que tirasse o nosso filho de perto de mim (2015, pos. 582).

Aquela seria a minha nova realidade. Limpar cocô e cheirar a leite materno. Não podia usar perfume porque podia dar alergia. Só podia usar roupa que permitisse a amamentação. Não podia ser eu porque ele tinha de vir antes. Estava enterrando a mim mesma e não me permitiam viver o luto (ibidem, pos. 591).

Molinier (2004a) assinala que poucos autores tratam do ódio materno e ainda menos o fazem sem julgamento normativo. Winnicott (2000b) foi um dos poucos a reconhecer que o ódio tem lugar legítimo na dinâmica normal da relação mãe e filho, elaborando uma lista de motivos pelos quais uma mãe pode sentir ódio do seu bebê (retornaremos a ela no capítulo 4).

Dessa lista, pode ser citado, sobretudo, o trabalho minucioso e constante que deve ser levado a cabo para que a vida siga seu curso no ritmo da criança e numa tonalidade afetiva que lhe convenha (sem muita ansiedade etc.). [...] Não é necessariamente o corpo da criança e suas diversas manifestações (cheiros, gritos...) que deslançam o ódio ou a aversão. Pode ser também o fato de se ter que lidar com as agruras do trabalho necessário para que ela não morra (Molinier, 2004a, p. 231).

Assim, Molinier (2004a) sinaliza que a vulnerabilidade do outro – e a preocupação, as dores, a falta de sono que ela causa nos adultos – pode “excitar o ódio no indivíduo normal, seja ele homem ou mulher” (p. 228). O trabalho de cuidado foi, por muito tempo, considerado como estritamente rotineiro, limitado a uma resposta instrumental aos desejos e necessidades corporais. Para Molinier (2006), no entanto,

nada é menos mecânico do que a preocupação com os outros que dependem de nós, uma vez que, por sua dependência, os outros nos impõem os ritmos, os *contraintes* corporais e mentais que não são os nossos, que contrariam e entravam nossos desejos (Molinier, 2006, p. 101, tradução nossa).

Ainda que não se limitem à repetição, os cuidados de um bebê ou de uma criança pequena envolvem tarefas repetitivas. Sobre isso, Molinier (2004a) afirma: “uma das razões pelas quais as dimensões ingratas do trabalho materno junto ao recém-nascido são suportáveis é precisamente o fato de que esse trabalho não é

destinado a repetir-se eternamente” (p. 233), já que as tarefas mudam a medida que as crianças crescem.

Molinier (2013) acredita ainda que os motivos para se ocupar dos outros não estão necessariamente localizados numa natureza benevolente ou amorosa. “Podemos, aliás, nos perguntarmos se o trabalho de *care* não se desdobra sobretudo sob um regime de *contrainte*, se não é preciso ser forçado a se ocupar dos outros” (Molinier, 2013, p. 60, tradução nossa). Neste mesmo sentido, Badinter (1985) questiona se a moral, os valores sociais ou religiosos não poderiam ser incitadores tão poderosos quanto o desejo da mãe para que se materne uma criança.

O “*ethos do care*” (a tal voz moral diferente), conforme já sinalizamos, é uma disposição posterior à sua experiência – e sua formação é frágil, dependendo do contexto (Molinier, 2013). A dinâmica apego-*retrieval* (a ser aprofundada no capítulo 3) necessária ao materno não é, portanto, nem simples, nem esquemática (Molinier, 2004a). Cuidar de uma criança é recorrer a uma ética que é reconquistada sem cessar:

Esse “querer bem” nada tem de natural. [...] É a experiência do trabalho que constrói, aperfeiçoa e estabiliza o sentido da solicitude ou da sensibilidade ao desamparo do outro. Mas não existe caráter de automaticidade na experiência do trabalho e ela pode torna-se também oportunidade para o pior. Entre afeição e desafeição, a bipolaridade do trabalho está ausente dos debates feministas sobre o *care* (ibidem, p. 229).

A ambivalência e a flutuação dos sentimentos contidos no trabalho de *care* não são nenhum mistério para quem tem alguma experiência – “mas esse conhecimento trivial se apaga diante da ideologia tenaz sobre a meiguice natural das mulheres” (Molinier, 2004a, p. 228). A visão estereotipada do *care* como expressão do amor (em especial o *care* relacionado ao cuidado de crianças e mais ainda no que tange ao materno), não apenas nutre-se da ideologia da ternura feminina, mas também contribui para reforçá-la: “uma mulher que não gosta de crianças não é uma mulher” (ibidem, p. 236). Assim, torna-se necessário embelezar a realidade e calar o negativo.

Molinier (2004a) ressalta que “esses desejos de destruição e de ódio não pertencem ao lado patológico da psique humana, como se poderia pensar para livrar-se do problema, sobretudo quando se trata de mulheres” (p. 229). Se nos

basearmos numa representação do *care* desprovida de ambivalência, corremos o risco de raciocinar como se existisse “trabalho de *care* perfeito, realizado por pessoas perfeitas e em condições perfeitas de felicidade” (ibidem, p. 230).

Valorizar o *care* sem idealizar ou exaltar seus conteúdos permite, ao contrário, apreendermos os esforços, as engenhosidades e a sensibilidade exigidos para uma resposta ajustada às necessidades do outro. Para Molinier (2012) é esta perspectiva que permite que se dê passagem para falas e dilemas do *care* que mostram uma realidade bem diferente das representações estereotipadas do devotamento e da oblatividade materna.

Nos debruçarmos até aqui sobre algumas especificidades do maternar enquanto trabalho. No próximo capítulo, apresentaremos algumas contribuições da Ergologia para pensar o trabalho de maneira ampliada.

CAPÍTULO 2 – AS CONTRIBUIÇÕES DA ERGOLOGIA

2.1. Debates sobre o conceito de trabalho nas ciências sociais

Se afirmamos aqui o maternar como um trabalho, é preciso esclarecer de que concepção de trabalho estamos nos valendo. Escolhemos caminhar nesta tese com a Ergologia por acreditarmos na sua perspectiva ampliada acerca da noção de trabalho e na sua proposta de conhecê-lo, considerando todas as complexidades que o trabalhar envolve. Além disso, se nos propusemos a analisar o maternar, não poderíamos perder de vista a questão de gênero que lhe é subjacente. Nesse sentido, quando pertinente, resgataremos alguns conceitos da Sociologia das Relações de Sexo (apresentados no primeiro capítulo).

Como conceituar, portanto, o trabalho a partir desse referencial teórico? Yves Schwartz (2011a) nos ensina que o trabalho é uma realidade enigmática, “uma noção que escapa a toda definição simples e unívoca” (p. 20). Neste mesmo sentido, Tersac e Maggi (2004) nos advertem que o trabalho é um conceito complexo, não apenas porque suas práticas variam em função das diferentes situações, mas também porque seu sentido varia ao longo do tempo e de uma sociedade para outra. Em um mesmo momento histórico, podemos observar diferentes noções de trabalho segundo diferentes sociedades. Nos séculos IX e X, trabalho foi sinônimo de penitência (predominantemente), no século XIII esteve associado ao exercício de um ofício e, mais recentemente (a partir do século XVIII), essa noção passou a ser relacionada às atividades produtivas que se desenvolvem sob o regime do capitalismo. A noção de trabalho é, portanto, no mínimo ambígua, se a julgarmos por aquilo que ela designa ou por aquilo que ela exclui (idem).

No entanto, o conceito mais evocado atualmente para designar trabalho é aquele que o limita àquilo que foi desenhado e circunscrito pela Revolução Industrial e pelo assalariamento, traduzindo-o por uma troca heterogênea: o tempo trocado por remuneração, o tempo de vida vendido. Nas sociedades capitalistas, que alçaram o aspecto econômico à categoria de valor supremo, não nos causa estranhamento o fato de que o trabalho mercantil, remunerado e “juridicamente subordinado”, apareça como o centro.

Temos, portanto, a partir da Revolução Industrial, uma tentativa de operar o trabalho a partir de um conjunto de atividades designado de modo abstrato enquanto trabalho, instituindo-lhe a forma-salário, portadora de uma pretensa unidade conceitual. É nesse momento que se delimita “um tempo de trabalho exteriormente normatizado, remunerado e separado das outras esferas e temporalidades da vida social” (Schwartz, 2004a, p. 36).

Esse conceito empobrecido não pretende apenas definir o que é trabalho, mas também o que não é: a partir dele é que, em geral, tem se permitido distinguir o trabalho do ‘fora do trabalho’ (lazer) ou do ‘não trabalho’ (desemprego). Nessa definição estreita, portanto, o maternar não estaria enquadrado como trabalho, visto que não é remunerado.

Para Schwartz (2011a), no entanto, o trabalho trocado por dinheiro seria a definição daquilo que ele chamou de “trabalho *stricto sensu*: prestação remunerada em uma sociedade mercantil e de direito” (p. 23). Schwartz ressalta, no entanto, que limitar o conceito de trabalho àquilo que foi definido como trabalho *stricto sensu* tem por efeito abafar outras definições de trabalho, que poderiam abarcar outras atividades. A atividade de trabalho “não esteve sempre e, mesmo em nossos dias, não está sempre e inteiramente subordinada à troca mercantil” (Schwartz, 2007, p. 259). As atividades doméstica e as atividades de voluntariado são exemplos disso.

Enquanto para Marx (1988) o trabalho se caracteriza por ser uma atividade com finalidade social, os ergonômistas da atividade⁸ o diferenciam do lazer explicando que trabalho seria aquela atividade que implica finalidade, exigências e responsabilidades, trazendo o exemplo de um guia turístico de montanha: quando ele leva os clientes para um passeio está trabalhando; quando leva um parente para passear está se divertindo (Guérin et al., 2001).

Schwartz (2011a) afirma que várias atividades não estão sob contrato e implicam uma finalidade social com responsabilidades e exigências enormes, como é o caso, por exemplo, do trabalho doméstico e especificamente do maternar. Assim, caminhando nas reflexões sobre trabalho, Schwartz e col.

⁸ A Ergonomia da Atividade, uma das correntes da Ergonomia, visa compreender o trabalho para transformá-lo. Esta corrente estabelece uma diferença entre o trabalho prescrito e o trabalho efetivamente realizado, já que para fazer face à variabilidade, a atividade humana tem que fazer regulações e transformações na prescrição. Assim, não há como conhecer o trabalho sem análise dessa atividade.

(2008) assinalam que limitar-se ao trabalho mercantil lhes pareceu uma trajetória demasiadamente estreita:

Por quê esta necessidade de alargar? Não há nenhuma razão para considerar o trabalho *stricto sensu* como uma espécie de forma “canônica” do trabalho para a humanidade. A análise de toda a atividade industriosa humana baseada neste pressuposto, avaliando as proximidades e as distâncias em relação a esta forma de prestação supostamente privilegiada, acabaria por negligenciar elementos de inteligibilidade essenciais para toda e qualquer dinâmica de transformação do estado atual das coisas (*ibidem*, p. 11).

Para Hirata e Zarifian (2009), a noção moderna de trabalho, formalizada pela economia política clássica, nos remete a uma dupla definição. A primeira é antropológica: o trabalho como um ato que se passa entre o homem e a natureza. A segunda definição parte da primeira, mas considera que essas trocas entre homem e natureza sempre se produzem em condições sociais determinadas.

No entanto, segundo esses autores, esta definição ainda é insuficiente, visto que: parte de um modelo assexuado do trabalho, apresentando o sujeito do trabalho – o homem – como universal; e as relações suscitadas não são apreendidas de maneira idêntica, uma vez que as relações homem-natureza tendem a ser naturalizadas e fixadas como uma base imutável da produção da vida humana, enquanto as relações sociais são historicizadas. E, é justamente o fato de considerarmos as relações sob uma perspectiva histórica que torna possível considerar o sexo social.

Assim, o que Hirata e Zarifian (2009) afirmam é a não existência de trocas genéricas entre o homem e a natureza, e sim de trocas sempre específicas entre os homens e as naturezas. E os próprios homens são, na realidade, homens e mulheres. É preciso, então, que levemos em consideração o sexo do trabalho⁹. Inicialmente, dentro do debate dos estudos das Ciências Sociais sobre o trabalho, Kergoat (2009) vai propor o conceito de relações sociais de sexo para mudar o paradigma que estava restrito a uma ótica de classes sociais. Apesar de valorizar os aportes marxistas, considera limitada a maneira como se aborda a produção e a reprodução. Assim, ela acredita que a incorporação dessa categoria não apenas é uma inclusão, mas uma transformação radical na compreensão da constituição

⁹ ‘Sexo do Trabalho’ é o título do livro organizado por Andrée Kartchevsky et. al. que reúne uma coletânea de artigos em torno do conceito de relações sociais.

das classes sociais. A classe operária tem dois sexos¹⁰, não há uma homogeneidade nessa experiência. Além disso, a esfera da reprodução é lugar também da produção: o trabalho das mulheres em casa produz vidas e valores fundamentais para a sociedade.

A introdução por esta Sociologia da dimensão sexuada nas análises, permitiu o questionamento do desenvolvimento histórico do conceito de trabalho. Conforme sinalizamos no capítulo anterior, a partir da problemática da 'divisão sexual do trabalho' foi possível propor uma desconstrução/ reconstrução do conceito de trabalho, abrangendo também o trabalho não assalariado, não remunerado, não mercantil e informal. A reconceituação também abrangeu trabalho profissional e trabalho doméstico, produção e reprodução, assalariamento e família, classe social e sexo social, considerados categorias indissociáveis (Hirata & Zarifian, 2009).

Como consequência da ampliação do conceito de trabalho, incluindo o sexo social e o trabalho doméstico não profissional, uma série de categorias dicotômicas passaram a ser questionadas, assim como as categorias sociológicas construídas exclusivamente a partir de uma população masculina universal (Hirata, 1995).

Na sua constituição, a problemática da divisão sexual do trabalho beneficiou-se do movimento feminista dos anos de 1960 que, como vimos, denunciava a invisibilidade do trabalho doméstico:

Ao contrário do que diz o senso comum, as mulheres sempre trabalharam, e muito. Diariamente, milhares e milhares delas executam um sem número de tarefas indispensáveis à sobrevivência e ao bem estar de todos os membros da família (Bruschini & Rosemberg, 1982, p. 9).

Apesar de imprescindível para a manutenção e reprodução da sociedade do capital, o trabalho doméstico tem sido pouco valorizado e praticamente ocultado pela produção social, visto que sua execução se circunscreve ao domínio privado (Bruschini & Rosemberg, 1982). Esta desvalorização e ocultamento do trabalho doméstico, no entanto, nem sempre se fizeram presentes – as tarefas domésticas eram executadas ao lado de outras atividades ligadas

¹⁰ Em referência ao livro 'A Classe Operária Tem Dois Sexos', que reúne textos de Elisabeth Souza-Lobo.

diretamente à produção social (idem): no passado, toda a família produzia bens e serviços necessários à subsistência do grupo e a unidade doméstica confundia-se, assim, com a unidade básica de produção (Bruschini & Ridenti, 1994).

Como já mencionamos, foi a partir da Revolução Industrial que o trabalho passou a ser dividido em duas esferas distintas: de um lado a unidade doméstica, de outro a unidade de produção.

A essa fragmentação correspondeu uma divisão sexual do trabalho, cabendo ao homem o trabalho produtivo extra-lar, pelo qual passou a receber um salário, enquanto à mulher coube principalmente a realização de tarefas relativas à reprodução da força de trabalho, sem remuneração. A ideologia se encarregou do resto, transformando essa rígida divisão sexual do trabalho em uma divisão “natural”, própria à biologia de cada sexo (Bruschini & Rosemberg, 1982, p. 10).

Nesse sentido, o capitalismo soube utilizar, para se fortalecer, as relações de sexo que lhe preexistiam (Kergoat, 1986). Assim, o modo de produção capitalista construiu-se sobre a separação dos lugares e tempos da produção e da reprodução. No entanto, conforme assinalado no capítulo 1, o trabalho doméstico, forma histórica particular do trabalho reprodutivo, é inseparável da sociedade salarial (Kergoat, 2009). Mas, diferentemente do trabalho assalariado, ele é o oposto da objetificação: se desenvolve na esfera privada, está associado às relações afetivas e baseado na permanente disponibilidade materna e conjugal das mulheres – e, nesse sentido, é refratário à mensuração (Hirata & Zarifian, 2009).

Para Fougeyrollas-Schwebel (2009), a exclusão do trabalho doméstico das mulheres do domínio econômico não decorre da natureza da sua produção, visto que, quando os mesmos bens são produzidos fora da família, o trabalho que os produz é remunerado. De acordo com Trabut e Weber (2012), “o trabalho do cuidador familiar torna-se visível quando encontra um equivalente profissional” (p. 145). No caso do materno, quando se contrata, por exemplo, uma babá.

A invisibilidade do trabalho doméstico aparece como resultado de dois fatores: a família da década de 60 era definida como um lugar de consumo – com a industrialização ela teria perdido seu papel produtivo; o segundo fator é decorrente da premissa vigente de que as diferenças de funções e atividades entre homens e mulheres são naturais (Fougeyrollas-Schwebel, 2009). Louro

(2012) acredita que essa invisibilidade foi “produzida a partir de múltiplos discursos que caracterizaram a esfera do privado, o mundo doméstico, como o ‘verdadeiro’ universo da mulher” (p. 21). Esses discursos possibilitam que os homens, legitimamente, escapem do mundo doméstico.

A luta feminista para o reconhecimento dos afazeres domésticos enquanto trabalho é apontada por Schwartz (2015) em um diálogo fictício em que Sócrates e Poluidalos tentariam definir “O Trabalho”:

e a mãe que cuida dos deveres das crianças, preparando conservas de azeitonas e, ao mesmo tempo, lava as roupas e cuida do bebê, será que ela não se ativa de maneira comparável a um empregado, para usar sua linguagem, na creche da rua próxima onde crescem nossos futuros soldados da infantaria? Ao depreciar essa forma de trabalho sob o pretexto de que ela não seria formalizada, não deveríamos temer que Aristófanes nos recolocasse em cena a raiva das nossas companheiras, muito pior do que As Mulheres na Assembleia? (ibidem, p. 85).

A partir desse e de outros questionamentos na busca de uma definição para trabalho, Schwartz (2011a) ressalta que o exercício de alargarmos este conceito

nos obriga a sair de nossa reflexão que toma o trabalho no *stricto sensu*, mercantil, como se esse fosse verdadeiramente o único trabalho digno de atenção, único lugar de envolvimento, de uso e de usura¹¹ de nossas faculdades industriais. Como se uma diferença de natureza separasse essas duas formas de atividade humana, prestação mercantil ou não mercantil. Outra maneira de dizer: seria esquecer os outros ‘nascimentos do trabalho’, esquecer as dimensões antropológicas do gênio humano, para se interessar por ele só quando está enquadrado em uma relação mercantil (ibidem, p. 31).

Restituir à atividade doméstica a condição de trabalho é “aprofundar a abordagem do trabalho ‘em geral’, fazendo-nos refletir sobre o que é, então ‘invisível’¹² nesse trabalho e, a partir daí, em todo o trabalho” (ibidem, p. 32).

¹¹ Entendemos que o termo ‘usure’, no original em francês, seria melhor traduzido como gasto, desgaste.

¹² Cabe aqui esclarecer que esta noção de invisibilidade do trabalho não se confunde com o trabalho invisível denunciado pelo movimento feminista, e que estaria relacionado às atividades domésticas e de cuidado. Para Schwartz (2011a), todo trabalho, inclusive o mercantil, comporta uma parte invisível – ele é sempre um misto de visível e de invisível. Esta noção será melhor trabalhada por nós no capítulo 4.

Mensurar as continuidades, as circulações e as transferências, em todos os sentidos, entre o trabalho informal, o doméstico e as formas mercantis de contrato,

é contribuir para redescobrir a parte invisível, enigmática de ‘toda’ a atividade industriosa, e a impossibilidade de circunscrever claramente os recursos, os atos, os espaços onde se desdobram os corpos e as almas humanas em ‘todo’ o trabalho, até mesmo o trabalho mercantil (ibidem, p. 32).

No movimento contrário,

datar o ‘nascimento’ do trabalho quando da emergência do regime salarial é cortar suas comensurabilidades – mais ou menos frouxas, mais ou menos estreitas – com as outras formas da atividade humana, por exemplo, com as atividades tradicionalmente assumidas pelas mulheres na família ou no grupo social, e cujas raízes remete a outras épocas. Ao ocultarmos aquilo em que essas atividades têm em parte a ‘dimensão’ de um trabalho, tornamos difícil a inteligibilidade do reinvestimento possível do trabalho doméstico no trabalho assalariado, o segundo alimentando-se nos patrimônios inventivos e de experiência do primeiro (Matheron, 1994) (Schwartz, 2004a, p. 39).

Sem querer negar ou diminuir as particularidades existentes em cada um dos trabalhos, Schwartz (2015) nos propõe, então, uma reflexão sobre aquilo que os aproxima: “não há essência do trabalho, mas não haveria uma espécie de dramática comum que implicitamente nos torna aceitável o uso da mesma palavra “trabalho” em circunstâncias tão diferentes?” (p. 87).

Nesse sentido, afirma a existência de elementos transversais que parecem caracterizar a atividade no sentido mais abrangente do termo: a dialética entre as normas antecedentes e as normas individualizadas (Schwartz, 2004a).

Entre uma ação humana qualquer — trabalho para si, trabalho doméstico, atividade lúdica, esportiva — e um trabalho economicamente caracterizado, não há descontinuidade absoluta: ambos são comensuráveis a uma experiência, a de uma negociação problemática entre normas antecedentes e as normas de sujeitos singulares, sempre a serem redefinidas aqui e agora. O que torna possível, entre o tempo de trabalho assalariado e o tempo ‘privado’, a circulação de valores e de patrimônios (ibidem, p. 39).

2.2. A propósito das Normas Antecedentes e das Renormatizações

A partir da ideia central de Canguilhem (2011) de vida como capacidade normativa, a perspectiva ergológica irá afirmar que “o trabalho nunca é totalmente expectativa do mesmo e repetição – mesmo que o seja, em parte” (Schwartz, 2004b, p. 23). “Todos os tipos de infidelidades se combinam, se acumulam, se reforçam uma na outra, no conjunto de um ambiente de trabalho” (Schwartz, 2007, p. 191).

Vida e trabalho nos convidam, assim, o tempo todo, a fazer a gestão dos constrangimentos, das incertezas, das infidelidades do meio. Esta perspectiva considera, portanto, que o humano, ao trabalhar, não é apenas executor – é gestor de seu trabalho: ele faz a regulação das pressões e exigências; adapta seu ser, seu comportamento em função de variações de seu estado interno e de elementos da situação; decide pelas melhores formas de proceder; inventa “truques”, dá “jeitinhos”, permitindo desta forma atingir mais seguramente os objetivos.

A gestão, como verdadeiro problema humano, advém por toda parte onde há variabilidade, história, onde é necessário dar conta de algo sem poder recorrer a procedimentos estereotipados (Schwartz, 2004b, p. 23).

Através da regulação das variabilidades, e com objetivo de fazer o trabalho acontecer (e de fazê-lo preservando sua saúde), o trabalhador altera os seus modos operatórios. Esta concepção de trabalhador enquanto gestor, recusa a tese de que não há gestão senão a dos especialistas habilitados como tais (Schwartz, 2007). A partir da deriva *trabalhar, gerir*, afirmamos o *maternar, gerir*.

E se a Ergonomia da Atividade postulou a defasagem irredutível entre tarefa e atividade e revelou a diferença entre o trabalho prescrito e o trabalho realizado, a Ergologia reafirmou esta diferença, aprofundando seu significado com base na herança de Canguilhem, a propósito da tendência de cada vivente de sempre renormatizar seu meio de vida (e de trabalho).

Por trás da distinção prescrito/ real há algo muito mais geral, presente em toda atividade humana – uma dimensão de protocolo, ou de normas antecedentes, de um lado; e uma dimensão de encontro, ou de renormatizações, de outro. Assim, partindo da noção de prescrição, e buscando melhor

compreendê-la e ampliá-la, Schwartz (2007) introduziu o conceito de normas antecedentes.

Toda atividade humana está permeada de normas antecedentes. Antecedentes porque referem-se a tudo aquilo que preexiste à atividade – tudo que está lá antes que a atividade se desenrole, tudo aquilo que a predetermina, que visa guiá-la, orientá-la e quase enquadrá-la. Há, assim, normas que são da ordem do emprego, da organização do trabalho, do organograma, das regras comuns, dos objetivos de gestão e de produção, das maneiras de fazer, aquelas previstas nos regulamentos, pelos departamentos de métodos... Mas há também aquelas criadas pelos coletivos a partir da atividade de trabalho, e que não estão descritas nos procedimentos.

O conceito de normas antecedentes apreende, então, o prescrito, mas extrapola-o – além das formas de prescrição já elencadas pela Ergonomia da Atividade, a norma antecedente comporta outras formas de antecipação que irão servir de referência para os protagonistas da atividade. Elas englobam, então, os saberes relativamente estabilizados que relevam do protocolo experimental (prescritos, objetivos, regras, missões...) e os saberes que são procedentes da experiência (culturas de ofício, saber-fazer, valores...) (Nouroudine, 2009).

Tratam-se de construções históricas: a experiência transformada em patrimônio. Na definição de Telles e Alvarez (2004), as normas antecedentes

dizem respeito a um patrimônio conceitual, científico e cultural, no qual podemos identificar, entre outros, o nível técnico-científico atingido e a história sempre particular que conduziu a tal nível: os saberes-fazer historicamente constituídos, as linguagens que os formalizam e que permitem sua expressão, os modos de vida que estruturam as relações ao tempo, ao espaço, à comunidade etc. Trata-se da experiência que pode ser reputada patrimônio da humanidade em sua totalidade (p. 73).

Nesse sentido, as normas antecedentes (assim como as prescrições) são restrições de execução heterodeterminadas e correspondem à dimensão protocolar – também designada por Schwartz (2007) de registro Um. Elas definem-se em relação ao agir humano a partir de duas características: a anterioridade e o anonimato (Durrive & Schwartz, 2008). São anteriores no sentido de que “existem antes da vida [industrial] coletiva que tornaram possível” (ibidem, p. 26) – tudo o que está lá antes do trabalho acontecer. E são

anônimas porque não levam em consideração a singularidade das pessoas encarregadas das atividades – independem de si. Consequentemente, “a atividade corresponde a um ensaio sempre renovado de alguém único, que volta a agir numa configuração do presente das normas ao mesmo tempo anteriores ao agir e anônimas” (ibidem, p. 26).

Assim, em relação às normas antecedentes, Schwartz (2011b) nos alerta para a importância de tomarmos consciência dos limites absolutos do seu poder de antecipação: além de não considerarem as singularidades dos protagonistas das atividades, elas não são suficientes para dar conta da variabilidade do meio em que a atividade se desenrola. A atividade é “imperfeita, instável, jamais inteiramente dominada” (Durrive & Mailliot, 2015, p. 187). “Ela não está ao abrigo da contingência” (ibidem, p. 187).

As normas antecedentes podem e devem ajudar a enquadrar, a transformar em protocolo aquilo que assim pode ser, mas não podemos mandar embora a atividade que se dá como convidada, felizmente, para gerir a todo instante os encontros de encontros. Nenhum protocolo, nenhuma norma antecedente, nenhuma prescrição poderá abstrair os vazios de normas. A antecipação exaustiva é impossível (Schwartz, 2011b, p. 137).

Em função nas variabilidades inelimináveis e das variabilidades sempre renovadas, a vida não se desenrola sob o regime do estrito enquadramento e heterodeterminação. “A variabilidade do meio técnico torna impossível a estandardização total” (Schwartz, 2007, p. 96).

A solicitação de seres capazes de produzir saberes locais, investidos na situação a ser vivida, capazes por isso de adotarem para si mesmos normas que preencham essas lacunas normativas, enfim, esses encontros de encontros, é inelutável (Schwartz, 2011b, p. 138).

Resgatando a concepção de Canguilhem (2011) de vida e saúde como capacidade normativa, Schwartz (2015) irá afirmar que a antecipação exaustiva é, a um só tempo impossível e invivível, na medida em que é extremamente nociva à saúde:

A saúde seria possível quando as normas antecedentes se apresentam, única e totalmente, heterodeterminantes das formas de trabalhar, sem significar também instrumentos e indicações que

cada um, a seu modo, se aproprie para potencializar seu agir?
(ibidem, p. 87).

Assim, no decurso da atividade, a fim lidar com as variabilidades que se apresentam e de estabelecer uma relação viva e singular com o meio, os protagonistas das atividades irão operar reajustamentos das normas antecedentes – vão tentar, permanentemente, reinterpretar as normas que lhe são impostas/ propostas, configurando o meio como seu próprio meio (Durrive & Schwartz, 2008), fazendo crescer, assim, a variabilidade.

Para dar conta das situações em que as normas antecedentes se mostrem, em alguma medida, inadaptadas, equivocadas ou excessivamente rígidas, será necessário que os protagonistas das atividades exercitem uma astúcia transgressora (Athayde & Brito, 2011). Em outras situações, face a “vazios de normas”, será preciso operar uma inventividade criadora (idem).

O exercício da sua capacidade normativa é uma tentativa do vivente de estabelecer com o meio um domínio positivo, deixando traços de suas próprias normas de vida, ao invés de simplesmente se submeter às normas do meio (Schwartz, 2007).

A saúde começa com a tentativa de redesenhar parcialmente o meio em que se vive, em função de suas próprias normas, elaboradas por sua história. Nada é, portanto, inteiramente previsível na confrontação, aqui e agora, entre as normas antecedentes, suas lacunas e as normas de saúde próprias à pessoa, convocadas para gerir aquilo que não foi previsto nem ainda vivido por ninguém. Essa confrontação cria, portanto, um novo ponto singular de história no âmago da atividade, no coração do trabalho, que torna a alimentar essa variabilidade de situações não assimilável, que não se pode antecipar, num primeiro momento, por meio de protocolos (Schwartz, 2011b, p. 139).

A este processo, no qual as normas antecedentes são postas em correlação com a situação de trabalho a fim de produzir normas em adequação com as condições reais da atividade, Schwartz (2007) denominou de renormatizações. Dito de outra forma, as renormatizações são

tudo isso que eu faço no momento em que eu, pessoa singular, com meus próprios antecedentes, minhas próprias relações com esse universo das normas antecedentes, entro no lugar de trabalho e trabalho (Schwartz & Mencacci, 2015, p. 40).

As renormatizações remetem, assim, àquilo que é da ordem da gestão do singular, à ressingularização ou à desneutralização das normas antecedentes. Trata-se daquilo que Schwartz (2007) denominou de segundo registro, ou R2: é a dimensão do encontro, “uma tentativa de recentramento das normas do ‘registro Um’, que foi pensado sem você, uma tentativa de o repensar em função de você, em função da história que você tem para viver” (p. 98).

No materno, poderíamos ilustrar isso com uma atividade tida como trivial: a troca de uma fralda. Pode-se aprender como proceder a partir de um passo-a-passo descrito em um livro, em um curso de puericultura, a partir das orientações de uma enfermeira ou de dicas de parentes próximos, por exemplo. A maneira como cada uma irá proceder em relação à cada troca dependerá, no entanto, de inúmeras variáveis: os recursos materiais (fralda limpa, algodão ou lenço umedecido, pomada) podem não estar disponíveis; a superfície em que o bebê está deitado em determinada ocasião é instável ou irregular (o banco de um carro em movimento, por exemplo); o bebê pode ser mais agitado e “dificultar” o processo; ou ele pode ter tendência à regurgitar, exigindo que o manuseio do seu corpo seja feito com mais cautela ou que não seja feito após a mamada; a mãe pode ser canhota e assim inverter os usos das mãos no passo-a-passo; ou pode estar com dor na coluna e optar por trocar o bebê em algum local que possibilite que ela fique mais ereta;

Assim, mesmo as atividades aparentemente mais “simples” são sempre, ao mesmo tempo, um desenrolar de protocolo normalizado e um encontro.

Para ser mais preciso, no inaparente (principalmente para os olhares apressados), ela é um encontro de encontros, uma combinatória sempre parcialmente renovada, uma interface sempre parcialmente ressingularizada entre meios técnicos, objetos técnicos e humanos no trabalho (Schwartz, 2011b, p. 137).

Uma situação de trabalho sempre é, portanto, palco de confrontação entre dois registros, o das normas antecedentes e o das renormatizações. Essas duas dimensões – R1 e R2 – são fundamentais: é necessário antecipar para que se tenha um domínio sobre o meio, mas também é preciso também fazer face aos encontros. “Se as normas, exprimem o estabilizado, o antecipado, elas têm vocação para serem colocadas em história graças às renormatizações” (Durrive & Schwartz, 2008, p. 27).

A polaridade existente entre R1 e R2 é explicada por Schwartz (2007) a partir da analogia do ímã, que tem sempre dois polos, norte e sul. Quando cortamos um ímã, não importa o seu tamanho, há sempre uma reconstituição de um polo norte e um polo sul. O mesmo acontece nas atividades de trabalho: a polaridade se reconstitui em diversos níveis e é, ao mesmo tempo, contínua e não totalmente contínua. É contínua porque pode-se reconhecer os registros Um e Dois até em si próprio: “prescrevemos regras para nós mesmo e, em seguida, o encontro faz com que as modifiquemos, mais ou menos” (ibidem, p. 97).

Não é, no entanto, totalmente contínua em função da ambiguidade do registro Um: as normas antecedentes remetem, em parte, àquilo que é da ordem das relações de poder ou das relações de propriedade (o que é denominado por Schwartz de ‘dimensão social do R1’). Assim, a polaridade pode ter uma significação diferente de acordo com o ponto de vista das relações sociais. Dito de outra forma: em algumas situações afirmamos que determinadas regras são do registro Um, mas, ao mesmo tempo, dependendo do modo como elas são vividas, não podemos dizer o mesmo. Por outro lado, regras criadas no funcionamento da atividade, podem, em momento posterior, ganhar outro estatuto ao serem validadas como tais em uma empresa, por exemplo.

A dialética que se estabelece entre esses dois registros está presente em todas as atividades de trabalho (e da vida em geral). No trabalho remunerado, em especial naqueles circunscritos na definição de emprego, as normas antecedentes atravessam as atividades sob a forma de prescrito – regras e procedimentos da organização em que se trabalha –, mas também sob a forma de patrimônio oriundo de experiências anteriores, de saberes de ofício, de hábitos daquela cultura, daquele momento histórico. E, em função das variabilidades que se apresentam e dos vazios de normas, os trabalhadores renormalizam – apropriam-se das normas, as transgridem, criam novas normas.

Nos trabalhos não enquadrados nessa definição restrita, como no trabalho reprodutivo, por exemplo, existem particularidades.

2.2.1 O materno e suas normas antecedentes

O materno, trabalho em foco nesta tese, por se tratar de um trabalho desenvolvido na esfera doméstica, talvez não esteja, de forma geral, submetido a prescrições tão visíveis ou formalizadas, como acontece com frequência em um

trabalho dentro de uma empresa. No entanto, para além das prescrições, existem outras normas antecedentes que enquadram fortemente o maternar.

Sendo um trabalho que existe desde sempre (ainda que com grandes variações ao longo da história humana e em diferentes culturas e meios sociais), o maternar possui um vasto patrimônio conceitual, científico e cultural. Saberes relativamente estabilizados – como aqueles descritos pela Organização Mundial da Saúde, legislações de proteção à infância, Obstetrícia, Enfermagem, Medicina Pediátrica e Psicologia, por exemplo –, mas também saberes menos formalizados, como tradições familiares, dicas dos coletivos de maternagem e expectativas sociais em relação ao maternar.

Moura e Araújo (2004) mostram, por exemplo, como a história da maternidade e dos cuidados maternos está entrelaçada com a relação entre os saberes das mulheres e os saberes dos especialistas da Medicina e da Psicologia. Abordando a Idade Média e a Idade Moderna na Europa e a história do Brasil, demonstram como os discursos dos especialistas vão introduzindo mudanças nas formas de maternagem. Assim, a produção histórica da maternagem envolve uma história de embates entre saberes, e na constituição da sociedade burguesa uma maior valorização do saber científico. Porém, isso não se dá sem resistência já que, muitas vezes, as opiniões de outras pessoas do círculo de convívio são também consideradas como orientadoras das atividades.

Ao nos propormos, então, a uma reflexão acerca das normas antecedentes do maternar, é preciso considerá-lo em toda a sua complexidade, como fenômeno social múltiplo e diretamente vinculado à história feminina – uma história repleta de invisibilidades, ocultamentos, silêncios, submissão (Scavone, 2004a). Conforme sinalizamos no capítulo 1, mesmo os aspectos do maternar ligados à biologia precisam ser compreendidos na perspectiva da história e da cultura.

Não podemos, portanto, perder de vista os contextos mais gerais em que o maternar se desenvolve e que ajudam a compor o amplo conjunto das normas antecedentes que o enquadram. Nesse sentido, percorremos no capítulo anterior (e de maneira ampliada em nossa dissertação de mestrado) a história da maternidade, demonstrando como o maternar assumiu diferentes contornos diante de interesses diversos (econômicos, políticos, religiosos etc.) e a partir de variadas descobertas/ produções científicas: ora tratado com indiferença, ora exaltado como um sacerdócio, “a maternidade não é mais considerada como um

fato da natureza, atemporal e universal; é uma parte integrante da cultura, em evolução contínua” (Knibiehler, 2000, p. 5, tradução nossa). As experiências do materno podem se diferenciar amplamente também de acordo com as classes sociais e as raças daquelas que maternam.

Assim, a análise do materno (e de qualquer trabalho) não pode prescindir da apreciação das relações sociais que o atravessam, e que irão constituir uma parte essencial das normas antecedentes – a dimensão social do R1. É nesse sentido que Schwartz (2004a) irá afirmar que é preciso que nos interroguemos sobre as dimensões históricas e sociais que sobredeterminam e reconfiguram as características gerais da atividade humana. Não fazê-lo é correr o risco de cair na pior abstração.

No conjunto daquilo que compõe as normas antecedentes do materno é fundamental que nos debruçemos, particularmente, sobre as relações sociais de sexo e a divisão sexual do trabalho, visto que “as relações de gênero têm também um caráter normativo/ prescritivo (nesse sentido trata-se de uma imposição do meio), que se apresenta, no entanto, de forma naturalizada” (Brito, 2005, p. 888). O processo de socialização, que se inicia no âmbito familiar e continua na escola, no casamento, na atividade profissional,

opera como um processo de integração às relações sociais, de designação para lugares específicos na divisão social e sexual do trabalho. Se os meninos são orientados para um ‘habitus profissional’, as meninas o são para um ‘habitus doméstico’ (Brito, 1999, p. 64).

É assim que, desde cedo, o processo de socialização constrói papéis sociais e “qualidades masculinas e femininas” coerentes com as atribuições de cada um: às mulheres destina-se a reprodução, aos homens a produção. Articular a abordagem de gênero às análises da atividade de trabalho é, portanto, recusar o entendimento do trabalho enquanto prática assexuada (Brito & col., 2012).

No entanto, ainda que ajudem a enquadrar as atividades, não podemos perder de vista em nossas análises a capacidade dos viventes de instituir outras normas para lidar com o que é imposto. A análise do trabalho

vai necessariamente encontrar, infiltrados de forma variável, na configuração que estuda, os efeitos – sempre ressingularizados e móveis – das conjunturas e das determinações históricas (Schwartz, 2004a, p. 40).

Nesse sentido, ainda que as normas sociais enquadrem a atividade, elas

não podem ser pensadas como autônomas, emancipadas do sujeito, pois depende sempre de como são valoradas e interpretadas. Cada sujeito – seja “individual” ou “coletivo” – afirma-se em relação às normas que institui ou contesta. Assim, a normalização social instituída não priva a sociedade, grupo ou indivíduo de sua capacidade normativa (Brito & col., 2012, p. 318).

Ao maternar, cada mãe vai estar diante de uma série de normas que atravessam as suas atividades, e que estão relacionadas, por exemplo, à sua história de vida, à maneira como ela própria foi cuidada, aos meios social e cultural em que ela está inserida, à sua constituição familiar, ao fato de o cuidado dos filhos ser ou não compartilhado com outras pessoas, aos recursos que ela tem disponíveis, enfim, a uma série de fatores que enquadram as atividades. E nas formas de viver o seu maternar, ela vai gerir essas normas, afirmando algumas, recusando outras. Assim, da mesma forma que a análise do maternar não pode prescindir da análise do amplo conjunto que compõe as normas sociais que o atravessam, não podemos perder de vista o registro da confrontação, não antecipável, imprevisível, absolutamente singular.

2.3. O maternar como um debate de normas

A Ergologia nos ensina que essas variedades de normas inseridas em um determinado contexto não são concebidas numa sucessão linear inerte, e sim colocadas em debate: “nenhuma atividade humana é pensável sem debates de normas” (Schwartz & Mencacci, 2015, p. 39). A atividade requer que se faça, o tempo todo, escolhas, arbitragens de normas: “é uma ou outra. Ou bem se faz exatamente como estava previsto, ou bem se desloca. [...] Nosso agir não se faz jamais ao acaso, ele segue normas que nós damos a nós mesmos” (ibidem, p. 40).

A vida é, portanto, uma sequência de debates de normas. Mas o que liga os diferentes debates? (Schwartz, 2014).

Como pensar a relativa singularidade de um debate de normas próprio a um instante particular, e sua inclusão mais ou menos coerente ou perturbadora num debate de normas cujo horizonte temporal é mais amplo, diante de uma situação de maior amplitude em que se insere mais ou menos a situação precedente? Vivemos

um *patchwork* incoerente de debates e de renormalizações¹³? É assim que vivemos? (ibidem, p. 264).

É a partir desse questionamento que Schwartz (2014) vai debater o problema do “encaixamento”¹⁴ parcial de debates de normas”. No curso do trabalho, recentrado parcialmente em torno das normas próprias da pessoa, novos imprevistos, dificuldades, oportunidades, “podem levá-la a incluir sequências de debates de normas de “nível inferior” no âmbito desse recentramento inicial” (ibidem, p. 265). Isso pode ocorrer porque talvez as escolhas surgidas desses microdebates perturbem a coerência organizadora do recentramento inicial. Trata-se daquilo que Schwartz (2014) denominou de “dinâmica de encaixamentos problemáticos”. Assim, ele irá afirmar que a atividade humana seria uma “tentativa permanente de dar coerência aos encaixamentos de debates de normas, com todas as formas de fracasso parcial ou total” (ibidem, p. 265).

Como pensar essas tentativas de dar coerência aos debates nos “recentramentos de ampla duração” (idem), tal como ocorre no materno, que se exerce, em geral, por um longo período de tempo? Na dinâmica de encaixamentos, as escolhas de amplitude variável que uma mãe faz no aqui-agora do seu materno – mesmo as mais ínfimas, dos microdebates que passam despercebidos – não estão desconectadas entre si e de si.

No âmbito de projetos-herança de intervalos temporais relativamente amplos, relativamente estabilizados, embora sempre disponíveis a dramáticas de renormalização de diversos níveis, se encaixariam com graus variados de coerência debates de normas de temporalidades e amplitudes mais reduzidas, chegando ao “escondido no corpo”, o chamado gesto “habitual” (Schwartz, 2014, p. 265).

¹³ Na ocasião da tradução do livro Trabalho e Ergologia para o português, os responsáveis pela tradução, Jussara Brito e Milton Athayde decidiram em conjunto com os autores do livro traduzir a palavra *renormalisation* para renormatização. A opção pela tradução literal renormalização pode sugerir no português uma volta à norma anterior. Embora também preferindo utilizar neste texto renormatização e renormatizar para deixar mais claro que se trata de uma produção de novas normas (normatividade), vamos manter nas citações literais, o termo escolhido pelo tradutor.

¹⁴ O termo encaixamento vai fazer referência às matrioskas, bonecas russas encaixadas uma no interior da outra (Schwartz, 2014). Embora Schwartz não faça nenhuma referência a isso, a matrioska, em função da sua estrutura, é associada à maternidade.

Essa noção de encaixamento é uma tentativa de sugerir como se insemina no mais profundo do nosso corpo a nossa relação valorativa: os debates de normas e suas combinações problematicamente hierarquizadas só podem ser resolvidos pela arbitragem de uma verticalidade axiológica (idem). Para resolver no cotidiano esses debates, é necessária portanto, em nós, a presença operante de valores (Schwartz & Mencacci, 2015). É nesse sentido que Schwartz vai afirmar que não há norma e renormalização que não se sustente em valores – estão ligadas a eles, ou melhor, se apoiam sobre eles:

estamos às voltas com um mundo de valores. É por eles, pela definição que damos a eles, pela hierarquia que estabelecemos entre eles, de acordo com seu grau de incorporação em nós, que as normas antecedentes “fazem mais ou menos sentido”, têm maior ou menor força em seu debate com nossa “tendência – obrigação” de renormalizar”. Estamos “às voltas” com valores porque isso nos envolve, não podemos fazer de outra maneira (ibidem, p. 41).

Sobre os valores que sustentam as normas, Schwartz (2007; 2011b) nos ensina que eles se distribuem em dois tipos bastante distintos: os valores quantitativos e os valores ditos ‘sem dimensão’. Os primeiros são aqueles que comportam unidades de medidas (particularmente monetárias) – são, portanto, dimensionáveis, quantificáveis. Tratam-se de valores antecipados ou puros resultados de atividades, não sendo, assim, jamais tecidos na atividade. Nesse sentido, em geral, ignoram as micro-gestões e seus impactos em termos de eficácia e custos para a saúde (Schwartz, 2013). São exemplos de valores quantificáveis do maternar o tempo concedido para a licença maternidade, seus custos para a empresa contratante, os gastos com educação, com compras de alimentos e roupas.

Os valores ditos ‘sem dimensão’ são aqueles para os quais não há nenhuma unidade de medida, tampouco definição categórica ou escala única de comparação. Tratam-se, assim, de valores avessos à quantificação, tecidos na atividade, convocados por ela e reelaborados constantemente – não existem, portanto, inteiramente separados dos protagonistas da atividade. A saúde, a justiça, a cultura, o bem-viver, o bem comum são valores sem dimensão. O bem-estar do filho, por exemplo, seria um valor sem dimensão do maternar.

A escolha de uma norma, de uma maneira ou de outra está ligada não

somente a um valor, mas a um mundo de valores (Schwartz & Mencacci, 2015). A decisão de colocar o filho em uma creche ao fim da licença maternidade ou de pedir demissão do emprego para se dedicar aos seus cuidados de forma integral, por exemplo, está atravessada, ao mesmo tempo, por valores quantificáveis (como os custos da mensalidade da creche e o valor do salário que se recebe) e valores sem dimensão (como os benefícios ou desvantagens em termos psíquicos para a mãe e o filho nesses arranjos).

Da mesma forma, escolhas de normas aparentemente “banais” do materno também envolvem um universo complexo de valores: uso de fraldas descartáveis (que são mais caras, porém mais práticas) ou uso de fraldas de pano (em função da maior economia, do menor impacto ambiental, da comodidade para o bebê?); amamentar ou dar mamadeira?; deixar dormir na cama dos pais ou acostumar a dormir no berço?; quais são os recursos de que se dispõe para fazer as escolhas (em termos financeiros, de apoio, de tempo)?; quais são as limitações (o cansaço, por exemplo) que irão influenciar o modo de agir?; com quem essas escolhas são compartilhadas (pais, outros cuidadores)?...

Assim, toda atividade humana, em sua dimensão mais elementar, em seu micro, constitui-se num debate de normas em um mundo de valores (em uma tentativa permanente de dar coerência à sequência de debates). Ao mesmo tempo, a sociedade, em termos macro, também está permeada por esses valores (Schwartz, 2007): “entre o micro do trabalho e o macro da vida social cristalizada, incorporada nessas normas” (Schwartz, 2011a, p. 33), existe um “vaivém que não deixa incólume nenhum dos dois níveis” (ibidem, p. 33).

A perspectiva ergológica nos obriga, portanto, a colar permanentemente o micro e o macro, a dialética do singular e do geral:

Uma situação de trabalho contém as questões da sociedade. Inversamente, pela maneira como se trabalha, cada um toma sua posição nestes debates da sociedade e os recompõe na sua escala (Schwartz, 2007, p. 31).

O materno está atravessado, assim, por uma série de valores que remetem a um certo modo de viver, extremamente variável em função do momento histórico, econômico, cultural e social da comunidade em que se vive. Pela maneira singular como se vive o materno, assume-se, em cada escolha,

uma posição em relação a esse universo de valores, em um retrabalho incessante.

Não há, portanto, universo estável e fixo de valores: eles não escapam ao devir. “No curso de nossa vida, no decorrer de nossa experiência individual, social e histórica, não se cessa de “reciclá-los”” (Schwartz & Mencacci, 2015, p. 49). “Se se leva a sério a atividade humana, ela é um elemento de retrabalho permanente desse universo de valores, retrabalho compreendido como redefinição e re-hierarquização” (ibidem, p. 49).

Não há, portanto, como saber, de antemão, de que forma os valores vão pesar sobre as arbitragens, pois cada um irá tratar os debates de normas recorrendo a um universo de recursos pessoais, hierarquizado por seu conjunto de valores do momento (Schwartz, 2011b). Quais valores serão colocados em jogo? Quais serão ocultados? Quais serão refutados?

Não podemos prever como a singularidade das pessoas e dos grupos, a singularidade das situações de trabalho vão determinar a combinatória “impossível – invivível” em face das normas antecedentes (Schwartz, 2015, p. 88).

2.4. O materno e o uso de si

Se não podemos saber como as escolhas serão feitas, podemos, no entanto, afirmar que elas serão feitas a todo momento, mesmo que em um nível infinitamente pequeno – as renormatizações sempre nos forçam a escolher (Schwartz, 2014). E “escolher essa ou aquela opção, essa ou aquela hipótese é uma maneira de escolher a si mesmo” (Schwartz, 2007, p. 193).

Nesse sentido, trabalhar é fazer uso de si, termo que nos afasta da ideia de pura execução. Ao materno, a mãe investe nas atividades os seus recursos físicos, cognitivos, psíquicos, motores, seus conhecimentos, afetos, sua sensibilidade, seus gostos, sua história, seus valores. Ela faz, assim, uso de si por si – e é por intermédio desse uso de si por si que se chega às renormatizações.

Mas, além de escolher a si mesmo, ao materno, a mãe faz escolhas relativas aos outros envolvidos neste trabalho, porque no trabalho (e na vida) não se faz só o que se quer.

A pessoa em questão faz uma escolha de ato de trabalho de que não se podem excluir as modalidades da incidência sobre ela de um universo de valores que integram de maneiras variáveis a outra num hipotético mundo comum (Schwartz, 2014, p. 261).

Esses valores vinculam a protagonista das atividades à comunidade humana no que ela tem de universal e também a comunidades culturais particulares (Schwartz & Mencacci, 2015). Assim, as escolhas são sempre, em parte, coletivas. O trabalho, portanto, nos vincula, fortemente, ao social: é preciso que se estabeleça debates com os outros, debates que são da ordem do “bem viver juntos” (Schwartz, 2007).

Trabalhar é, assim, ao mesmo tempo, uma realidade profundamente individual e profundamente coletiva: requer se faça, simultaneamente, uso de si por si e uso de si por outros. O uso de si por outros inclui tudo o que é externo ao trabalhador – as normas antecedentes, as consignas, os *contraintes*, os procedimentos, as condições históricas, as relações de poder, as escolhas dos outros envolvidos, tudo aquilo que o meio impõe (idem).

Se a articulação do uso de si por si e o uso de si pelos outros se dá de forma permanente em todos os tipos de trabalhos, arriscaríamos afirmar que ela é ainda mais complexa em um trabalho que envolve uma relação de cuidado, em que o outro está o tempo todo presente de maneira bastante definitiva (fisicamente ou não). No maternar será, então, preciso escolher em função de si – das suas possibilidades, do seu cansaço, das suas prioridades naquele momento –, mas também escolher em função dos outros – outros cuidadores, por exemplo, e, é claro, em função do filho.

As arbitragens entre as arbitragens (as suas próprias e as dos outros) fazem do trabalho um espaço de tensões problemáticas. É nesse sentido, que Schwartz (2015) irá afirmar que o trabalho comporta sempre um drama, não no sentido teatral dramático, e sim no sentido etimológico da palavra: uma dramática quer dizer que uma história, que não estava prevista na partida, está acontecendo ali. É um “destino a ser vivido”, porque sempre vai acontecer alguma coisa, sempre vão ocorrer debates e “ninguém vai poder escapar deles” (Schwartz & Mencacci, 2015, p. 38).

Em função desse uso de si como imposição permanente de escolhas, a Ergologia vai caracterizar a atividade como um ‘encontro de dramáticas do uso de

si', ou de maneira mais completa 'dramáticas do uso do corpo-si'. Schwartz (2014) vai fazer uso da expressão corpo-si para marcar a dimensão explícita do envolvimento do corpo na gestão dessas dramáticas: "o corpo vivo não poderia ser expulso desse esforço" (p. 261).

A atividade mergulha suas raízes, ou seu trabalho, no mais obscuro do corpo, o nosso corpo. E por outro lado, ela tem a ver com o que há de mais cultural, histórico, moral (Schwartz, 2007, p. 202).

O corpo-si, atravessado pelas dramáticas do trabalho, remete, assim, às profundezas do que somos, indo além do biológico. Como qualificar, então, esta entidade, base dos recentramentos, que não é apenas corpo físico, tampouco se restringe à "alma"? Schwartz (2007; 2014) nos ensina que o corpo-si é uma entidade complexa, que traz em si uma tríplice ancoragem:

- Biológica – somos seres biológicos com um corpo dado no nascimento, com potencialidades e limites;
- Histórica – somos seres da história, estamos atravessados e saturados por valores em um universo de cultura, o que faz com que as substâncias das dramáticas só tenham sentido em um momento particular da história;
- Singular – nosso corpo tem história própria, apreendida no eixo de uma biografia singular; logo, não há como dois corpos se "domesticarem" do mesmo modo. "É no cerne desse corpo-si singular que se infiltra a relação variável de cada um com um "mundo de valores", que vai além dele, mais ou menos, a depender da pessoa (Schwartz, 2014, p. 264).

Essas três ancoragens são absolutamente indissociáveis. Trabalhar é, portanto, convocar o humano por inteiro: é tentar estabelecer uma sinergia para essa tríplice ancoragem no tratamento dos debates de normas.

O corpo-si incorpora sempre uma condensação de história – profissional, social, local – que o leva a um agir industrial e socialmente competente. É isso que explica, às vezes, a familiaridade com certas práticas não em função de um histórico de trabalho naquele ramo, mas sim em função de incorporações oriundas de outras atividades, não vinculadas diretamente com a primeira – como as eficazes estratégias óculo-motoras do trabalhador de uma fábrica de bebidas, culturalmente incorporadas por práticas imemoriais de caça e pesca (Schwartz, 2014). Isso poderia explicar também a familiaridade do corpo feminino com as

atividades de cuidado incorporadas de outras atividades, como as brincadeiras de boneca da infância.

Cabe ressaltar que essas incorporações do corpo-si só ocasionalmente chegam ao nível da reflexão e da linguagem. É por isso que, frequentemente, as escolhas que fazemos nas atividades se dão de forma inconsciente, parecendo automáticas quando, na verdade, não o são:

nosso corpo-si, em todos os níveis entre a consciência e “as profundezas do corpo”, internaliza processos de seleção de informações pertinentes, determinando e hierarquizando esses debates de normas, infiltrando os efeitos de relações valorativas em situações de amplitude variável, inclusive infinitesimais (Schwartz, 2014, p. 265).

A proliferação das atividades no setor de serviços nos coloca, segundo Schwartz (2014), diante de um questionamento importante no que diz respeito ao uso do corpo no uso de si: há diferença em relação ao trabalho manufatureiro, industrial, onde o envolvimento do corpo é dominante? No trabalho nos serviços, ao contrário, a presença do corpo no agir seria secundária? O trabalho nesse setor seria intelectual? No denominado ‘trabalho de produção’ haveria um corpo ativo diante da matéria inerte, em contraste com o trabalho no setor de serviços, onde o corpo físico permaneceria relativamente inerte?

2.5. O corpo-si que materna

Nos parece que, especificamente na prestação de serviços que envolvem o cuidar, a reivindicação do corpo, em geral, seja evidente, ao menos em parte das atividades. No caso do materno, a solicitação do corpo é inquestionável em várias delas: na concepção, na gestação, no parto, na amamentação, nos cuidados básicos dispensados a um bebê ou a uma criança pequena.

As atividades do materno, no entanto, são muitas e extremamente variadas, visto se tratar de um trabalho desenvolvido, em geral, durante um período bastante longo da vida e, potencialmente, com demandas diversificadas no decorrer do seu desenrolar. Assim, em algumas atividades essa encarnação será menos evidente (e talvez isso se acentue à medida que o filho cresce e o cuidar se concentre em torno de atividades que não sejam comumente associadas ao corpo).

Mas, como nos ensina Schwartz (2014), em se tratando de qualquer trabalho, o corpo nunca estará ausente: “qual poderia ser o suporte dessa gestão de arbitragens senão o mesmo ser “encarnado””? (p. 262). O corpo está presente “mesmo quando as formas de trabalho parecem prescindir do invólucro corporal, como no caso em que o único veículo e ferramenta de consumação da atividade industriosa é a linguagem” (ibidem, p. 263).

Assim, nos diálogos entre mãe e filho, nos conselhos prestados, nas “brincas” dadas, o uso do corpo materno pode se evidenciar, por exemplo, na escolha das modulações fonológicas e semânticas dentre as várias possíveis, na gestão de sua impaciência, na mobilização da sua capacidade auditiva, suas competências discursivas, suas habilidades na escolha de argumentos e de palavras...

Em todas as arbitragens, sejam elas grandes e conscientes, sejam elas infinitesimais e quase “automáticas”, é o corpo que capta, seleciona e sustenta as escolhas:

Como memorizar, organizar, hierarquizar, de modo imaterial, saberes, gestos, procedimentos a reatualizar no momento oportuno? Como gerir os graus de esquecimento necessários para enfrentar situações que sempre mesclam o típico e o singular? Que se faz para gerir a fadiga ao longo de uma jornada de trabalho? Há toda uma “composição” do corpo que cada um deve fazer com seus históricos, seus pontos fortes, suas fraquezas (Schwartz, 2014, p. 263).

Em se tratando de um trabalho de serviço, em que o outro é parte intrínseca das atividades,

há sem dúvida a presença do corpo que sente e vigia, que adere a, e seleciona, parâmetros variáveis da situação. Falamos intencionalmente de seleção: [...] as escolhas de dados a considerar [...] mobilizam a postura, a gestualidade, a forma de abertura ou fechamento diante do outro (ibidem, p. 262).

“Como esse ‘encontro de dramáticas de si’ atravessa e se apossa do corpo” (ibidem, p. 263)? Como a percepção do ponto de vista do outro, a partir da percepção dos seus microgestos (um resmungo, um virar de olhos, que também são, com efeito, escolhas) nos levam a reajustar as soluções propostas, como alterar o tom de voz ou a posição do bebê no colo, por exemplo?

O peso da gestão das dramáticas nas atividades de serviços explica a possibilidade de estarmos fisicamente esgotados ao final de uma jornada de trabalho nesse tipo de atividade (Schwartz, 2014). O aspecto custoso do materno e de outros trabalhos de cuidado, no entanto, é frequentemente eufemizado. Em pesquisa sobre o trabalho de auxiliares de puericultura, realizada em uma creche, Molinier (2004a) observou que se considerava que essas mulheres tinham funções amenas, que o seu trabalho era fácil e agradável, e que não eram requeridas competências particulares. Esse “trabalho com fama de fácil”, no entanto, é frequentemente gerador de doenças. Nesse mesmo sentido, Schwartz (2014) aponta como as atividades nos serviços são hoje “um lócus privilegiado de proliferação de riscos profissionais vinculados com fatores psicossociais” (p. 262).

Para Schwartz (2014), torna-se “imperativo restaurar uma continuidade das atividades de serviço com os tipos de atividade em que essa ‘encarnação’ é evidente” (p. 262) – ainda que seja mais difícil sugerir a infiltração das dramáticas de si em todas as dimensões do corpo nas atividades de serviços. Este desafio de visibilizar, em alguma medida, o envolvimento do corpo em todas as atividades pode ser ultrapassado a partir da noção do ‘agir competente’ ou ‘agir em competência’.

2.6. O materno e as competências

Lançar sobre o materno um olhar ergológico nos permite compreender que ele é infinitamente mais complicado do que, a princípio, se imagina. Trata-se de um trabalho que não está dado: requer, o tempo todo uma gestão de si – do corpo, do espaço, do tempo, da vida – para dar conta de um outro. Restituir ao materno o seu caráter complexo nos permite, assim, considerar que ele exige competências específicas, que não são inatas nem prévias, e sim produzidas no exercício mesmo do trabalho. Nesse sentido, nos beneficiamos da noção do ‘agir competente’ proposta por Schwartz.

No âmbito do debate aberto a partir da década de 1990 acerca das noções de qualificação e competência, Schwartz (2014) propôs-se a abordar o “agir competente” tanto no trabalho como, para além dele, como uma sinergia sempre problemática de ingredientes de natureza heterogênea” (p. 262). Com esta abordagem, ele propõe discutir a noção de competência de maneira distinta à

lógica das empresas, que, em geral, gira em torno das planilhas e quantificações das competências.

Para Schwartz (2007), a busca pela determinação das competências para o trabalho é uma questão legítima – um exercício necessário para um problema real, mas é preciso que se avalie a que ponto vai ser difícil dar um sentido operacional a esta questão. Nesse sentido, ele vai afirmar que se trata de uma questão insolúvel, “incompatível com a pluralidade de registros ou elementos que toda atividade de trabalho tenta articular” (Schwartz, 1998, p. 1). Essa pluralidade se torna evidente na dificuldade frequente em verbalizar a atividade de trabalho – problema essencial, porém amplamente ignorado ou subestimado. Na maioria dos casos, descreve-se “o emprego, o posto ou a tarefa, nunca o trabalho” (Jobert, apud Schwartz, 1998, p. 4).

Pensar a definição de competência como “aquilo que uma pessoa coloca em ação no trabalho” não a restringe mais a um posto de trabalho e nos sugere a possibilidade de ampliar a investigação acerca do que é requerido no trabalho. Mas isso nos impõe um desafio, que dificulta a definição da noção de competência no trabalho: se os limites de uma situação de trabalho não são jamais descritíveis, se não são padronizáveis, se são imprecisos, como determinar uma competência ajustada a uma situação de trabalho? (Schwartz, 2007).

Para Schwartz (1998), a problemática das competências possui, então, a mesma ambiguidade do próprio conceito de trabalho, que abordamos no início deste capítulo:

não pode, sem cairmos no absurdo, ser isolado de um campo muito mais amplo, o da indústria humana, no seu sentido mais genérico e enigmático; como também não pode ser, sem ingenuidade intelectual, separado das riquezas e limitações prodigiosas que recebe na sua forma de trabalho social, emaranhado na troca mercantil. Esse é o desafio do que chamamos de interrogação ergológica. Disso resulta ser impensável tratar as competências independentemente das normas e características que definem todos os processos ergológicos: o que estes requerem do homem? Como se compõem, neles, normas antecedentes de tendências generalizantes e gestões da singularidade? Como se articulam neles atividade e valores? Que jogos se operam entre a dilatação do saber e as tentativas de reconfiguração do "meio"? Toda manifestação de competência em qualquer campo é uma modalidade eficiente dessas negociações complexas (ibidem, p. 6).

Dessa maneira, Schwartz (2007) afirma não haver descontinuidade entre as discussões do “agir competente” no trabalho e em outros âmbitos da vida. É nesse sentido também que apostamos na continuidade entre o agir competente no materno e no trabalho remunerado.

Para assinalar a complexidade da questão das competências, Schwartz (2007) sugere a existência de três elementos que estariam contidos nesta noção e que não se articulam facilmente:

- O primeiro elemento diz respeito à apropriação de um certo número de normas antecedentes, ou elementos do Registro 1, ou seja, trata-se de algo que se refere ao que é relativamente codificado, relativamente transmissível, relativamente conceitualizado – o que enquadra fortemente toda situação de trabalho.
- O segundo elemento, ao contrário, refere-se àquilo que é relativo à história de cada situação – ao que cada situação tem de histórico e de parcialmente inédito. Diz respeito, portanto, ao Registro 2.
- O último elemento, de natureza absolutamente diferente, seria a gestão do inédito que cada sujeito realiza quando, em situação de trabalho, é solicitado a fazer escolhas. Trata-se de uma dimensão de valores, que se articula com as duas outras dimensões.

A partir dessas três polaridades, Schwartz (1998) nos ensina que existe uma heterogeneidade fundamental nos elementos que compõem a noção de competência, e que a relação entre eles nunca é verdadeiramente antecipável. Para ressaltar a questão da heterogeneidade desses elementos, ele irá se valer da ideia de ingredientes que se combinam – são diferentes entre si, mas uma pitada de cada um é necessária para uma boa mistura: “um certo número de ingredientes é necessário a todo agir em competência, para cada pessoa, numa dada situação” (Schwartz, 2007, p. 209).

O primeiro ingrediente se reporta ao aspecto protocolar, ou seja, ao que existe de antecipável e descritível em toda situação de trabalho. Supõe, assim, dominar, em parte (já que ninguém pode tudo dominar), os saberes científicos, técnicos, de ordem econômica, gestonária, jurídica, linguística, toda uma série de códigos, saberes e linguagens – as normas antecedentes que enquadram uma situação.

No caso do materno poderia ser, por exemplo, o conhecimento de

“técnicas de maternagem” adquirido por uma mãe durante um curso de puericultura ou a partir da leitura de um livro: orientações quanto à alimentação, asseio, sintomas de enfermidades comuns na infância e outras informações que, comumente, constam em supostos “manuais do bebê”.

Esse primeiro ingrediente se opõe ao seguinte, na medida em que ele supõe um descentramento ou uma descontextualização da pessoa em relação à sua situação, em relação à sua vida, em relação a seus desejos. Aprender tais saberes é fazer, de uma certa maneira, abstração do que se pensa sobre a questão (Schwartz, 2007, p. 210).

“O trabalhador se inicia em um saber de ordem geral a respeito da tarefa que o espera” (Durrive & Mailliot 2015, p. 170). O ingrediente 1 é a primeira fonte de eficácia no trabalho – é daí que o trabalhador parte. Mas os elementos de saber formal que este ingrediente reúne não são suficientes para garantir o sucesso do agir. Por operar no princípio da modelização, este ingrediente anula “as infiltrações históricas, de maneira a não privilegiar senão uma representação voluntariamente redutora da realidade, uma esquematização, procedimentos” (ibidem, p. 170). Faz-se necessário, assim, uma segunda fonte de eficácia, que corresponde ao ingrediente de número 2.

Este segundo ingrediente distingue-se bastante do primeiro, situando-se em um polo oposto: refere-se à capacidade de se deixar apropriar pela dimensão da experiência e da singularidade, pelo ‘encontro de encontros’ – ser impregnado pela história simultaneamente humana, técnica, viva da situação. O agir em competência neste segundo ingrediente refere-se, então, à relativa incorporação do histórico de uma situação de trabalho – significa saber gerir os imprevistos presentes em cada situação e “supõe um grau de maestria dos modos de infiltração do histórico numa situação de trabalho” (Schwartz, 2014, p. 262).

Assim,

ser competente, num sentido muito diferente do primeiro ingrediente, equivale a ter-se “imbuído”, num grau mais ou menos forte, dessa historicidade que a dimensão conceitual, pelo menos num primeiro tempo, ignora. “Saber”, “saber-fazer”, “conhecimento”? Essas distinções não nos parecem, aqui, muito relevantes. Mais pertinente nos parece ser a capacidade para tomar decisões, para arbitrar, levando essas “conjunturas” em conta (Schwartz, 1998, p. 10).

Nesse sentido, “a noção de competência não pode ser colocada a priori. Ela vem sempre qualificar um agir no depois de uma confrontação com o desconhecido” (Mailliot & Durrive, 2015, p. 171).

Esse ingrediente “por meio do qual o tratamento da atividade local se arraiga na singularidade e na historicidade de uma situação, requer a onipresença de um si que é fundamentalmente também um corpo” (Schwartz, 2014, p. 262). O corpo-si, que “é projetado para fora dele mesmo por um ímpeto de saúde” (Durrive & Mailliot, 2015, p. 170), é aquilo que mais claramente se manifesta neste ingrediente: “a presença no si do histórico da situação passa muito, nas relações humanas, por todas as sensações, por tudo o que é registrado pelo corpo, pela memória, sem que se pense realmente” (Schwartz, 2007, p. 211). Tem-se aí a primeira dificuldade no que se refere a este ingrediente: colocá-lo em palavras.

A propósito dessa forma de competência "aderente" à ação, Jacques Leplat fala em "competências incorporadas", "facilmente acessíveis, dificilmente verbalizáveis, pouco custosas em termos de carga mental, dificilmente dissociáveis, muito ligadas ao contexto" (Schwartz, 1998, p. 12).

Trata-se de um ingrediente inscrito no corpo e investido na atividade, e “imperiosamente exigível na gestão de situações de ‘serviço’” (Schwartz, 2014, p. 262) – incluindo o maternar, acrescentaríamos. É ele que vai permitir que na gestão, por exemplo, de uma crise de choro do bebê, seja possível: captar todo tipo de indicações, mobilizando permanentemente os cinco sentidos (é um choro de fome, de medo, de incômodo por uma fralda suja?); perceber os signos corporais do outro (está se contorcendo, esboça alguma dor, revira os olhos?); conter sua própria impaciência e sensação de impotência (por que ele não para de chorar?!); escolher o tom de voz (suave, para acalmá-lo, ou firme para rebater uma birra?); mover o corpo de forma menos ou mais imperceptível, caso se deseje manter na invisibilidade os ‘microprojetos de tratamento da situação’ (Schwartz, 2014).

Essas captações de informações *in situ* é que favorecem arbitragens industriosas apropriadas (não apenas à situação como às escolhas pessoais de tratamento da dramática) (idem). É a partir desse ingrediente que a mãe, com os saberes inscritos no seu corpo, vai captar as necessidades extremamente

variáveis do seu bebê (e não o bebê genérico do livro de puericultura) naquele momento específico.

Há que se considerar ainda, em relação a este segundo ingrediente, aquilo que Schwartz (2007) denominou de ‘temporalidade ergológica’ – o histórico de uma situação não se incorpora no instante. Eis a segunda dificuldade: para que este ingrediente se cristalice (ou se inscreva no corpo) e para que este agir em competência se constitua é necessária uma duração específica, tanto em relação à pessoa quanto à situação.

A capacidade de captar as necessidades do filho nos seus microgestos (um choro, uma careta) é aprendida, e requer, portanto, certa temporalidade. Nesse sentido, coloca-se a terceira dificuldade: nenhuma instrução, curso ou livro consegue, do dia para noite, preparar uma mãe para este ingrediente – ele só se forma através da própria operatividade, no maternando.

O terceiro ingrediente apresentado por Schwartz (1998) pode ser definido como a “capacidade e propensão variáveis para ‘estabelecer uma dialética’ ou uma consonância entre os dois primeiros” (p. 13).

Presentemente, a situação considerada forma um nó complexo, um encontro de encontros. Ela apresenta, ao mesmo tempo, elementos de ordem geral, descontextualizados pelo primeiro ingrediente, e elementos singulares, contextualizados, tal como os apreende o segundo ingrediente (Durrive & Mailliot, 2015, p. 172).

Assim, ser competente neste ingrediente é ser capaz de articular a face protocolar e a face singular de cada situação: aquilo que em cada situação é expressão de um caso típico e aquilo que supõe um tratamento diferenciado, ajustado ao que a situação tem de particular.

O agir com competência supõe colocar em relação essas duas dimensões: o formal – dominar os saberes genéricos – e o histórico – dominar o contexto em que se vai apresentar a ocasião favorável (Mailliot & Durrive, 2015, p. 172).

Requer, portanto, daquele que trabalha, ao mesmo tempo, um distanciamento em relação ao caso e um domínio de um certo nível de recursos característicos do ingrediente 1:

instaurar essa dialética é um verdadeiro trabalho, um exigente "uso de si por si", um reajustamento indefinido, uma vigilância sensorial,

relacional e intelectual que não tem mais outro termo a não ser a própria história; essa história, que remodifica as normas, as regras e os procedimentos, aprofunda os saberes e oferece de volta indivíduos sempre ressingularizados pela vida (Schwartz, 1998, p. 15).

Para Durrive (2015), a terceira fonte de eficácia no trabalho remete à capacidade de intervir oportunamente numa espécie de tensão entre “a exigência ditada pelo mundo real – que nunca é abordada de mãos vazias, mas através de uma ‘tradição’- e a exigência ditada pelos outros, *hic et nunc*” (Durrive & Mailliot, 2015, p. 173). Tratam-se, assim, de três tensões fiadoras de um início de eficácia: o próprio sujeito, o mundo e os outros.

Desta forma, é um ingrediente fundamentalmente requerido pelo materno. A partir desse terceiro ingrediente, a mãe, considerando suas possibilidades e limites, vai ajustar por exemplo uma série de técnicas do “manual do bebê” a cada situação específica e àquilo que o seu filho tem de singular.

O ingrediente de número quatro introduz uma nova ruptura e uma nova heterogeneidade na lista de ingredientes. Trata-se do ingrediente que nos obriga a considerar a questão dos valores em jogo em toda atividade: o encontro e o cruzamento de valores. Se trabalhar implica uma arbitragem permanente entre o uso de si por si mesmo e o uso de si pelos outros, o agir competente neste ingrediente é determinado pela capacidade de fazer com que o meio de trabalho seja em parte “o seu” – um meio em que se possa fazer valer um certo número de suas normas de vida (Schwartz, 2007).

Os reajustamentos ou recentramentos que as mães vão operar ao fazer suas escolhas remetem, como vimos, aos valores que se infiltram no seu corpo, e que são permanentemente retrabalhados. E, ao deliberar sobre o valor que concedem ao desafio de agir no mundo, aqui e agora, elas revisitam os outros três ingredientes.

É nesse sentido que podemos afirmar que há uma recorrência do debate de normas sustentado por valores em relação aos outros componentes da competência (Durrive & Mailliot, 2015). Quando um meio de trabalho vale para o trabalhador como “seu meio”, isso favorece o ‘pôr em sinergia’. Assim, aquela que materna, ao perceber uma complicação, irá buscar, ao mesmo tempo: no saber (ingrediente 1), na singularidade (ingrediente 2) e na relação para dar um

encaminhamento positivo (ingrediente 3).

“O ingrediente 4, ligado ao debate de normas que cada um vive em seu meio de trabalho, conserva um tipo de laço de retroação sobre os ingredientes precedentes” (Schwartz, 2007, p. 220). “A partir do momento em que um meio tem valor para você, todos os ingredientes da competência podem ser potencializados e desenvolvidos” (ibidem, p. 220). Isso explica o ‘fenômeno do salto para frente ou para trás’: se ao maternar as mães encontram um “ambiente” que lhes convêm, em termos de valores, manifestam “mais engenhosidade em relação aos nós do trabalho cotidiano” (Durrive & Mailliot, 2015, p. 175); do contrário, se elas se desinvestem no plano dos valores, isso reflete-se nos outros ingredientes e elas correm o risco de se mostrarem incompetentes nas situações que lhe são propostas.

A quinta fonte da eficácia ou o quinto ingrediente “reenvia, então, à possibilidade que o indivíduo tem de mobilizar seus recursos e colocar em correspondência sua intenção com um dado ambiente de trabalho” (Mailliot & Durrive, 2015, p. 175): “o potencial mais ou menos mobilizado em função da adesão ao projeto de fazer” (Durrive & Mailliot, 2015, p. 175).

Isso nos leva ao entendimento de que o agir em competência não é intrínseco à pessoa – ele está relacionado a numerosos fatores, sobretudo à dimensão coletiva do trabalho. Para Schwartz (2007), jamais se trabalha totalmente sozinho, mesmo quando se tem essa impressão. No maternar existe “um outro” em evidência (o filho ou os filhos), podem existir outros cuidadores, mas também existem aqueles que, como em todo trabalho, estão lá de maneira indireta, através das normas antecedentes. Assim, o sexto e último ingrediente atesta, justamente, para o fato de que a atividade convoca sempre, em diversos graus, atividades dos outros. Este ingrediente diz respeito, portanto, ao tirar proveito das sinergias coletivas em situação de trabalho: reunir outros no que Schwartz (2007) denomina ‘entidades coletivas relativamente pertinentes’. Sobre este ingrediente, Durrive vai afirmar:

Com efeito, é competente aquele que não trabalha no seu canto, na sua bolha, mas que se mostra disposto a tirar partido das competências dos colegas, a se anular se necessário, para encorajar outras intervenções complementares (Durrive & Mailliot, 2015, p. 176).

Esse ingrediente diz respeito, portanto, na escala individual, à condição de se manter “uma membrana permeável entre a sua própria competência e a dos outros” (ibidem, p. 176), possibilitando uma “osmose com o coletivo” (ibidem, p. 176). Ou dito de outro modo, refere-se à capacidade de colocar em sinergia os diferentes ingredientes dos outros envolvidos no trabalho:

ninguém pode ser competente de modo igual em todos os registros. O problema das eficiências coletivas será o de constituir equilíbrios variados e complementares de ingredientes, conforme o tipo e o nível da tarefa ou da missão a ser realizada (Schwartz, 1998, p. 21).

No que se refere ao sexto ingrediente, nos perguntamos: como essas eficiências coletivas têm sido construídas no trabalho daquelas que maternam?

Essa decomposição da competência em ingredientes, proposta por Schwartz (1998) como um “apelo à inventividade”, revela a complexidade do problema. Assim, o exercício de pensar as competências do maternar não é tarefa simples. “Difícil dizer alguma coisa das competências sem trair o que elas são: antes de tudo um ‘agir’ aqui e agora” (Schwartz, 2007, p. 207).

Ao nos propormos a esta reflexão, não temos a pretensão de elaborar uma lista ou uma grade de competências do maternar, “como se fosse possível colocar em palavras toda a complexidade desses ingredientes” (Schwartz, 2007, p. 223). Tampouco queremos afirmar que determinadas competências se desenvolvam em todas as experiências de maternar, ou que algumas delas seriam fundamentais para o seu bom desempenho. Quaisquer tentativas nesse sentido seriam incoerentes com o referencial teórico que escolhemos para o nosso percurso. Não buscamos, assim, receitas prontas ou respostas gerais.

Em consonância com a Ergologia, buscamos nos aproximar do maternar enquanto trabalho através da descoberta de suas formas singulares. Acreditamos, assim, que cada mãe (ou qualquer um que materne), no agir em competência em uma situação específica, irá colocar em ação um conjunto de ingredientes. A escolha e o uso que será feito dos ingredientes para gerir cada encontro irá variar grandemente: a quantidade de cada um e a maneira de misturá-los será sempre única e, de antemão, imprevisível.

Da mesma forma, não estamos propondo que possa haver uma transposição simples do agir competente no maternar para o agir em quaisquer

outras situações, como se o trabalho de mãe produzisse um estoque de saberes (ou de ingredientes) do qual se pudesse lançar mão sempre que pertinente. Nosso interesse recai sobre as transformações no corpo-si a partir do *maternar*, *gerir* – e de que forma estas incorporações podem ecoar em outras atividades.

Também nesta direção, nos dedicaremos no próximo capítulo ao referencial teórico da Psicodinâmica do Trabalho, mais especificamente às suas contribuições em relação ao corpo e às transformações subjetivas a partir do trabalho.

CAPÍTULO 3 – AS CONTRIBUIÇÕES DA PSICODINÂMICA DO TRABALHO

3.1. Trabalho e Inteligência da Prática

Se uma das grandes contribuições da Ergonomia da Atividade foi mostrar a defasagem irreduzível entre trabalho prescrito e trabalho real, a Psicodinâmica do Trabalho explorou bastante o que ocorre nesta defasagem.

Para Christophe Dejours (2012a),

o trabalho se define como aquilo que o sujeito deve acrescentar às prescrições para atingir os objetivos que lhe são confiados; ou ainda o que ele deve dar de si mesmo para fazer frente ao que não funciona quando ele segue escrupulosamente a execução das prescrições (p. 38).

Assim, a característica maior do trabalhar é o fato de que, mesmo que o trabalho seja bem concebido, que a organização do trabalho seja rigorosa e as determinações e os procedimentos sejam claros, é impossível alcançar a qualidade respeitando escrupulosamente as prescrições. Nenhum trabalho funciona se os trabalhadores seguem as ordens à risca, em uma obediência absoluta (idem).

Tem-se aí um paradoxo: para fazer bem é preciso infringir. “Respeitar escrupulosamente as prescrições não é outra coisa senão realizar uma operação padrão (ou seja, em francês, uma *grève du zèle*) [...]. Trabalhar, ao contrário, é agir com zelo” (Dejours, 2008, p. 43). O zelo, algo de que, para Dejours, nenhuma organização pode prescindir, é considerado uma certa forma de inteligência e é também a mobilização, a vontade, o desejo de colocar esta inteligência em ação.

Na esteira do que então propõe a Ergonomia da Atividade, Dejours (2008; 2012a) também irá afirmar que não existe trabalho de execução: em todas as situações de trabalho sobrevêm sempre eventos inesperados, panes, incidentes, anomalias de funcionamento, incoerências organizacionais, imprevistos provenientes das ferramentas, das máquinas, de colegas, de chefes, subordinados, de clientes... E onde há variabilidade, há trabalho humano. No materno entendemos que a variabilidade é potencializada pela relação central com um outro.

Assim, haverá sempre no trabalho (e na vida) uma lacuna entre o prescrito

e o efetivo, que nunca é definitivamente preenchida. Trabalhar é, assim, uma tentativa de preencher este espaço, este interstício, que jamais pode ser previsto de antemão. Entre o trabalho prescrito e o trabalho real está definido aquilo que Dejours chamou de real do trabalho. “O caminho a percorrer entre o prescrito e o real deve ser inventado ou descoberto a cada vez pelo sujeito que trabalha” (Dejours, 2008, p. 39).

E de que maneira se apresenta àquele que trabalha essa discrepância entre prescrito e real? Para Dejours (2008), é sempre na forma de vivência de revés: “o real se dá a conhecer ao sujeito por sua resistência aos procedimentos, ao saber-fazer, à técnica, ao conhecimento, ou seja, colocando em xeque a maestria. Trabalhar é fracassar” (p. 39). “Quando todo o meu saber se choca contra a resistência do mundo, estou no real. E o que eu considerava como verdadeiro aparece, de repente, como falso. O real é a verdade que se revela por sua negativa” (Dejours, 2012a, p. 39).

O mundo real se dá a conhecer, assim, por um efeito de experiência desagradável, dolorosa, fazendo surgir um sentimento de impotência ou angústia, até mesmo de irritação, raiva, decepção ou desânimo. É nesse sentido que Dejours (2012a) irá afirmar que é sempre afetivamente que o real do mundo se revela ao sujeito:

o insucesso é sempre uma experiência pática e afetiva, proporcionando mais ou menos dor, uma experiência em regra irritante, desagradável e desesperadora, que se designa pelo nome de sofrimento (p. 177).

Como pensar essa experiência do revés no materno, considerando que a maternidade ainda está, em nossa sociedade, muito associada à natureza da mulher, ao instinto e ao sagrado? Quais as implicações subjetivas de falhar ou não saber o que fazer em relação aos cuidados do filho? Ou de assumir para outrem esses sentimentos de impotência, irritação e desânimo?

Para Dejours (2005), o real, consubstancialmente ligado ao revés, é aquilo que no mundo nos escapa, o que põe em xeque o nosso querer. No entanto,

este sofrimento, longe de ser apenas a consequência ou o ponto de chegada do encontro com o real, é sobretudo, para o que aqui nos interessa – a subjetividade – um ponto de partida, uma origem. Este sofrimento transforma-se em exigência de superação, em exigência de trabalho para o sujeito, em esperança de superação.

Este sofrimento situa-se no ponto de partida da inteligência, esta inteligência que será necessário mobilizar para perseverar na provação afetiva que é imposta ao sujeito quando de sua confrontação com o real (Dejours, 2012a, p. 177).

Assim, é “a partir do insucesso, que começa de fato o trabalho propriamente dito” (ibidem, p. 177): o real torna-se um enigma a decifrar, “um convite a prosseguir no trabalho de investigação e descoberta” (Dejours, 2005, p. 40). Nessa perspectiva, trabalhar “é continuar indefinidamente a buscar, a recomeçar e sobretudo, a encontrar uma solução. É imperativo descobrir as origens do problema, às vezes inventar uma solução possível” (Dejours, 2012, p. 40).

Sobre o encontro com o real do trabalho no materno, temos o exemplo da jornalista Rafaela Brites que desabafou nas redes sociais no dia 11 de fevereiro de 2017 acerca das suas dificuldades na amamentação do filho Rocco¹⁵:

Expectativa X Realidade – Acho que as campanhas de amamentação são desenvolvidas por homens. Só pode ser. (...) Afinal quando vemos fotos sobre esse assunto elas são sempre assim: uma cara plácida um bebê lindo... Mas verdade seja dita: o começo dói demais! É de ver estrelas. Mas calma, é só acertar a pega!!! Ahhh como se fosse fácil. Eles choram, colocam as mãos na frente, escorrega, aí mordem, dói as costas, o pescoço, os braços. E quando vc vai ver está com o peito em carne viva. No meu caso, sangrando. Mas eu não queria desistir. Quando me vi estava amamentando e chorando de dor. Literalmente deixando o bebê molhado de tanta lágrima..

E também descreveu os erros e acertos nas tentativas de superação da dor:

Lembrei da dica: o SOL. E da outra: Pomada de lanolina. Pronto, fui eu pro sol com a pomada. Só tem uma questão. ESSAS DICAS SÃO PARA SEREM USADAS SEPARADAMENTE. Lanolina é a base de óleo. Óleo no sol? Tcharam!!! Torrei meus mamilos tipo picanha de fim de festa. Mas não queria parar. Segui dando o peito até que em uma das mamadas eu praticamente desmaiei de dor. No limite resolvi parar, respirar e me perguntei. O que essa criança deve estar sentindo? A mãe chorando. Se contorcendo... Isso não está certo? Decidi dar uma pausa de dois dias até cicatrizar. Fiz a ordenha, dei no copinho e na mamadeira também. Chorei me senti

¹⁵ Depoimento retirado de: <http://vejasp.abril.com.br/blog/pop/rafa-brites-dor-amamentacao/>. Acesso em 12 de fevereiro de 2017. Mantivemos o texto original, sem quaisquer alterações, inclusive as abreviações e destaques em caixa alta feitos pela jornalista.

a pior do mundo. Mas é com muita alegria que digo: DEU CERTO. Voltei aos poucos Voltei com uma traquina. Nesse meio tempo falei com várias amigas. TODAS disseram que o começo foi difícil. Cada uma me passou uma dica. A minha amiga de infância Ana me fez até um vídeo mostrando como ela fez. Comprei uma tipoia para o seio. Passei a usar um algodão com água quentinha no bico antes da mamada. E o principal ESVAZIAR a auréola antes. Eu já sabia dessa informação. MAS TAVA TIRANDO POUCO! Ela precisa estar muiiito mole. MUITO MESMO. Assim ela entra e vai até o palato mole do baby. No início esvazie com a bombinha. Agora já faço com a mão. Mudou a vida. Outra coisa. Me achei na posição invertida. E passo toda a mamada SEGURANDO a pega com os dois dedos.

Ela então opina que as campanhas deveriam demonstrar mais o real do maternar:

Enfim, as campanhas deveriam dizer: Vai doer! Vai ser difícil! Talvez você precise de ajuda. Mas você vai encontrar seu caminho! Aos poucos vai entender seu corpo, a anatomia sua e do seu filho. E uma hora vai. Se permita cicatrizar. Errar. Mas não deixe de recomeçar. Vale a pena.

Nesse sentido, Dejours (2012a) vai afirmar que, em face da experiência do real, para transpor obstáculos inéditos, homens e mulheres irão convocar uma forma específica de inteligência, denominada por ele de ‘inteligência da prática’: uma inteligência que descobre, que inventa, uma inteligência criativa, fruto da prática: “Todos os que trabalham devem mobilizar uma inteligência inventiva que é parte integrante do trabalho ordinário” (ibidem, p. 40).

Essa inteligência não fica enquadrada em uma rubrica que normalmente é imputada às competências predefinidas de situação de trabalho. Pelo contrário, é produzida no exercício mesmo do trabalho, da função. Assim, é o trabalho que produz a inteligência e não a inteligência que produz o trabalho (Dejours, 2004, p. 278).

Desta forma, e de maneira semelhante ao que nos ensina a Ergologia sobre o “agir competente”, essa inteligência não pode ser adquirida antes da experiência de trabalho que a produz: a inteligência do maternar, portanto, não pode ser ensinada.

Para Dejours (2012a), a psicologia cognitiva desconhece esse tipo de inteligência porque não estuda o trabalho e sim situações artificiais – não estuda a inteligência confrontada ao real e sim a resolução de problemas cuja solução se

conhece de antemão. É nesse sentido que ele irá afirmar que não se pode ensinar o trabalho propriamente dito (incluindo o maternar, acrescentaríamos) – é no próprio exercício do trabalho (e no próprio maternar) que cada um (a) irá encontrar, por si só, as artimanhas, as astúcias que não lhe foram ensinadas.

É na ausência dos procedimentos conhecidos e anteriormente definidos que o sujeito enfrenta o real. É-lhe agora necessário transformar-se em pesquisador, ou mesmo em inventor. Já que a solução não é conhecida, a atividade cognitiva de “solução do problema” não está nos manuais disponíveis (Dejours, 2012a, p. 178).

A inteligência da prática é, assim, algo completamente original ao que nos ensina o saber acadêmico – é de “uma outra natureza: ela tem por arcabouço a intuição” (ibidem, p. 178). Não se trata, no entanto, de uma inteligência desconhecida, e sim há muito desconsiderada. Os gregos da Antiguidade a conheciam e a veneravam por intermédio de uma deusa: Métis.

3.1.1. Métis, a deusa astuciosa

No plano do vocabulário, *métis* designa, como substantivo comum, uma forma particular de inteligência, uma prudência avisada; como nome próprio, uma divindade feminina (Détienne & Vernant, 2008, p. 17).

Détienne e Vernant (2008), historiadores especialistas na Grécia antiga, irão se debruçar sobre a literatura, os mitos e sobre o pensamento daquela época para demonstrar que a *métis* traduz-se, não como noção, mas antes como uma forma de ver o mundo, que atravessa o “seio do universo mental dos gregos” (p. 11), em diferentes níveis e planos. Ainda que nem sempre de forma explícita, a *métis* estava imbricada na vida social, espiritual e material dos gregos antigos, refletindo-se nos mitos e escritos deixados por eles.

Métis como divindade aparece, nas teogonias atribuídas a Orfeu, como primordial na origem do mundo. Ela dá nome à inteligência que é o seu domínio – inteligência da prática ou inteligência astuciosa, ou simplesmente *métis*. Assim, o termo *métis* como forma particular de inteligência será utilizado para caracterizar um tipo específico de pensamento, um modo de conhecer:

um conjunto complexo, mas muito coerente, de atitudes mentais, de comportamentos intelectuais que combinam o faro, a sagacidade, a previsão, a sutileza de espírito, o fingimento, o desembaraço, a atenção vigilante, o senso de oportunidade, habilidades diversas, uma experiência longamente adquirida (Détienne & Vernant, 2008, p. 11).

Trata-se de uma inteligência tanto dos deuses, quanto dos homens e dos animais, que “se exerce sobre os planos mais diversos, mas sempre onde o acento é posto sobre a eficácia prática, a procura do êxito em um domínio de ação” (ibidem, p. 17). Designa, assim, múltiplas habilidades úteis à vida: o domínio do artesão em seu ofício, habilidades mágicas, astúcias de guerra, enganos, fingimentos, desembaraços de todos os tipos.

Presente nos viventes de modo geral, dentre os animais providos de *métis* dois se impõem de maneira particular: a raposa e o polvo têm, para o pensamento grego, valor de modelo, cada um representando um dos aspectos essenciais da *métis*. A raposa representa a astúcia, que culmina na chamada ‘conduta da revirada’, com o mais fraco triunfando sobre os fortes; o polvo representa o polimorfismo, o ser múltiplo que molda o seu corpo ao corpo da sua presa ao agarrá-la, que ilude sua vítimas com sua tinta negra e muda de cor para se tornar inapreensível.

Métis na mitologia é filha de Tétis e Oceano e torna-se a primeira esposa de Zeus, tão logo ele é proclamado rei dos deuses.

Nenhuma soberania, com efeito, sem Métis. Sem o socorro da deusa, sem o apoio das armas da astúcia de que dispõe sua ciência mágica, o poder supremo não poderia nem se conquistar, nem se exercer, nem se conservar (Détienne & Vernant, 2008, p. 58).

Com sua inteligência astuciosa, Métis se mantém atenta às variabilidades, às imprevisibilidades, às potências hostis: os animais selvagens, os predadores, as doenças, os ventos, as tempestades, os domínios do mar, do fogo... Trata-se, portanto, de uma inteligência que se desenvolve a partir de uma situação problemática, desfavorável àquele que a enfrenta, onde não há respostas prontas – onde é preciso inventar uma saída:

a *métis* preside a todas as atividades em que o homem deve aprender a manobrar forças hostis, muito poderosas para serem

diretamente controladas, mas que podem ser utilizadas a despeito delas, sem jamais as enfrentar de cara, para fazer atingir por um viés imprevisível o projeto que se meditou (Détienne & Vernant, 2008, p. 54).

À deusa Métis é consagrado, assim, um papel fundamental não apenas à conquista, mas também à manutenção da supremacia de Zeus. As astúcias da Métis tornam-se, no entanto, ao mesmo tempo, indispensáveis e ameaçadoras ao próprio Zeus, visto que seu caráter contestador vai de encontro à ordem instituída. Esses perigos se estendem ainda à sua descendência – os filhos de Métis terão de sua mãe o mesmo tipo de astúcia e, inevitavelmente, serão chamados a atacar a supremacia paterna.

Assim, quando Métis engravida, Zeus é advertido por Gaia que, após a filha que ela carregava no ventre, a deusa daria à luz um filho que se tornaria rei do céu. Zeus, então, precisa combater Métis. Mas dado os extraordinários poderes da deusa, o afrontamento direto estaria fadado ao fracasso. Só a astúcia é capaz de combater a astúcia. Usando as próprias armas da deusa, Zeus pergunta à Métis se ela poderia se transformar em um leão que cospe fogo. Ela o faz. Em seguida, questiona se ela poderia se transformar em uma gota d'água – mal ela se transforma, Zeus a engole (Vernant apud Molinier, 2006).

É, portanto, Zeus que desta vez volta contra a deusa as armas que a tornam invencível: a astúcia, o engano, o ataque de surpresa. Com sua vitória, desaparece para sempre, pelo resto dos tempos, a eventualidade de uma astúcia que, pegando-o desprevenido, poderia ameaçar seu império. Zeus soberano já não é, como Crono ou os outros deuses, uma simples divindade que tem *métis*. Ele é o metíeta, o Astucioso, o padrão, a medida da astúcia, do deus inteiro feito *métis* (Détienne & Vernant, 2008, p. 69).

Com Métis em suas entranhas, Zeus encerra as “potências primordiais de desordem”, fazendo “emergir do caos original um cosmos organizado, diferenciado, hierarquizado e doravante estabilizado (Détienne & Vernant, 2008, p. 122). Ao engoli-la, Zeus conserva para si, em seu ventre, a inteligência da deusa. É de se observar, conforme aponta Dejours (2012), que esta inteligência se situa nas vísceras e não no cérebro – uma inteligência corporal e não cerebral.

Engolindo-a, Zeus fecha sobre Métis o liame que a retém para sempre prisioneira; ele a fecha definitivamente dentro de si para que, incorporada à sua própria substância, ela lhe entregue a todo

instante este conhecimento dos azares do futuro que vai dar-lhe o domínio sobre o curso móvel e incerto dos acontecimentos (Détienne & Vernant, 2008, p. 103).

Já não há mais *métis* possível fora de Zeus e contra ele. Nenhuma astúcia se trama no universo sem antes passar por seu espírito [...]. Nada que possa surpreendê-lo, enganar a sua vigilância, contrariar seus desígnios. Alertado pela *métis*, que lhe é interior, de tudo que se prepara para ele de bom e de mau, Zeus já não conhece, entre o projeto e a realização, esta distância por onde surgem, na vida dos outros deuses e das criaturas mortais, as armadilhas do imprevisto (ibidem, p. 20).

Métis, lembremos, estava grávida de Atena. Zeus, então, começa a sentir fortes dores na cabeça, de modo que Hefesto, o deus da metalurgia, abre a cabeça do rei dos deuses, fazendo o parto. Nascida da cabeça de Zeus, já na forma adulta, Atena é uma divindade guerreira, prodigamente dotada da inteligência da mãe. Inseparável de suas armas, segundo a mitologia, ela vem ao mundo coberta de bronze e soltando um grito de guerra. Renuncia ao casamento, à maternidade, faz voto de virgindade e, em certa medida, rejeita sua feminilidade, dando, assim, “à virtude guerreira sua intensidade máxima” (Détienne & Vernant, 2008, p. 163). Para Gomez (2000), a deusa Atena representa o desejo grego de excluir a mulher da maternidade: ela não apenas renunciou à maternidade, mas também nasceu da cabeça de seu pai e não do corpo de uma mulher.

No jogo da guerra, a *métis* de Atena lhe é primordial: os golpes contra os inimigos exigem, além da coragem, audácia e rapidez de execução, prudência e habilidade na espreita e na emboscada, para não se deixar ver nem se surpreender. A deusa, de olhar brilhante e penetrante que fixa impiedosamente sobre os inimigos, com sua brônzea voz faz os cavalos darem meia volta e os cocheiros perderem suas cabeças, instalando pânico e derrota.

A inteligência da prática de Atena também lhe confere prodigiosa habilidade manual: ela fabrica o arado que irá permitir colher mais facilmente o trigo e inventa o artefato que, colocado na cabeça do cavalo, permite domá-lo e submetê-lo a seu cavaleiro, fazendo-o assim valer-se de sua potência. Construir e conduzir são, assim, duas atividades que a filha de *Métis* domina.

Ainda que os gregos tenham conferido à *métis* uma importância fundamental, as qualidades de que é feita esta inteligência – a habilidade da mão,

a destreza, as estratégias – são frequentemente lançadas à sombra, renegadas do domínio do ‘conhecimento verdadeiro’, e levadas ao nível da rotina, da inspiração arriscada, da opinião inconstante ou do puro charlatanismo (Détienne & Vernant, 2008). É nesse sentido que Dejours (2005) irá afirmar que “a *métis* foi objeto de um verdadeiro ostracismo, de um desafio, de uma desconfiança e até mesmo de uma condenação pelo tribunal da ciência” (p. 47).

Apesar do vasto domínio de atuação da *métis*, Détienne e Vernant (2008) nos ensinam que ela não se manifesta abertamente, na clareza de uma definição que explicita a sua natureza – ela aparece sempre, mais ou menos, “nos vãos”:

Pesquisar sobre a inteligência grega lá onde, tomando-se a si mesma como objeto, ela disserta sabiamente sobre sua própria natureza, é, portanto, renunciar de antemão a descobrir aí a *métis*. É preciso perseguí-la algures, nos setores que o filósofo destina normalmente ao silêncio, ou de que ele fala de modo irônico, ou no tom da polêmica, para melhor avaliar, por um efeito de contraste, a maneira de raciocinar e de compreender o que é habitual em seu ofício (p. 12).

A *métis* não se encaixa em um pensamento filosófico que opera com dicotomias, onde de um lado estaria o mundo dos saberes estáveis, transformados em fórmulas, e do outro o mundo do devir, instável e múltiplo – ela caminha de um lado ao outro. Ela opera

por um contínuo jogo de balança de ida e vinda entre polos opostos; ela vira, em seu contrário, termos que não estão ainda definidos como conceitos estáveis e delimitados, exclusivos uns dos outros, mas se apresentam como Potências em situação de confronto e que, seguindo o andamento da prova, onde elas se combatem, encontram-se ora vitoriosas em uma posição, ora vencidas na posição inversa (Détienne e Vernant, 2008, p. 13).

Nesse sentido é que Détienne e Vernant (2008) a caracterizam como “um modo de conhecimento exterior à epistême, ao saber, estranho à verdade” (p. 12). Assim, ainda que a *métis* tenha atravessado a cultura grega durante um milênio, os historiadores do pensamento antigo não lhe prestaram a devida atenção: preocupados em sublinhar “uma lógica de identidade, uma metafísica do ser e do imutável” (ibidem, p. 53), presentes nas obras mestras dos grandes filósofos, negligenciaram “este outro aspecto da inteligência grega, enaltecido no mito pela

divinização da *Métis*” (ibidem, p. 53).

Debruçando-se sobre a *métis*, Détienne e Vernant (2008) nos ensinam algumas de suas características essenciais. A primeira delas seria a sua oposi o em rela o ao emprego da força. Em uma situa o de confronto ou competi o, o sucesso pode ser obtido por duas vias: por uma superioridade de “força” no domínio onde a luta se desenrola; ou pela utiliza o de procedimentos de outra ordem, cujo efeito   falsear os resultados da prova e fazer triunfar aquele que, a princípio, era considerado inferior. A *métis* opera por esta segunda via.

Por esse motivo, o êxito que ela proporciona   revestido de significa o ambígua, podendo suscitar rea o contrárias conforme o contexto: ora se ver  aí o produto de uma fraude – a regra do jogo não tendo sido respeitada; ora o êxito provocar  admira o pela surpresa – o mais fraco tendo, contra toda a expectativa, encontrado em si recursos para pôr o mais forte   sua mercê (idem).

Assim, em certos aspectos, a *métis*   entendida como uma astúcia desleal, uma trai o, uma arma desprez vel das mulheres e dos covardes. Mas, em outros, ela   um poder soberano,   mais preciosa do que a força, visto que   a única arma capaz de assegurar a vitória e a domina o do outro independentemente das condi o de luta.

Métis preocupa-se sobretudo com a eficácia e age com liberdade, ou mostra-se um tanto complacente em rela o às regras e  s leis. A trapaça, a fraude, o blefe integram o seu arsenal. Quando o resultado   brilhante e a vitória esplendorosa, a admira o, o triunfo fazem com que os desvios de conduta e o desrespeito às regras sejam perdoados (Dejours, 2012a, p. 42).

A segunda característica da *métis* diz respeito ao seu horizonte temporal: ela se exerce sobre terrenos móveis, situa o incertas e ambíguas, e realidades fugazes. Em situa o em que as coisas podem mudar a cada momento, em um sentido ou em outro, aquele que tem *métis*,

mostra-se em rela o ao concorrente ao mesmo tempo mais concentrado num presente, do qual nada lhe escapa, mais tenso em rela o ao futuro, do qual ele antecipadamente maquinou diversos aspectos, enriquecido da experiência acumulada no passado (Détienne & Vernant, 2008, p. 21).

Assim, esta característica da *métis* faz men o   importância da

experiência no seu desenrolar: “o espírito, munido de todo o saber acumulado durante anos, pode explorar de antemão as vias múltiplas do futuro, pesar os prós e os contras, decidir com conhecimento de causa” (ibidem, p. 23). A *métis* designa uma “capacidade de prever, além do presente imediato, um pedaço mais ou menos espesso do futuro” (ibidem, p. 22): o dom de aproximar o futuro do passado.

Trata-se de um estado de premeditação vigilante, de presença contínua nas ações em curso, exprimida pelas imagens de emboscada, de espreita, de prontidão. A *métis* age no tempo de um relâmpago, o que não significa ceder a impulsos súbitos, ao contrário: ela sabe esperar que se produza a ocasião (uma temporalidade definida pelos gregos como *kairós*).

O terceiro e último traço da *métis*, segundo Détienne e Vernant (2008), seria a sua natureza múltipla e diversa, colorida e ondulante, porque seu campo de aplica o   o mundo do móvel, do múltiplo, do ambíguo, das realidades fluidas – e, para os gregos, “s  o mesmo age sobre o mesmo” (p. 27):

o indivíduo dotado de *métis*, seja deus ou homem, quando   confrontado com uma realidade múltipla, mutável, cujo poder ilimitado de polimorfismo torna quase inapreensível, só pode domin -la, isto  , cerc -la no limite de uma forma única e fixa, sobre a qual ele a capturou, mostrando-se mais múltiplo, mais móvel, mais polivalente ainda que seu adversário (Détienne & Vernant, 2008, p. 13).

Assim,

Para apreender o *kairós* fugaz, a *métis* devia tornar-se mais rápida do que ele. Para dominar uma situa o mutante e em contraste, ela deve tornar-se mais flexível, mais ondulante, mais polimórfica que o escoamento do tempo: ela precisa cessar adaptar-se   sucessão dos acontecimentos, dobrar-se ao imprevisto das circunstâncias para melhor realizar o projeto que ela concebeu; assim o piloto usa da astúcia com o vento para levar, a despeito dele, o navio a bom porto (ibidem, p. 27).

Nesse sentido, a *métis* traduz-se como a arte da diversidade, um saber fazer tudo, um espírito fértil em inven es, aquele que está em constante movimento e que sabe se virar em todos os sentidos. Ela   uma potência da astúcia e do engano, que age por disfarce – toma emprestada formas que a

mascam, que produzem um efeito de ilusão.

Frente a um mundo flutuante, aquele que tem *métis* tem mais chance: é preciso proceder enviesado, tornar a inteligência flexível para um agir “curvo”, capaz de se abrir a todas as direções ao mesmo tempo.

Para orientar-se no mundo da mudança, da instabilidade, para dominar o devir brincando de astúcia com ele, a inteligência deve, aos olhos dos gregos, esposar de alguma forma a natureza, revestir-se das suas formas [...]. A inteligência deve, portanto, por força da flexibilidade, fazer-se ela mesma movimento incessante, polimorfismo, revirada, fingimento e duplicidade (Détienne & Vernant, 2008, p. 53).

Para vencer uma realidade cujas metamorfoses contínuas a tornam quase inapreensível, faz-se necessária uma força ainda maior de transformação:

É esta conivência com o real que assegura sua eficácia [da *métis*]. Sua flexibilidade, sua maleabilidade dão-lhe a vitória nos domínios onde não há, para o sucesso, regras prontas, receitas fixas, mas onde cada prova exige a invenção de uma exibição nova, a descoberta de um recurso, uma saída escondida (ibidem, p. 29).

A *métis* não opera, assim, a partir de problemas dados – é posta em prática para resolver problemas que não existiam.

Sobre a *Métis*, Pascale Molinier (2006) questiona: se ela era uma deusa, a engenhosidade seria, então, feminina? Por que a mitologia grega confere o poder de *métis* a uma deusa? Seguindo os passos de Nicole Loraux, ela vai afirmar que se deve ler os mitos no sentido inverso, ou seja, a partir de sua verdadeira origem: a ordem social que os justifica. Para que os homens governem incontestavelmente, é preciso que em um passado mítico, por eles inventado, eles tenham suplantado as mulheres.

Ao engolir *Métis*, o rei dos deuses é dotado de um poder incomparável. Pela incorporação do feminino, seria Zeus bissexual? (Molinier, 2006). Gomez (2000) assinala que, ao engolir *Métis* grávida, Zeus teria se apropriado, inclusive, da maternidade.

Dejours (1993) vai afirmar (embora não desenvolva esta ideia) que a inteligência da prática se alimenta no polo feminino da bissexualidade. A noção

psicanalítica de bissexualidade psíquica parte do princípio que “cada um(a) teria em si uma parte feminina e uma parte masculina, com uma dosagem diferente segundo os indivíduos” (Molinier, 2004b, p. 16). O polo passivo da bissexualidade corresponderia ao feminino e o polo ativo ao masculino. O feminino seria dado ao homem pelo amor que ele tem por sua mãe, do qual ela terá que se desembaraçar para se tornar um homem, para construir sua identidade sexual.

Segundo esta ideia, a masculinidade se definiria então pela separação, em uma luta contra a identificação primária com a mãe, enquanto a feminidade, ao contrário, se definiria pelo apego, o famoso “eu relacional” das mulheres (já citado no capítulo 1). O homem, uma vez aliviado de seu poder de receptividade, poderia reivindicar a ocupação de um lugar onde se concentra o poder de iniciativa (Molinier, 2006). Seguindo essa referência, as mulheres ativas na sexualidade ou no trabalho o são em nome da sua masculinidade. A receptividade, entendida como a sensibilidade aos estados afetivos do outro, pertenceria assim à constelação psicológica da feminidade, ou ao polo feminino da bissexualidade psíquica (idem).

Para Molinier (2006), no entanto, a menor receptividade masculina não se trataria de um poder original que os homens perderam, e sim, mais exatamente de um poder desprezado, não desenvolvido. “A receptividade é uma modalidade de afetividade que os homens, diferentemente das mulheres, tem menos ocasião de suportar e elaborar” (p. 98, tradução nossa). Segundo ela, em se tratando de um certo destino pulsional, não é apenas nas interações precoces com a mãe que devemos buscar a gênese, mas também no trabalho. Nesse sentido, Molinier (2006) vai afirmar que é preciso olhar mais de perto a história dos homens receptivos, para entender se, por razões mais pragmáticas do que fantasmáticas, suas mães lhes delegaram tarefas consideradas femininas, como o preparo das refeições e o cuidado dos irmãos pequenos, simplesmente porque elas não tinham tempo de fazer tudo.

Tendo a *métis* de Détiene e Vernant como referência, Dejours (1993) desenvolverá o conceito de inteligência da prática e suas características. Nos valeremos de suas contribuições, combinadas com as reflexões da Sociologia das Relações de Sexo, para pensar como este tipo de inteligência opera no materno.

3.2. O materno astucioso

Dejours vai afirmar que a *métis* é, fundamentalmente, e antes de tudo, uma inteligência do corpo – está enraizada nele e funciona graças a uma espécie de mimetismo com as exigências da tarefa, solicitando os sentidos: um ruído (choro), um cheiro (cocô?), uma vibração (espasmos, convulsões, agitações), um sinal visual (manchas, gestos, caretas) podem alertar aquelas que maternam, mas antes chamam a atenção do seu corpo (desde que estas tenham vivido uma experiência prévia da situação comum de trabalho), e “suscitam a curiosidade, totalmente tensa desde o início, em busca de uma explicação, e mesmo de uma solução apaziguadora” (Dejours, 1993, p. 285).

Para ilustrar esta característica intrínseca à *métis*, Dejours (2012a) nos traz o exemplo das assistentes de creches e jardins de infância, cujo trabalho requer, dentre outras atividades, a vigilância do sono das crianças e bebês. Esta vigilância preventiva visa evitar eventuais incidentes – uma criança resfriada, que tosse e sufoca, outra que tem a pausa respiratória demasiado longa, outra que regurgita e asfixia... Às vezes, mais de vinte crianças precisam ser vigiadas ao mesmo tempo, o que torna o trabalho difícil. É preciso ainda que as assistentes resistam ao seu próprio sono.

A fim de dar conta do trabalho, elas encontraram uma artimanha, que é também uma produção da inteligência do corpo: elas tricotam durante a vigília. Com esta atividade silenciosa, combatem o sono e evitam se colocarem em um estado de escuta demasiado atenta, onde qualquer respiração se tornaria suspeita. Ao tricotar, “elas se colocam em um estado de escuta flutuante. Estabelecem uma simbiose com o barulho e o murmúrio das respirações, com os quais se familiarizam” (Dejours, 2012a, p. 47). Quando sobrevém uma variação nesse barulho de fundo, elas sabem de imediato que alguma criança não está bem.

Assim, as ações postas em prática a partir de eventos que rompem a rotina ou ocasionem desconforto são conduzidas pelo corpo e pela percepção do trabalhador. Trata-se de descobertas empíricas, que não estão prescritas em manuais de procedimentos, feitas pelo sujeito em seu ato de trabalhar:

quase essencialmente, a habilidade profissional se baseia em um conhecimento corporal do processo de trabalho. A própria

inteligência no trabalho é guiada por uma intimidade entre o corpo e o objeto de trabalho, a matéria, a ferramenta ou o objeto técnico (Dejours, 2008, p. 47).

Segundo Dejours (2012a), esse conhecimento efetivado pelo corpo “demanda a mobilização do corpo subjetivo por inteiro, que opera aqui como por apalpação do mundo” (p. 44), nos contatos com a matéria e com a matéria “imaterial” – a presença do outro. Remete, assim, a um mimetismo com as exigências da tarefa, que solicita os sentidos e desestabiliza o corpo (Dejours, 2005).

A engenhosidade do corpo não está ali antes do trabalho. Sua formação passa pela apropriação do mundo, da matéria, da ferramenta ou do objeto técnico pelo corpo. Ela procede da “corpropriação do mundo” (Dejours, 2012a, p. 199).

Tomando emprestado o conceito da fenomenologia material de Michel Henry, Dejours (2012a) vai afirmar que a subjetivação do mundo passa primeiro por uma corpropriação do mundo, como condição *sine qua non* de todo conhecimento. O corpo estaria, assim, no princípio da subjetivação do mundo: é através dele que o mundo e a vida em si se revelam para nós.

No âmbito do materno, poderíamos tentar explicar uma série de condutas insólitas em função dessa sensibilidade adquirida pelo corpo, e que frequentemente acaba por ser nomeada de instinto ou intuição materna: a mãe que pressente quando o filho está em perigo; aquela que escuta o choro ou o chamado dos filhos a muitos metros de distância; as que sabem que o filho está doente mesmo antes que qualquer sintoma apareça.

A preocupação materna é um estado de alerta enraizado no perigo, um estado de intranquilidade, de inquietude, de não repouso, a partir do qual se desenvolve uma série de sexto sentidos, uma intuição do perigo incorrido ao outro. [...] Essa apreensão pelo corpo do perigo, nós confundimos equivocadamente com um instinto, porque nós não sabemos explicar esse surgimento sem precedentes. No momento preciso do perigo, é o corpo vivido que detém um saber que a razão ignora. [...] A corporalidade se modifica sobre o efeito do perigo, ela se aguça. [...] Instinto materno? Não, trabalho feminino. Aquele – mais frequentemente aquela – que é habitado pela preocupação materna, dorme com um olho só (Molinier, 2006, p. 102, tradução nossa).

Tal como o Zeus da mitologia grega, que nem mesmo ao dormir deixava de ser alertado pela *métis* que lhe é interior, muitas mães relatam que seu sono tornou-se mais leve após a maternidade, sendo despertadas facilmente por qualquer ruído oriundo do quarto dos seus filhos.

À luz da teoria de Dejours (1993; 2004; 2012a), combinada com as contribuições de Molinier (2004b; 2006) apresentadas no primeiro capítulo, a intuição materna poderia então ganhar outro nome: inteligência da prática, adquirida no exercício do maternar (e nesse sentido, não exclusiva à mãe, podendo ser desenvolvida por qualquer pessoa que se proponha a exercer esse trabalho de cuidar).

Os trabalhos de Molinier nos ajudam a compreender como algumas modalidades da subjetividade, classicamente consideradas pela psicologia clínica como pertencentes à constelação psíquica da feminidade, podem em grande parte ser atribuídas não à natureza feminina e sim à experiência de trabalho. Paciência, receptividade, destreza, minúcia, sensibilidade à vulnerabilidade do outro – bastante úteis ao maternar – são, assim, contingentes à mulher.

Desnaturalizar esses saberes-fazer da essência feminina, no entanto, não é tarefa simples. Em função de serem gestados nas mulheres desde a infância, não é difícil entender porque, com frequência, as mulheres têm maior habilidade para o maternar. Talvez, o termo mais acertado seja familiaridade: em nossa cultura o processo gestor tem sido muito mais desenvolvido, desde cedo, nas mulheres: através do brincar e das demandas por ajuda nos cuidados domésticos (dirigidas principalmente às meninas). É por meio dessas atividades que as meninas aprendem saberes que, depois de adultas, parecem muito naturais – saberes ensinados às mulheres, por mulheres. Difícil mesmo dizer que já não nasceram com eles.

Essa educação em parte orientada para o trabalho doméstico não figura com a mesma frequência no universo masculino. Por isso, é comum que cuidar de alguém seja, para os homens, algo novo, estranho, pouco familiar – ninguém lhes ensinou a fazer isso.

Para Molinier (2004b),

Sem dúvida, a transmissão das identidades e dos “papéis de sexo” se enraízam nas interações precoces, antes do trabalho, entretanto, como sabemos, com importantes variações entre os

indivíduos. Mas [...] parece que aquilo que se esboça na infância é em seguida profundamente modificado pelo encontro com o real do trabalho e muito pouco compreendemos sobre as vicissitudes da identidade na idade adulta sem referência à materialidade do trabalho (p. 21).

Não podemos perder de vista que, ainda que sejam, em grande parte, preparadas para o maternar ao longo de sua vida, as experiências e saberes anteriores relacionados ao cuidado não serão suficientes para que as mulheres deem conta deste trabalho. Poderão sim, ser de grande valia, mas nunca suficientes – será no próprio exercício do maternar que cada uma irá encontrar, por si só, e a partir de sua inteligência inventiva e criativa, as artimanhas, as astúcias que não lhe foram ensinadas.

Pensar o maternar sob o ângulo combinado da Psicodinâmica do Trabalho e da Sociologia das Relações de Sexo é, portanto, ir de encontro à máxima “quando nasce um bebê, nasce também uma mãe”¹⁶:

O amor materno foi por tanto tempo concebido em termos de instinto que acreditamos facilmente que tal comportamento seja parte da natureza da mulher, seja qual for o tempo ou o meio que a cercam. Aos nossos olhos, toda mulher, ao se tornar mãe, encontra em si mesma todas as respostas à sua nova condição. Como se uma atividade pré-formada, automática e necessária esperasse apenas a ocasião de se exercer. Sendo a procriação natural, imaginamos que ao fenômeno biológico e fisiológico da gravidez deve corresponder determinada atitude maternal (Badinter, 1985, p. 20).

Sobre isso, Elisama Santos, mãe e autora do livro “Tudo eu: confissões de uma mãe sincera”, relata:

Não sei se foi ingenuidade minha, mas realmente acreditei que algum tipo de radar seria despertado assim que meu filho nascesse. Esse radar me faria detectar e decifrar seus sentimentos, disparando o comportamento correto para cada choro. Mas não é assim que funciona. Não foram poucas as vezes que, com o pequeno berrando nos braços, sentei e chorei por não ter a mínima noção do que fazer (2015, pos. 582).

A intuição materna não se trata, assim, de algo já dado, inato. Ao contrário: é adquirida na confrontação com o real do maternar e/ou de outros trabalhos de

¹⁶ Fala popular.

cuidado contingenciais. Trata-se, portanto, de um pré-conhecimento pelo corpo de uma dimensão imaterial, a partir do contato corporal e afetivo com as atitudes corporais do outro. Tal conhecimento é viabilizado por uma sensibilidade refinada que apenas a própria experiência de trabalho poderia tornar possível (Dejours, 2012a).

Por ter suas raízes no corpo, a inteligência da prática não se explica – esta engenhosidade não está submetida à razão (no sentido usual do termo)¹⁷. Este é um dos motivos que tornam difícil falar sobre esta inteligência:

as artimanhas do ofício são inventadas a partir do corpo, são praticadas a partir do corpo e não é fácil se dar conta desses saber-fazer incorporados. É que a inteligência do trabalho precede a capacidade que temos de simbolizá-la, de formalizá-la, justificá-la, de explicitá-la e transmití-la (Dejours, 2012a, p. 48).

Embora não exclua o pensamento racional, a *métis* implica um funcionamento que se distingue fundamentalmente do raciocínio lógico, obedecendo, com frequência, uma lógica inversa a dos raciocínios científicos. Apenas após tomada a solução apaziguadora, o trabalhador interroga-se em relação à técnica, “para verificar, operacionalizar ou universalizar o feito que lhe foi sugerido pela intuição, alimentada e dirigida pelos sentidos” (Dejours, 1993, p. 283):

a análise do caminho da intuição só pode ser feita *a posteriori*. Sua progressão não é previsível, ela se impõe, chega com a força do corpo ao espírito que, receptivo à meta a ser alcançada [...] encontra uma fórmula, uma astúcia (Dejours, 2012a, p. 46).

A *métis* atribui, assim, mais importância aos resultados da ação do que ao caminho percorrido. “A condução do pensamento é um dado capital, mas pouco se interessa pelo rigor. Aqui prepondera a bricolagem, o improviso, a trapaça, a molecagem, a astúcia” (Dejours, 2004, p. 287). Trata-se, portanto, de uma inteligência ardilosa, que se opõe à “inteligência conceitual” ou racional – a *métis* em oposição à *themis* (Détienne & Vernant, 2008). A justificativa, a explicação e a

¹⁷ A *métis* está, no entanto, submetida àquilo que Dejours (2000) define como “racionalidade pática”: “aquilo que, em uma ação, uma conduta ou uma decisão, resulta da racionalidade no que concerne à preservação do eu (saúde física e mental) ou à realização do eu (construção subjetiva da identidade) (p. 81). A inteligência da prática é, portanto, racional no sentido pático: coerente com os objetivos do sujeito em conservar sua saúde.

elucidação do ato só ocorrem posteriormente.

Neste sentido, a experiência é primeira – a experiência antecede o saber, estando, desta forma, fora da consciência. Por isso, muitas vezes, aquele que trabalha/ materna sequer se dá conta do que fez, tal é maneira pela qual o fazer está enraizado no corpo.

Penso, ainda, que o mais insólito – é preciso insistir nisso – é que essa inteligência do corpo é desconhecida justamente pelos que fazem um constante uso dela. Essa inteligência é banalizada e naturalizada: “Oh! Isso a gente faz naturalmente”, dizem ao clínico do trabalho. Ou ainda: “Isso se faz automaticamente”, justamente quando se trata com certeza de tudo, menos de automatismo. Ao contrário: toda inteligência do corpo está, por excelência, no artifício, com tudo que este tem de mais lisonjeiro. É preciso reconhecer, via de regra, que a inteligência profissional está adiantada em relação ao seu conhecimento e simbolização (Dejours, 2008, p. 49).

À semelhança da *métis* descrita por Détienne e Vernant, Dejours (2012a) assinala como característica fundamental desta inteligência o seu evidente poder criador: a inteligência artilosa é transgressora, pois opera a partir de um *a priori*, um já-dado, subvertendo-o por meio da trapaça. Ela está no entre, na crise, nos espaços interstícios, nas descobertas. E caracteriza-se como uma inteligência do plano da gestão do cotidiano, do emergente, do aqui e agora, de uma temporalidade atual. Que mãe nunca se valeu dessa inteligência inventiva para improvisar uma refeição, um curativo, uma distração, uma canção de ninar?

Trata-se de uma inteligência que

permite o improviso, a inventividade, a busca de soluções. Possibilita embrenhar-se por caminhos insólitos, em situações novas, desconhecidas, inéditas. É uma inteligência astuciosa, mas também inventiva, criativa, por vezes debochada e até insolente (Dejours, 2012a, p. 42).

A partir desta característica talvez possamos entender uma certa insolência das mães em relação a certos conhecimentos técnico-científicos de especialistas em pediatria ou puericultura, por exemplo, por vezes acompanhada de falas do tipo: “lá em casa isso não funciona”, “quem propôs isso não conhece meu filho”. Assim, entre o prescrito e o real, a partir de um mimetismo com as exigências da tarefa, as mães operam reajustamentos, rearranjos, subversões, uma astúcia

transgressora para criar novas soluções, acreditando que sua maneira de proceder com os cuidados com o filho é a mais acertada, ou a única possível, dadas as exigências e *contraintes* da situação.

Ainda sobre a inteligência da prática, Dejourns (2012a) vai afirmar que para gozar deste poder extraordinário do corpo, que intui soluções frente ao real do trabalho, é necessária uma qualidade suplementar – a tenacidade. “O fracasso, os becos sem saída, as soluções não reprodutíveis, o inesperado, as derrotas frente às forças do real” (ibidem, p. 50) exigem do sujeito a mobilização de uma extraordinária obstinação.

Assim, “a inteligência da prática é obtida mediante um esforço obstinado que mobiliza toda a subjetividade, ultrapassando-a mesmo” (ibidem, p. 50). Nesse sentido, não há cisão entre a vida no trabalho e a vida fora do trabalho: o trabalho não cessa na oficina, na fábrica, na empresa: ele coloniza toda a subjetividade. Incorporar a matéria do trabalho significa ser tomado por ele até mesmo nos sonhos. O real do trabalho impõe – àquele que é obstinado – um remanejamento da personalidade, pois inventar novos caminhos passa por uma profunda transformação de si. Talvez aí esteja um caminho para entendermos porque é comum que muitas mães se refiram ao maternar como uma experiência de transformação profunda.

Ainda sobre a inteligência da prática, Dejourns (2012b) questiona: o que aconteceria no trabalho se cada qual, por si, trabalhasse com sua inteligência, de sua maneira?

As inteligências singulares, realmente, são capazes de abrir caminhos muito diferenciados nos saber-fazer, nas habilidades e nas técnicas individuais, recebendo, em contrapartida, um poder de divergência entre os estilos de trabalho com a faculdade sub-reptícia de desestabilizar a coesão do coletivo de trabalho (Dejourns, 2012b, p. 37).

De maneira a compensar os riscos de contradição e de conflito entre as diferentes inteligências, Dejourns (2012b) vai afirmar que é necessário que haja uma coordenação das inteligências. À coordenação prescrita os trabalhadores respondem uma cooperação efetiva, traduzida em regras de trabalho ou regras de ofício: acordos entre o coletivo de trabalho, provenientes de estabilizações entre os membros sobre as maneiras de trabalhar. Tratam-se de compromissos

firmados entre os estilos de trabalho e as preferências de cada um, de maneira a adequá-los.

Chegar a tal compromisso supõe que cada trabalhador, individualmente, comprometeu-se no debate coletivo para nele expor sua experiência, para tornar patentes e inteligíveis suas contribuições pessoais, seus saber-fazer, suas habilidades, seus modos operatórios (Dejours, 2012b, p. 37).

O debate coletivo possibilita, então, colocar em confronto, em comparação, as modalidades de trabalho singulares, para que se escolha as mais aceitáveis. Às vezes, são necessárias arbitragens. A atividade de enfrentamento supõe uma troca de argumentos fundados não apenas em considerações de ordem técnica, mas também em valores – a cooperação supõe, assim, um compromisso a um só tempo técnico e social: trabalhar não é apenas produzir é também ‘viver junto’ (Dejours, 2012b).

O ‘viver junto’ não é, para Dejours (2012b), um pressuposto em si – supõe a mobilização da vontade dos trabalhadores para conjurar a violência no âmbito dos litígios ou das desavenças capazes de produzir desacordos sobre as maneiras de trabalhar. Esta atividade complexa é denominada por ele de atividade deôntica.

Do ponto de vista do engajamento da subjetividade no trabalho, a cooperação supõe, em certa medida, uma limitação consentida (ou imposta?) à experiência da inteligência e à expansão da vida singular na atividade. Trazer sua contribuição e seu consentimento aos acordos normativos em um coletivo implica frequentemente renunciar à parte do potencial subjetivo individual, em prol do viver junto e da cooperação (Dejours, 2012b, p. 38).

Desta forma, “consentir em cooperar supõe, pelo menos em parte, tolher sua inteligência e sua própria subjetividade” (ibidem, p. 39). Nesse sentido, Dejours (2012b) questiona: por que consentimos em participar da cooperação se sabemos dos riscos do engajamento na atividade deôntica e na autolimitação da subjetividade?

Por uma razão precisa: mobilizar sua inteligência e sua subjetividade, engajar-se no debate de opiniões é uma contribuição essencial em prol da produção. Ao se oferecer uma contribuição à empresa, com todos os riscos nela implícitos, espera-se ou aspira-se a uma retribuição” (ibidem, p. 38).

A retribuição a que Dejours (2012b) se refere é o reconhecimento que, para ter sua eficiência simbólica, passa por julgamentos, de dois tipos: julgamento de utilidade e julgamento de beleza. O julgamento de utilidade é aquele proferido pela hierarquia ou pelos clientes sobre a utilidade econômica, social ou técnica da contribuição própria do trabalhador. Para Dejours (2012b), “o desejo de ser útil é psicologicamente crucial” (p. 40). O julgamento de beleza é proferido por aqueles que conhecem a fundo o trabalho: os colegas, os pares. Supõe necessariamente, portanto, a existência de parceiros. É a partir deste julgamento que se pode obter o reconhecimento daqueles capazes de exercer o julgamento mais severo, mais exigente, visto que conhecem o trabalho ‘de dentro’. Nesse sentido, Dejours (1993) assinala que

este reconhecimento é capital no registro da identidade do sujeito, na medida em que ele se situa num contexto social e coletivo: o da comunidade dos que pertencem a um grupo. O termo que importa aqui é o pertencer. O pertencer realiza, de certa forma, a sociabilização da identidade (p. 299).

Importante ressaltar que julgamento de reconhecimento foca o fazer, o trabalho, não sendo assim direcionado sobre a pessoa. “Apenas em um segundo momento o sujeito pode eventualmente repatriar este julgamento do registro do fazer no registro do ser: assim posso ser transformado pelo reconhecimento no sentido de minha realização” (Dejours, 2012b, p. 40).

Entendemos que a problemática do reconhecimento no materno é especialmente complexa, em função da invisibilidade concreta e ideológica do trabalho feminino (Molinier, 2006) e também em função deste trabalho colocar em jogo as duas vias de acesso à conquista da identidade – a esfera social e a esfera erótica. Desenvolveremos este último ponto no item 3.4 e retomaremos à problemática do reconhecimento no eixo 6 de nossas análises.

Se afirmamos, com Dejours (2012a), que a inteligência da prática é fundamentalmente uma inteligência do corpo, para avançarmos será preciso entender a que corpo ele se refere.

3.3. O corpo no trabalho

Quando Dejours (2012a) discorre sobre o corpo e o lugar que ele ocupa no

trabalho não está se referindo ao corpo biológico, e sim ao corpo subjetivo. Para se debruçar sobre este corpo, ele irá lançar mão de referências psicanalíticas sobre as relações entre o corpo e funcionamento psíquico e, conseqüentemente, vai colocar em cena o conceito de pulsão: “A pulsão, ademais, é um ser psíquico e não físico, e ela tem por incumbência representar na alma o que, do corpo, chega até ela” (ibidem, p. 60). E citando Freud: “A pulsão aparece-nos [...] como uma medida da exigência de trabalho imposta ao anímico por sua correlação com o corpóreo” (ibidem, p. 60).

Para Dejours (2012a), o corpo, ainda que presente na teoria psicanalítica de Freud, não é objeto de investigação, pesquisa ou conceituação.

O domínio da psicanálise começa apenas a partir da função de representância atribuída à pulsão, representância no domínio psíquico daquilo que é produzido no corpo. Pode-se mesmo dizer da pulsão que ela desempenharia um papel de embaixatriz do corpo junto à alma. Mas a língua originária da embaixatriz – a língua do corpo – ficaria dispensada. É à outra língua – a língua da alma – que são atribuídas todas as honrarias (ibidem, p. 64).

A relação entre o corpo e a alma, entre o somático e o psíquico seria, especificamente, uma relação de trabalho: o desenvolvimento da alma, ou do aparelho anímico como resultado de uma produção do corpo.

Nesta perspectiva, o trabalho seria uma modalidade fundamental pela qual se estabeleceria o elo ou a relação entre o corporal e o anímico. Ou seja: a “correlação” (Zusammenhang) entre o somático e o psíquico seria, em sua própria essência, da esfera de um trabalho (ibidem, p. 70).

A alma seria, assim, o resultado de uma transformação da excitação proveniente do corpo pelo viés de um trabalho: a elaboração. A pulsão, por sua vez, seria então uma exigência de trabalho – uma elaboração potencial. Esta definição de pulsão situa o trabalho no centro.

Ao nos referirmos a trabalho, fazem-se necessárias algumas considerações. Trabalho, no sentido freudiano evocado por Dejours (2012a), diferencia-se do trabalho de produção (*poiesis*), aquele do qual se ocupam as ciências econômicas e sociais e que poderia ser entendido como ação dos indivíduos sobre o mundo com vistas à sua transformação (ainda que sob a denominação de trabalho de reprodução, incluiríamos o materno, com todas as

suas particularidades, como *poiesis*). O trabalho como exigência imposta ao psiquismo seria o *Arbeit*: “um trabalho intrassubjetivo ou intrapsíquico de si sobre si” (ibidem, p. 191), ou seja, um trabalho da subjetividade sobre ela mesma. Retomaremos esta noção ao final deste capítulo.

Avançando nas reflexões sobre o corpo, Dejours (2012a) ressalta que o resultado da apropriação do corpo não será o mesmo em todos os indivíduos, porque o corpo está chancelado por uma história irredutivelmente singular, com vicissitudes particulares da edificação sexual.

Esta sensibilidade do corpo que lhe dá a um só tempo o poder de apalpar afetivamente o mundo e se experimentar a si próprio e de sentir a vida, esta sensibilidade não é a mesma em cada um de nós. Esta sensibilidade mais ou menos desenvolvida, mais ou menos diversificada, cada qual a segura mediante a história deste corpo, a história de sua construção (ibidem, p. 100).

Ainda sobre o poder extraordinário do corpo, Dejours (2012a) vai defender o seu primado em relação à ideiação: antes de tudo, o corpo. Antes mesmo do inconsciente, é ele quem molda o pensamento – é o corpo que experimenta afetivamente a vida, e é a partir do que se experimenta que o pensamento é mobilizado. “De sorte que, ao final das contas, a genialidade de um pensamento provém do poder do próprio corpo que se põe à prova, ou seja, de sua sensibilidade ou de sua erogeneidade” (ibidem, p. 100).

O pensamento, assim, em seu princípio, é indissociável do corpo, que é um corpo erógeno: “o corpo pelo qual a vida se experimenta em si, pelo qual a vida se revela sobre o modo fundamental da afetividade” (ibidem, p. 150). Para a psicanálise, afetividade e erogeneidade são indissociáveis.

Essa erogeneidade do corpo não é inata: é por intermédio da sedução exercida pelo adulto que ela chega até a criança. O adulto, ao cuidar da criança (ao materná-la), transmite a ela mensagens contaminadas de sexual. Tais mensagens não se restringem à linguagem, tendo um início anterior: as trocas entre adulto e criança que se estabelecem logo após o nascimento, sob a denominação de ‘apego’. O apego se manifesta por comportamentos de agarramento, colo e de busca do calor no contato com o corpo do adulto e deflagra, no adulto, comportamentos de dedicação, de cuidado, de maternidade, de proteção (também descritos sob o nome de ‘*retrieval*’).

Assim, ainda que vetorizado pelos cuidados higiênico-dietéticos, aquilo que se comunica entre a criança e o adulto não pode ser reduzido à sua dimensão instrumental – as mensagens enviadas pelo adulto são infalivelmente comprometidas com conteúdos eróticos.

Os gestos e as manipulações, o corpo a corpo entre o adulto e a criança produziriam no corpo desta criança efeitos sensuais. É por meio dessa excitação sensual que o sexual adulto seria implantado no corpo da criança (Dejours, 2012a, p. 106).

Ao serem recebidas, essas mensagens se transmutariam em exigência de trabalho para a criança, um trabalho de tradução da mensagem, não de forma direta, e sim em termos do “efeito desta mensagem sobre o seu corpo” (ibidem, p. 106):

A mensagem seria, de alguma maneira, permutada pelo corpo da criança e o pensamento da criança estaria envolvido em traduzir o estado deste seu corpo afetado pela intervenção erotizante do adulto (ibidem, p. 106).

A edificação do corpo erótico é, desta forma, resultante de um diálogo que se estabelece em torno do corpo e suas funções e que se apoia nos cuidados corporais (que integram o materno) dispensados pelo adulto nos primeiros anos de vida da criança (processo denominado de ‘teoria da sedução generalizada’). Este corpo subjetivo tem origem, assim, na relação com o outro, no encontro com o outro. E o local essencial de encontro entre a criança e o adulto é, antes de tudo, o corpo: os cuidados com o corpo, os jogos do corpo. “O corpo aparece como o local geométrico a partir do qual se expande progressivamente a subjetividade” (ibidem, p. 109).

Nesse sentido, Dejours (2012a) vai afirmar que o segundo corpo, o corpo erótico, nasce do primeiro, o corpo fisiológico e que, entre eles, estão os gestos do adulto sobre o corpo da criança. A maneira pela qual o adulto responde à demanda da criança nos jogos com o corpo dependerá, assim, da capacidade de brincar do próprio adulto (a noção do brincar será desenvolvida no próximo capítulo).

Se esse encontro que ocorre no materno entre adulto e criança é responsável pela edificação do corpo erótico da criança, o corpo do adulto, por

sua vez, não passa por ele impune. O encontro mobiliza no adulto reações diversas que estão relacionadas com seus sentimentos, afetos, fantasmas e com a forma de que dispõe do seu próprio corpo, em função da sua própria organização psíquica. “O apego está sempre do lado da demanda, já o *retrieval* do lado do dom de si, do doar-se como oferta que envolve o corpo” (Dejours, 2012a, p. 164). Assim, “a relação com o outro, em particular o encontro erótico, mobiliza o corpo erógeno e coloca este último à provação” (ibidem, p. 125).

Mesmo se estamos ali, o mais perto possível, da dimensão técnica das manipulações pelo adulto do corpo da criança, continuamos todavia muito longe: na subjetividade, na intersubjetividade, na afetividade e no invisível (ibidem, p. 109).

Para a Psicodinâmica do Trabalho, a identidade não é entendida como um dado invariante, estável, e não conflitante, e sim como uma luta, uma conquista, que passa essencialmente por duas dinâmicas distintas: a dinâmica de realização de si mesmo na esfera social (com destaque para o trabalho de produção) e a dinâmica da realização de si mesmo na esfera erótica (com destaque para o amor).

Tendo se debruçado inicialmente sobre o trabalho de produção, mas convencido por Hirata e Kergoat de que não há independência entre trabalho e fora-do-trabalho, Dejours (2012a) vai, na sequência, interessar-se pela maneira como as relações sociais de produção estendem seu prolongamento até à economia erótica. Assim, se na esfera do trabalho produtivo os meios de investigação centravam-se na oposição analítica entre amor e trabalho, na esfera do trabalho reprodutivo será necessário analisar as relações entre trabalho, amor e sexualidade.

Na esfera privada, a organização das condutas em relação à realização de si mesmo (conquista de identidade) engrena o trabalho e o amor segundo formas muito diferentes daquelas que se operam na esfera do trabalho de produção, onde o amor, se não estiver completamente fora do cenário, ocupa uma posição absolutamente contingente. Parece-me, ao contrário, que a análise do trabalho nas relações de reprodução é indissociável da análise das relações amorosas (Dejours, 2012a, p. 157).

No materno estão presentes, portanto, e de maneira concomitante, as duas dinâmicas de construção da identidade: a realização de si mesmo pelo

trabalho e pela relação amorosa. Desta forma, a análise do materno como trabalho não poderá prescindir da análise das suas relações com o amor e a sexualidade.

A conquista da identidade se constrói, segundo Dejours (2012a), por processos que estão submetidos a determinismos importantes e divergentes, a saber: um determinismo biológico, no centro do qual está o instinto do apego; um determinismo psicofamiliar, cristalizado na forma de inconsciente sexual infantil; e um determinismo social, que convoca o indivíduo a se situar em uma identidade estabelecida pelo gênero.

Lutar para construir a sua identidade pessoal consiste em procurar, ou mesmo em inventar compromissos em diferentes escalas entre esses três determinismos, que tendem a fragmentar e a desestabilizar constantemente o sujeito. É pela formação – quando ela é possível – de uma forma singularizada de compromisso que o sujeito alcança e afirma a identidade sexual que lhe é própria (Dejours, 2012a, p. 159).

Assim, a identidade psicológica pode ser definida como uma busca do sentimento de unidade da personalidade e como sentimento de continuidade desta unidade.

Se podemos sustentar que o amor desempenha um papel na organização das relações de reprodução é porque exerce um papel não de determinação, mas de manutenção e de reprodução das relações de reprodução (ibidem, p. 160).

Ou dito de outra forma: “as relações de dominação na esfera privada se sustentam e se alimentam da dependência afetiva que une entre si dois parceiros de uma relação amorosa” (ibidem, p. 160).

Sobre isso Molinier (2006) acrescenta:

A distribuição desigual das tarefas domésticas resistiu seriamente à revolução feminista. A contribuição das mulheres à distribuição desigual das tarefas domésticas, o seu zelo doméstico, serve como indicador de que nós não escapamos impunemente das categorias sociais de sexo. A relação amorosa está inscrita, presa, nas relações de sexo. A maioria dos homens que vivem com suas mulheres, mesmo os mais amorosos, podem mais facilmente esquecer a divisão das tarefas (p. 203, tradução nossa).

Para Dejours (2012a), enquanto a identidade é, essencialmente, uma

relação com si mesmo, o amor é uma relação ante o outro. Assim, as relações entre amor e identidade nem sempre são concordantes. Sobre amor e identidade, ele nos ensina que nunca há neutralidade do primeiro em relação ao segundo – amar o outro é depositar nele o poder de devolver uma imagem minha que me transmita uma sensação agradável ou, ao contrário, é possível que esse amor desestabilize a minha identidade.

O amor implica, portanto, um risco para a identidade. E mais: é um risco também para a economia erótica. O encontro com o ser amado pode acender o desejo, mas também levar à experiência da falta de excitação, ou mesmo do vazio e da anestesia afetiva. “Por meio da arquitetura do corpo erógeno colocado em provação no corpo a corpo, o amor representa um risco maior para a subjetividade” (Dejours, 2012a, p. 161).

O amor envolve também um registro ainda mais obscuro: o apego. Na maioria de nós, permanece um resíduo do comportamento instintivo de apego, dimensão fundamental para que haja amor em uma relação entre duas pessoas. O amor é, na realidade, uma composição de três elementos – o identitário, o sexual e o apego (ibidem).

Mas a relação de apego é também uma relação de dependência psíquica diante do outro e, neste sentido, introduz na relação amorosa, diferente da relação erótica sem amor entre parceiros, uma dimensão de alienação (Dejours, 2012a, p. 162).

Desta forma, o amor envolve, necessariamente, a alienação de sua própria autonomia psíquica ante o outro, que desemboca na submissão voluntária em relação ao outro. A alienação abre, assim, espaço para a dominação. Aquele que domina, não pode mais privar-se daquele que se submete e, inversamente, aquele que se submete também pode tornar o outro dependente, oferecendo-lhe serviços. Em princípio, entre dois adultos, o posicionamento na relação apego-*retrieval* pode se inverter em um sentido e depois em outro. Mas na prática, o que se observa é “uma polarização desses relacionamentos em direção a uma desigualdade estabilizada” (ibidem, p. 165).

Quando torna-se necessário reconhecer a dependência-alienação, homens e mulheres não têm uma posição semelhante: com frequência os homens a negam e as mulheres a reconhecem com mais facilidade. Esta diferença pode ser

explicada, segundo Dejours (2012a), a partir de três processos que “rumam no mesmo sentido e se completam – um tem raízes no sexual, outro no trabalho produtivo, o terceiro no trabalho reprodutivo” (p. 166).

O primeiro processo a que refere Dejours (2012a) diz respeito, assim, à negação ou reconhecimento da diferença anatômica entre os sexos, que ocorre de maneira distinta entre meninas e meninos. Enquanto estes tendem a fugir da questão – por uma negação da percepção da diferença – as meninas, ao contrário, em geral reconhecem e simbolizam a diferença. Trata-se, na realidade, de distinções na maneira de interpretar ou responder este enigma, ou seja, uma diferença no trabalho do pensamento, a depender do sexo.

O segundo processo está relacionado à negação ou reconhecimento do real na relação subjetiva com o trabalho produtivo. As estratégias de defesa engendradas pelos homens, na luta contra o sofrimento no trabalho, são organizadas tendencialmente em torno da negação do real e da experiência dolorosa da perda do domínio, do fracasso e da humilhação. Tratam-se, assim, de estratégias centradas na comprovação da sua virilidade. Já as estratégias coletivas de defesa das mulheres se fundam, em geral, no reconhecimento do real e da experiência afetiva de fracasso a ele associada.

Desta forma, os homens, na tentativa de busca de uma unidade estável e contínua da identidade viril, não conseguem inverter esta posição psíquica na esfera privada – tal manobra provocaria ou facilitaria uma desestabilização psíquica, colocando-o em dificuldades em relação ao seu trabalho.

Para Dejours (2012a), a teimosia do homem em ceder “não se alimenta de forma alguma no realismo do homem adulto, que estaria preocupado com seus interesses” (p. 169). Ao contrário, ela teria raízes na sua negativa infantil em reconhecer o real, a diferença anatômica entre os sexos.

Apenas secundariamente ele explora, na formação das relações de dominação diante das tarefas da esfera doméstica, a vantagem que lhe dá a sua inflexibilidade. E o paradoxo, do lado das mulheres, seria este: é por serem mais realistas do que os homens que as mulheres perderiam a guerra da dominação (Dejours, 2012, p. 169).

O terceiro e último processo a que Dejours (2012a) se refere para explicar a diferença entre homens e mulheres no reconhecimento da dependência-

alienação é a negação do real na relação subjetiva diante do trabalho doméstico. Faz-se necessário aqui distinguir na multiplicidade do trabalho doméstico aquilo que diz respeito à relação de desvelo e o que diz respeito à relação de serviço. Esta última reúne tudo aquilo que está relacionado às tarefas de casa. A relação de desvelo diz respeito às necessidades dos corpos, ao padecimento dos corpos, às doenças, ao envelhecimento. Assim, a relação de desvelo remete ao confronto afetivo com as falências do corpo e tudo que ele pode produzir em termos de receios, angústias, aversões e desgostos pelo sofrimento, pelas dores, pela feiura, dejeções, odores. Provoca, portanto, “a angústia ante a perenidade do próprio corpo” (Dejours, 2012a, p. 170). Trata-se daquilo que Molinier (2012) denomina ‘*care* como trabalho sujo’, conforme apontado no capítulo 1.

No capítulo 2 mencionamos como a pesquisa realizada por Molinier (2004a) em uma creche apontou que o trabalho das auxiliares de puericultura era extremamente eufemizado, ainda que frequentemente gerador de doenças. A fim de se defenderem do sofrimento no trabalho, essas auxiliares embelezavam a realidade, fazendo calar o negativo – trata-se, segundo esta autora, de uma estratégia coletiva de defesa contra a agressividade gerada pelo contato com as crianças, que se nutre da ideologia da ternura feminina (e, como sinalizamos, contribui para reforçá-la).

Segundo Dejours (2012a), os homens atribuem às mulheres o trabalho de desvelo como forma de não enfrentarem a dolorosa percepção que o confronto afetivo com o corpo do outro provoca.

Pelo mesmo movimento, negam as competências da disponibilidade, do tato, da compaixão necessária para enfrentar a situação, pois pressupõem o reconhecimento do real e a insuficiência da ciência. Completam este ato de negação pela naturalização dessas competências, que declaram absolutamente femininas, como bem o mostraram Danièle Kergoat e Helena Hirata (ibidem, p. 170).

Trata-se daquilo que Molinier (2004b) define como ‘naturalização do trabalho compassivo na feminilidade social’.

Para Dejours (2012a),

a reprodução das relações de dominação-submissão na esfera do trabalho de reprodução encontra suas condições de reiteração nas

preocupações irredutíveis da luta pela identidade e nas preocupações infantis (p. 171).

Isto se daria de duas maneiras: a título de resíduo do apego, que gera desigualdade e dominação; e a título da relação diferente no reconhecimento ou negação do real, que tem origem ante a diferença anatômica dos sexos.

Dejours (2012a) afirma ainda que,

se as relações de dominação-submissão ou dominação-servidão são inexpugnáveis das relações sociais domésticas, isso se deve ao amor que reativa incessantemente as marcas do infantil na formação da identidade e as traz de forma constante para o âmbito das negociações no seio do casal (p. 171).

Desta forma, não se trataria de um processo que tem origem nas relações sociais de dominação na sociedade e que terminaria por ser interiorizado psicologicamente: “a dominação não viria apenas do alto, por meio da sociedade, seria também decorrência de uma promoção originária do baixo, na sexualidade infantil” (Dejours, 2012a, p. 171).

Cabe aqui ressaltar que, ao fazer referência à problemática da identidade e da saúde mental na análise das relações sociais de sexo, Dejours (2012a) não estaria afirmando que a origem das relações de gênero encontra-se no sexual ou no anatômico: “a origem das relações de gênero é seguramente não sexual e é uma construção social no pleno sentido do termo” (p. 172). O que Dejours (2012a) questiona é a tese da interiorização do social pela aprendizagem, a relação de força ou a dominação simbólica.

O que pontua a abordagem psicodinâmica [...] é que os princípios da reiteração e da reprodução das relações de dominação fincam raízes no que permanece de infantil em todo adulto, mesmo se considerado um adulto social. É assim surpreendente que o lugar por excelência da desigualdade entre os seres humanos – ou seja a relação entre o adulto e a criança, que é um invariante antropológico do qual todo ser humano realiza uma experiência – não tenha lugar na teoria social das relações de dominação que perpassam todas as relações humanas (ibidem, p. 172).

Segundo ele,

Fixar um papel específico ao infantil na teoria social tem implicações na concepção e nos objetivos que podemos

racionalmente direcionar à luta pela emancipação das mulheres acerca da dominação dos homens (ibidem, p. 172).

3.4. Do trabalho à subjetividade

Se o conceito de inteligência da prática nos possibilita compreender de que forma “o trabalho apropria-se da subjetividade, como se essa fosse uma nascente, uma fonte, para ali colher todo o seu talento, o seu gênio” (Dejours, 2012a, p. 179), seria agora “legítimo perguntar-se o que a subjetividade deve à experiência de trabalho” (ibidem, 179).

Considerando que o trabalho e a experiência do real que ele proporciona colocam o corpo à provação, confrontando-o à sua inabilidade, à sua impotência, existe a possibilidade de que o corpo saia engrandecido desta experiência.

Ao ter acesso, graças ao corpo subjetivo, à familiaridade e à intimidade com a matéria ou a ferramenta, aquele que trabalha adquire não apenas novas habilidades, mas ainda descobre em si novos registros de sensibilidade. Pela experiência do trabalho, ele aprende a conhecer seus próprios limites, suas imperícias, mas ele estende também em si o repertório de suas impressões afetivas e descobre novas qualidades de virtuosismo (Dejours, 2012a, p. 179).

É nesse sentido que Dejours (2012a) irá afirmar que “trabalhar não é apenas produzir, é ainda transformar-se a si próprio” (p. 72). Dito de outra forma: o trabalho possibilita uma ampliação da subjetividade – esses novos registros de sensibilidade seriam, “ao menos em parte, inacessíveis, salvo mediante o trabalho propriamente dito e pela experiência inédita a que ele dá acesso” (ibidem, p. 84). O trabalho possui, portanto, um poder extraordinário em relação à subjetividade, oferecendo uma via original e insubstituível ao seu desenvolvimento.

Esta ampliação da subjetividade não está, no entanto, dada de antemão. A apropriação de um novo registro de sensibilidade requer que se efetue, primeiramente, um remanejamento do corpo subjetivo que, antes de passar pela provação, estava mais ou menos estabilizado. É preciso, assim, operar uma espécie de “reestruturação do conjunto”. Nesse sentido, Dejours (2012a) vai afirmar que a experiência de trabalho não é sempre (ao menos não previamente) enriquecedora – pode, ao contrário, dar origem a uma crise, “como se a chegada

de um novo elemento desestabilizasse o edifício anterior do corpo que se coloca à prova” (p. 176). Esta noção nos ajuda a compreender as crises que muitas vezes acompanham, em algum momento, o maternar (talvez mais frequentemente em suas vivências iniciais).

A experiência subjetiva do trabalho nos coloca, assim, em confronto não apenas com as resistências advindas do exterior (o real material do trabalho), mas também, eventualmente, com aquelas provenientes do interior. Trabalhar é também confrontar-se a si próprio, com o real do inconsciente, com a resistência da nossa personalidade em evoluir diante da experiência de trabalho. “A subjetividade, queiramos ou não, é não apenas a experiência de gozo de sentir-se evoluir, é também essa impotência, às vezes, de agir sobre si mesmo” (ibidem, p. 182).

Nesse sentido, Dejours (2012a) vai afirmar que o real do trabalho faz surgir em seu rastro, quase inevitavelmente, o real do inconsciente. A capacidade de transformar esse sofrimento em prazer vai depender da “nossa capacidade de remanejar a relação com nosso próprio corpo, para torná-lo apto a integrar o que a experiência subjetiva do trabalho nos faz descobrir outra vez sobre nós mesmos” (p. 181).

Assim, para adquirir uma habilidade, ou seja, “para ter acesso à apropriação carnal de uma técnica ou ainda de um conhecimento “pelo corpo” do saber-fazer técnico” (ibidem, p. 192) é necessário um trabalho da subjetividade sobre ela mesma, que exige, até mesmo, a capacidade de sonhar com seu trabalho. Este trabalho psíquico de remanejamento da subjetividade, ou do corpo erótico, como dissemos no início deste capítulo, é o *Arbeit*: um prolongamento do trabalho ordinário (*poiesis*), ou um segundo trabalho, que sucede o primeiro, na tentativa de se apropriar desta experiência.

De maneira mais clara: no trabalho (*poiesis*), o sujeito se depara com o real, uma resistência do mundo sobre suas técnicas, experimentada na forma de fracasso ou revés. Este revés converte-se em um enigma a ser decifrado e, assim, em uma fonte de excitação que exige do sujeito uma tradução. Para avançar nessa trajetória de provação do real, o trabalhador se depara com uma nova resistência, advinda, desta vez, do interior. A invenção da solução que permitirá ultrapassar o obstáculo imposto pelo mundo exterior converte-se em exigência de um trabalho psíquico interno de desenvolvimento (*Arbeit*), de

“remanejamento da arquitetura psíquica e corporal” (Dejours, 2012a, p. 72): “é ao preço deste trabalho (*Arbeit*) que nascem as habilidades profissionais, e elas não podem nascer sem esta transformação de si” (ibidem, p. 72).

Assim, não pode haver *poiesis* sem que haja *Arbeit*: “não há trabalho de produção de qualidade sem trabalho de remanejamento da organização psíquica, que alcança as partes mais delicadas de sua arquitetura” (ibidem, p. 200). Acrescentaríamos que, nesse sentido específico, o mesmo vale para o trabalho de reprodução: para que seja bem realizado requer *Arbeit*. Este processo em que, partindo da *poiesis* se alcança o *Arbeit*, é designado por Dejours (2012a) de ‘trabalho vivo’.

A relação com o trabalho pode ser, portanto, uma segunda oportunidade depois da infância para a construção do corpo erógeno: “pelo viés do trabalho-*Arbeit*, o trabalho-*poiesis* convoca a sexualidade que o leva a evoluir” (ibidem, p. 193). O conceito de *Arbeit* constitui, assim, um elo intermediário que une duas centralidades: a centralidade do trabalho (*poiesis*) e a centralidade da sexualidade, definindo aquilo que Dejours denomina como ‘centralidade dupla’.

Como, então, pensar a complexidade do trabalho do materno que, simultaneamente, envolve:

- do ponto de vista da criança: *Arbeit* na construção do seu corpo erógeno (a primeira oportunidade);
- do ponto de vista do adulto: *poiesis* e *Arbeit* – no processo de edificação do corpo erótico da criança, ele encontra (nesse trabalho) uma segunda oportunidade para a evolução do seu próprio corpo.

Poiesis e *Arbeit* são inseparáveis, mas distintos. A *poiesis* situa-se no “tabuleiro das relações sociais de dominação” (Dejours, 2012a, p. 183). Nesse sentido, Dejours (2012a) vai afirmar que, além da confrontação com o real da tarefa e com o real do inconsciente, trabalhar é, ainda, confrontar-se com o real das relações de gênero, “pois o trabalho não se faz conhecer apenas no mundo objetivo e no mundo subjetivo, ele se revela também no mundo social” (p. 183).

As relações sociais de trabalho são sempre relações sociais de gênero que se apresentam com a peculiaridade de exibirem no ponto central a dominação das mulheres pelos homens. Na concepção à qual me uno, as relações de gênero têm por principal objetivo a dominação do trabalho produzido pelas mulheres: não

apenas o trabalho de produção, mas também e conjuntamente o trabalho doméstico (ibidem, p. 183).

O *Arbeit*, ao contrário, se expande à margem das relações sociais de dominação. Ele está, no entanto, sob pressão de uma outra ordem de constrangimentos: do inconsciente e das pulsões sexuais, que são, fundamentalmente, sociais ou mesmo antissociais. E, se o *Arbeit* provoca o remanejamento do corpo erótico, supõe-se que este segundo corpo estava inacabado. Na história da subversão libidinal e das relações entre o adulto e a criança, e em função dos acidentes de sedução, este corpo é marcado com verdadeiras mutilações, que se traduzem por uma clivagem na organização do aparelho psíquico.

Esta clivagem instala no funcionamento psíquico uma duplicidade – “o ser humano é duplo” (Dejours, 2012a, p. 202). É em função desta duplicidade que, em nome do trabalho (*poiesis*), ele pode contribuir para atos que moralmente desaprova. E para manter essa clivagem sem deixar-se submergir na angústia, o indivíduo faz uso da ‘*akrasia*’ – uma fraqueza de vontade que o leva a agir no sentido oposto ao que acredita como sendo o justo ou o bem e que faz dele “um ser capaz de colaborar com o que há de pior” (ibidem, p. 205).

O próprio pensar, e não apenas o agir, é tomado pela *akrasia*, em uma espécie de preguiça intelectual que embota o pensamento. Desta forma, torna-se possível manter a clivagem e a saúde mental – é mais cômodo do que manter-se firme às suas exigências éticas.

Nesta perspectiva, o sujeito é dividido, “não é senhor em sua própria casa visto que uma parte dele próprio, que reside no inconsciente sexual recalcado, lhe é e sempre lhe será estranha” (Dejours, 2012a, p. 204). Nesse sentido, a coragem deveria ser pensada não em relação ao perigo vindo do exterior, e sim em relação à vontade de lutar consigo mesmo para não ceder facilmente à *akrasia*.

O trabalho (*poiesis*), em nível individual, não implica na provação desta clivagem. O trabalho coletivo coloca em cena, de forma muito mais contundente, a questão da autonomia e da capacidade de sustentar uma posição pessoal diferente das demais. As fraquezas de vontade podem, no entanto, ser conjuradas quando a organização do trabalho permite aos indivíduos a oportunidade de mobilizarem-se em cooperação.

Já o trabalho doméstico implica sempre, de maneira específica, uma provação da clivagem,

por colocar, inevitavelmente, a questão da servidão e da dominação no seio de um casal ou de uma família. E a questão da emancipação ou da alienação começa, para cada um, pela maneira como ele ou ela enfrentam (ou evitam) a luta contra a virilidade e o machismo, de uma parte, da “mulhebridade”, de outra (Dejours, 2012a, p. 204).

No que tange ao maternar, existem, portanto, complexidades apontadas por Dejours (2012a) que precisam ser consideradas em nossas análises.

CAPÍTULO 4 - AS CONTRIBUIÇÕES DE ALGUNS ESTUDOS ACERCA DA RELAÇÃO MATERNO-INFANTIL

Exporemos neste capítulo algumas contribuições de Winnicott, Maturana e Verden-Zöller acerca da relação materno-infantil e que nos parecem bastante úteis na compreensão do materno. Não tínhamos a pretensão de esgotar o referencial teórico destes autores e sim de nos concentrarmos nas consonâncias entre eles. A aproximação entre Winnicott e Maturana também foi proposta por Souza (2008), que afirma que “a ‘interlocução’, o ‘diálogo’ entre esses dois autores pode contribuir para uma melhor compreensão do fazer humano em sua complexidade” (p. 540), no que se refere às relações entre a atividade de trabalho, a criatividade, a saúde e os cuidados entre os seres humanos. É nesse sentido que também propomos esta interlocução para pensar o materno.

4.1. As contribuições de Winnicott

Donald Winnicott, pediatra e especialista em psicanálise infantil (na linhagem de Melanie Klein), empreendeu um estudo minucioso da relação mãe-bebê, considerada por ele uma unidade indissolúvel: “devido à extrema dependência emocional da criança, seu desenvolvimento ou sua vida não podem ser estudados à parte da consideração do cuidado que lhe é fornecido” (Winnicott, 2011, p. 5).

Nesse sentido, Winnicott (2012) irá afirmar que “um bebê sozinho não existe”:

é impossível descrever um bebê ou uma criança pequena sem que se inclua uma descrição dos cuidados que ela recebe, e que só gradualmente vão se transformando em algo separado do indivíduo (p. 47).

Para que possa progredir na jornada rumo à independência, é fundamental que alguém facilite os estágios iniciais dos processos de desenvolvimento psicológico, ou do desenvolvimento da personalidade humana, inicialmente imatura e absolutamente dependente (Winnicott, 2012). São necessários, portanto, cuidados descritos por Winnicott como ‘*good-enough mothering*’, termo

traduzido como ‘mãe suficientemente boa’ (ainda que ‘mothering’ seja um verbo no infinitivo, indicando um processo, e não o substantivo ‘mãe’). Esta expressão seria conveniente, segundo Winnicott (2012), para transmitir uma concepção não idealizada da função materna.

A ‘mãe’ suficientemente boa (não necessariamente a própria mãe do bebê) é aquela que efetua uma adaptação ativa às necessidades do bebê, uma adaptação que diminui gradativamente, segundo a crescente capacidade deste em aquilatar o fracasso da adaptação e em tolerar os resultados da frustração (Winnicott, 1975, p. 24).

A mãe suficientemente boa deve, entre outras características, ser real, comum, empática, devotada, monótona, constante, previsível, confiável, preocupada.

Ainda que Winnicott (2012) acredite que a própria mãe do bebê tenha mais probabilidade de ser ‘suficientemente boa’, ele acredita que esta função possa ser desempenhada por outras pessoas que cuidam do bebê, desde que tenham condições de adaptar-se suficientemente bem às suas necessidades. O êxito no cuidado infantil, segundo ele, depende da dedicação, e não do “jeito” ou do esclarecimento intelectual.

Winnicott (2012) reconhece o saber das mães como um tipo de conhecimento absolutamente diferente do saber dos especialistas:

Podemos ver, facilmente, que anos e anos de brilhantes pesquisas foram gastos para que o médico se tornasse capaz de prescrever as vitaminas adequadas, e podemos também olhar com admiração para o trabalho do cientista e para a autodisciplina implícita neste trabalho. [...] Ao mesmo tempo o cientista, se assim o desejar, pode olhar com admiração para o conhecimento intuitivo da mãe, que a torna capaz de cuidar de seu bebê independentemente de qualquer aprendizado. Na verdade eu diria que a riqueza essencial deste conhecimento intuitivo é o fato de ele ser natural e não conspurcado pelo aprendizado¹⁸ (p. 14).

Esse conhecimento intuitivo “natural” seria, para Winnicott (2012), decorrente da dedicação das mães aos seus bebês, e não fruto de uma

¹⁸ Cabe aqui reforçar que: quando Winnicott se refere a este conhecimento como natural não está afirmando que se trata de algo biológico; ao dizer que o aprendizado conspurcaria este conhecimento, ele está se referindo ao aprendizado técnico científico e não ao aprendizado decorrente da experiência, como esclarece na citação seguinte.

aprendizagem formal de conteúdos “de especialistas”.

A mãe não pode aprender a fazer as coisas que lhe competem a partir de livros, enfermeiras ou médicos. Ela pode ter aprendido muito a partir do fato de já ter sido criança, e também a partir da observação de outros pais com seus filhos, e do fato de ter ajudado a tomar conta de seus irmãos; acima de tudo, porém, ela aprendeu muitas coisas de importância vital quando, ainda muito novinha, brincava de pai e mãe (ibidem, p. 52).

De forma semelhante às contribuições de que nos valem até aqui, Winnicott (2012) reconhece que este conhecimento possa ser adquirido a partir da prática mesma da maternagem ou de outras experiências de cuidado e a partir de brincadeiras infantis que fazem parte, mais comumente, dos processos de socialização a que as mulheres são submetidas. Segundo ele, os hábitos locais também afetam as mães nesse sentido, podendo elas reagirem ou sujeitarem-se a eles, ou buscarem o seu próprio caminho.

Para Winnicott (2012), as enfermeiras e os médicos têm muito a aprender com as mães, “especialistas nesta questão específica que é cuidar de suas próprias crianças” (p. 18). Médicos e enfermeiras talvez saibam muito sobre Psicologia e sobre saúde e doença, mas não sabem o que os bebês estão sentindo a cada minuto porque estão fora dessa área de experiência (Winnicott, 2011). Eles não deveriam interferir desnecessariamente na relação entre a mãe e o bebê, pois

não são especialistas nas questões relativas à intimidade, que são vitais tanto para a mãe quanto para o bebê. Se começarem a dar conselhos sobre essa intimidade, estarão pisando em solo perigoso, pois nem a mãe, nem o bebê, precisam de conselhos. Em vez de conselhos, eles precisam de recursos ambientais que estimulem a confiança da mãe em si própria (Winnicott, 2012, p. 22).

Interferir nos mecanismos delicados que se dão entre o bebê e sua mãe significaria, para Winnicott (2012), tornar a mãe autoconsciente do que faz e, a partir daí, ela passaria a fazer tudo pior. Winnicott (2012) reconhece, assim (e nesse aspecto de maneira similar à Schwartz e Dejours) que existe um saber-fazer das mães que não passa pela consciência: “seus conhecimentos têm de vir de um nível mais profundo, e não necessariamente daquela parte da mente onde há palavras para tudo” (p. 53).

Em sua experiência, ele relata ter tido a oportunidade de conhecer médicos, enfermeiras e professores que imaginavam poder dizer às mães o que elas deveriam fazer, e que depois, quando também se tornaram pais e mães, relataram que precisavam esquecer tudo o que pensavam saber: as coisas que sabiam interferiam na capacidade de se relacionarem com seus próprios filhos e precisavam, assim, “desprender-se desta camada inútil de conhecimentos ligados às palavras” (Winnicott, 2012, p. 53) para só então serem capazes de se dedicar àquele bebê.

Assim, para Winnicott (2011),

há algo na mãe de um bebê que a torna particularmente qualificada para proteger seu filho nesta fase de vulnerabilidade, e que a torna capaz de contribuir positivamente com as claras necessidades da criança (p. 3).

A partir do sentimento de uma unidade – a mãe é o bebê e o bebê é ela – a mãe “sente se o bebê precisa ser tomado nos braços ou colocado sobre uma superfície qualquer, ser deixado a sós ou mudado de posição” (Winnicott, 2012, p. 4), por exemplo.

A mãe

sabe, muitíssimo bem, quais são as necessidades do bebê. [...] Não estou apenas me referindo ao fato de ela ser capaz de saber se o bebê está ou não com fome, e todo este tipo de coisas; refiro-me às inúmeras coisas sutis, coisas que somente meu amigo poeta seria capaz de expressar adequadamente em palavras. De minha parte, dou-me por satisfeito em usar o verbo segurar, e ampliar o seu significado para que possa abranger tudo aquilo que, nesta ocasião, uma mãe é e faz (ibidem, p. 4).

Segundo Winnicott (2012), os cuidados com as crianças giram, então, em torno do termo ‘segurar’ (em inglês, *holding*):

tornar seguro, firmar; amparar, impedir que caia, agarrar, conter, prender; garantir, afirmar, assegurar; tranquilizar, serenar, sossegar; não se desfazer de, conservar; afirmar, garantir; apoiar-se, precaver-se” (p. 53, nota de rodapé).

No início da vida, o *holding* se trata do ato físico de segurar a estrutura física do bebê, e que vai resultar em circunstâncias satisfatórias ou desfavoráveis em termos psicológicos (Winnicott, 2012). As mães são capazes de adaptar a

pressão de seus braços às necessidades do bebê, de moverem-se lentamente, talvez emitirem sons. A partir desse contato, o bebê sente sua respiração, seu cheiro, seu hálito, seu ritmo cardíaco, o calor da sua pele, e que é agradável estar em seu colo. Nesse sentido, Winnicott (2012) vai afirmar que “segurar um bebê é um trabalho especializado” (p. 15).

O significado de ‘segurar’ se amplia à medida que o bebê cresce e que seu mundo se torna mais complexo. O *holding* é um dos conceitos centrais em Winnicott (2012), e uma das funções fundamentais da ‘mãe suficientemente boa’ para a edificação da personalidade da criança. O termo pode incluir também a função do grupo familiar.

A enorme capacidade de se adaptar às necessidades de seu filho seria decorrente, segundo Winnicott (2012), daquilo que ele denominou de ‘preocupação materna primária’: um estado em que as mães se tornam capazes de se colocarem no lugar do bebê, a partir de uma capacidade surpreendente de identificação com ele, “o que lhes possibilita ir ao encontro das necessidades básicas do recém-nascido, de uma forma que nenhuma máquina pode imitar, e que não pode ser ensinada” (ibidem, p. 30). Essa capacidade de “adaptar-se de forma tão visceral às necessidades iniciais de seu filho” (ibidem, p. 7) e “estarem presentes mais ou menos no momento e no lugar certos” (ibidem, p. 56) requer, portanto, que a mãe se dedique aos cuidados para com o seu bebê.

Para Winnicott (2012), a preocupação materna primária traduz-se por um estado psicológico que se caracteriza pelo retraimento e concentração, um estado especial em que se encontram as mães ao final dos nove meses de gravidez, quando são capazes de desviar os interesses do próprio *self*¹⁹ para o bebê (ele compara, inclusive, a um episódio esquizoide, onde determinado aspecto da personalidade toma o poder temporariamente). Trata-se de uma condição passageira que perdura por algumas semanas ou meses e torna as mães capazes, de forma especializada, de se colocarem na situação do bebê, “de quase se perderem em uma identificação com ele, de tal forma que saibam (genérica ou especificamente) aquilo de que o bebê precisa naquele exato momento” (ibidem, p. 83).

¹⁹ Em algumas traduções das obras de Winnicott para o português, o termo ‘*self*’ foi mantido no idioma original. Aqui faremos uso do termo em inglês e português, respeitando a escolha dos tradutores das obras.

Este estado especial precisa ser vivido, tal qual uma “doença normal” (Winnicott, 2000a), pois é ele que possibilita que se estabeleça uma comunicação em que a mãe sabe sobre as necessidades do bebê antes mesmo que elas se manifestem. “Sem esta condição temporária, ela é incapaz de transformar as necessidades infinitamente sutis do bebê em comunicação” (Winnicott, 2012, p. 96). Essa atitude sensível, possível a partir de uma identificação em grau extremo com o bebê, é perdida à medida que a criança se desenvolve e se afasta (Winnicott, 2011).

O processo de desenvolvimento da preocupação materna primária não é fácil para todas as mulheres, e nem todas as mães irão contrair essa “doença”. Da mesma forma, o processo de recobrar uma atitude normal em relação à vida e ao *self* pode produzir enfermidades clínicas (idem).

Dentro desta perspectiva não idealizadora da maternidade, Winnicott (2000b) nos ensina que diversas são as causas que podem levar uma mãe a sentir ódio do seu bebê e da sobrecarga que ele representa: o bebê representa um perigo para o seu corpo durante a gravidez e o parto; ele interfere na sua vida privada; ele tenta machuca-la, morde-a; ele é grosseiro, trata-a como uma pessoa qualquer; ela precisa amá-lo no início, de qualquer maneira, com suas excreções e tudo; ele se mostra desiludido com ela; seu amor é interesseiro, algo que ele joga fora quando consegue o que quer.

Ao elaborar essa lista, Winnicott (2000b) reconhece, assim, que o cuidado materno não é lugar apenas de prazer e que, para conseguir de engajar nas exigências do maternar,

a mãe deve ser capaz de tolerar o sentimento de ódio contra o bebê sem fazer nada a esse respeito. Ela não pode expressá-lo para ele. [...] O ponto mais interessante a respeito da mãe é a sua capacidade de ser tão agredida e sentir tanto ódio por seu bebê sem vingar-se dele, e sua aptidão por esperar por recompensas que podem vir ou não muito mais tarde (p. 286).

A relação entre a mãe e seu bebê remete, segundo Winnicott (2012), à experiência de cuidados que ela vivenciou quando era um bebê e teve as mesmas necessidades:

ela também já foi um bebê, e traz com ela as lembranças de tê-lo sido; tem, igualmente, recordações de que alguém cuidou dela, e

estas lembranças tanto podem ajudá-la quanto atrapalhá-la em sua própria experiência como mãe (p. 4).

Ainda que a mãe não se lembre de quando era um bebê, Winnicott (2012) acredita que nunca se perde essa experiência para sempre – ela estaria localizada em alguma parte do seu ser. Assim, um dos motivos que podem levar uma mãe a experimentar dificuldades em maternar seu filho é ela própria não ter tido um suporte ambiental suficientemente bom quando era um bebê. Seguindo a perspectiva winnicottiana, Lopes e col. (2013) vão afirmar que “desde o ser cuidado ao cuidar, um longo e complexo caminho precisa ser trilhado pelo ser humano” (p. 237).

E, se de um lado existe um bebê que necessita de cuidados e da adaptação da mãe às suas necessidades, do outro lado desta mesma relação existe uma mãe que também precisa do bebê para tornar-se aquilo que ele precisa que ela seja (Lopes & col., 2013). O maternar trata-se, assim, de uma experiência de mutualidade, em que a mãe precisa do bebê tanto quanto o bebê precisa dela.

Nesse sentido, Winnicott (2012) afirma que

certamente algo acontece às pessoas quando elas se veem confrontadas com o desamparo que supostamente caracteriza o bebê. [...] Embora o bebê seja indefeso num certo sentido, em outro é possível dizer que um bebê tem um enorme potencial para continuar a viver, para desenvolver-se e para realizar o seu potencial. Poderíamos quase dizer que as pessoas que cuidam de um bebê são tão desamparadas em relação ao desamparo do bebê quanto o bebê o é²⁰. Talvez haja até mesmo um confronto de desamparos (p. 91).

A partir dessa ideia de dependência mútua, Lopes e col. (2013) ressaltam que “cuidar e ser cuidado derivam da mesma matriz de dependência” (p. 242) e que “uma mãe é algo que não existe, fora de uma relação com o bebê” (p. 244). É nesse mesmo sentido que estas autoras destacam a pergunta feita por uma menina de três anos: “mãe, quem nasceu primeiro, eu ou tu?” (ibidem, p. 245).

Se, na experiência de mutualidade, a mãe consegue adaptar-se às necessidades do bebê, ela estabelece com ele uma comunicação silenciosa, que faz parte do conceito winnicottiano de *holding*, e que é a raiz de todas as outras

²⁰ É preciso, é claro, considerar aqui a desigualdade na relação bebê/ adulto.

comunicações entre os seres humanos: trata-se de uma “comunicação do amor, assentada sobre o fato de haver ali um ser humano que se preocupa” (Winnicott, 2012, p. 87).

Esta forma básica de comunicação física pode ser ilustrada através do movimento de embalar, no qual a mãe adapta os seus movimentos aos do bebê. [...] Podemos dizer que a comunicação é uma questão de reciprocidade na experiência física (ibidem, p. 89).

Nessas comunicações silenciosas, como numa “canção sem palavras” (ibidem, p. 69), o bebê “diz” “estou precisando de...” e a mãe se aproxima dele com o necessário para satisfazer sua demanda, e o bebê pode completar a sua frase: “uma mudança de posição, um peito, um mamilo, leite, etc.” (ibidem, p. 89).

Há, primeiro, as necessidades do corpo: virar o bebê de lado, aquecê-lo, amenizar as dores, alimentá-lo. Mas há ainda um tipo de necessidade muito sutil, que só o contato humano pode satisfazer, e que está relacionado com o ritmo respiratório da mãe, os batimentos cardíacos, os cheiros, sons transmitidos...

Assim, o bebê não ouve ou registra a comunicação – a língua não tem importância, apenas os efeitos da confiabilidade:

a atitude por trás da verbalização tem sua própria importância, e que esta atitude se reflete nas nuances, no ritmo e em milhares de outras formas que podemos comparar à variedade infinita da poesia (Winnicott, 2012, p. 85).

Quando as falhas de comunicação não são corrigidas no tempo devido, elas produzem no bebê uma enorme ansiedade. A falha da mãe em adaptar-se às necessidades do bebê são sentidas como ameaças à existência pessoal do eu (Winnicott, 2000a).

Esse ambiente de cuidados proporcionado pela figura materna é, portanto, determinante na construção de um eu saudável: “a mãe está assentando, sem que o saiba, as bases da saúde mental do indivíduo” (Winnicott, 2012, p. 20). Para Winnicott (2012), o eu, ou o *self*, não é algo dado de antemão – é uma conquista possível ao se percorrer uma jornada progressiva que vai da dependência absoluta à independência, passando por uma fase de dependência relativa. Esse percurso, conforme já dissemos, requer a presença facilitadora de um outro que, a partir de um ambiente suficientemente bom, possibilita à criança

estabelecer uma distinção entre o eu e o não eu.

Os chamados 'objetos e fenômenos transicionais' são fundamentais para entendermos como a criança estabelece uma relação autêntica e satisfatória com os objetos não eu. Inicialmente, a mãe proporciona ao bebê a ilusão de que o seio dela – ou aquilo que representa os cuidados infantis em geral – faz parte do bebê, como se este pudesse controlá-lo e dispor dele quando quiser: “o bebê recebe de um seio que faz parte dele e a mãe dá leite a um bebê que é parte dela mesma” (Winnicott, 1975, p. 26). Assim, a mãe proporciona ao bebê a ilusão de que existe uma realidade externa que corresponde à capacidade dele de criar. Em seguida, gradativamente, ela vai desiludir o bebê de sua onipotência, preparando-o para as frustrações.

A separação entre a mãe e o bebê será condicionada pelos objetos (um cobertor, um ursinho) ou fenômenos transicionais (um maneirismo, uma canção), que representam a continuidade do bebê com a mãe, com o mundo, com os cuidados maternos e da própria existência do bebê.

O objeto constitui um símbolo da união do bebê e da mãe (ou parte desta). Esse símbolo pode ser localizado. Encontra-se no lugar, no espaço e no tempo, onde e quando a mãe se acha em transição de (na mente do bebê) ser fundida ao bebê e, alternativamente, ser experimentada como um objeto a ser percebido, de preferência concebido. O uso de um objeto simboliza a união de duas coisas agora separadas, bebê e mãe, no ponto, no tempo, no espaço, do início de seu estado de separação (Winnicott, 1975, p. 135).

O objeto transicional representa, assim, a transição para o bebê de um estado de fusão com a mãe para um estado de relação com ela como algo externo e separado (idem). Inicialmente, bebê e objeto estão, então, fundidos entre si – a visão que ele tem sobre o objeto é subjetiva e a mãe se orienta para concretizar o que o bebê está pronto para encontrar. Na sequência, o objeto é repudiado, novamente aceito e objetivamente percebido. A mãe participa desse processo e, a partir da confiança que ela estabelece com o bebê, torna possível a criação de um 'espaço potencial' que os une. Trata-se, para Winnicott (1975) de um *playground* intermediário, em que mãe e bebê podem brincar.

Este espaço intermediário é uma área transicional, um espaço entre a realidade psíquica, pessoal e interna de cada um e a realidade externa, socialmente compartilhada. Ele remete a estas duas realidades, estando ao

mesmo tempo fora e dentro. É, assim,

a terra de ninguém que na verdade é de cada um, o local onde se oculta o mistério, o espaço potencial que pode se transformar em objeto transicional, o símbolo da confiança e da união entre o bebê e a mãe, uma união que não envolve a interpretação (Winnicott, 2012, p. 89).

A construção deste espaço só é possível a partir de um relacionamento de confiança que se estabelece por parte do bebê em relação à figura materna ou ao ambiente. O brincar nessa área intermediária possibilita o início do relacionamento com a realidade externa. É nesse ambiente do brincar que se torna possível a criação do *self* – o eu é descoberto e, ao mesmo tempo, construído. Essa área é, portanto, parte da organização do ego, fundada nas experiências corporais.

Na área intermediária se inaugura o próprio sujeito e também a criatividade. A experiência criativa é iniciada no viver criativo, que se manifesta através da brincadeira. O impulso criativo é, para Winnicott (1975), algo que se faz presente quando qualquer pessoa se inclina de maneira saudável para algo ou realiza alguma coisa. Esse viver criativo representa a saúde. O contrário, a submissão, seria um estado doentio. Nesse sentido, poderíamos aproximar Winnicott e Canguilhem.

A variação entre o viver criativo e o viver submisso está relacionada à qualidade e à quantidade daquilo que o ambiente pôde prover no começo da vida de cada bebê. A criatividade pertence assim, originalmente, à experiência infantil e depende, tanto de uma tendência individual inata quanto de um ambiente suficientemente bom.

Essa área intermediária de experiência, incontestada quanto a pertencer à realidade interna ou externa (compartilhada), constitui a parte maior da experiência do bebê e, através da vida, é conservada na experimentação intensa que diz respeito às artes, à religião, ao viver imaginativo e ao trabalho científico criador (Winnicott, 1975, p. 30).

À semelhança de Winnicott, veremos que Maturana e Verden-Zöller também irão conferir à relação materno-infantil – e especificamente ao brincar – uma importância fundamental para o desenvolvimento humano. Apresentaremos

no próximo tópico as ideias presentes na obra conjunta destes autores ('Amar e Brincar – Fundamentos esquecidos do humano') que, no nosso entender, dialogam com os conceitos winnicottianos acima apresentados.

4.2. As contribuições de Maturana e Verden-Zöller

Humberto Maturana, biólogo, desenvolveu em sua obra um conjunto de ideias que foram designadas como 'biologia do amor' – ou mais recentemente como 'biologia do amar', fazendo uso do verbo na forma substantivada.

Maturana designa pelo vocábulo o amor a emoção básica que fundamenta a vida social em geral – é ele que opera no domínio das ações que constituem o outro como legítimo outro em coexistência. "O amor é a emoção que constitui o domínio de ações no qual o outro é aceito como é no presente" (Maturana & Verden-Zöller, 2004, p. 223). Para ele, é o amor que fez de nós a classe de animais que somos como seres humanos – "animais dependentes do amor, que adoecem ao ser privados dele em qualquer idade" (Maturana, 2004, p. 105). Somos filhos do amor e dele dependentes "do útero ao túmulo" (Maturana & Verden-Zöller, 2004, p. 236).

Maturana (2004) entende que as emoções definem a ação: a emoção sob a qual se faz ou se recebe o que é feito transforma o fazer em uma coisa ou em outra. São os diversos modos de emocionar das culturas o que as torna diferentes como âmbitos de vida diversos.

Na história da humanidade, as emoções preexistem à linguagem. Mas o que nos constitui como seres humanos é nossa existência no conversar. O linguajar apareceu necessariamente entrelaçado com o emocionar. Em função deste entrelaçamento contínuo, as conversações recorrentes estabilizam o emocionar que elas implicam.

Essas ideias são fundamentais para entendermos o que Maturana (2004) define como cultura: "uma rede fechada de conversações que constitui e define uma maneira de convivência humana como uma rede de coordenações de emoções e ações" (p. 33).

Nossos ancestrais, ao que indica, devem ter vivido uma rede de conversações completamente diferente da cultura patriarcal em que vivemos

atualmente. Na cultura matrística²¹ nossos antepassados não viviam a agressão, a luta e a competição como aspectos definidores de sua maneira de viver, e sim a participação, a inclusão, a colaboração, a compreensão, o acordo, o respeito e a co-inspiração.

A cultura patriarcal, ao contrário, se caracteriza pelas coordenações de ações e emoções que fazem da vida cotidiana um modo de coexistência que valoriza a guerra, a competição, a luta, as hierarquias, a autoridade, o poder, a procriação, o crescimento, a apropriação de recursos e a justificação racional do controle e da dominação dos outros por meio da apropriação da verdade.

No modo de viver matrístico predominava a colaboração entre os sexos na vida cotidiana e não a divisão sexual do trabalho que vivemos hoje na cultura patriarcal, com separação sexual dos afazeres:

por meio do emoionar da apropriação, o patriarcado criou o espaço psíquico que tornou possível a destruição da colaboração fundamental de homens e mulheres, própria da vida matrística (Maturana, 2004, p. 22).

Nesse sentido, e aproximando-se das concepções teóricas sobre relações sociais de sexo/ gênero de que estamos nos valendo, Maturana (2004) vai afirmar que “as diferenças de gênero (masculino e feminino) são somente formas culturais específicas de vida, redes específicas de conversações” (p. 17). Os diferentes valores que a cultura patriarcal confere às diferenças de gênero não têm, assim, fundamento biológico. Ou melhor, “as distinções sexuais entre homem e mulher são biológicas, mas o modo como a vivemos é um fenômeno cultural” (ibidem, p. 17).

Assim,

é a emoção, sob a qual fazemos o que fazemos como homens e mulheres, que torna ou não o afazer uma atividade associada ao gênero masculino ou feminino, segundo a separação valorativa própria de nossa cultura patriarcal, que nega a colaboração (Maturana, 2004, p. 18).

Na atual cultura europeia patriarcal,

²¹ A cultura matrística não se confunde com o matriarcado que, em oposição ao patriarcado, seria uma cultura em que haveria uma superioridade das mulheres em relação aos homens.

as relações de convivência masculino-feminina são vividas como se existisse uma oposição intrínseca entre homem e mulher que se torna evidente em seus diferentes valores, interesses e desejos. As mulheres são vistas como fontes de perversidade e os homens como fontes de virtudes (ibidem, p. 82).

O patriarcado assumiu diferentes formas em distintas comunidades humanas, segundo as particularidades destas: a posição da mulher, no lar ou fora dele, ou a escravidão como forma econômica de vida, ou a maneira de exercer o poder e o controle, modificaram-se de modos tão diferentes, que se pode falar em subculturas patriarcais diversas. Para Maturana (2004), no entanto, estas diferentes comunidades continuam sendo patriarcais, porque nelas se conservou a rede fundamental de conversações que as constitui dessa maneira.

O patriarcado é um modo de viver um espaço psíquico. Se quisermos recuperar a igualdade colaborativa da relação homem-mulher da vida matrística, temos de gerar um espaço psíquico neomatrístico (Maturana, 2004, p. 23).

A cultura matrística não foi, no entanto, completamente extinta – sobreviveu em bolsões culturais e, em especial, “permaneceu oculta nas relações entre as mulheres e submersa na intimidade das interações mãe-filho” (ibidem, p. 77). Maturana (2004) acredita, assim, que entre si e no materno “as mulheres mantêm uma tradição matrística fundamental” (p. 83).

Importante ressaltar aqui que, de forma consonante com o que expusemos acima acerca do gênero, Maturana (2004), assim como Winnicott, também entende a maternidade como uma relação de cuidado e não uma tarefa associada ao sexo. A relação materno-infantil é, assim, uma atividade independente do gênero,

um fenômeno biológico humano que envolve a mãe não como mulher, mas como um adulto numa relação de cuidado. Nessas condições, tanto a mulher como o homem estão, em igualdade de condições, biologicamente dotados (p. 15).

Desta maneira, “a maternidade, seja ela feminina ou masculina, é um fenômeno cultural, que pode ou não ser vivido em coerência com seus fundamentos biológicos” (ibidem, p. 20). Maturana e Verden-Zöller (2004) designam como ‘mãe’

mulher ou homem que cumpre, na convivência com uma criança, a relação íntima de cuidado que satisfaz suas necessidades de aceitação, confiança e contato corporal, no desenvolvimento de sua consciência de si e de sua consciência social (p. 263).

Na relação mãe-filho, a infância é vivida de forma matrística, na dinâmica relacional da biologia do amar, onde homens e mulheres são equivalentes na configuração do conviver. Essa imersão em conversações matrísticas é coerente com nossa condição humana de seres amorosos, que dependem do amor para a sua saúde física e mental. As relações matrísticas, vividas no brincar entre mães e filhos, proporcionam uma forma de viver na total confiança e aceitação, com respeito por si mesmo e pelos outros (Maturana, 2004).

Em oposição, na vida adulta experimentamos um modo de viver patriarcal, que recorrentemente nega a biologia do amar, e baseia-se numa dinâmica de relações mútuas que supõe a superioridade intrínseca do homem sobre a mulher, numa oposição entre masculino e feminino.

Maturana (2004) vai, assim, afirmar que nós

crecemos imersos nessas conversações contraditórias; vivemos desgarrados pelo desejo de conservar nossa infância matrística e satisfazer os deveres de nossa vida adulta patriarcal (p. 84).

A vida atual no modelo do patriarcado – com suas exigências específicas de trabalho, êxito, produção e eficácia – interfere no estabelecimento de uma relação normal mãe-filho. Interfere, assim, no desenvolvimento fisiológico e psíquico normal das crianças, que se revela nas dificuldades de estabelecer relações sociais permanentes (amor), na perda de confiança em si mesmo, do auto-respeito e do respeito pelo outro.

A interferência no livre brincar mãe-filho em total confiança e aceitação – que traz consigo a destruição da relação materno-infantil matrística – produz uma dificuldade fundamental na criança e por fim no adulto, para viver a confiança e o conforto do respeito e aceitação mútuos, que constituem a vida social como um processo sustentado (Maturana, 2004, p. 81).

Gerda Verden-Zöllner (2004) – psicóloga que se dedicou à observação e estudo da relação afetiva entre mãe e filho nos primeiros anos de vida –, juntamente com Maturana, vai afirmar a importância do brincar na relação

materno-infantil: “as consciências individual e social da criança surgem mediante suas interações corporais com as mães, numa dinâmica de total aceitação mútua na intimidade do brincar” (p. 124)

Nesse sentido, Verden-Zöllner (2004) vai afirmar que a criança será o que sua história de relações com sua mãe – e com outros seres que a rodeiam – permitirá ser. Todas as dimensões da percepção, do dar-se conta de si mesmo ou de perceber o outro surgem na ontogenia humana como operações relacionais. Nessas relações, o corpo ocupa um lugar central:

o modo como uma criança vive a sua corporeidade, nos primeiros anos de vida, não é indiferente para o seu desenvolvimento. Em consequência, também não o é para o desenvolvimento de suas possibilidades de consciência individual e social, bem como para o desenvolvimento de sua capacidade de auto-aceitação e aceitação do outro (Verden-Zöllner, 2004, p. 132).

Assim, nossa capacidade de coexistência social surge em nós somente na epigênese humana na biologia do amar: “somos filhos do amor, e a biologia de nossas corporeidades, assim como a de nosso desenvolvimento infantil, pertence à biologia do amor” (Verden-Zöllner, 2004, p. 135). O crescimento normal de uma criança requer, desta forma “a biologia da mútua aceitação em interações corporais íntimas com a mãe” (ibidem, p. 135).

Por sua vez, a auto-aceitação e o auto-respeito não podem surgir como características da ontogenia da criança na relação materno-infantil se esta não fluir na mútua e total aceitação corporal implícita na operacionalidade das interações não-intencionais da brincadeira (ibidem, p. 136).

Para Verden-Zöllner (2004), a tradição ocidental de separação entre corpo e mente, assim como a insensibilidade corporal que implica essa separação, leva a uma falta de confiança fundamental nos processos naturais em muitas áreas básicas da existência humana: “não percebemos a participação natural das interações corporais da criança em crescimento na constituição de sua consciência individual e social” (p. 129).

Por causa de sua própria alienação na separação de corpo e espírito – e da instrumentalização de suas relações por meio de sua submissão diante da atitude produtiva exigida por nossa cultura –, as mães modernas com frequência não têm consciência de sua

corporeidade. Portanto, não têm plena consciência social e não se dão conta de que instrumentalizam suas relações com seus filhos (ibidem, p. 131).

Devido à falta de consciência corporal e social, as mães não estão com os filhos no propósito de viver juntos em aceitação mútua e total. E, para Verden-Zöllner (2004), ser aceito é ser visto no presente de uma interação – não ser visto no presente é ser negado.

Quando a mãe está atenta ao futuro dos seus filhos quando interage com eles, na realidade não os encontra na interação. Isso acontece porque sua emoção e paixão não estão no encontro, mas sim em algo diferente. Quando uma mãe que faz algo com seus filhos está atenta aos resultados do que está sendo feito, ela na verdade não os vê, não está com eles no presente da intimidade corporal de seu fazer comum (ibidem, p. 137).

Para Verden-Zöllner (2004) o Eu é uma dimensão social humana que se realiza por meio de uma dada corporeidade, mediante o viver numa comunidade em que esse Eu vive com outros Eus em mútua aceitação. Isso ocorre naturalmente à medida que a criança cresce em estreita intimidade do encontro corporal, em confiança e aceitação de sua mãe. A confiança nas interações mãe-filho é fundamental para a autora, assim como o é para Winnicott.

Se, nessas interações, a criança não é percebida pela mãe como um participante efetivo do encontro, ela não se apreende como um Eu integral: não apreende a si própria e não desenvolve sua consciência social. “Se esse desvio de atenção acontece a uma mãe em suas interações com seu filho, ele vive tais interações na negação operacional de sua identidade” (Verden-Zöllner, 2004, p. 147).

Se os olhos da mãe ou do pai não se encontram com os da criança ou bebê; se a mãe ou o pai não respondem aos sons do bebê com sons congruentes, segundo o fluxo de suas interações com ele; se, enfim, não tocam a criança ou bebê quando estes os tocam, a criança ou o bebê se tornam seres sem identidade nem sentido próprio. Isto é, caem num vazio existencial (Maturana & Verden-Zöllner, 2004, p. 229).

Para que esteja no presente de seus filhos, uma mãe deve voltar sua atenção para o que ocorre no instante do encontro, por meio de interações com seus filhos no brincar, sem expectativas que desviem o seu olhar para longe

desse presente: “encontrar uma criança como pessoa real é encontrá-la como uma entidade biológica completa, cuja existência é válida e legítima em si mesma e por si mesma e não em referência a outra coisa” (Verden-Zöllner, 2004, p. 145).

Verden-Zöllner (2004) percebe que, com frequência, psicólogos e antropólogos veem a brincadeira como uma preparação para a vida adulta, ao interpretar a atitude das crianças como uma imitação das atitudes dos adultos. Para ela, no entanto, o que define a brincadeira é um operar no presente – trata-se de uma atividade vivida sem objetivos, mesmo que com um propósito: “quando fazemos o que fazemos atendendo – em nosso emocionar – ao fazer, e não às suas consequências” (p. 145). “Qualquer atividade humana que seja desfrutada em sua realização – na qual a atenção de quem vive não vai além dela – é uma brincadeira” (Maturana & Verden-Zöllner, 2004, p. 232).

Nesse sentido, Verden-Zöllner (2004) postula a ‘biologia do brincar’:

O brincar, como relação interpessoal, só pode acontecer no amor; [...] uma relação interpessoal que ocorre no amor é necessariamente vivida como brincadeira; [...] a relação mãe-filho deve ser um relacionamento no brincar (p. 224).

Se a mãe encontra o bebê no brincar – e isso pode acontecer antes mesmo que ele comece a viver na linguagem verbal –, o bebê é confirmado em seu ser biológico como um bebê humano em interações humanas. Ao contrário, se o desencontro entre mãe e bebê se torna sistemático, o crescimento deste é prejudicado, em termos fisiológicos (o desenvolvimento da sua consciência corporal operacional) e psíquicos: “cresce uma criança incapaz de participar de relações interpessoais naturais de mútua aceitação e respeito na vida adulta” (Verden-Zöllner, 2004, p. 150). Quando a criança cresce numa aceitação corporal total por sua mãe – ao encontrar-se com ela no brincar –, transforma-se em um adulto afetuoso, que não receia perder sua identidade na aceitação de outros como ser social.

Nesse aspecto, poderíamos aproximar Verden-Zöllner de Winnicott, que confere ao ‘espaço potencial’, onde mães e bebês podem brincar, uma importância fundamental para a construção do eu e da sua diferenciação do não eu. Para a autora, esse jogo mãe-filho não tem substitutos: esses ‘espaços de jogos’ são para as crianças como seu ‘espaço de existência’ (Verden-Zöllner,

2004).

A partir da riqueza da experiência sensório-motora de seus primeiros anos de vida, em interação corporal em total aceitação com a mãe, a criança, com sua corporeidade efetiva de um indivíduo seguro pela aceitação e respeito de si mesmo, pode se separar da corporeidade de sua mãe (ou de seu pai). Nesta linha, as mães tem uma função transitória no processo de crescimento de seus filhos como seres humanos, e na relação maternal elas podem experimentar seu próprio crescimento (idem).

Assim como Winnicott, que considera a construção do eu saudável como uma conquista decorrente de uma jornada em vários estágios, facilitados pela figura materna, Verden-Zöllner (2004) também acredita que a construção do eu requer o percurso de diversas etapas acompanhadas pela mãe. O caminho a ser percorrido na infância se inicia com a orientação para a mãe, a partir da simbiose da relação materno-infantil, na intimidade e total confiança nesse jogo corporal. A seguir, a criança começa a adquirir a consciência corporal operacional, a construir o tempo e o espaço como algo separado da mãe. O passo seguinte é a orientação para si mesma, na construção de um Eu, o que acontece com a crescente e confiante independência da mãe, e chega até o desenvolvimento da consciência social no respeito pelo outro.

De maneira semelhante à Winnicott, que define a comunicação entre mãe e bebê como uma ‘comunicação do amor’ em uma ‘canção sem palavras’, Verden-Zöllner (2004) também irá fazer referência à música ao afirmar a importância de “um ambiente melódico harmônico elementar no começo da vida” (p. 151):

o processo epigenético inicial mais importante para o desenvolvimento da consciência humana ocorre na musicalidade elementar dos ritmos corporais vibratórios e sonoros da relação materno-infantil, enquanto a mãe dá de mamar, acaricia, embala, fala, acalenta e balança o berço do recém-nascido (ibidem, p. 151).

Nos dedicamos, até aqui, ao referencial teórico que, para nós, é de grande valia na análise do maternar. O próximo capítulo será dedicado à explicação do percurso metodológico da nossa pesquisa de campo.

CAPÍTULO 5 – PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA DE CAMPO

Trabalhar em pesquisa a partir dos princípios éticos e epistemológicos da Ergologia nos coloca, desde o início, uma questão fundamental: como pensar uma abordagem metodológica coerente com o ‘ponto de vista da atividade’?

Como trazer a atividade para o centro da análise? Como ter acesso às atividades de trabalho em sua complexa articulação? Como dar conta de algo que está em constante movimento?

Como devemos avaliar as categorias e os conceitos pelos quais descrevemos o trabalho, com uma distância relativa disso que se trama nele, durante seu exercício? E, por aí mesmo como avaliamos, nós mesmos, este lugar social que ocupamos, como supostos especialistas do trabalho? (Schwartz, 2015, p. 84).

É preciso, como nos ensinou Schwartz (2007) a partir do princípio ergonômico, ‘ver de perto o que se passa’, ‘olhar o trabalho à lupa’: “se não se faz esse esforço, então interpreta-se, julga-se e diagnostica-se no lugar das próprias pessoas e isso não pode ter resultados positivos” (p. 26).

Tendo em vista que a atividade, para a Ergologia, não é só corpo observável, como propor uma abordagem que considere o caráter enigmático do trabalho?

Será que podemos falar do trabalho sem o trabalhador, de um certo modo, dizendo: ‘o trabalho é realizado em tais condições, isso é o que se pede à pessoa, logo esse trabalho é assim: interessante ou não, intenso ou não? Penso que não se pode fazer isso (Schwartz, 2007, p. 29).

Considerando que nossa abordagem metodológica foi construída no interior de um paradigma ergológico e a partir dos referenciais teórico-metodológicos da Ergonomia da Atividade e da Psicodinâmica do Trabalho, partimos da premissa de que

a produção de conhecimento nas e sobre as situações de trabalho tem de ter por base a intenção de criar situações em que aqueles que têm a experiência do trabalho sejam os protagonistas dessa produção. São eles que sentem calor, se irritam e têm prazer no trabalho que estão fazendo (França, 2007, p. 79).

“Ir ao encontro do que acontece no aqui e agora, é se aproximar das situações que os atores do trabalho vivem dia a dia” (Mailliot & Durrive, 2015, p. 226). Para analisar o materno, era preciso, portanto, convidar as protagonistas desta atividade. Acreditando que “a própria ação de pesquisar, em alguma medida, já é sempre intervenção” (Athayde, Zambroni-de-Souza e Brito, 2014, p. 142), o que pretendíamos era engendrar uma Comunidade Ampliada de Pesquisa-Intervenção onde circula uma dialogia – retornaremos esse ponto mais adiante neste capítulo. Nosso intuito era que, a partir de um diálogo sobre o materno, as mães e os pesquisadores pudessem iniciar um processo de co-investigação. Como participantes ativos, nossa abordagem metodológica não previa, portanto, uma postura de neutralidade.

5.1. Sobre as interferências

Dentro de uma perspectiva epistemológica positivista que afirma a objetividade e a neutralidade do pesquisador, as interferências seriam vistas como defeitos do método. A abordagem metodológica de que estamos nos valendo, no entanto, acredita que as interferências sempre vão existir – não se trata de evitá-las, e sim de admití-las, de forma que possam ser analisadas como mais um material de pesquisa.

Um exemplo dessa interferência é a implicação do pesquisador com o objeto de pesquisa e o campo de investigação. Numa tentativa de romper com determinados critérios de cientificidade instituídos (como a objetividade, a universalidade e a cisão entre pesquisador e pesquisado), a implicação é entendida como parte integrante da produção de conhecimento e transformação (Lourau, 1983).

Nessa perspectiva, torna-se fundamental colocar em análise o lugar que ocupamos e os efeitos que isso produz. A pesquisadora autora desta tese, ao mesmo tempo que se situa como “especialista do trabalho”, está atravessada pelo seu próprio materno (que está inclusive na origem desta pesquisa). Entendemos esta condição não como obstáculo, e sim como algo operativo, que facilitou a aproximação com o campo empírico de investigação.

Tal condição exigiu de nós, no entanto, cautela adicional no sentido de tentar “fugir da armadilha que é considerar que já se sabe o bastante” (Athayde, Zambroni-

de-Souza & Brito, 2014, p. 134), buscando não avaliar/ julgar antecipadamente a vida das mães no trabalho em função do maternar da pesquisadora autora desta tese. Procuramos, assim, nos orientarmos pelo modo de operar proposto pela *démarche* ergológica diante das situações de intervenção:

Embora se considere uma “não disciplina”, operar com a postura ergológica exige disciplina: há que respeitar uma regra na intervenção e/ou pesquisa, a de humildade epistemológica frente à singularidade das situações de trabalho, de respeito pelo olhar do outro, de atenção ininterrupta ao inesgotável escapar do previsto. Algo que é gerador de um permanente desconforto intelectual (ibidem, p. 132).

Em nosso percurso, foi preciso estarmos atentos, portanto, para olhar o saber de outro modo, um “se reposicionar na sua própria ‘relação com o saber’” (Mailliot & Durrive, 2015, p. 239). À medida que avançávamos na proposta de compreender \leftrightarrow transformar o trabalho, estávamos operando transformações no nosso próprio trabalho, (re)construindo/ colocando em debate os saberes das atividades de pesquisadora e de mãe.

5.2. Sobre os métodos e técnicas da pesquisa de campo

A Ergologia não propõe um protocolo de ação, com métodos e técnicas específicos, mas aposta no uso e no reprocessamento de técnicas de um amplo patrimônio, como aquele relativo ao campo da Psicologia do Trabalho francófona (Athayde, Zambroni-de-Souza & Brito, 2014). Orientados então pela *démarche* ergológica, sentimo-nos autorizados a compor nossos métodos, fazendo uso desse patrimônio a partir das possibilidades e limitações que o campo apresentava.

Mas como falar sobre o trabalho? Pedir às mães que falassem a respeito do seu maternar não nos garantiria acesso às suas atividades, ao trabalho real, em função de uma série de obstáculos à visibilidade do trabalho. As pesquisas em Ergonomia da Atividade e os estudos sobre Linguagem e Trabalho nos mostram inclusive que, não raro, as falas dos trabalhadores nos trazem, de imediato, apenas as tarefas, ou seja, aquilo que se espera que cumpram.

De acordo com Josiane Boutet²² (apud França, 2007), enquanto as prescrições do trabalho estão em relação direta com a linguagem em sua modalidade escrita (regulamentos, manuais, esquemas de utilização, acordos), o trabalho real é pouco codificado discursivamente. Um dos motivos, segundo a autora, estaria no fato do trabalho ser realizado no espaço daquilo que não se pode exprimir, já que se afasta do prescrito.

Muniz e col. (2013) afirmam que

os trabalhadores tendem a falar de sua ação no trabalho de uma maneira idealizada, como um manual prescritivo de como se deveria trabalhar [...], não trazendo as contradições, os desafios, os desconfortos produzidos pelo descompasso entre a prescrição e o trabalho que efetivamente se realizou (p. 287).

Schwartz (2007) também vai fazer considerações a respeito da dificuldade do trabalhador falar sobre o próprio trabalho, em função da sua complexidade, afirmando que as experiências aí vividas não podem ser descritas em sequências de palavras porque toda atividade de trabalho é sempre, em parte, inédita.

Para França (2007), não se trata, no entanto, de uma exclusividade do trabalho:

Se o campo do simbólico não alcança cumprir a tarefa de chegar a explicar o trabalho, o mesmo ocorre em todos os domínios em que o sujeito tenta falar a respeito de uma experiência. Assim, a dificuldade não se deve à natureza do trabalho, mas à intenção de expressar uma experiência (p. 109).

Desta forma, França (2007) vai afirmar que, contrariando as hipóteses relacionadas à falta de discurso sobre o trabalho, à impropriedade do simbolismo ou à inaptidão do indivíduo, “a dificuldade de dizer o trabalho refere-se ao problema da própria relação do locutor com seu dizer” (p. 116). Para Faiita (2002), o desafio é reintegrar o trabalhador em um debate que o implique como sujeito de sua própria experiência e de seu discurso. Neste sentido, os métodos indiretos facilitam essa expressão.

Como já dissemos, o que pretendíamos era engendrar uma Comunidade Ampliada de Pesquisa Intervenção (Athayde, Zambroni-de-Souza e Brito, 2014,)

²² Josiane Boutet é linguista, professora das Universidades IUFM de Paris e Paris VII e desenvolve pesquisas em Sociolinguística, mais especificamente em linguagem e trabalho.

onde circula uma dialogia. “Se considerado isoladamente, o enunciado é individual, mas sua existência é sempre parte de uma interação verbal, o que torna adequado compreendê-lo e abordá-lo em sua natureza dialógica” (França, 2007, p. 120). Assim, nosso intuito era, a partir da relação dialógica com um terceiro, gerar na pesquisa um modo ativo de compreender, unindo pesquisadores e trabalhadoras em torno de um objetivo comum.

Considerando, assim, a experiência verbal do ser humano um processo que consiste em dirigir as fronteiras flutuantes entre as palavras de outrem e as palavras pessoais por meio de movimentos discursivos empreendidos na cadeira dialógica dos contextos de que o sujeito participa, proponho a visada do dizer do trabalho a partir de um recorte dos diálogos da atividade no contexto do desenvolvimento de uma “comunidade dialógica de pesquisa”, em que pesquisador e trabalhador se unem, no decorrer de um análise ergonômica do trabalho, em torno de um objetivo comum, compartilhando, nesse projeto, os mesmos objetos de sentido (França, 2007, p. 116).

Nossa proposta de ação²³ ficou estruturada em duas fases (que serão detalhas a seguir) e incluiu conversas sobre o trabalho, observações das atividades e Encontros sobre o Trabalho.

5.3. As fases da pesquisa de campo

5.3.1. O convite

Diferentemente do que ocorre com maior frequência nas pesquisas-intervenções dentro das abordagens da Psicodinâmica do Trabalho e da Ergonomia da Atividade, não partíamos de uma demanda dos próprios trabalhadores (ou da organização do trabalho). Nossos estudos tiveram origem em inquietações pessoais da pesquisadora autora desta tese, ela própria enquanto mãe-trabalhadora. Neste caso, foi preciso, então, realizar uma “busca ativa” de protagonistas do maternal interessadas em participar da pesquisa.

Considerando que nesta tese o maternal está sendo pensado enquanto função, nossa intenção, inicialmente, era não endereçar o convite exclusivamente a

²³ A proposta foi submetida ao Comitê de Ética da Universidade Federal Fluminense e aprovada em 30/09/2016 – **CAAE**: 53506216.7.0000.5243.

mães, convidando também outras/os protagonistas do materno, tais como pais, avôs e avós. No entanto, entendemos que a escolha de a quem dirigir este convite não era trivial: se por um lado queríamos afirmar que outras pessoas, que não as mães, podem materno, por outro, também ambicionávamos dar visibilidade e reconhecimento a um trabalho pouco valorizado que, na maioria das vezes, é protagonizado por elas.

Tendo a atividade de pesquisadores atravessada por este debate, tivemos que fazer uma escolha. Optamos, então, por dirigir nosso convite apenas a mães, entendendo que outros protagonistas do materno não estão submetidos a outras condições de visibilidade e reconhecimento – ao contrário das mães, esta função não lhes é naturalizada e, por isso, os saberes mobilizados para este trabalho tornam-se, em geral, mais visíveis e valorizados.

Considerando a enorme amplitude do materno – em termos de diversidade de atividades, em termos espaciais e temporais (tempo devir) – e também a sua grande variabilidade – em termos culturais, socioeconômicos –, foi necessário operarmos recortes. O materno, já dissemos, é múltiplo. Não havia como dele inteiramente dar conta, não podíamos ter essa pretensão. Assim, o universo de sujeitos diretamente participantes da comunidade de pesquisa precisou ser restringido: nosso objetivo inicial era contar com a participação de cinco mães, com filhos entre um e dez anos.

Ainda que acreditemos que o materno é um trabalho potencialmente “pra vida toda”, a escolha desta faixa etária teve uma razão de ser. Iniciamos nossa trajetória a partir da percepção do estabelecimento de uma relação frequentemente negativa entre o trabalho remunerado e o materno – este sendo colocado no lugar da falta, dos custos, das incertezas que acarretaria para aquele. Esta “relação conflituosa” é, no entanto, mais evidente, em geral, no materno dos filhos pequenos, que exige uma maior presença física da mãe. Por este motivo, optamos por realizar a pesquisa com mães que já tivessem retornado aos seus trabalhos remunerados e que tivessem tido algum tempo para elaborar as primeiras atividades do materno, mas que ainda estivessem lidando com os cuidados de crianças pequenas. Embora o objetivo da tese tenha sido alterado durante o seu percurso, optamos por manter a faixa etária, entendendo se tratar de um momento de maior dependência da criança.

Definidos os critérios iniciais, decidimos realizar uma conversa piloto com uma mãe do círculo de convívio da pesquisadora autora desta tese. Esta primeira conversa, realizada em novembro de 2016, nos permitiu repensar algumas escolhas para o campo que serão apresentadas adiante.

Em abril de 2017, divulgamos o convite para a participação na pesquisa em uma rede social, de duas maneiras:

- ✓ no perfil individual da autora desta tese, podendo desta forma ser visualizado apenas por seus contatos pessoais;
- ✓ em um grupo específico sobre maternidade, podendo ser visualizado por todos os seus membros (cerca de 1.500 mães na ocasião).

A escolha deste meio de divulgação significou, na prática, operar mais alguns recortes – o acesso ao convite requeria o acesso à internet e à rede social em questão. Tínhamos ciência ainda de que o convite não seria recebido por todas as mães de igual maneira, provocando em algumas, mais do que em outras, o desejo de participar.

O convite apresentava brevemente os objetivos da pesquisa, as etapas previstas e os critérios para a participação: além dos já explicitados acima, era necessário residir no Rio de Janeiro, ter disponibilidade para encontros individuais e em grupos e possuir um trabalho remunerado (visto que o objetivo inicial desta tese previa o estabelecimento de uma diálogo entre o maternar e o trabalho remunerado).

Diante do retorno ao convite, a pesquisadora fez contato com todas as interessadas para agendar a primeira primeira conversa sobre o trabalho. Nem todas as mães que responderam positivamente ao convite puderam de fato participar da pesquisa, em função de indisponibilidades pessoais de agenda. Considerando a quantidade de participantes prevista inicialmente e a disponibilidade das interessadas, iniciamos a pesquisa com seis mães, além daquela que havia participado da conversa piloto (incluída em nossas análises, ainda que não tenha participado das demais etapas da pesquisa).

Acerca do perfil das participantes, na ocasião em que realizamos a primeira etapa da pesquisa:

- todas tinham idades entre 30 e 44 anos;
- todas tinham um(a) único(a) filho(a), com idades entre 2 e 6 anos, e uma das participantes engravidou do segundo filho no decorrer da pesquisa;

- todas desejam ser mães, ainda que algumas não tenham planejado a gravidez;
- cinco eram casadas com o pai da criança; duas eram separadas e praticavam guarda compartilhada em dias alternados;
- cinco residiam com o(a) filho(a) e o marido; uma residia apenas com o(a) filho(a); uma, além do(a) filho(a), dividia o apartamento com uma amiga e o filho desta;
- quatro residiam em bairros da Zona Sul, uma na Tijuca, uma na Barra da Tijuca e uma no Recreio dos Bandeirantes;
- três residiam em imóveis próprios e quatro em imóveis alugados;
- todas possuíam renda familiar acima de cinco salários mínimos;
- quatro contavam com o auxílio de empregada ou babá de três a cinco dias na semana; três delas tinham faxineiras esporadicamente;
- seis de seus filhos frequentavam creches ou escolas particulares, sendo dois em horário integral; um frequentava escola pública;
- todas possuíam graduação e pelo menos uma pós-graduação *latu* ou *stricto sensu*;

Tendo em vista as características acima, cabe ressaltar que o recorte da pesquisa limitou-se a uma camada social economicamente favorecida. Assim, ainda que tenhamos clareza de que a classe social tenha grandes implicações na vivência do materno, não abordamos esta questão em nossa pesquisa. O mesmo se aplica às questões de raça, também não contempladas por nós.

A tabela abaixo sistematiza o nome e a idade dos filhos de cada participante:

Participante*	Nome do filho*	Idade do filho
Rosa	Clara	4 anos e 5 meses
Catarina	Vinícius	2 anos e 10 meses
Cora	Caetano	3 anos e 10 meses
Isabel	Chico	4 anos e 7 meses
Maria	Alice	3 anos e 8 meses

Margarida	Zico	3 anos e 10 meses
Cecília	Marina	6 anos e 6 meses

Os nomes das participantes, dos seus filhos e de outras pessoas citadas durante a pesquisa foram alterados de maneira a garantir o sigilo. Foi sugerido que as próprias participantes escolhessem novos nomes, mas apenas uma delas o fez (Margarida, que escolheu o seu nome e o do filho). Os demais nomes foram, então, escolhidos pela pesquisadora autora desta tese. Os nomes femininos são homenagens a mulheres importantes da História. Os nomes masculinos são homenagens a poetas e compositores brasileiros. Escolhidos os nomes, a distribuição dos mesmos entre as participantes foi aleatória.

5.3.2. A fase 1

Dentro das perspectivas de que nos valem nesta tese, a caracterização do campo é fundamental na construção de um olhar mais situado frente à situação de trabalho estudada. No que tange a nossa pesquisa, no entanto, não estávamos diante de um campo uniforme, ou daquilo que o Movimento Operário Italiano (Oddone, Re e Brianti, 1977) definiu como “grupo homogêneo”: submetido às mesmas condições de trabalho.

Ainda que tenhamos buscado alguns parâmetros para definição das participantes, eles dizem muito pouco (ou quase nada) acerca das condições em que se desenvolve o materno destas mães. Era preciso, portanto, nos aproximarmos de cada uma das situações de trabalho. Para isso, na primeira fase da pesquisa fizemos uso de dois métodos: as conversas individuais sobre o trabalho e a observação das atividades.

5.3.2.1. As conversas sobre o trabalho

O intuito das conversas individuais sobre o trabalho era possibilitar às protagonistas da atividade que iniciassem, juntamente com a pesquisadora, um processo de reflexão sobre o seu materno. De forma a nos auxiliar nesse processo,

elaboramos um roteiro de perguntas (anexo 1) que servisse como disparador de alguns temas que gostaríamos de abordar.

O roteiro incluía, dentre outras questões, perguntas sobre as circunstâncias em que o materno teve início (se planejado e/ou desejado ou não, por exemplo); as eventuais experiências anteriores de cuidar de alguém; a preparação para o parto e os primeiros cuidados; as experiências de vida que influenciaram o cuidar destas mães (a maneira como elas próprias foram cuidadas, por exemplo).

Algumas de nossas questões tentavam ser um pouco mais específicas sobre as atividades do materno de cada participante, entendendo que elas são muitas e potencialmente variáveis ao longo da experiência e também em função das condições em que são exercidas: os cuidados são divididos com mais alguém?; quais atividades integram “um dia típico” do materno das participantes?; quais atividades de que elas mais gostam e menos gostam de realizar?; quais as facilidades e dificuldades em relação a estas atividades? A intenção era que nossas interlocutoras trouxessem para a conversa não apenas uma descrição das tarefas, mas também afetos, emoções e sensações que as atividades do materno suscitam.

Também elaboramos questões que buscassem provocar um pensar sobre os saberes/ competências (no sentido que temos nos valido aqui) desenvolvidos no materno de cada uma, e as transformações subjetivas que ele tem suscitado. Considerando o objetivo desta tese, perguntamos ainda às participantes se elas consideravam o materno como um trabalho.

Nossa intenção inicial era realizar com cada participante duas conversas sobre o trabalho, entremeadas pela etapa de observação das atividades (descrita a seguir). Acreditávamos que estruturar a primeira fase desta maneira nos possibilitaria:

- ✓ Dividir em duas datas as questões previstas no roteiro (a conversa piloto realizada em novembro de 2016 sinalizava para esta necessidade);
- ✓ Propor na segunda conversa questões que surgissem a partir da leitura da transcrição da primeira;
- ✓ Propor na segunda conversa questões que surgissem a partir da observação das atividades.

As conversas foram agendadas individualmente, em horário e local sugeridos pelas participantes. Em um primeiro momento, explicávamos de maneira um pouco

mais detalhada os objetivos e as etapas previstas para a pesquisa, bem como algumas premissas que nos guiariam ao longo do percurso, a saber: estávamos interessados no materno em suas vivências singulares; a pesquisa não se propunha à comprovação de hipóteses ou ao estabelecimento de relações do tipo causa e efeito; estaríamos comprometidos com uma postura ética e epistemológica de humildade, e não de julgamento em relação às atividades das participantes; a adesão seria voluntária e as participantes poderiam decidir sair da pesquisa a qualquer momento; todos os materiais gerados a partir de cada uma das etapas, incluindo as falas e as análises sobre elas, seriam validados com as participantes antes de comporem a versão final desta tese.

Na sequência destes primeiros esclarecimentos, a conversa era iniciada a partir do roteiro pré-estabelecido. Os rumos que ela tomava, no entanto, eram imprevisíveis. O roteiro inicial serviu mais como um guia geral do percurso do que como uma rota rígida a ser seguida: a sequência das perguntas nunca era a mesma, tampouco a forma de perguntar. Nem sempre todas as perguntas foram feitas e, em todos os casos, novas perguntas se acrescentaram à conversa a partir de pistas que decidimos seguir. O próprio roteiro foi sendo revisto a cada conversa.

Como em todo trabalho, também na pesquisa não foi possível se ater ao prescrito – existiram variabilidades a serem geridas, como as dificuldades de agenda das participantes associadas ao prazo limite para o término desta tese. Dessa forma, em alguns casos, foi possível realizar apenas uma conversa sobre o trabalho. Em outros, foi necessário e possível realizar duas ou três conversas. Ao todo realizamos, além da conversa piloto, 12 conversas individuais, entre os meses de abril e setembro de 2017.

Todas as conversas foram gravadas, transcritas e enviadas por e-mail para as participantes antes da conversa seguinte (quando houve mais de uma conversa) ou antes da etapa de observação das atividades. O objetivo era possibilitar às participantes uma reflexão posterior a partir da leitura da transcrição de suas falas. Em algumas conversas, as participantes teciam novos comentários a partir da leitura do material; em outras, alegavam que tinham conseguido ler a transcrição.

A duração das conversas foi bastante variável: entre uma hora e quinze minutos e três horas e meia para cada participante (somadas as durações nos casos em que houve mais de uma conversa). Ao todo, foram realizadas 13 horas e 55 minutos de conversas sobre o trabalho, conforme sistematiza a tabela a seguir:

Participante	maio	junho	julho	agosto	setembro	TOTAL
Rosa	conversa 1 (1h15min)					1h15min
Catarina		conversa 1 (1h30min)		conversa 2 (1h)		2h30min
Isabel		conversa 1 (1h10min)		conversa 2 (1h20min)	conversa 3 (20min)	2h50min
Maria	conversa 1 (2h)					2h
Margarida		conversa 1 (1h20min) conversa 2 (1h)*		conversa 3 (1h10min)		3h30min
Cecilia		conversa 1 (50min)		conversa 2 (1h)		1h50min

* conversas 1 e 2 realizadas em diferentes datas, dentro do mesmo mês.

5.3.2.2. As observações das atividades

Para a Ergonomia da Atividade, a observação marca a diferença fundamental entre os métodos relativos à análise da atividade e os outros métodos de abordagem do trabalho: enquanto outras abordagens se apoiam em representações do trabalho em geral, fora de sua realização efetiva, a análise da atividade incide sobre um trabalho efetivamente realizado, num dado momento e em condições específicas (Guérin e al., 2001).

Assim, nosso intuito era que as observações nos permitissem entrar em contato com o matenar efetivamente realizado. De forma consoante com as perspectivas que temos nos valido, acreditamos que quando se faz uma observação em situação de trabalho, o resultado que se obtém é duplo:

O primeiro resultado – que é muito importante, ao qual os ergonômistas aportaram uma grande quantidade de elementos – é que isso produz conhecimento sobre a atividade. Logicamente, quando se observa, se pode descrever a atividade de outrem. Mas há um segundo resultado. A observação não produz conhecimento somente para o observador, produz também uma atividade no observado e produz, sobretudo, no observado um diálogo interior (Clot, 2010, p. 223).

A observação produz, portanto, uma intervenção: causa no trabalhador observado, ao menos inicialmente, uma perturbação, fazendo com que ele passe a se observar, como forma de ter algum controle sobre aquilo que o observador está vendo e pensando (Osório, 2014). “O efeito perturbador da observação é uma vantagem a ser bem aproveitada: já começou aí uma análise da atividade na qual o próprio trabalhador é o principal analista” (ibidem, p. 94).

Considerando que o materno envolve muitas atividades possíveis, optamos por fazer observações livres, ao invés de escolhermos uma atividade específica. Foi realizada uma sessão de observação por participante, com duração média de três horas, entre os meses de julho e setembro de 2017, em dias, horários e locais sugeridos pelas participantes.

As observações respeitaram a rotina/ programação das atividades das mães e das crianças e abrangeram os locais e a duração especificados na tabela abaixo.

Participantes	Local	Duração
Rosa e Clara	Saída da escola, ônibus no trajeto escola-restaurante, restaurante.	2:30
Catarina e Vinicius	Residência.	2:30
Isabel e Chico	Residência, táxi no trajeto residência-fonoaudióloga, sala de espera do consultório de fonoaudiologia, táxi no trajeto fonoaudióloga-escola, entrada da escola.	2:00
Maria e Alice	Residência, academia de ginástica do prédio, aula de natação da criança.	3:30

Margarida e Zico	Praça pública, restaurante, sala de espera do espaço de depilação da mãe, trajeto à pé até a residência, residência.	3:30
Cecília e Marina	Residência, playground do prédio.	3:30

Assim que chegava ao local de encontro, a pesquisadora explicava às mães e às crianças que ela iria observar as atividades e fazer algumas anotações e que, ainda que não fosse o foco da etapa, as interações com a pesquisadora não estavam proibidas. Algumas crianças optaram por não interagir diretamente com a pesquisadora em nenhum momento. Outras fizeram perguntas, pediram para desenhar no diário de campo e/ou convidaram a pesquisadora para brincar e ler histórias.

Algumas mães participantes interagiram mais frequentemente com a pesquisadora, na maioria das vezes para entender melhor o objetivo da observação ou para dar alguma explicação sobre as atividades que estavam desenvolvendo. Nas observações, mais do que nas conversas sobre o trabalho, começaram a aparecer as complexidades presentes em atividades tidas como simples, dimensões do materno que não haviam sido muito exploradas pelas participantes nas conversas individuais.

Após a observação, era redigido um relatório, a partir das anotações e da memória da pesquisadora. Cabe ressaltar aqui que o registro das observações não tinha a pretensão de corresponder à totalidade das atividades. Primeiramente, porque entendemos que apenas uma pequena parcela das atividades torna-se visível ao observador: os gestos e os debates externalizados na forma de explicação/ justificativa das escolhas. Em segundo lugar, porque ao registrar e descrever as atividades, o observador opera uma redução: condicionado pelas hipóteses que o orientam, escolhe eventos, de forma mais ou menos voluntária, mais ou menos explícita (Guérin e al., 2001).

O relatório da observação foi encaminhado por e-mail para as participantes, de forma que pudesse ser discutido na conversa individual seguinte (o que foi possível apenas no caso de quatro participantes). A tabela a seguir sistematiza o cronograma da primeira fase ao longo dos meses, incluindo as conversas sobre o trabalho e as observações das atividades.

Mês Participante	maio	junho	julho	agosto	setembro
Rosa	conversa 1				observação
Catarina		conversa 1		observação conversa 2 *	
Isabel		conversa 1		observação conversa 2 **	conversa 3
Maria	conversa 1			observação	
Margarida		conversa 1 conversa 2 *	observação	conversa 3	
Cecilia		conversa 1	observação	conversa 2	

* (em diferentes datas, dentro do mesmo mês)

** (na mesma data)

Não tínhamos a pretensão de que quaisquer dessas ferramentas pudessem esgotar as questões iniciais, tampouco aquelas outras que foram surgindo no decorrer do percurso. Nossa intenção era que elas pudessem: por um lado, oferecer às participantes a possibilidade de iniciar a construção de um novo olhar sobre o materno, permitindo que se reapropriassem das suas próprias experiências; por outro, oferecer à pesquisadora um olhar situado sobre o materno das participantes, além de pistas a serem seguidas na fase seguinte.

Em função da extensão do material gerado já nesta fase, não seria pertinente apresentá-los na íntegra. Selecionamos alguns trechos dos diálogos gerados para serem analisados em conjunto com a segunda fase da pesquisa. Como alternativa para que os contextos das conversas e das observações das atividades estivessem, de alguma forma, retratados nesta tese, descrevemos resumidamente como se deu a participação de cada participante na primeira fase da pesquisa (anexo 2).

Durante esta fase, procuramos estar atentos àquilo que mais mobilizava cada uma das participantes e também às questões e inquietações que, de alguma

maneira, atravessavam o materno de mais de uma delas. Esses elementos, somados às nossas próprias inquietações (as iniciais e aquelas que foram surgindo no decorrer desta fase), serviram de insumo para a segunda fase da pesquisa de campo.

5.3.3. A fase 2

Para esta fase, convidamos as participantes para comporem aquilo que a Ergologia define como Encontros sobre o Trabalho²⁴, uma das configurações possíveis do Dispositivo Dinâmico de Três Polos (DD3P).

O DD3P foi proposto por Schwartz a partir do conceito de Comunidades Científicas Ampliadas, concebido por Oddone e parceiros (1977): tendo como proposta incorporar a participação dos trabalhadores no movimento de luta pela saúde, eles desenvolveram um novo modelo de conhecimento, apoiado na confrontação entre o saber científico dos especialistas e o saber consensual oriundo da experiência concreta dos trabalhadores. Assim, as Comunidades Científicas Ampliadas tinham como premissa a articulação entre estes dois polos de saberes: os saberes formais dos pesquisadores e os saberes informais dos trabalhadores.

A partir da análise crítica da proposta de Oddone, Schwartz (2007) entendeu como fundamental a presença neste dispositivo de um terceiro polo – ético-epistêmico – que permitisse operar a cooperação entre os dois primeiros. A este novo paradigma de desenvolvimento de saberes, Schwartz denominou Dispositivo Dinâmico de Três Polos. O DD3P pretende melhor compreender o que é a atividade e pode ser definido como um dispositivo de trabalho cooperativo e de formação, na medida em que envolve compartilhar saberes, mas também reconhecer o saber do outro.

Conforme nos ensina Schwartz (2007), no primeiro polo deste dispositivo estão os saberes organizados e disponíveis – os saberes das disciplinas, que permitem antecipar situações de vida e da atividade. Trata-se, portanto, do polo dos saberes genéricos, organizados de maneira linear e sequencial, dentro da lógica

²⁴ Alguns autores preferem denominar os Encontros sobre o Trabalho de “Grupo de Encontros do Trabalho” ou GRT (sigla traduzida do francês “*Groupe de Rencontre du Travail*”). Esta denominação, usada por alguns autores referenciados aqui, foi mantida apenas nas citações literais. No restante do texto, utilizamos ‘Encontros sobre o Trabalho’, termo de nossa preferência.

demonstrativa e argumentativa. É o polo dos saberes que produzem normas de maneira antecedente – antes que a atividade aqui e agora aconteça.

O segundo polo é aquele que não nos deixa esquecer que a atividade extravasa os saberes organizados mediante sua recriação parcial de normas e meios, novas inventividades. Este é o polo, portanto, dos saberes investidos na atividade, imbricados nela, históricos, situados. É o polo das forças de convocação e validação: convoca os saberes das disciplinas para validá-los ou não nas situações de atividade. É aquele que afirma que a atividade, enquanto recriação e debate permanente de normas, gera saberes que não são imediatamente reconhecidos pelos saberes constituídos – saberes que ainda precisam ser elaborados para que possamos avaliar seu grau de generalidade e pertinência.

O terceiro polo, indispensável, é o polo da cooperação fecunda entre os outros dois polos. É o polo que possibilita que se construa, entre os dois primeiros, uma dinâmica de questionamento mútuo – compreender para transformar e vice-versa. É o polo da exigência ética e epistemológica, no sentido de reconhecermos e respeitarmos nossos semelhantes enquanto lugar de debates, de gestão de normas, de ressingularizações, de micro-recriações, como alguém, que assim como nós, está atravessado por dramáticas. É o polo que nos obriga a nos colocarmos em posição de desconforto intelectual, fazendo operar aquilo que Schwartz (2007) chamou de processo socrático de mão dupla.

Para que tal diálogo ocorra, é necessário, no cotejo entre os diferentes saberes, que ocorra o que se denomina por um processo socrático de mão dupla, permitindo ao protagonista do trabalho apropriar-se de sua experiência e suas competências, desenvolvendo-as. Também da parte dos agentes dos saberes academicamente formalizados existe a necessidade de repensar seus quadros teóricos, suas ferramentas de análise, sua relação com outras disciplinas, na medida em que nenhuma delas é capaz de dar conta do triângulo atividade-saberes-valores (Athayde, Zambroni-de-Souza & Brito, 2014, p. 136).

Assim, quando afirmamos que a perspectiva ergológica estimula a confrontação dos saberes entre si, nos referimos com o vocábulo ao diálogo crítico e sinérgico entre dois polos de sapiência, o que supõe disponibilidade dos parceiros que aí operam para a controvérsia (Athayde & Brito, 2010) – daí decorre a imprescindibilidade do polo da exigência ético-epistêmica.

Através de um permanente diálogo, o Dispositivo Dinâmico de Três Polos permite que a competência humana no trabalho possa interrogar e ser interrogada pelos saberes das diversas disciplinas científicas, de forma a assegurar um equilíbrio entre as exigências epistemológicas e protocolares e os saberes derivados das histórias individuais (Echternacht, 2008).

Conforme apontam Athayde, Zambroni-de-Souza e Brito (2014),

É preciso estar convencido de que, face à vida, cada um desses saberes apresenta uma incompletude. Daí cada um se exercita na dificuldade que é dizer o que faz e o que vive no trabalho, descobrindo que, muitas vezes, nem sabe que sabe algo, percebendo a distância entre o que diz (eixo da linguagem) e o que faz (eixo da vida) (p. 135).

5.3.3.1. Os Encontros sobre o Trabalho

A partir do conceito do Dispositivo Dinâmico de Três Polos, o que pretendíamos operar nos Encontros sobre o Trabalho era, mais especificamente, um dispositivo dialógico: um espaço de diálogo-debate sobre o materno, em que o coletivo de pesquisadores profissionais e o coletivo de mães-trabalhadoras engendrassem um processo de co-investigação.

Nesses Encontros entre os saberes que circulam nas atividades de trabalho operam-se pontes, constituindo-se uma comunidade dialógica. Cada um dos participantes se exercita na competência de apresentar/ discutir/ trocar com os outros suas maneiras de ver suas atividades e a dos demais, defrontando-se com a complexidade que daí emerge. Comunicar é parcialmente reconstruir, com seus interlocutores, o sentido das palavras (Athayde, Zambroni-de-Souza & Brito, 2014, p. 135).

Os Encontros sobre o Trabalho envolveram, assim:

- ✓ o coletivo de pesquisadores profissionais, composto pela autora desta tese como a pesquisadora principal, uma pesquisadora assistente (doutora em Psicologia Social) e o orientador desta tese, que não participou dos encontros, e por isso tinha um olhar “de fora”; e
- ✓ o coletivo de mães-trabalhadoras, participantes da primeira fase da pesquisa de campo.

Segundo Durrive (2015), não existe uma fórmula única para os Encontros sobre o Trabalho – a premissa é o trabalho como o ponto de partida,

mas muda-se completamente o ponto de vista sobre o trabalho. Não se trata mais de rotina. Para alimentar a reflexão e encontrar as alavancas da reapropriação do cotidiano, de transformação, é preciso aprender a olhar a realidade familiar como uma “matéria estrangeira” (ibidem, p. 226).

O desafio era, então, olhar o matinar de uma outra maneira e “colocar em ação o que se passa no famoso espaço entre ‘prescrito – real’. Porque aí acontecem coisas! Porque ali é que se desenvolve a atividade!” (Mailliot & Durrive, 2015, p. 229).

Assim, nossa proposta era que os Encontros fossem um lugar de reflexão conjunta, onde experiências e histórias de vida no trabalho se cruzassem:

eles permitem uma sinergia em que podem avançar tanto os profissionais dos conceitos, como os protagonistas das atividades de trabalho em foco, cruzando patrimônios diferentes. Nessa tensão crítica que se produz nesses espaços de construção coletiva (tomar a palavra é construir), o olhar de cada um pode se modificar (Athayde, Zambroni-de-Souza & Brito, 2014, p. 135).

Os Encontros sobre o Trabalho distinguem-se, portanto, de um simples “dar voz” ou de um espaço de colocação em palavras: a intenção é confrontar pontos de vista para encorajar saberes novos a respeito da atividade. E é isso que faz emergir para cada um, potencialmente, um sentido a propósito do que ele faz de sua vida no trabalho (Mailliot & Durrive, 2015). Os Encontros permitem “recolocar a mão sobre o uso que cada um faz de si mesmo” no trabalho (Venner, apud Mailliot & Durrive, 2015).

Nesse sentido, Durrive e Mailliot (2015) vão afirmar que os Encontros sobre o Trabalho colocam “no caminho um verdadeiro reconhecimento da experiência” (p. 231). Eles permitem deslocar os olhares, reconhecer o trabalho como atividade normativa. Pouco a pouco, cada um se redescobre competente: “descobre-se como competente quando se pode, ao mesmo tempo, identificar o que torna o trabalho cotidiano difícil e o que se mobiliza a si mesmo para ultrapassar o obstáculo, para agir apesar dos entraves” (ibidem, p. 231).

Mailliot (Mailliot & Durrive, 2015) vai afirmar que os Encontros sobre o Trabalho permitem colocar em evidência uma “arte da bricolagem”: a arte que, diante de “o que se pede” e “o que isso pede”, manifesta as maneiras alternativas de fazer – as alternativas em reserva presentes em todas as atividades. Trata-se, assim, de um espaço propício à “redescoberta de suas próprias competências” (p. 232), suas engenhosidades, “seus achados, suas astúcias, suas maneiras sempre singulares de se apoderarem de normas, de retrabalhá-las, de se reapropriarem delas” (ibidem p. 232) para que o trabalho pudesse se construir apesar de tudo – uma entrada na riqueza da atividade.

A partir dos Encontros é possível que se torne mais claro o uso de si na tensão entre prescrito e real, entre o geral e o específico, entre a universalidade visada pelo conhecimento e a singularidade do que eu sei, do que eu vi. Visibilizar essa tensão favorece o reconhecimento: é possível iluminar aquilo que habitualmente é deixado na penumbra, tornar visível a dialética permanente entre conceito e vida (Durrive & Mailliot, 2015). Os debates de normas, os conflitos de valores, as renormatizações encontram aí um espaço para se expressarem:

um Grupo de Encontros do Trabalho é sempre, de qualquer maneira, a história de um encontro entre o “dizer” e o “fazer”, entre as normas e a vida, entre os códigos e suas interpretações, entre as exigências e as circunstâncias. Trata-se aí de dois registros convocados pelo cruzamento das trocas, no GRT: verbalização da experiência – o registro da atividade – pelo olhar dos quadros normativos que ambicionam, por isso, gerenciá-la – o registro das normas (ibidem, p. 234).

O retorno à atividade possibilita, assim, uma tomada de consciência acerca dos dois registros, Um e Dois: quando mais se toma consciência dos quadros normativos, mais se sabe sobre a singularidade empenhada na realização do que foi pedido (Durrive & Mailliot, 2015).

Juntamente com Dejours (2008), que afirma que poder dialogar com outrem é a forma mais potente de pensar a experiência vivida, apostar em um dispositivo de experimentação polifônica é também assumir seu poder transformador – ao falarmos sobre a atividade, já estaremos em processo de transformá-la: “Dizer sua experiência é muito mais do que contá-la, é descobrir, é descobri-la por si mesmo, redescobri-la” (Durrive, Schwartz & Duc, 2007, p. 179).

Como já afirmamos,

Esse trabalho de reflexão e de formalização permite à pessoa tomar consciência de seu potencial, da maneira como se investe em sua atividade. Do mesmo modo, permite também descobrir e eventualmente modificar a relação que ela estabelece com o objeto de sua própria atividade e de seus modos operatórios (Faïta, 2007, p. 180).

“Tomar a atividade como denominador comum das trocas é verdadeiramente transformador” (Mailliot & Durrive, 2015, p. 239). Apostamos, assim, que os Encontros sobre o Trabalho seriam nossos aliados na proposta de visibilização (sempre parcial) do materno – a começar por uma maior visibilização para as próprias mães. Em consequência, esperávamos que este dispositivo pudesse contribuir para o reconhecimento do materno enquanto trabalho (dos mais difíceis e complexos) e dos saberes que ele coloca em ação.

5.3.3.2. Os pré-encontros

Com o objetivo de definir o escopo dessa etapa da investigação foram realizadas duas reuniões do coletivo de pesquisadores profissionais: uma entre a pesquisadora-autora e o orientador desta tese, e outra entre a pesquisadora autora e a pesquisadora assistente. Decidiu-se que seriam realizados três Encontros sobre o Trabalho e um encontro de restituição. Os temas a serem trabalhados nos encontros foram propostos com base na primeira fase da pesquisa, considerando aqueles que apareceram com mais frequência e/ou que nos despertaram o desejo de seguir investigando.

Além disso, antes de cada encontro, a pesquisadora principal e a pesquisadora assistente se reuniam para pensar o encontro seguinte, tendo os temas iniciais e os encontros anteriores como balizadores para o planejamento dos próximos. De acordo com Dejours (2010), a eficácia dos dispositivos de investigação e intervenção é potencializada quando a equipe de intervenção pode se reunir, fora do local de investigação, para

discutir e elaborar os encaminhamentos necessários à ação, proceder à análise dos obstáculos, decidir sobre os realinhamentos necessários, interpretar o “material” (ou seja: da palavra viva recolhida no campo), com um “coletivo de recursos” ou de “apoio” externo (p. 112).

Nossos Encontros sobre o Trabalho

Os três Encontros sobre o Trabalho foram realizados entre os meses de outubro e novembro de 2017, com intervalo de 14 ou 15 dias entre cada um deles. Todos os encontros aconteceram no escritório de uma consultoria localizada no Flamengo.

Quatro participantes estiveram presentes: uma esteve presente em todos os encontros e as outras três em dois deles, conforme a tabela abaixo.

Encontro I	Encontro II	Encontro III
Rosa	Rosa	
Isabel		Isabel
Maria		Maria
Margarida	Margarida	Margarida

Duas participantes (Catarina e Cecília) não estiveram presentes em nenhum dos encontros, em função de dificuldades pessoais de agenda. A participante da conversa piloto também não participou desta fase da pesquisa.

Buscávamos, em cada encontro, criar um espaço onde as mães colocassem o próprio materno em análise, permitindo que atentassem para a complexidade do trabalho e para as microgestões que, comumente, realizam sem que se deem conta.

Em uma tentativa de colocar o DD3P em ação, procuramos apresentar conceitos teóricos que pudessem enriquecer os debates e ampliar as reflexões. Da mesma forma, procuramos estar atentos à compreensão de como nossos saberes formais se entrelaçavam na vivência daquelas mães e em que medida eles precisavam ser repensados.

Todos os encontros foram gravados em áudio e transcritos antes do encontro seguinte. Apresentaremos a seguir o histórico mais amplo de cada encontro, expondo, em linhas gerais, a sua dinâmica e as questões principais que surgiram a partir dos debates. O intuito foi trazer aqui uma visão global dos encontros, já que as falas e as análises serão expostas no próximo capítulo.

5.3.3.3. I Encontro sobre o Trabalho

O primeiro encontro aconteceu em data e horário propostos pela pesquisadora principal: dia 28/10/17, um sábado, de 10h00 às 13h00. Quatro participantes estiveram presentes. Os primeiros 20 minutos foram dedicados à apresentação das participantes e da pesquisadora assistente, que não havia participado da primeira fase da pesquisa de campo. Os 20 minutos seguintes foram utilizados para a definição das formas de funcionamento dos encontros. Explicamos que a data do primeiro encontro havia sido proposta com base na disponibilidade apontada inicialmente pelas participantes e propusemos que fosse definida a data do encontro seguinte, colocando em debate se o local e o horário propostos deveriam ou não ser mantidos.

Ficou definido que a pesquisadora enviaria por e-mail algumas propostas de datas para os meses de outubro e novembro, e que as novas datas seriam definidas considerando a disponibilidade da maioria, respeitando um quórum mínimo de três participantes e um intervalo entre os encontros de pelo menos duas semanas para o planejamento. Ainda em relação ao funcionamento dos encontros foi combinado que as participantes poderiam, a qualquer momento, sinalizar eventuais desconfortos em relação ao conteúdo ou à forma propostos, de maneira que os encontros estivessem constantemente abertos à uma reconstrução.

Em seguida, com o auxílio de uma apresentação em slides, explicamos a proposta do Dispositivo Dinâmico de Três Polos, esclarecendo que ele seria utilizado numa tentativa de colocar em diálogo os referenciais teóricos utilizados e o saber das participantes. Com o objetivo de colocar este dispositivo em funcionamento, apresentamos nesse primeiro encontro alguns conceitos às participantes, a saber: o conceito de trabalho, dentro das perspectivas que temos nos valido; as noções de prescrito e de real do trabalho e o conceito da Inteligência da Prática.

Partindo da premissa de que o pesquisador deve se sentir convocado a construir métodos que ajudem a colocar em diálogo os conceitos e a experiência, apresentamos também às participantes algumas charges retiradas de blogs que têm a maternidade como temática. No nosso entendimento, as charges se relacionavam de alguma maneira aos conceitos e poderiam ajudar, de forma lúdica, a torná-los mais compreensíveis.

À medida que apresentávamos os conceitos e as charges, pedíamos às participantes que tecessem comentários e que evocassem em suas experiências situações relacionadas aos temas. Rapidamente alguns debates foram instaurados, sem que houve necessidade de intervenção das pesquisadoras.

Ao final do encontro, as pesquisadoras anteciparam a temática prevista para o encontro seguinte: a invisibilidade relativa ao maternar. Para auxiliar no processo de reflexão sobre o tema, as pesquisadoras apresentaram às participantes o trecho abaixo e o poema “O fotógrafo” de Manoel de Barros, exposto a seguir.

No Dicionário Analógico da Língua Portuguesa (Azevedo, 1983) o verbete invisibilidade está diretamente relacionado, entre outras, às palavras inexpressão, silêncio, entrelinha, imperceptibilidade, recalçado, dormente, ignorado, obscuro.

Invisível é aquilo que existe, mas que não está em foco, aquilo que é recalçado, que está na penumbra. Para ver o invisível, é necessário olhar com mais cautela, desconfiando do que está em cena e indagando sobre o que está desfocado. Como em fotografia, parece natural focar o que está em evidência e antinatural mostrar o que é sutil. Uma mudança de perspectiva, de posição, de ponto de vista, revela que o que parecia natural é resultado da forma como os elementos de uma paisagem estão arranjados (Brito, 1999, p. 96).

O Fotógrafo

Difícil fotografar o silêncio.
Entretanto tentei. Eu conto:
Madrugada a minha aldeia estava morta.
Não se ouvia um barulho, ninguém passava entre as casas.
Eu estava saindo de uma festa.
Eram quase quatro da manhã.
Ia o Silêncio pela rua carregando um bêbado.
Preparei minha máquina.
O silêncio era um carregador?
Estava carregando o bêbado.
Fotografei esse carregador.
Tive outras visões naquela madrugada.
Preparei minha máquina de novo.
Tinha um perfume de jasmim no beiral de um sobrado.
Fotografei o perfume.
Vi uma lesma pregada na existência mais do que na
pedra.
Fotografei a existência dela.
Vi ainda um azul-perdão no olho de um mendigo.
Fotografei o perdão.
Olhei uma paisagem velha a desabar sobre uma casa.

Fotografei o sobre.
 Foi difícil fotografar o sobre.
 Por fim eu enxerguei a 'Nuvem de calça'.
 Representou para mim que ela andava na aldeia de
 braços com Maiakovski – seu criador.
 Fotografei a 'Nuvem de calça' e o poeta.
 Ninguém outro poeta no mundo faria uma roupa
 mais justa para cobrir a sua noiva.
 A foto saiu legal.
 (Manoel de Barros, 2000)

Apostando, mais uma vez, em métodos que pudessem auxiliar na reflexão sobre o trabalho, e inspiradas na proposta da Oficina de Fotos (Osório, 2014), sugerimos às participantes 'uma tarefa de casa': fotografar o invisível do materno. A intenção era que as participantes enviassem as fotos antes do encontro seguinte, de forma que as pesquisadoras pudessem reuni-las em uma apresentação em slides e utilizá-las como disparadoras do debate.

A Oficina de Fotos tem como proposta usar a fotografia como mediador na análise do trabalho. Inspirada no método de confrontação cruzada (Clot, 2006), em que são feitas filmagens em vídeo de dois trabalhadores que desenvolvem uma mesma atividade, Osório (2014) propôs "um método mais leve": usando a máquina fotográfica como instrumento, os trabalhadores produzem fotos que depois são analisadas em grupo. Tratam-se de marcas da atividade que, na sequência, se tornam foco de uma nova atividade: a discussão com os pares e pesquisadores.

Diferentemente do que propõe Osório (2014), em nossa proposta a decisão sobre o que fotografar não era coletiva e, assim, não envolvia nesse primeiro momento um debate direto entre os pares. A decisão sobre o que fotografar geraria, no entanto, um diálogo consigo mesmo: O que fotografar? Como? O que deve aparecer? O que não deve aparecer?

Uma vez feitas as fotos, o método prevê que o fotógrafo explique por que as fez daquela maneira.

Aspectos não passados pelo crivo do pensamento participam da confecção da foto. Mesmo a si mesmo, nem tudo é explicitado. Olhar a situação de trabalho fotografada, aquela situação na qual corriqueiramente ele se desembaraça de obstáculos sobre os quais nem chega a comentar consigo ou com pares, provoca algo novo (Osório, 2014, p. 92).

Segundo Osório (2014), ao dirigirem a produção das imagens, os trabalhadores ampliam a sua participação direta na pesquisa e assumem o protagonismo no trabalho de análise. O intuito é que o método instalado leve o trabalhador à posição de observador de seu próprio trabalho. O pesquisador, como interlocutor, “busca possibilitar que o trabalhador se surpreenda com aquilo que, por muito familiar, já passava despercebido” (idem, p. 96).

Mas como usar um dispositivo que se propõe a trabalhar com as marcas do trabalho se estávamos sugerindo justamente fotografar o invisível? Esta dificuldade foi explicitada pelas participantes tão logo apresentamos a tarefa: o que seria o invisível do materno? Como operacionalizar a tarefa? Dado o adiantado da hora, o encontro encerrou-se sem que o debate avançasse, naquele momento, para além disso. A tarefa de casa proposta, juntamente com o trecho e o poema descritos acima, foi enviada por e-mail para todas as participantes, incluindo aquelas que não estiveram presentes no encontro.

Mais do que as fotos em si, estávamos interessadas no efeito de distanciamento e de produção de diálogo interior que o método poderia produzir. Nosso interesse recaía inclusive sobre as dificuldades e eventuais impossibilidades de fotografar o invisível, explicitados, por exemplo, por Isabel que nos contactou via e-mail entre o primeiro e o segundo encontro: “Estou COM MUITA DIFICULDADE de compreender o intangível disso” (grifos da participante). Explicamos a ela que esta dificuldade também seria colocada em análise posteriormente. As outras três participantes que estiveram presentes no primeiro encontro enviaram fotos, que foram reunidas pelas pesquisadoras em uma apresentação de slides para o encontro seguinte.

5.3.3.4. II Encontro sobre o Trabalho

O segundo encontro aconteceu dia 10/11/17, uma sexta-feira, das 18h30 às 20h30. A data havia sido a mais votada em enquete realizada entre as participantes, com quatro confirmações de presença (as mesmas quatro pessoas do encontro anterior). O planejamento para este encontro incluía: a análise das fotografias enviadas e o debate sobre a atividade de (não) fotografar; a temática do reconhecimento no trabalho de materno; o resgate do conceito de Inteligência da

Prática que, na visão das pesquisadoras, poderia ser aprofundado; e o debate sobre a temática da culpa, recorrente nas falas das participantes no encontro anterior.

No entanto, alguns dias antes do encontro, Isabel nos sinalizou acerca da impossibilidade de estar presente e se prontificou a participar por telefone ou videoconferência, o que acabou não acontecendo. Duas horas antes do horário marcado, Maria nos avisou que também não conseguiria comparecer: acabara de receber uma ligação da escola de Alice, informando que a filha estava doente.

Diante desses imprevistos, ficamos em dúvida se manteríamos ou não o encontro, já que havíamos definido um quórum mínimo de três participantes para esta etapa. Considerando, no entanto, a provável dificuldade de agendamento de uma nova data e apostando, em função das fotos enviadas, na mobilização das participantes confirmadas, decidimos subverter este prescrito e manter o encontro, ainda que com apenas duas participantes. Esta variabilidade nos fez, no entanto, rever o planejamento previsto, reduzindo o seu escopo.

Rosa havia avisado previamente que precisaria levar a filha Clara e as pesquisadoras providenciaram brinquedos, livros e material de desenho para a menina, que permaneceu a maior parte do encontro na recepção do espaço, transitando entre esta e a sala em que estávamos em alguns momentos.

Começamos o encontro retomando o verbete sobre invisibilidade apresentado no encontro anterior, o que já foi suficiente para que as participantes expusessem as suas primeiras reflexões acerca do que a proposta havia mobilizado: o maternar sendo composto por 'atividades inevitavelmente encadeadas', entremeadas por 'momentos em suspenso' (quando o filho está na escola ou sob cuidados de outras pessoas, por exemplo) em que se trabalha em 'esquema de sobreaviso.

Na sequência, antes que expuséssemos as fotos, perguntamos às participantes se a atividade havia sido difícil. As duas participantes concordaram que sim. Margarida acrescentou: *"foi difícil acho que mais começar, mas... uma vez que foi, foi, entendeu?!"*. À medida que exibíamos as fotografias (oito enviadas por Margarida e sete enviadas por Rosa), as participantes iam explicando as imagens e o motivo de terem fotografado a cena. Margarida nos disse que as imagens são '*marcas*', '*pistas*', '*evidências que não contam a história*' e Rosa completou afirmando que as fotos '*precisam de legenda*'. Em diversos momentos, as participantes teceram comentários sobre as fotos tiradas pela outra, acrescentando as suas próprias experiências no sentido de legitimar a escolha do que foi retratado.

As fotos, como objeto de reflexão coletiva, permitiram colocar em debate a complexidade do maternar, as suas sutilezas e os seus paradoxos. Conforme sinaliza Osório (2014), a análise suscitada a partir da Oficina de Fotos volta-se não apenas para o seu objeto (as imagens), mas também para os pesquisadores e para os pares.

A análise da atividade se constitui em um diálogo que se estabelece entre o trabalhador e seu trabalho, entre vários trabalhadores, mas também entre o trabalhador e o clínico do trabalho. E há ainda o diálogo que se estabelece entre o trabalhador e ele mesmo, um diálogo interior, em que o trabalhador busca a melhor maneira de levar consigo o seu interlocutor, fazendo-o compreender seus modos de fazer (idem, p. 88).

Cada foto rendeu longas discussões, suficientes para preencher quase todo o tempo previsto para o encontro. Além da temática da invisibilidade, figuraram nas falas das presentes outras reflexões acerca do maternar: algumas de suas atividades não seriam '*contabilizadas no timesheet*²⁵'; existiriam diferenças entre as atividades do maternar e do paternar; haveria uma frequente sobreposição das atividades do maternar e de outras atividades da vida em geral e do trabalho remunerado; a construção de uma rede coletiva de maternagem como fundamental para este trabalho; o maternar exigiria 'doação' e um 'abrir mão de si'; as transformações subjetivas ocorridas a partir da maternidade; dentre outras.

Encerramos o debate sobre as fotografias com a retomada do último verso do poema de Manoel de Barros, mas na forma de pergunta endereçada às participantes: "A foto saiu legal?". A partir daí, iniciou-se um debate sobre a temática da avaliação/ julgamento, e os conceitos de prescrito e de real do trabalho foram retomados pelas participantes.

Para introduzir a temática seguinte – a questão do reconhecimento –, perguntamos às duas: "é possível, ou é necessário, dar visibilidade ao que é invisível?". De forma a ampliar a discussão – e buscando novamente operar o DD3P – apresentamos cinco trechos de textos de Dejours (2008) e Molinier (2004a; 2012) que afirmam que determinadas tarefas só são consideradas eficazes quando não são visíveis, e que as tentativas de tornar visível o tato, a atenção e os gestos de cuidado arruinariam o valor destas competências, estragando o trabalho.

²⁵ Termo em inglês que se refere à sistemas de contabilização do tempo gasto em cada atividade de trabalho.

Rosa explicitou um incômodo com os trechos apresentados e perguntou se tratavam-se de afirmações ou críticas feitas pelos autores. As pesquisadoras procuraram contextualizar brevemente os trechos em questão, e a discussão seguiu com as participantes afirmando que consideram fundamental que se dê visibilidade às dificuldades, aos incômodos e aos gestos de cuidado para aqueles com quem o cuidado é (ou *'deveria ser'*) compartilhado, ou seja, para os pares. Elas concordaram com os autores no sentido de que a visibilização seria inapropriada para aquele a quem o cuidado se destina – os filhos.

Por fim, as participantes colocaram em análise a própria atividade de reflexão sobre o materno. Trataria-se, segundo elas, de *'privilégio de um nicho'*, ou *'de uma bolha'*: muitas mães não teriam a oportunidade de refletir sobre o cuidado dos seus filhos porque vivenciam contextos muito diferentes daqueles das participantes, como a ausência do pai ou a preocupação frequente com questões financeiras.

5.3.3.5. III Encontro sobre o Trabalho

O terceiro encontro aconteceu no dia 24/11/17, das 18h30 às 20h30. A data foi novamente definida conforme a disponibilidade da maioria. Três participantes compareceram, além de Zico, filho de Margarida. As pesquisadoras providenciaram brinquedos e materiais de desenho para entretê-lo.

Iniciamos o encontro expondo a foto que Maria havia enviado a partir da tarefa de fotografar o invisível. Ainda que a temática da invisibilidade não fosse o foco deste encontro, entendemos que era importante retomar o debate para que Maria, que não havia comparecido ao segundo encontro, pudesse falar sobre a sua foto. Isabel, que também não esteve presente no encontro anterior, aproveitou o espaço para expor para as demais a sua dificuldade em relação à tarefa.

Na sequência, retomamos o conceito de Inteligência da Prática a partir de falas das participantes nos encontros anteriores. Nossa intenção, ao retomar o conceito, era prosseguir com o debate iniciado no segundo encontro acerca da temática do reconhecimento. Lançando mão, mais uma vez, do dispositivo DD3P, expusemos para as participantes que a mobilização da Inteligência da Prática requer, segundo Dejours (2012b), que haja um reconhecimento a partir do que ele define como Julgamento de Utilidade e Julgamento de Beleza. Para auxiliar na instauração deste dispositivo, elaboramos uma apresentação em slides que incluía

estes conceitos, falas dos encontros anteriores acerca da questão do julgamento e algumas charges (retiradas de sites sobre maternidade) que, de maneira lúdica, também abordavam a temática.

O debate seguiu sem que fossem necessárias intervenções das pesquisadoras, salvo para esclarecer algumas dúvidas em relação ao conceito de Julgamento de Beleza. Por fim, propusemos às participantes uma reflexão em relação à questão da culpa, resgatando as falas de algumas delas nos encontros anteriores. Perguntamos por que achavam que a culpa era evocada de forma recorrente no discurso sobre o maternar e ainda se a culpa seria uma particularidade deste trabalho (ou se estaria também presente no trabalho remunerado). As participantes responderam que, no maternar, *'a culpa sempre aparece'*, que ela seria *'uma companheira'*, e que estaria associada ao fato de não saberem se estão fazendo as escolhas certas e à falta de controle. Acrescentaram que no tipo de trabalho remunerado que desempenham não existe a questão da culpa, e sim *'uma ressaca moral'* ou um *'arrependimento'* por terem feito determinadas escolhas, que não seriam classificados como culpa.

Finalizamos o encontro agradecendo a participação de todas e avisando que entraríamos em contato para agendar o encontro de restituição. Duas participantes sugeriram que, a despeito do término da pesquisa, considerássemos manter um grupo de discussão sobre o maternar.

5.3.3.6. A Restituição

Entendemos que, em parte, a restituição das falas e das análises sobre elas aconteceu ao longo de toda a pesquisa de campo. Conforme sinalizamos, as transcrições das conversas, os relatos das observações das atividades e as reflexões provocadas em cada Encontro sobre o Trabalho foram compartilhados com as participantes, possibilitando que elas rejeitassem ou retomassem as nossas formulações, constituindo, assim, novos materiais de análise.

Ao iniciarmos a nossa pesquisa de campo, havíamos previsto, no entanto, um segundo momento de restituição, em formato semelhante ao dos Encontros sobre o Trabalho. Acreditávamos que esta seria uma oportunidade de apresentar coletivamente os recortes dos enunciados das participantes que entrariam na versão final desta tese, bem como uma síntese das nossas análises.

No entanto, a dificuldade na disponibilização de uma data pelas participantes, aliada ao prazo de fechamento desta tese, não nos possibilitou agendar este encontro. Em função disso, decidimos enviar as análises por e-mail para as participantes e recebemos retorno da maioria delas. Não foi feito nenhum pedido de exclusão ou de alteração do material enviado. Algumas participantes responderam ao material com novas reflexões, reproduzidas parcialmente no anexo 2.

ANÁLISE DA PRODUÇÃO DA PESQUISA: A DIALÉTICA DOS REGISTROS

As conversas, observações das atividades e os Encontros sobre o Trabalho nos trouxeram uma riqueza enorme de experiências – não seria pertinente, tampouco possível, trazê-los na íntegra para o texto final desta tese. Da mesma forma, não poderíamos ter a pretensão de que nossas análises contemplassem a totalidade dos materiais gerados.

A estratégia de análise visou apreender o movimento de confrontação de saberes e normas afirmado pela perspectiva ergológica. Procuramos explicitar como, durante a pesquisa, os saberes conceituais entraram em debate com os saberes da experiência das mães, produzindo uma reflexão sobre o maternar. Além disso, como nos lembra Schwartz (2014), a atividade epistêmica não é separada da atividade deontica – buscamos, portanto, evidenciar também o debate de normas presente nas atividades do maternar. Procuramos focar a análise dessa dialética de registros: o registro 1, das normas antecedentes, e o registro 2, das renormatizações produzidas pelas mães.

Assim, as análises são o produto desses encontros entre os pesquisadores e as mães, que movimentaram uma ‘comunidade dialógica de pesquisa, conforme propõe França (2007):

A situação de trabalho é em si um espaço de diálogo, e a linguagem, lugar de posicionamento intersubjetivo em que esses encontros de si e do outro deixam rastros na materialidade linguística. A compreensão desse espaço exige a integração do analista ao campo, de modo que a situação de pesquisa se incorpore às situações de trabalho a fim de que seja possível construir e recortar um campo dialógico em que o ponto de vista do analista dialogue com o ponto de vista dos trabalhadores (p. 311).

Nos propusemos a colocar em evidência aqui alguns trechos dos discursos que, em nosso entendimento, remetiam à questões heurísticas – aquilo que apareceu de maneira recorrente e/ou se apresentou como um paradoxo. Os processos de escolha dos trechos e das questões em torno das quais eles se estruturaram certamente remetem à nossa implicação.

As análises dos materiais de campo foram tecidas durante toda a pesquisa e sistematizadas ao final das duas fases, a partir de uma revisita ao referencial teórico

já pesquisado e também de uma busca por novos materiais que nos ajudassem a compreender a complexidade do maternar.

Em um movimento de ir e vir entre referencial teórico e material de campo, procuramos organizar uma forma de abordar/ analisar/ compreender o que foi colocado como objeto de conhecimento – o maternar enquanto um tipo singular de trabalho. Na estruturação de nossas análises, procuramos não criar categorias ou temas isolados, e sim alguns eixos de discussão em torno de questões mais centrais, a saber:

- ✓ No eixo 1, intitulado ‘Dá trabalho, mas é trabalho?’, reunimos alguns debates em torno da concepção do maternar enquanto trabalho: aquilo que o diferencia do trabalho remunerado; aquilo que eles têm em comum; as resistências em afirmá-lo enquanto trabalho. Incluímos ainda neste eixo alguns debates em relação ao maternar como um trabalho imposto ao psiquismo e, nesse sentido, operador de possíveis mudança subjetivas;
- ✓ No eixo 2, intitulado ‘Gerar-Gerir’, procuramos reunir os debates acerca das preparações realizadas pelas participantes durante a gestação e as experiências de revés frente aos primeiros encontros com o real do maternar;
- ✓ No eixo 3, intitulado ‘Os Senões do Maternar’, reunimos os debates que colocavam em evidência as ambivalências e flutuações de sentimentos experimentados pelas participantes em função dos *contraintes* deste trabalho;
- ✓ No eixo 4, intitulado ‘Uma gestão que é muito, muito difícil’, abordamos a complexidade dos debates que atravessam o maternar enquanto confrontação a ser gerida: a referência a valores, as dificuldades na gestão das escolhas em função de si e dos outros, a culpa como algo recorrente neste trabalho e as posições assumidas pelas participantes frente a alguns debates da sociedade;
- ✓ No eixo 5, intitulado ‘A sintonia fina’, abordamos os debates em torno da origem de alguns saberes do maternar: seriam inatos ou desenvolvidos a partir do exercício do trabalho?; seriam só da mãe? Incluímos também aqui algumas estratégias astuciosas compartilhadas pelas participantes para dar conta das suas atividades;

- ✓ No eixo 6, intitulado 'As pequenas coisas', reunimos os debates acerca da temática da invisibilidade do materno e sua repercussão no que tange ao reconhecimento deste trabalho.

Inspirados em leituras de alguns estudos sobre Linguagem e Trabalho (Faïta, 2002; 2007; França, 2007), porém cientes de nossas limitações neste campo, ao explorarmos os materiais da pesquisa procuramos seguir algumas pistas que nos ajudassem a evitar certos vieses reducionistas. Assim, buscamos não utilizar as falas das participantes como ilustrações dos conceitos dos referenciais teóricos e, dentro do possível, apresentamos as falas contextualizadas em suas cadeias discursivas.

Utilizamos o recurso '[...]' em situações em que o debate em torno de uma questão era desviado e, em seguida, retomado, e também para suprimir certos vícios de linguagem, mantendo, no entanto, o conteúdo e o sentido do discurso. Fizemos uso dos colchetes para indicar também omissões de palavras e algumas entonações do discurso que, ausentes na transcrição, poderiam interferir no entendimento do leitor (tal como o tom de ironia). As reticências fora dos colchetes indicam pausas, hesitações ou a não conclusão das falas das participantes.

Sublinhamos algumas palavras que foram enfatizadas nas falas pelas participantes e o recurso 'negrito' para destacar trechos ou termos que chamaram a nossa atenção enquanto pesquisadores e que foram orientadores de nossas análises. Utilizamos ainda o recurso das aspas simples quando, em nossas análises, queríamos fazer referência a termos ou frases literais ditos pelas participantes.

EIXO 1 – Dá trabalho, mas é trabalho?

Lápis, caderno, chiclete, pião
Sol, bicicleta, skate, calção
Esconderijo, avião, correria, tambor
gritaria, jardim, confusão

Bola, pelúcia, merenda, crayon
Banho de rio, banho de mar, pula celta, bombom
Tanque de areia, gnomo, sereia,
pirata, baleia, manteiga no pão

Giz, mertiolate, band-aid, sabão
Tênis, cadarço, almofada, colchão
Quebra-cabeça, boneca, peteca,
botão, pega-pega, papel, papelão

Criança não trabalha, criança dá trabalho
Criança não trabalha

(trecho da música 'Criança não trabalha',
de Arnaldo Antunes e Paulo Petit)

Quando iniciamos esta tese, partimos da premissa do maternar como um trabalho. Nesse sentido, nos valem das contribuições da Sociologia das Relações de Sexo, da abordagem da Psicodinâmica do Trabalho e da perspectiva da Ergologia, fundamentais para o exercício de ampliar a reflexão acerca do conceito de trabalho. Se esta concepção alargada de trabalho é evidente para nós, tínhamos a impressão que ainda há, em certa medida, resistência em considerar o maternar como um trabalho. Como sugere o trecho da música acima, ao perguntarmos a alguém que materna se suas atividades lhe “dão trabalho”, muito provavelmente receberemos um sim como resposta, no sentido de que requerem esforço. Em nosso entendimento, dizer que o maternar é “trabalhoso”, acena para a existência de *contraintes*, mas não é suficiente para afirmar que se trata de um trabalho.

Ainda que acreditássemos que o referencial teórico resultante da nossa pesquisa bibliográfica fosse suficiente para afirmar o maternar enquanto trabalho, estávamos interessados em colocar esta premissa em debate em nossa pesquisa de campo. Desta forma, já na fase das conversas individuais, perguntamos a todas as participantes: “Você acha que o maternar é um trabalho? Por que?”. A heterogeneidade das respostas das participantes confirma o que sinaliza Schwartz (2011a): o trabalho escapa a uma definição simples e unívoca. Nos dedicaremos

neste eixo à análise do maternar enquanto trabalho – como *poiesis* e como *Arbeit* (Dejours, 2012a) –, a partir do debate promovido pelas participantes.

Maternar como *poiesis*

Conforme exposto no capítulo 3, Dejours (2012a) propõe uma distinção entre trabalho como *poiesis* e trabalho como *Arbeit*. O primeiro, a ser tratado nesta seção, é aquele do qual se ocupam as ciências econômicas e sociais: a atividade de produção orientada para o mundo. Ainda que convencido pela Sociologia das Relações de Sexo acerca da inseparabilidade entre as esferas produtiva e reprodutiva, a definição de *poiesis* de Dejours parece não incluir esta última. Considerando, no entanto, que estamos afirmando o maternar como um trabalho e nos valendo das contribuições da Psicodinâmica do Trabalho para compreendê-lo, acreditamos ser pertinente considerá-lo como *poiesis* (permanecendo atentos às suas particularidades).

A afirmação ou não do maternar como um trabalho certamente está relacionada à concepção que se tem de um e de outro. A resposta abaixo de Catarina, por exemplo, ressalta uma concepção negativa de trabalho, como algo oposto ao prazer. Nesse sentido, para ela, o maternar não pode ser considerado como um trabalho.

Catarina, conversa 1

Lívia: Você acha que o maternar é um trabalho?

Catarina: **É um prazer**. Ou é um trabalho em termos de você largar o seu trabalho remunerado e ficar em função de...?

Lívia: Não necessariamente você precisaria largar o seu trabalho remunerado [...]. E não no sentido de trabalho como uma coisa ruim.

Catarina: Trabalhosa...

Lívia: Trabalhosa pode ser. Mas não como o contrário de um prazer.

Catarina: Não, pra mim é um prazer [...]. Pra mim, nada é problema... relacionado ao Vinícius, nada, nada. Tudo é muito tranquilo, muito tranquilo. Assim, Lívia, **eu esperei muito**, né?! **Eu quis muito** [...], então, não tenho do que reclamar... não tenho, sabe?! [...].

Lívia: Mas pensando o trabalho como algo que pode ser prazeroso também. No sentido de que existem tarefas, existem responsabilidades, e de que você está prestando um serviço de cuidado. Nessa concepção de trabalho, você acha que o maternar é um trabalho?

Catarina: Não... de novo, Lívia: quando você deseja muito uma coisa, quando você quer muito uma coisa, e você tem essa coisa na sua mão, **não tem porque ser ruim, não tem porque ser trabalhoso**, não tem, não tem... sabe?! [...] Porque eu quis tanto, eu desejei tanto, eu imaginei tanto ter ele pra mim... que agora eu tenho ele pra mim, tá tudo bem.

Ao dizer que ‘esperou muito e quis muito’, Catarina está se referindo à sua dificuldade de engravidar, relatada durante essa mesma conversa (foram necessários três procedimentos de fertilização in vitro). Nesse contexto e frente à sua concepção de trabalho, para ela seria incoerente associar o maternar ao trabalho ou a algo trabalhoso.

Em nossa segunda conversa, no entanto, Catarina problematiza a resposta anterior, acrescentando outros elementos de complexidade.

Catarina, conversa 2

Lívia: Na nossa outra conversa eu perguntei se você achava que o maternar era um trabalho, e você disse que não. O quê você acha que diferencia os dois?

Catarina: Me vieram algumas respostas... só que aí você pensa e não é verdade. Eu ia falar assim: “Ah, **eu faço com amor**”. Não, mas eu também **no trabalho tenho amor envolvido**. “Ah, **porque me dá prazer**”. Não, mas o meu trabalho também me dá prazer. Mas eu acho que é **uma conversão de amor e prazer diferente** do que qualquer outra coisa te dá. Talvez porque você ouve que ele [filho] te ama, e o trabalho não fala que te ama [risos]. O trabalho não sorri pra você. Eu acho que **é um amor fora...fora do normal**. É um prazer que por mais que você esteja cansado, você ignora isso. [...] É sem dor, sem sofrimento [...].

No mesmo sentido dos questionamentos levantados por Catarina, Trabut e Weber (2012) perguntam: “o cuidado representa uma atividade radicalmente diferente do trabalho na medida em que implica sentimentos e relações interpessoais?” (p. 133). Reconhecendo que o amor e o prazer não são suficientes para distinguir maternar e o trabalho remunerado, Catarina aposta então na intensidade dos afetos para demarcar esta diferença.

Também perguntarmos à Cecília o que distinguiria o maternar do trabalho, já que, como Catarina, ela havia afirmado, em um primeiro momento, se tratarem de coisas diferentes.

Cecília, conversa 2

Cecília: O trabalho tem regras, e você educar alguém, ser mãe ou pai de alguém, **não tem regra**, você faz o que você acha que é certo pra você, pra aquela cultura, pra aquela criança, cada criança é uma criança... **Trabalho tá ligado à dinheiro, à recompensa financeira**, e ser mãe não tem. O trabalho, o meu hoje em dia, poderia dizer que eu tenho prazer em trabalhar, mas existem momentos penosos. E no maternar eu ainda não vivi um momento ruim. Assim, os momentos ruins são os momentos de uma doença, uma virose e tal, mas que é diferente do ruim do trabalho, sabe?! É que **eu só vejo prazer na maternidade**, e o trabalho, este meu trabalho, não vejo apenas prazer.

Além da questão dos afetos, Cecília colocou em cena outros dois aspectos que, segundo ela, diferenciariam trabalho e maternar: a remuneração e o

enquadramento em regras. Conforme abordado no capítulo 2, nas sociedades capitalistas, que alçaram o aspecto econômico à categoria de valor supremo, o tempo trocado por remuneração é a definição mais comumente evocada para designar trabalho.

No que concerne ao enquadramento em regras, já afirmamos com a *démarche* ergológica que, embora não esteja submetido à prescrições tão visíveis e formalizadas como em um trabalho dentro de uma empresa, o materno comporta uma importante dimensão protocolar (este aspecto será aprofundado no eixo 4).

Diferentemente de Cecília e Catarina, as demais cinco participantes da pesquisa afirmaram acreditar que o materno é um trabalho, enfatizando, no entanto, diferentes argumentos para isso. Reproduzimos a seguir algumas dessas falas.

Maria ressalta no trecho abaixo que, apesar da concepção por vezes ‘pejorativa’ atribuída ao trabalhar, é possível pensá-lo ‘como algo positivo’. Ela destaca as exigências do materno – ‘um ato de responsabilidade’, ‘algo além de apenas prazer e desligamento’ – para caracterizá-lo como um trabalho.

Maria, conversa 1

Lívia: Você considera o materno um trabalho?

Maria: Considero.

Lívia: Por que?

Maria: Primeiro, porque eu acho que o trabalhar ganhou um termo às vezes **pejorativo**, que tem algo a ver com coisas que a gente nem vai discutir aqui de política, economia, sociedade e tal... Mas a própria Maria Montessori fala do trabalho como algo positivo, a criança trabalha, trabalhar em algo. E por que a maternidade é um trabalho? Porque ela é um **ato de responsabilidade**, ela é um ato que exige... **algo além de apenas o momento de prazer e desligamento**. É claro que isso existe, mas ela [maternidade] **exige coisas**, ela exige que você se torne uma pessoa melhor, que você busque coisas melhores, **que você trabalhe você mesmo** também para poder dar esse ambiente, você preparar o ambiente para a criança, você pensar na alimentação dela, você cuidar, [...] você dar limite para ela. Então, são trabalhos, são atitudes, são atividades que **exigem certo planejamento, que exigem reflexão** [...]. Eu não nasci mãe, eu me tornei mãe, e estou me tornando mãe todos os dias, então para mim é um trabalho. É um trabalho tão digno e tão difícil e tão agradável e tão maravilhoso e tão terrível como qualquer outro [risos]! Mas sim, é um trabalho, é um trabalho.

A justificativa apresentada por Maria vai ao encontro daquela apresentada pelos ergonomistas da atividade para diferenciar trabalho e lazer: o trabalho implica exigências e responsabilidades, ou seja, *contraintes*. Esta temática será trabalhada no eixo 3.

Além de destacar as exigências do maternar, Margarida evoca a sua finalidade social – ‘é a reprodução do mundo’ – e questiona o conceito de produção (ainda que, em alguns momentos, tenha confundido os conceitos de produção e produtividade).

Margarida, conversa 1

Lívia: Pra você o maternar é um trabalho?

Margarida: Totalmente...

Lívia: Por quê?

Margarida: Eu acho que é o maior trabalho... Como eu falei, que **requer competências** [...], **tem uma rotina**... tem **coisas que você precisa fazer**. Tem **habilidades** de relação que você precisa desenvolver.... E é o maior e é o principal trabalho, né?! A produção... eu tava até outro dia conversando [...] e eu fiquei pensando, encasquetada com o conceito de produtividade. Como que a gente, num mundo capitalista, define produtividade?! Assim, uma cultura indígena que tá ali reproduzindo suas práticas culturais e cânticos, e ritos, e reproduzindo mitos... **tá produzindo**, na minha concepção. A mulher que tá parindo e tal... tá reproduzindo. E é uma produtividade, né?! Então, pra mim, a maior produtividade que a gente pode ter é a feminina, nesse papel da gestação, e depois a da família, no papel de cuidados e de... criação e educação da criança, porque afinal de contas **é a reprodução do mundo**, né?! É assim que o mundo humano se reproduz [...]. Então, eu acho que é uma grande responsabilidade! O micro da educação ali, pra o macro planetário. Então pra mim é o que há de mais fundamental... É um trabalho... é o mais ancestral e mais importante, eu acho [...].

Ao trazer o exemplo da cultura indígena, Margarida assinala que a definição de trabalho varia de uma sociedade para outra e ao longo do tempo. O trabalho nem sempre está dividido em duas esferas distintas – a unidade doméstica e a unidade de produção. Conforme sinalizamos no capítulo 2, mesmo nas sociedades capitalistas atuais esta divisão nem sempre existiu: no passado, as tarefas domésticas eram executadas ao lado de outras atividades ligadas diretamente à produção social.

A finalidade social evocada por Margarida e também por Cora (no trecho abaixo) é, para Marx (1988), aquilo que caracteriza o trabalho.

Cora, conversa piloto

Lívia: Você considera o maternar um trabalho?

Cora: Considero. Nossa, é um trabalho árduo! É um trabalho assim... cansativo fisicamente, cansativo mentalmente e muito recompensador também [...]. Mas por que isso? Porque **tem uma rotina** [...], tudo tem horário, então por essa vertente eu entendo que é um trabalho. E pela vertente, por exemplo, de **resultados**: se você pensar, tem milhares de resultados que você busca o tempo inteiro [...]. Quando eu via que o meu filho estava engatinhando e os outros ainda estavam tentando, eu ficava: "Nossa, que vitória, foi meu trabalho, minha conquista!" [...]. É **trabalhoso** mesmo, você tem que dar uma dedicação o tempo inteiro. E a

outra mãe falava: "Mas como é que ele conseguiu [engatinhar]?". Eu falava: "Calma! Porque eu ponho ele para fazer exercício o dia inteiro! [...]". "Ah, mas eu não faço isso". Eu: "Ah, então **tem que trabalhar mais! Eu estou trabalhando**" [...]. Eu ainda não sei como vão ser as outras fases porque ele ainda tem 3 anos, mas até hoje eu acho que a gente está dando bons resultados no trabalho... [Risos] E... bom, eu acho sim que é um trabalho e é um trabalho... quando você vai olhar para a sociedade, **quem colhe não sou só eu**, [...] eu crio o Caetano também para o mundo. É uma frase meio comum, mas é verdade, **a gente cria para o mundo**. Então o melhor que eu puder criar ele, ele vai impactar outras pessoas [...], ele vai conseguir contribuir para uma sociedade melhor [...].

Diante da diversidade de argumentações e de forma a dar seguimento a este debate, no primeiro Encontro Sobre o Trabalho decidimos apresentar a concepção de trabalho de que estamos nos valendo. Ao afirmamos que, em nossa atual sociedade, o trabalho está muito atrelado à questão da remuneração, ausente no materno, Maria fez uma observação quanto ao 'aspecto econômico' deste último, complementada em seguida por Margarida:

I Encontro sobre o Trabalho

Maria: [...] Eu tenho reparado que pra você economizar no seu dia a dia de ser mãe, ter tempo e poder gastar esse tempo com a sua filha [...], faz com que você gaste menos. Então, é um **aspecto econômico** relevante que eu tenho visto. Por exemplo, quando eu tava totalmente dedicada ao trabalho [remunerado], [...] tudo era: "Ah, eu tenho dinheiro, então vamos pagar um pouco mais por esse ballet que é perto de casa". Quando você começa a questionar: "Eu queria mais tempo livre na minha vida, pra ficar mais tempo com a minha filha", então eu vou fazer o ballet no outro bairro, vou lá com ela, pego o metrô e tal. Então, **tem um aspecto econômico, que muitas vezes não é valorizado**. E eu tô vendo agora como que faz diferença você botar na ponta do lápis esse **custo que você tem quando você paga para terceiros e quando você faz** [...]. Do lado da nossa casa tem uma natação que eu e ela fazendo dá 680 reais [...]. Aí eu tô levando ela pro clube, que é bem mais barato, [...] mas é um caos, porque tem que chegar rápido pra não perder ônibus escolar, tem que almoçar correndo, [...] mas é uma economia que eu tô fazendo de quase 400 pratas, entendeu?!

Lívia: [...] Tem o aspecto econômico de forma indireta, né?!

Maria: Sim.

Margarida: Acho que **tem o aspecto econômico não só indireto**, mas na divisão de tarefas entre os responsáveis... pai e mãe, né?! [...] Qual é o valor que se dá para esse trabalho [materno], em comparação com o outro trabalho fora de casa, é o X da questão [...]. Eu tô lidando com o divórcio agora [...] e tem o cálculo do que foi juntado ao longo do casamento de 5 anos [...]. E vem todo um questionamento [por parte do ex-marido] em relação ao merecimento dessa parte. Ao merecimento, porque legalmente tá garantido [...]. E você fala assim: "O dinheiro que você guardou, que a gente guardou, enquanto eu tava ali 24 horas com o Zico, na verdade poderia não ter sido guardado se..."

Isabel: ...**você poderia ter pago alguém**, né?!

Margarida: Eu poderia ter pago alguém...

Isabel: ...pra poder trabalhar fora...

Margarida: E eu já entendi que não é uma questão de maldade, não é nada disso. É... simplesmente a pessoa não conseguir ver.

Maria: E não é a pessoa. Os amigos dele não veem, a família dele não vê...

Margarida: Não, ninguém.

Isabel: É uma sociedade que não vê, no geral...

Margarida: **É uma questão de estrutura mesmo**, não é uma questão do indivíduo. Tem alguns indivíduos que conseguem se posicionar de uma forma que divergem desse coletivo, dessa norma, mas...

Isabel: Mas, no geral, não conseguem entender....

Neste diálogo, Maria e Margarida colocam em relevo que, ainda que não seja remunerado, existe um 'aspecto econômico' no materno: ao assumirem determinados cuidados dos filhos, elas estariam gerando uma economia para a família. Do contrário, este valor seria gasto com o pagamento de cuidadores profissionais (uma babá ou creche, no caso de Margarida) ou outros serviços que possibilitassem que a mãe tivesse mais tempo para o trabalho remunerado (como o ballet e a natação perto de casa, no caso de Maria).

Na perspectiva do que trouxeram as participantes, Trabut e Weber (2012) questionam: "Sob que condições é possível considerar que o trabalho dos cuidadores familiares tem um custo, se não um preço?" (p. 137). Para estes autores, a existência de um serviço profissional ao qual delega-se o cuidado familiar tem um papel decisivo na visibilidade destas atividades.

Esse diálogo também introduz a inseparabilidade entre trabalho produtivo e trabalho reprodutivo e a divisão das atribuições do materno entre homens e mulheres. Tradicionalmente, o materno tem sido atribuído às mulheres. A crescente participação feminina no mercado de trabalho assalariado alterou, no entanto, o padrão de família, antes constituído por um provedor masculino e uma cuidadora feminina (Sorj & Fontes, 2012):

No novo modelo, a tendência predominante é a maioria dos homens investir seu tempo prioritariamente no mercado de trabalho enquanto a maioria das mulheres se divide entre o trabalho remunerado e os cuidados da família (ibidem, p. 105).

Nesse sentido, Rosa aponta no diálogo abaixo como 'o trabalho [remunerado] da mulher-mãe está acoplado ao trabalho da maternidade', e que o mesmo não acontece no caso dos homens.

I Encontro sobre o Trabalho

Rosa: Eu tenho uma viagem que eu vou fazer, um mês pra Alemanha a trabalho, e as pessoas ficam assim: “Mas o que você vai fazer com a Clara?”. “Gente, a Clara fica com o pai dela!”. “Ele vai dar conta?”. “É claro!”

Isabel: Ele é pai, né?

Rosa: “Ele vai tirar férias?”. Não, ele vai ficar trabalhando e ele vai dar conta do dia a dia. Vai ficar cansado, se desdobrar em mil, precisar largar ela com a avó eventualmente... Mas tem isso: **o trabalho [remunerado] da mulher, da mulher-mãe, ele tá acoplado ao trabalho da maternidade.** Você trabalha, você tem um filho, você tem a casa. O trabalho do homem parece que é isso: ou ele tá em casa, só em casa, ou ele tá trabalhando fora. E aí quando ele tá em casa [desempregado ou por opção] é incômodo... **Tira a gente do eixo,** a gente não tá acostumada com isso [...].

Isabel: É porque historicamente [...] essas mulheres, que eram donas de casa, que cuidavam dos seus filhos, nunca tiveram essa ideia da remuneração do trabalho. E sempre foi um trabalho, né?! [...]. Mas não, aquilo é uma obrigação de uma mulher que tá ali, chicoteada pra ser mãe, dona de casa, linda, perfeita. Então, por mais que estejamos começando uma **desconstrução nesse sentido, ainda tem muito desse resquício,** né?!

Para Molinier (2013), o trabalho feminino é pensado, principalmente em termos de acumulação ou de dupla tarefa – o trabalho doméstico como um apêndice do trabalho assalariado. Segundo a autora, tornou-se banal que as mulheres orquestram suas vidas profissionais e pessoais, permanecendo tanto no discurso como nas práticas cotidianas como as únicas verdadeiramente responsáveis por esta conciliação.

Hirata (2003) acredita que,

Enquanto a “conciliação” entre vida profissional e vida familiar, trabalho assalariado e trabalho doméstico for pertinente exclusivamente para as mulheres, as bases em que se sustenta essa divisão sexual não parecem estar ameaçadas nos seus fundamentos (p. 20).

No entanto, ainda que a continuidade das relações sociais de sexo pareça garantir a estabilidade da divisão sexual do trabalho para além das mudanças conjunturais, não podemos perder de vista, conforme nos ensina Kergoat (1987), a possibilidade de deslocamentos e rupturas. A noção de relação social nos obriga a introduzir a dinâmica da contradição, do antagonismo entre grupos sociais no centro da análise – e esta contradição é viva.

Nos trechos abaixo, Rosa conta como o compartilhamento da guarda da filha com o ex-marido ainda gera estranhamento.

I Encontro sobre o Trabalho

Rosa: [...] Essa divisão total de responsabilidade, que hoje em dia eu tenho com o pai da Clara... as pessoas, elas não estão acostumadas... **O mundo não está acostumado**, a escola não está acostumada, o meu trabalho não está acostumado, o trabalho dele não está acostumado, a namorada dele não está acostumada, as pessoas com que eu me relaciono não estão acostumadas... A família, as pessoas, elas sempre tem uma pergunta... Clara deu um defeito na escola, no meio do ano, [...] eles [a escola] sabem que o Mario busca a Clara duas vezes na semana, eu busco duas e toda sexta-feira a gente alterna [...]. A primeira coisa que a escola falou foi: “Essa menina tá precisando de uma base mais fixa, ela não pode ter duas casas”...

Rosa: [...] Uma vez eu tava deixando Clara na escola e [quando] você deixa o filho na escola, você fala: “Até mais tarde”. Eu falo “Até amanhã” ou “Até segunda” [risos]. Numa sexta-feira eu falei: “beijo, filha, até segunda!”. Aí tinha uma senhora que tava deixando a neta e [falou]: “Até segunda?! Coitadinha”. A Clara, 3 anos [respondeu]: “Tadinha nada, eu vou pra casa do meu pai!” [risos].

A fala de Rosa nos ajuda a compreender, de certa forma, que as novas tensões geradas na sociedade,

deslocam as questões e permitem potencialmente deslegitimar as regras, normas e representações que apresentam como grupos “naturais” os grupos sociais constituídos em torno dessas questões (Kergoat, 2009, p. 73).

Considerar que as relações sociais “não evoluem no mesmo ritmo no tempo e no espaço” (ibidem, p. 75), nos permite apreender a complexidade das mudanças conjunturais.

Nos debates acerca do maternar, um outro aspecto deste trabalho ganhou relevo – a sua invisibilidade, que também está relacionada à divisão do trabalho entre os sexos. Esta temática será aprofundada no eixo 6.

Maternar como *Arbeit*

Ao nos referirmos ao maternar como um trabalho, como no título desta tese, estamos, na maioria das vezes, remetendo ao trabalho definido como *poiesis* (Dejours, 2012a). No entanto, como já afirmamos no capítulo 3, o maternar também remete ao *Arbeit*: um trabalho imposto ao psiquismo, de si sobre si, da subjetividade sobre ela mesma.

Em nosso entendimento, o *Arbeit*, como prolongamento do trabalho ordinário, nos ajuda a entender porque muitas mães fazem referência ao maternar como uma experiência de transformação profunda. Perguntamos às participantes da nossa

pesquisa se havia alguma mudança subjetiva que elas associassem ao maternar. Reproduzimos a seguir algumas respostas.

Rosa, conversa 1

Rosa: Uma parada que a Clara veio pra me ensinar, e veio do jeito que ela veio, não só ela, mas a questão da minha separação também... é de que **a gente não tem controle de nada**. Eu tinha muito certinho o *checklist* da vida: faculdade, casamento, filhos. E aí, quando a Clara nasceu, **tava tudo check. E aí começou a desfazer**, sabe?! E aí eu vi que, cara... a gente não tem controle [...]. **Saber que a gente não tem o controle é muito bom também [...]**. É uma coisa que até hoje, em vários aspectos da minha vida, eu... eu luto contra [...]. E tudo que aconteceu desde que Clara chegou me ajuda a **trabalhar isso diariamente**.

Rosa sinaliza no trecho acima como o nascimento de Clara e a separação do seu companheiro na sequência operaram uma transformação subjetiva, exigindo dela um ‘trabalhar diariamente’ o desapego à sensação de controle de tudo. Catarina também faz menção à um ‘trabalho diário’ de domar a sua agressividade para lidar com o filho, mais ‘sensível’ do que ela.

Catarina, conversa 2

Catarina: [...] Essa minha forma agressiva de falar, essa minha forma... de mandar... eu juro que é **um trabalho que eu faço diariamente**... que é uma negociação dentro de mim... porque eu tô lidando com uma outra pessoa, uma pessoa diferente de mim [...]. Eu tenho um filho que é mais sensível do que eu... e eu acho que a agressividade, o querer dominar, que é uma característica que eu tenho muito forte... não dá certo, sabe?! [...]. É uma coisa que eu tento meio que domar dentro de mim [...]. Eu sei o quanto isso é importante, o quanto o acolhimento é importante... então é um **trabalho enorme** que eu faço.

Entendemos que o ‘trabalho diário’ mencionado por Rosa e Catarina pode ser compreendido como um trabalho da subjetividade sobre ela mesma a partir da experiência do trabalho de maternar.

Ainda sobre as mudanças operadas a partir do maternar, Rosa comenta:

Rosa, conversa 1

Rosa: [...] Comigo [o maternar] foi a coisa mais intensa que aconteceu, sabe?! [...] Botou tudo que eu tinha, de base, de pensamento, de princípio... botou tudo abaixo pra eu reconstruir tudo de novo [...]. Muda tudo, que a gente idealizou, que a gente pensou, que a gente acha certo, acha errado, vira tudo do avesso, de cabeça pra baixo [...].

Conforme já abordado no capítulo 3, transformar-se a si próprio a partir do trabalho (do maternar inclusive) não é algo já dado – requer um remanejamento do corpo subjetivo que, até então, estava mais ou menos estabilizado. Esta desestabilização, coloca à prova o edifício anterior do corpo, podendo dar origem a

uma crise (Dejours, 2012a). Nesse sentido, Rosa sinaliza como a chegada de Clara ‘virou tudo do avesso’, ‘de cabeça pra baixo’ e ‘botou abaixo’ aquilo que ela possuía em termos ‘de base, de pensamento, de princípio’, exigindo dela uma reconstrução.

O sofrimento, decorrente do encontro com o real, como nos ensina Dejours (2012b), não é apenas ponto de chegada, é também um ponto de partida: é a subjetividade rumo ao mundo para encontrar meios de superação da resistência ao real.

Nesta experiência, concentra-se a subjetividade, o sofrimento torna-se um ponto de origem visto que esta condensação da subjetividade sobre si mesma anuncia um tempo de dilatação, de desdobramento, de reexpansão que lhe sucede (Dejours, 2012b, p. 26).

Se o trabalho coloca o corpo à provação, é possível que o corpo saia engrandecido desta experiência (Dejours, 2012a). Dentre as transformações subjetivas mencionadas pelas participantes, uma apareceu de maneira recorrente nos discursos: a ‘força’ desenvolvida a partir do maternar. Reproduzimos abaixo algumas dessas falas:

Rosa, conversa 1

Rosa: [...] E a **força**, cara, é clichê, mas é isso, **eu hoje em dia me sinto capaz de tudo...** tudo, e não só pela Clara, **tudo mesmo** [...]. Tudo que eu fiz nesses 4 anos... e, assim, do macro disso, até o micro... eu fiz muita coisa impossível, desde que a Clara nasceu. A chegada dela, me fez **fazer coisas impossíveis...** que eu considerava impossíveis.

Catarina, conversa 1

Catarina: Ah, **a gente é muito mais forte depois que a gente é mãe**, né?! Você acha que vai conseguir fazer tudo, acha que vai conseguir resolver tudo, sabe?! Vai cuidar de você, do seu marido, do seu filho [...]. **Uma força, assim, que você tem, que não sabe de onde [veio]...**

Isabel, conversa 2

Isabel: [...] A vinda do Chico me trouxe **uma força que eu não sabia que eu podia ter**. Então, hoje a minha mola impulsadora é o Chico [...]. Eu brinco que eu me tornei o que a galera fala “Um homão da porra”, não tem pra ninguém. Não é um excesso de confiança, mas é uma maturidade. Você tem que dar conta de mais alguém, né?! E eu curto dar conta bem dado [...]. O Chico me trouxe coragem. Eu acho que é a coisa que eu mais hoje vejo que mudou em mim [...], essa coisa meio leão, “Arrh, pode vir que eu traço e vamos embora”. **Não tenho medo**, nada [...]. Uma vontade de enfrentar o que tiver de enfrentar por ele, sabe?!

Ainda que estas participantes tenham utilizado o mesmo vocábulo – a ‘força’ – para descrever suas mudanças subjetivas, não temos qualquer intenção de afirmar

que esses processos de transformação possam ser comparáveis. Conforme já afirmamos no capítulo 3, não apenas a experiência de trabalho em si, mas o próprio corpo que ela põe à prova é chancelado por uma história irredutivelmente singular. No materno, o corpo do adulto não passa impune pelo processo de edificação do corpo erótico da criança – este encontro mobiliza reações diversas relacionadas aos seus sentimentos, afetos, fantasmas, à maneira como aquela que materna dispõe do seu próprio corpo.

Rosa e Isabel fazem referência a esta questão nos trechos abaixo:

Rosa, conversa 1

Lívia: Você acha que tem alguma coisa da sua história, que influencia claramente o seu materno da Clara?

Rosa: Acho que tudo. Acho que não tem como escolher uma coisa. Desde o “faço isso porque meus pais faziam”, até o “não faço isso porque meus pais faziam” [...]. Tudo que eu vivi até agora resulta no que eu sou hoje como mãe [...]. Somos resultado da nossa trajetória, por onde andamos, o que vivemos até agora [...]. Ela [a filha] **acaba lidando com coisas que aconteceram quando ela nem sequer sonhava em existir, [...] desde as coisas bacanas, até os medos**, medos fundados ou infundados... acho que tudo, não tem como escolher uma coisa só.

Isabel, conversa 2

Isabel: Eu sempre [fui] muito comedida nas minhas ações, inclusive medrosa em várias. Eu acho que **eu acabo tendo um pouco desse receio em relação às maiores decisões do Chico**. Então, “Caramba, será que se eu escolher esse colégio, ele vai se adaptar?”. **Eu acabo refletindo no Chico uns medos que eu tinha pra mim**. Por exemplo: “Será que ele vai [para a nova escola] com parte da turminha? E se ele não conhecer ninguém?”. **Isso era uma questão pra mim, tá?! Eu acho que não vai ser uma questão pro Chico, e eu trabalho pra que eu não leve isso pra ele...**

Margarida e Maria fazem uma reflexão nos trechos a seguir, sobre como o materno lhes possibilita retomar vivências da sua própria infância.

Margarida, conversa 3

Margarida: [...] Quando eu entro no mundo da fantasia do Zico, **tem tanta coisa dessa primeira infância minha que eu mobilizo lá na minha criança**, que eu vou aprendendo também, absorvendo [...]. É como se você pegasse essa criança que tá com você, que nunca vai crescer, mas trabalhasse a maturidade a partir dessas vivências... porque ao visitar a criança que está lá com você, você visita aquele lugar da sua infância que você viveu um monte de coisa, que você talvez não resolveu ali. Então, é um processo terapêutico, quase! Quase não, é!

Maria, I Encontro sobre o Trabalho

Maria: Eu coloquei a Alice agora no ônibus escolar. E, cara, assim, me martirizo com essa história do ônibus escolar, porque ela vai sozinha, “sozinha” [fazendo aspas com as mãos] [...]. E eu converso com ela, dou abertura pra ela falar pra mim... “Pô, como é que você tá?”. “Ótima! Mamãe, eu não quero perder o ônibus” [...]. E ela resolveu enfrentar isso e foi,

sacou?! [...]. E eu me lembro, por exemplo, que eu era a independente, que eu ia... por exemplo, **eu tenho essa cena na minha cabeça, ela voltou recentemente** por causa do ônibus escolar... era o primeiro dia de aula, num colégio que eu já estudava, mas era o primeiro dia de volta das férias, e você podia entrar com a sua mãe, ou com o seu pai [...]. Eu me lembro que eu me virei pra minha mãe, devia ter 5, no máximo, 4 ou 5 anos: “não precisa, eu não preciso” [...]. E quando eu entrei estavam todas as crianças com as mães ou com os pais, ou com ambos. Eu me lembro que nesse dia eu fiquei: “ai, que dor, por que que eu abri mão?”. Então, na verdade, eu fiquei pensando o quanto a minha filha também tá fazendo igual a mim: “Eu sou poderosa, eu vou”, mas no final das contas, “poxa, não tem [a mãe, o pai]?”

Possivelmente isso que Margarida e Maria relatam pode ser compreendido a partir do que Dejours (1993) define como ressonância simbólica: transposições entre o teatro da infância e o teatro do trabalho, que requerem analogias de estrutura e forma. Talvez, em se tratando do materno, essa transposição se opere de maneira “mais radical”, já que se trata do mesmo trabalho – uma reatualização do materno enquanto filha no materno enquanto mãe. Não temos até aqui, no entanto, elementos para avançar nessas reflexões.

Conforme abordado no capítulo 4, Winnicott (2013) vai afirmar que cuidar remete à experiência de ter sido/ser cuidado, experiência que nunca se perde. Nesta mesma direção, a noção de Schwartz (2007) de corpo-si – como a entidade que vai gerir o encontro de dramáticas no materno –, também sinaliza para a incorporação de uma condensação de história, incluindo a maneira como aquela que cuida foi cuidada e as “marcas” que esse cuidado deixou.

Margarida comenta no trecho abaixo sobre alguns ‘registros’ de infância que vem à tona no materno do seu filho:

Margarida, conversa 1

Margarida: [...] Sou completamente avessa ao uso de violência verbal ou física... por princípio. É claro que, às vezes, elevo o tom da voz e falo de uma forma mais enfática e fica parecendo... mas **eu me polio o tempo todo** pra não ser assim, sabe?! [...]. Eu mesma tenho uma experiência com o meu pai... por mais que meu pai nunca tenha sido agressivo comigo fisicamente, ele é muito agressivo verbalmente, sempre. Até hoje. E isso é uma marca muito negativa pra mim, que eu carrego e que eu tento ser diferente, sabe?! [...]. Porque, às vezes... **eu tenho esse registro, e o registro vem à tona, aquela Margarida meio Joana** [o pai chama-se João], mas eu... sabe? É uma coisa que é... um esforço contínuo de não ser assim.

Pensar o materno como trabalho também no sentido de *Arbeit* nos permite pensar que ele pode dar acesso a uma ampliação da subjetividade. E uma vez operada esta transformação de si, é este corpo engrandecido por esta experiência de trabalho que vai experimentar a vida em seus outros encontros.

É nesse sentido que apostamos que os novos registros de sensibilidade adquiridos a partir do materno não se limitam, necessariamente, a este trabalho – podem repercutir em outras atividades e, mais especificamente, em outros trabalhos, como o remunerado. Sobre isso, Cora e Maria comentam:

Cora, conversa piloto

Cora: [...] Na relação de mãe e filho você cuida o tempo inteiro, é um cuidar que até, às vezes, você deixa você de lado para cuidar do outro [...]. Eu fiquei mais preocupada em cuidar das outras pessoas, sem querer eu fiquei com essa preocupação de saber, por exemplo, como está a saúde da pessoa, em saber como ela está fora do contexto da relação de trabalho [remunerado] [...]. Realmente, agora que eu estou cuidando, tenho um cuidado diferente com as pessoas. Um olhar diferente [...]. A maternidade, ela amplifica muito esses sentimentos do cuidar, do olhar para o outro, do ouvir o outro, de se importar com o outro, e acho que acabei passando isso para o meu trabalho [remunerado], e eu acho que isso foi muito positivo, porque acabou me aproximando também das pessoas.

Maria, I Encontro sobre o Trabalho

Maria: Depois que a Alice nasceu, [...] eu acho que eu melhorei muito na gestão de pessoas. E não porque eu passei a entender mais as pessoas, mas **eu passei a ter mais escuta e empatia** [...]. Antigamente eu achava que sabia o método certo de fazer. Hoje eu escuto o que aquela pessoa tá falando [...]. Eu, que era uma pessoa centralizadora, que tinha muita dificuldade de... de lidar com equipe nesse sentido, porque eu sempre achava que era eu que tinha que fazer, só eu que ia fazer acontecer e essas inseguranças... hoje eu consigo trabalhar melhor em equipe, com pessoas, depois da maternidade [...]. Foi uma mudança forte no meu trabalho [remunerado]. Hoje em dia eu tenho vontade de trabalhar com pessoas. Antigamente eu achava tudo muito chato, [...] depender de alguém pra mim era a morte. E hoje, cara, não, que bom que existe uma rede no trabalho também.

A temática ensaiada aqui acerca do trabalho e a mobilização dos processos psíquicos será retomada no eixo 5, onde trabalharemos o conceito de inteligência da prática.

EIXO 2 – Gerar, Gerir

Vem pra perto de mim
Já cansei de esperar
Você nem vai acreditar
Quando vir a nossa casa pronta

As flores na sala de estar
E os detalhes que você gosta
Eu fiz um quarto pra você
Decorei até a sua porta
[...]
Belo dia será quando você chegar
Um travesseiro, um cobertor
E o carinho que dá e sobra
Comprei até ventilador
E arrumei o seu guarda-roupa

Você nem sabe quando vem
E já tem amor pra vida toda

(trecho da música 'Casa pronta',
de Mallu Magalhães)

A música 'Casa Pronta' foi composta por Mallu Magalhães durante a sua gestação e descreve a espera pela chegada de Luísa, sua primeira filha. Os versos da canção retratam a existência, no período que antecede ao nascimento do bebê, de algumas preparações para receber a criança. Além daquelas relativas ao ambiente (a casa, o quarto) e ao enxoval, citadas pela compositora, outras preparações frequentemente têm lugar no período da gravidez, como os cuidados com o corpo (exames, consultas, rotina de exercícios, alimentação), a preparação para o parto, pós-parto e os primeiros cuidados do bebê.

Como já apontamos no capítulo 2, “o espírito humano – o seu gênio – manifesta uma potência de antecipação que o autoriza a querer programar, organizar, enquadrar” (Schwartz, 2011b, p. 135). Assim, em um movimento antecipatório que é próprio dos humanos, as protagonistas do materno procuram antecipar as necessidades desse trabalho em planejamentos e preparações que têm lugar já durante a gestação. Nossa proposta para este eixo foi a de colocar em análise essa preparação para o materno, considerando-a como a primeira dimensão da maternagem, que muitas vezes permanece oculta. O planejar/

antecipar, como parte integrante do trabalho (e da vida, em geral), vai requer que se façam gestões – aqui, uma gestão da gestação. Ou, ainda, um gerar-gerir.

Não tínhamos a pretensão de tratar esta dimensão do maternar de maneira genérica, pois entendemos que essas preparações e planejamentos podem se dar de maneira bastante heterogênea (ou sequer acontecer), em função de aspectos culturais, sociais, econômicos e também daqueles relacionados à singularidade de suas protagonistas (variando, inclusive, de uma gestação para a outra). Nossa intenção era a de compreender como se deram esses movimentos antecipatórios para as participantes da pesquisa em questão.

Acreditávamos que perguntar a elas acerca das suas preparações para o maternar poderia ser um ponto de partida para identificarmos esses movimentos. Temos ciência de que se trata de uma apreensão parcial e relativa apenas às antecipações mais explícitas – parte desta preparação certamente permaneceu invisível para nós e, em alguma medida, sequer consciente para as protagonistas do maternar.

Reproduzimos abaixo alguns trechos das conversas individuais disparados a partir da seguinte pergunta: Você se preparou para o maternar, de alguma forma, durante a gravidez?

Cora, conversa piloto

Cora: Eu tive uma experiência sensacional que foi fazer *yoga* [para gestante, ministrado por uma doula] [...]. E foi um preparo porque tinha aula prática e tinha teórica também, então, aprendi [...] os cuidados com amamentação, alimentação, coisas dessa natureza [...]. Li muitos livros, conversei com muitas amigas que tiveram filhos também, que eu acho que a experiência de amigas conta bastante [...].

Margarida, conversa 1

Margarida: Eu fiz um curso sobre enxoval, [...] depois [curso] de amamentação [...], fiz *yoga* pra gestante... eu li muito... uns 6 livros [...], sobre maternidade, sobre gravidez, sobre filosofia de educação... Winnicott... filosofia, psicologia... Eu li “maternidade e a própria sombra” [referindo-se ao livro *Maternidade e Encontro com a Própria Sombra*, de Laura Gutman], li o das técnicas de botar pra dormir, “nana neném”... o negócio francês, como é que é?! As crianças francesas não fazem manha [referindo-se ao livro de mesmo título] [...] Corri pra ficar saudável... tentei ter uma alimentação mais saudável, fui pra nutricionista, enfim...

Isabel, conversa 1

Isabel: Eu li muito, eu assinei revistas inúmeras... inúmeras não, mas eu assinei *Crescer*, eu comprava *Pais e Filhos* todo mês... eu troquei muito com pessoas próximas que estavam vivendo esse momento... aí a rede social já tava bem difundida, então... [...] eu já conseguia ler muito através de blogs, de sites... [...]. Eu comprei livros, eu li alguns livros... sobre essa coisa da maternidade... não esses assim de comportamento, tipo *Crianças Francesas* sei lá

das quantas, não... livros que falassem muito de como ia ser os primeiros tempos, dos primeiros... livros de desenvolvimento, livros de brincadeira [...].

Maria, conversa 1

Maria: Eu fiz curso. Eu tinha uma dúvida muito grande em relação à questão tanto do parto quanto da amamentação. [...] Então eu fiz o curso do parto, eu fiz o curso da amamentação, [...] me preparei, tentei ouvir relatos e ler sobre... e ouvia muitas pessoas, eu gostava muito de conversar sobre isso, de ler relatos de parto e tal. Tentei me preparar dessa forma.

As preparações relatadas pelas participantes da pesquisa envolveram entrar em contato com diferentes espécies de experiências, transformadas em modos de organização que procuram antecipar a atividade. O vasto patrimônio do materno, engloba tanto os saberes relativamente estabilizados (oriundos das disciplinas científicas, por exemplo), quanto aqueles procedentes da experiência (como os produzidos por outras protagonistas do materno).

Instruir-se desses saberes é uma tentativa de “reduzir e dominar a incerteza de nossos projetos”, buscando estabilizar ensinamentos nas experiências anteriores “para transformar as novas experiências a vir em eventos antecipáveis” (Schwartz, 2013, p. 18).

Como todas as antecipações, os saberes que integram o patrimônio do materno se baseiam na suposição de que existam situações comparáveis, ou “similitudes nas situações de vida” (ibidem, p. 18) e de trabalho. Nesse sentido, são estocados em desaderência das situações e das pessoas singulares, ou seja, requerem, portanto, “uma postura de neutralização parcial da história” (ibidem, p. 21).

A realidade, contudo, o tempo todo, coloca em causa esta exigência. O trabalho como experiência viva é fonte de infidelidades: a cada experiência, as similitudes das quais partem as antecipações se desvanecem (Schwartz, 2013). Como dizem os versos da canção que John Lennon compôs para o seu filho: “A vida é o que acontece a você, enquanto você está ocupado fazendo outros planos”²⁶.

Seria, então, “discutível a vontade de atenuar, incluso suprimir, o aspecto aventureiro de uma experiência”? (Schwartz, 2013, p. 18). Se é precisamente a dimensão aventureira que faz com que uma experiência seja uma experiência, qual seria a legitimidade dessas tentativas de antecipá-la? No trecho abaixo, por

²⁶ Versos da música ‘*Beautiful Boy*’, de John Lennon (tradução nossa).

exemplo, frente à abrangência do maternar e à singularidade de cada situação, Isabel questiona a pertinência dos cursos sobre maternidade.

Isabel, conversa 1

Isabel: [...] Na minha gestação, como eu acho que tinham várias pessoas grávidas na empresa ao mesmo tempo, a gente ganhou um curso... que, assim, valeu? Valeu porque eu ganhei. Se eu tivesse pago por exemplo... Esses cursos de maternidade eu não indico a ninguém... porque **na hora H... não sei, não ensina**. A sensação que eu tenho é que **tudo que eu vivenciei, foi brotando**. [...] Cursos de maternidade acho que ele ensina o que pode ser bacana, “Olha, você pega o bebê, você tem três posições pra amamentar... sei lá, invertida, não sei o quê, não sei das quantas”. Caceta, eu não consegui amamentar com nenhuma das três e ninguém me ensinou sobre a translactação! Então, é tão abrangente... a maternidade é tão única pra cada um... que eu acho que **não tem receita de bolo**. Então não tem o que ensinar. **É batendo cabeça**. [...] Eu acho que você tem que ter umas referências, mas... e buscar o melhor da leitura [...].

Ainda que afirme que ‘não tem receita de bolo’ e que é ‘batendo cabeça’ que se tenta dar conta das atividades, Isabel reconhece a importância de se ter algumas referências. Felizmente há, em toda situação de trabalho, uma dimensão estabelecida de protocolo, que pode ser ensinada de forma independente de sua execução em uma situação real e singular e que vai servir de referência para a atividade, podendo ser útil para reduzir, em parte, os possíveis obstáculos do trabalho e da vida (Schwartz, 2013). Nesse sentido, Canguilhem (2012) vai afirmar que o conhecimento

desfaz a experiência da vida a fim de abstrair dela, por meio da análise dos fracassos, razões de prudência (sapiência, ciência, etc.) e leis de sucessos eventuais, tendo em vista ajudar o homem a refazer o que a vida fez sem ele, nele, ou fora dele (p. 2).

Assim, o fato de não ser possível dispensar o maternar (e todo trabalho) do seu “aspecto aventureiro” não significa, de forma alguma, recusar as suas antecipações enquanto ferramentas legítimas de preparação, na tentativa de “aumentar nossos poderes” para enfrentar as “aventuras” (Schwartz, 2013). Interessante ressaltar que o termo ‘aventura’ utilizado por Schwartz (2013)²⁷ é também usado por Margarida em referência ao maternar, no trecho abaixo.

Margarida, conversa 1

Lívia: E você falou que herdou muita coisa de amigas que já tinham tido filho. Você conversava com as amigas também?

²⁷ Em referência ao texto ‘Experiência e Aventura’, que integra as obras completas de Canguilhem.

Margarida: Muita conversa com amigas... isso, [foi] fundamental. Tanto sobre gravidez, quanto depois... sobre, sei lá, os percalços, as inseguranças, as coisas práticas: "Quê que você faz quando tá golfando?", sabe assim?! [...]. Até hoje, sem dúvidas. Claro que aquele início é mais cheio de questões, né?! Então é mais intenso, mas até hoje, o tempo todo, a gente conversa sobre educação, sobre... **essa aventura** [risos].

Ao se anteciparem – fazendo cursos, lendo sobre o assunto, conversando com “especialistas” e com outras protagonistas do maternar –, aquelas que maternam estão buscando ferramentas que possam colaborar para “aumentar os seus poderes” de contornar os ‘percalços’ ou, ainda, buscando referências de onde partir. Ao falar de suas preparações para o maternar, Catarina relata que fez uma série de cursos ‘porque não sabia nada’.

Catarina, conversa 1

Catarina: [...] Fiz curso de primeiros socorros, curso do banho, curso de tirar roupa e botar roupa, curso de... e eu carregava o Arnaldo [marido e pai do bebê] pra tudo comigo. Eu falava: “Se eu tenho que aprender, você também tem”. Fiz uns 5 cursos [...]. Fiz porque eu não sabia nada, né?! Sabia nada, nem dar banho em uma criança... falava: “Eu vou afogar essa criança” [risos].

O que esses cursos preparatórios citados por Catarina pretendem transmitir é um conjunto de protocolos com ambição de generalidade. Mas frente às situações reais de trabalho, o conhecimento deve ser parte e não juiz, instrumento e não mandado (Canguilhem, 2012). Assim, será sempre necessário uma articulação entre os “saberes legitimamente descontextualizáveis” (Schwartz, 2013, p. 28), e as “surpresas oriundas disso que há de inédito em toda experiência” (ibidem, p. 28). Há, sempre, portanto, uma “experiência a fazer, mesmo que no infinitesimal” (ibidem p. 19).

Para agir em um mundo em que a antecipação total (a padronização) é impossível, é preciso alguém capaz de voltar-se para si mesmo/ refletir [de fazer uso de si] para gerir o que não foi pensado antecipadamente (Schwartz & Durrive, 2015, p. 380).

Como diz Isabel no trecho abaixo, ‘tem que ter jogo de cintura’ para lidar com as ‘surpresas’ e ‘percalços’.

Isabel, conversa 2

Isabel: [Para desempenhar um bom maternar] tem que ter jogo de cintura, porque **um mooonte de coisa não vai acontecer como você imaginou**. Então, se você não tiver capacidade de negociação, como a gente diria... danou-se, porque... enfim, **a vida prega**

um monte de surpresas. Se você não souber lidar com essa... com esses **percalços** que aparecem, não tem como. [...] Vai te exigir ponderação constante, **vai te exigir reavaliação** da forma como você vinha vindo até hoje, pelo menos comigo foi assim. [...] Você tem que **se virar nos 30**, gente! Você dá nó em pingo d'água!

Se a dimensão da variabilidade/imprevisibilidade está presente em todos os trabalhos, diríamos que no maternar ela é bastante significativa. Segundo Rosa, dada a 'intensidade' do maternar, 'nada prepara' para ele:

Rosa, conversa 1

Lívia: Você se preparou para o maternar durante a gravidez?

Rosa: A gente se prepara, né, Lívia, a gente se prepara... a gente lê "O que esperar quando estamos esperando" [fazendo referência ao livro 'O que esperar quando você está esperando], a gente vai na feira de gestante ainda gestante do bebê, a gente pinta o quarto... eu fiz yoga, mas... Isso é uma pergunta difícil, porque, hoje em dia eu acho que eu não me preparei em nada, porque, **nada te prepara**. Mas, na época sim, eu era uma gestante que me preparava, que passava óleo na barriga, que lavou as roupinhas com 34 semanas, aquela coisa toda. **Me preparei, digamos assim. Não estava preparada quando ela nasceu, né?** [risos].

Lívia: Em que sentido você diz que nada te prepara?

Rosa: **Eu acho que nada prepara pra... pra intensidade disso...** [...] Comigo foi a coisa mais intensa que aconteceu! E que, assim, me... **botou tudo que eu tinha, de base, de pensamento, de princípio.... botou tudo abaixo pra eu reconstruir tudo de novo.** [...] Então, nesse sentido, eu acho que nada prepara. Porque eu acho que é isso... geralmente, **pro que a gente se prepara não é o que a gente precisa**, sabe?! Tipo, eu tava super preparada pra tudo, tive meu parto normal e tal... mas eu tava... **eu tava preparada pra ser mãe com um companheiro. Aí, chegou lá, não, não tem companheiro...** naquele momento não tinha alguém pra criar junto, eu não tava preparada, sabe?! E aí eu vejo muito isso se repetindo, **as mulheres se preparando para X e quando o bebê vem é Y!** Isso é bem recorrente, não sei se, não sei... Deve ter alguém que se prepara pra exatamente o que é preciso, né?! Mas é isso, nesse sentido que eu acho que não prepara, a gente não consegue tá preparada realmente... "Ah, pronto, tenho tudo que preciso, vem bebê!" [risos].

Assim, ainda que a antecipação seja fundamental e legítima, como podemos apreender no relato de Rosa, 'preparar-se não significa estar preparado'. Ninguém se prepara exatamente para o que é preciso, pois, conforme já apontado no capítulo 2, a antecipação exaustiva é, a um só tempo, impossível e invivível.

O maternar exige que suas protagonistas, o tempo todo, lidem com as variabilidades que se apresentam – as suas próprias variabilidades, aquelas relativas aos filhos e aos outros eventuais cuidadores, as variabilidades do ambiente, dos recursos disponíveis, e outros tipos de infidelidades que se combinam, se acumulam e se reforçam uma na outra (Schwartz, 2007).

Toda essa combinatória infinita de variabilidades, inelimináveis e sempre renovadas, faz do maternar um trabalho especialmente infiel. E nesse sentido, remete com frequência as suas protagonistas à vivência de perda de domínio.

O real do trabalho, conforme abordado no capítulo 3, é aquilo que no mundo nos escapa, resiste, e se apresenta na forma de revés, “provocando a manifestação de um sentimento de impotência, ou de irritação, de raiva ou ainda de decepção ou de desamparo” (Dejours, 2012b, p. 25).

Assim, ainda que as participantes desta pesquisa tenham buscado, de diferentes maneiras, se anteciparem durante a gestação, o real do maternar confrontou algumas delas já no momento em que nasceram os filhos:

I Encontro sobre o Trabalho

Maria: [...] Eu sempre fui uma pessoa muito metódica: missão dada é missão cumprida. Então, agora o calendário permitiu que eu engravide, eu vou engravidar. Em um mês eu engravidei. Então engravidei, tem que fazer o enxoval de tal jeito, eu vou fazer o meu enxoval de tal jeito. Tem que ter tal coisa? Tem que ter tal coisa. Tudo eram missões, né?! Missões... e... obviamente, desde o parto, do nascimento... **as missões foram caindo por terra**, porque... era um parto que eu queria que não aconteceu, era uma forma de amamentar que eu queria que não aconteceu... eram coisas que eu queria que não... Aí você fica: “caraca”, buscando o racional, tentando de repente, enfim... eu fiquei muito deprimida, muito. [...] Eu já fazia terapia... a minha terapeuta foi no dia seguinte que a Alice nasceu, no hospital, porque eu mandei mensagem pra ela e falei: “deu tudo errado, fiz tudo errado, fiz tudo errado” [...]. Eu não tive alta, [...] seguraram a Alice [mais] um dia [na maternidade], porque eu não tinha condição psicológica de sair do hospital...

Isabel, conversa 1

Isabel: [...] Eu acho que eu paniquei um pouco no pós-parto ali. Na hora que **eu vi que agora aquilo tudo era real**, eu dei uma panicada. [...] Eu não vivi flores só. [...] O meu início não foi simples.

Lívia: Em que sentido?

Isabel: [...] Ah, no sentido que **não sai como o script**, né, cara? [...] Então eu tive, por exemplo, pressão alta na maternidade [...]. Na hora que o cara escreveu que eu tava de alta, eu fiz um cenário de pressão alta [...]. Com a malinha pronta, o Chico já estava na recepção com o João, e eu sendo atendida na UTI. Volta todo mundo... Aí João foi embora pra casa, sem sair comigo. Então, assim, **você não desenha essas coisas**, né?! Você desenha você saindo da maternidade, os três sorrindo, comercial de margarina, e **a vida não é um comercial de margarina**. [...] A minha pressão subiu, acho que muito emocionada pelo fato de que “ai, meu Deus, **agora é comigo pra valer!** Acabou a mordomia, vamos para casa”... acho que deu uma panicada.

Interessante notar que no trecho acima Isabel faz uso do termo ‘real’. Ainda que não estivesse se referindo ao conceito de real do trabalho de Dejours (apresentado por nós somente nos encontros sobre o trabalho, etapa posterior às conversas individuais), a vivência descrita por ela se assemelha muito à descrição

que o autor faz acerca do revés como uma experiência pática. A maternidade, nesses primeiros momentos, é descrita por Isabel como ‘muito, muito dolorida’.

I Encontro sobre o Trabalho

Isabel: [...] **O momento que todo mundo desenhou o seu mais feliz da sua vida...** eu só fazia olhar pro Chico... dava de mamar, trocava roupa, então eu tinha consciência de que aquilo não era uma depressão... mas eu falava: **“eu também não tô tão feliz quanto era pra eu tá... eu tô apavorada”**. Eu olhava pro João [marido] e falava: “cara, eu estou apavorada”. [...] Liguei pra uma amiga minha e falei: [...] “Mari, vem aqui porque eu tô pirando”. Aí ela chegou lá... foi ela que deu banho no Chico... pra você ter uma ideia, eu não consegui dar banho no Chico, tamanha era a minha **angústia**... Eu falava: “gente, eu **não vou saber fazer nada**, não sei por onde eu começo”. Ela [falou]: “Cara, é só isso aí ó”, e aí me deu um artigo, aí eu fui entender o que era *babyblues*²⁸, [...] fui entender que era uma angústia, fui entender... fui entender... fui me acalmando... tá ótimo. Sete dias depois tudo tinha passado [...].

Ao descrever a expectativa da saída da maternidade como ‘um comercial de margarina’ e a chegada do bebê como ‘o momento que todo mundo desenhou como o mais feliz da sua vida’, Isabel refere-se a uma concepção idealizada do maternar que ainda tem lugar no imaginário social e que será colocada em análise no eixo 3.

As infidelidades citadas por Maria e Isabel nesses trechos, já nos primeiros momentos de vida dos filhos, enfatizam variações não previstas em relação a elas mesmas: depressão, pressão alta, *babyblues*. Como já dissemos, existem ainda no maternar variabilidades de outra ordem, como aquelas relacionadas aos filhos. No trecho abaixo, Isabel descreve, por exemplo, as dificuldades iniciais com a amamentação em função de uma fraqueza labial de sucção do filho.

I Encontro sobre o Trabalho

Isabel: Eu tive questões na amamentação, porque o Chico nasceu com uma fraqueza labial de sucção, então ele não sugava. Eu doava leite para crianças que eu não conhecia e meu filho eu não conseguia amamentar. [...] **Alguém desenhou pra você que amamentar ia ser perfeito**, que você tem que amamentar, que não pode dar fórmula... [...] **Eu me achava culpada de tudo**, então... “Meu Deus, mas por quê que eu não amamento o meu filho? Sabe?! Por que que eu não consigo?”. Até eu descobrir que a questão era dele, isso foi muito dolorido pra mim. Então, assim, quando eu soube que era dele, continuou sendo dolorido, mas de alguma maneira aquilo ali me aliviou... foi como **“não é meu”**. Aí é **uma coisa que eu não tenho gerência de fato**. [...] Quando a gente descobriu a fraqueza e tudo mais, eu conheci [...] a translactação. Então, [para] amamentar o Chico, eu precisava de sonda, potinho, não sei o que zinho, e tal...

²⁸ Estado passageiro de tristeza e melancolia causado pelas alterações hormonais bruscas no pós-parto. Fonte: <https://revistacrescer.globo.com/Gravidez/Posparto/noticia/2015/01/depressao-posparto-e-baby-blues-entenda-diferenca.html>.

Entendemos que, ao se referir à fraqueza labial do filho como algo sobre o qual ela ‘não tinha gerência de fato’, Isabel estava se referindo, na realidade, ao fato de não ter culpa. Esta variabilidade foi por ela gerida, encontrando na translactação uma alternativa para conseguir amamentar o seu bebê.

Assim como Isabel, Maria também se deparou com variabilidades relativas à filha no seu primeiro ano de vida, conforme relata no trecho abaixo.

Maria, conversa 1

Lívia: Você já se sentiu desanimada com o trabalho de mãe?

Maria: [...] Já me desanimei muito, em vários aspectos... e de sentir culpa e de achar que as coisas são muito difíceis, “caraca, muito difícil isso, gente!”. [...] A Alice foi internada ano passado na UTI, por causa da história da asma [...]. E eu tendo que trabalhar pra caceta... eu só queria que aquilo se resolvesse, mas a minha filha estava na UTI... e eu: “caraca, cara, está tudo errado”. [...] **“O que eu fiz? Deu tudo errado! Tudo o que eu esperava deu errado!”**. [...] E aquela sensação de que “cara, eu vou ter que agir, que preguiça, vou ter que agir”. E aí, tirei ela da alergista da família [tia do marido], briga na família... [...], tive que lidar com a minha falha de ter deixado isso passar, porque eu estava trabalhando para caramba [...] e eu não dei conta. Olha! **O caos!** Aquele mês do... “pelo amor de deus, alguém me ajuda!”. [...] E aquela coisa do tipo: “cara, o que eu fiz até agora, eu tinha... **eu estava indo bem, o que aconteceu?!”** [...]. A creche... eu botei a Alice na creche, [...] e deu tudo errado na creche, [...] porque a Alice foi diagnosticada com hipotonia muscular, Alice não engatinhou. E ela ficava horas naquela creche. Eu tirava leite, eu deixava o meu leite lá, e a Alice não queria pegar a mamadeira de jeito nenhum... e eu não tinha condição porque eu tinha que voltar a trabalhar e na hora eu não consegui parar tudo e tentar raciocinar melhor. [...] Eu olhava para aquela cena e falava assim: “cara, tem uma coisa muito errada!”. [...] Eu sei que Alice ainda continuou na creche, mas não ia mais porque ficava doente toda noite... teve bronquiolite, teve gastrite, teve gastroenterite, teve bronquiolite de novo, teve pneumonia... e foi quando eu comecei a engordar também loucamente, e foi quando eu achei que estava tudo... aí tira da creche. Tirei da creche, pronto: “dane-se”. [inspirando] “Respira!”. [...] Mas aquele momento que... cara, tem que fazer tudo de novo, tem que refazer... a parada estava entrando num... e deu tudo errado, volta. [...] Eu só comecei a querer ter filho, segundo filho... assim, a achar que era uma coisa possível, depois dos dois anos. [...] Até um ano, pra mim, a pessoa que tinha dois filhos era simplesmente uma pessoa maluca.

Esse encontro com o real do maternar também é vivido por Maria como revés (‘eu estava indo bem, o que aconteceu?!’), suscitando nela os sentimentos de desânimo (de achar que ‘não dava conta’ e ‘que aquilo era muito difícil’) e de culpa (pela ‘falha de ter deixado isso passar’). O mundo real se apresenta como uma surpresa desagradável que, conforme descreve Maria, a obriga a ‘agir’, a ‘voltar tudo’, a ‘refazer’. Segundo Dejours (2012b), “o que caracteriza o trabalho como trabalho vivo é, em essência, a resistência ao fracasso, a capacidade de demonstrar obstinação neste confronto com o real” (p. 18). Essa resistência e obstinação em

relação à experiência de revés é o que torna possível o zelo no trabalho, questão a ser trabalhada no eixo 5.

Em algumas circunstâncias, como na situação relatada por Maria, a vivência de perda de domínio é de tal magnitude que é descrita como 'o caos'. Este termo também foi utilizado por Isabel no terceiro Encontro sobre o Trabalho:

III Encontro sobre o Trabalho

Isabel: [...] Essa deve ser a maravilha de você ter essa chance de ter o segundo [filho], eu acho. Eu acho que... é você estar mais... leve para vivenciar a maternidade no segundo filho...

[Maria, grávida do segundo filho, ri]

Isabel: Eu acho. Depois você me conta [risos]... porque se tá **aquele caos todo**, você já sabe que tá o caos...

Nos parece que Isabel sinaliza aqui que, embora o caos seja, por definição, algo sobre o qual não se tem controle, no maternar do segundo filho ele seria, de alguma maneira, antecipável: já se saberia da sua existência.

No trecho abaixo, Maria sinaliza que, após ter se deparado com a complexidade do real do maternar e com a vivência de revés, tem procurado acolher a dificuldade daqueles que 'estão virando mãe e pai'.

I Encontro sobre o Trabalho

Maria: Eu fiquei pensando numa coisa quando você [para a pesquisadora] falou essa história do real, que eu acho que esse é o grande lance que foi diferencial pra mim na maternidade, que é justamente... você pode resumir um pouco isso na questão de empatia. Entender que o real na prática... **todas aquelas regras, na prática vão se diferenciando pra alguma outra coisa, e as pessoas tem sensações e formas diferentes de fazer e tal... e você respeitar.** E uma das coisas que eu acho mais complexas na maternidade, que eu tive muita dificuldade no início... é porque as pessoas entendem que ajudar é dar dica, é fazer por você: "então deita aí e eu faço". E não entende que a questão, às vezes, é só de você ter um acolhimento, você ter compreensão de que... cara, é difícil mesmo, é difícil mesmo. Então hoje, por exemplo, que eu tenho amigas que estão tendo filhos... é muito curioso, porque eu tenho um julgamento sobre aquilo... porque eu já fiz, eu já passei por aquilo em algum nível, então, **eu tenho às vezes vontade de cagar uma regra**, tipo "ah, cara, comigo...". Aí, eu vou... eu respiro e eu falo: "é muito difícil mesmo. Olha o seu filho, **vê o que você acha que tá precisando**". Quando eu vou usar exemplo, eu falo assim: "com a Alice funcionava de tal jeito, mas não quer dizer que com o seu filho vá funcionar"... **porque eu me lembro do quanto eu me senti oprimida de ter uma regra de fazer e de acontecer, e aquilo não se encaixava.** Eu lia Criação com Apego, eu lia Montessori, eu lia no grupo [referindo-se a um grupo de mães de uma rede social], e eu ficava: "**cara, não encaixa na minha vida. Tô ferrada**" [risos de todas]. [...] É isso, **o real, ele é incrivelmente mais complexo, mais difícil de... você organizar, assim, na sua cabeça, de você até se compreender.** [...] E a falta de apoio à maternidade ou à paternidade [...], é justamente **não entender muito essa posição do cara que tá virando pai, virando mãe... porque você também nasce ali, você também nasce outro ser humano, com outras**

perspectivas... com um trabalho, com metas a serem atingidas. Então, eu acho que é algo... foi uma fase pra mim, por exemplo, muito dolorida... eu acho que foi muito dolorida. E é bom ver isso escrito num conceito.

A vivência de perda de domínio relatada pelas participantes desta pesquisa não se vincula apenas às infidelidades relacionadas a elas e aos seus filhos, mas também àquelas relacionadas aos outros envolvidos neste trabalho. Rosa e Margarida citam, por exemplo, variabilidades em relação aos seus companheiros – mais especificamente em relação à expectativa que tinham de compartilhar com eles os cuidados de seus filhos.

Rosa separou-se quando a filha tinha seis meses e precisou gerir a variabilidade de maternar sem ter ‘um companheiro sob o mesmo teto’:

Rosa, conversa 1

Rosa: [...] Quando o pai da Clara saiu de casa, eu pirei de maneiras diferentes... eu tinha momentos de “não importa, eu dou conta”... e aí eu entrava numa *vibe* não legal de dar conta de tudo e não dar nem notícia dela pra ele... do tipo: “você não quer? Saiu de casa? Então deixa que eu dou conta de tudo!”... pro total oposto do tipo: “não, toma porque eu não sei fazer isso sozinha. **Não foi isso que a gente combinou**, então eu não quero mais fazer”. Esse momento pra mim, por conta da separação... foram meses muito nebulosos, bem difíceis, que eu às vezes eu olhava e falava: “**cara, isso daqui não é pra mim, não dou conta**”... sabe?... “**Onde é que eu tava com a cabeça? Que ideia?!**”. Acho que toda mãe, em algum momento, pensa isso. [...] **A minha maternidade ideal... ela envolvia um companheiro sob o mesmo teto. Então, eu tive que desconstruir isso... pra eu encontrar quem eu era também como mãe.**

No primeiro encontro sobre o trabalho, ao apresentarmos os conceitos de trabalho prescrito, trabalho real e real do trabalho, Rosa trouxe novamente a questão da separação e a necessidade de reorganizar o acordo de divisão de tarefas de cuidado da filha:

I Encontro sobre o Trabalho

Rosa: [...] **A minha vida não cabia mais no manual** que eu tava seguindo. E dei conta... meio que eu comecei a... fazer... foi muito intuitivo, né?! **Se você não tem mais o prescrito, você vai na intuição.** Eu falei [para o ex-marido]: “ok, você não quer mais casamento? De boa. Ela [a filha] tem 6 meses, você vai passar a ficar 6 horas responsável por ela sábado e domingo, a cada 15 dias”. E aí eu fui assim: com 7 meses, 7 horas. Uma coisa louca, que **eu não sei de onde eu tirei isso!** [risos de todas]. [...] Naquele momento ali fazia sentido... eu fui... **organizando na intuição.** Foi uma coisa muito sofrida, que hoje em dia eu vejo que foi uma violência com a minha pessoa... porque eu não entregava tipo “toma, vai que eu vou fazer a unha, vou descansar”... não... eu entregava, fechava a porta e... eu escorria na porta... tipo, várias vezes de estar sentada e, quando ele voltava, eu tava praticamente no mesmo lugar... eu dormia pra não ver aquele tempo passar... uma violência, uma coisa terrível. Mas, naquele momento, era o que fazia sentido pra mim. E, hoje em dia, eu acho que deu certo, porque muito dessa **cooperação que eu tenho com ele** hoje em dia, acho que foi plantada ali. [...] **O que tava prescrito pra mim era ter um filho casada com o pai do bebê** e não rolou. Mas a gente começa a riscar o manual, né?

[risos de todas]

Maria: Faz seta...

Rosa: Tipo, arranca essa página, escreve outra. Essa é a minha experiência maior e que abrange... isso é o pontapé inicial pro meu maternar inteiro...

Isabel: ... não ser tão prescrito, né?! [risos]

Rosa: É, mas é exatamente isso! Aquilo foi tão difícil e tão catártico... eu passei 3 meses morando sozinha com um bebê. [...] Hoje em dia, qualquer coisa que sai do planejado, eu sou muito mais tranquila, porque o mais bizarro pra mim já aconteceu [risos]. Então, é agora isso, sabe?! A gente vai lidando com as coisas... **a gente cria um jogo de cintura** que a gente não sabia que poderia ter. As pessoas me acham uma mãe muito tranquila e tal... cara, **se eu dei conta daquilo lá, agora eu dou conta de tudo... não tem mais... nada mais me assusta... tanto.**

[risos de todas]

Ao trazer novamente a sua separação, Rosa destaca o quanto esta vivência ‘catártica’ foi determinante para a sua maneira de maternar: possibilitou que ela desenvolvesse ‘um jogo de cintura’, se tornasse ‘muito mais tranquila’ e que se sentisse capaz de ‘dar conta de tudo’. Ela menciona ainda que, apesar da variabilidade da separação, conseguiu estabelecer com o ex-marido uma cooperação no que tange aos cuidados com a filha.

Sobre este ponto, conforme já abordado no capítulo 3, Dejours (2012b) vai afirmar que o trabalho vivo não diz respeito apenas à ordem individual – trabalhar também passa pelas formas de cooperação. As ligações tecidas pelos seres humanos com o objetivo de juntos trabalharem são produzidas graças a uma atividade específica, designada por ele pela expressão ‘deontologia do fazer’, “para sublinhar que seu fundamento é o fazer, o fazer junto; o trabalhar, o trabalhar junto” (ibidem, p. 95).

A cooperação provém, assim, da atividade deontica, não sendo espontânea, tampouco passível de prescrição: ela é o resultado de uma construção e, nesse sentido, sempre dispendiosa para o funcionamento psíquico (Dejours, 2012b). Ainda que a cooperação não possa ser prescrita, por vezes, tenta-se antecipá-la na forma de expectativas. Margarida relata, no trecho abaixo, sua tentativa de planejar, ainda durante a gravidez, a cooperação entre ela e o marido na divisão das tarefas relativas ao maternar:

Margarida, conversa 1

Margarida: [...] Eu tentava não depositar muita expectativa, mas eu tinha... eu me lembro que grávida, no final da gravidez, eu fiz uma planilha. Eu tentei um dia esboçar... acho que

eu já tinha sentido que ele [o então marido] ia pular fora... e aí eu lembro que escrevi num papel e botei como uma proposta: “você troca duas fraldas quando você chegar; bota pra dormir uma vez na semana”... sendo que, na época, eram oito fraldas, todos dias da semana. [...] Eu lembro que ele recebeu aquele papel achando que eu tava querendo falar com outra pessoa... tipo “ahn?!”. Ele até comentou... falou assim: “ah não, trocar fralda já é coisa... aí já é demais!”, ele falou. Eu já devia ter suspeitado. Já devia ter mudado de pai ali. [...] Devia ter pulado fora ali naquela hora... antes que ele pulasse.

Após o nascimento do filho, a expectativa de estabelecer uma ‘parceria’ com o marido, de fato, não se efetivou.

Margarida, conversa 2

Margarida: Realmente o maior descompasso de expectativas foi a relação mesmo com o Antônio... que aí eu vi que não era nem um pouco... não ia ser nem um pouco do jeito que eu imaginava essa **parceria**.

Lívia: Teve algum momento, ou alguns momentos, que você já se sentiu desanimada com o maternar?

Margarida: Principalmente bem no começo, tipo os três primeiros meses... um desespero assim... uma solidão! [...] Sentia que o Antônio chegava [em casa] e não tinha noção do que tava se passando. [...] [Pensava]: “ele nunca vai entender o meu nível de estresse e cansaço”. [...] Então, pra mim, foi... tipo, **tô sozinha nessa**. [...] É que você, bem ou mal, você faz **um projeto conjunto**, né?! [...]. Eu acho que, quando você separa, você perde mais o futuro, do que o presente ou o passado. O passado já foi. O presente você tá inventando, tá fazendo... mas quando você olha pra frente e você fala “caraca”... tinha um projeto, né?... tinha... porque todo mundo que casa, eu acho que tem algum tipo de projeto, sabe?... alguma projeção. Então, às vezes me dá isso, assim... de não saber o quê que vai ser... uma certa ansie [palavra interrompida]... uma angústia, tipo... **só eu e ele** [filho]... caraca! Você percebe que, **na sua falta**... de repente dá problema.

Ainda sobre a atividade deôntica, conforme já assinalado no capítulo 3, Dejourns (2012b) vai afirmar que é a referência ao trabalho (e não o amor) que é determinante na gênese das ligações de cooperação. “As ligações deônticas não estão a serviço do amor, mas do trabalho em comum, da obra coletiva” (ibidem, p. 98). No que tange à deontologia do fazer no maternar, existe, no entanto, um elemento de complexidade: as ligações de cooperação são estabelecidas (ou não), em geral, entre indivíduos envolvidos em uma relação amorosa. Diante disso, perguntamos: visto que o amor não é condição *sine qua non* para a construção da cooperação, quando presente ele ajuda ou atrapalha a atividade deôntica do maternar, especialmente no diz respeito à divisão de suas tarefas entre a mãe e o pai?

Considerando que o trabalho doméstico (incluindo o maternar) continua a ser realizado prioritariamente por mulheres, Hirata (2004) questiona: o que move a

servidão doméstica? Para ela, a análise do trabalho doméstico como relação de 'serviço-servidão voluntária' retoma as análises clássicas da 'disponibilidade permanente'. Contudo, a questão dos motores psicoafetivos raramente está no centro da reflexão sociológica. Nesse sentido, ela acredita que a questão possa se beneficiar das contribuições da Psicodinâmica do Trabalho: "a ideia da realização do trabalho doméstico por amor situa no mesmo campo afetividade, trabalho e dominação" (ibidem, p. 3).

Para Dejours (2012a), "diante da análise da repetição e da reprodução das relações de dominação no espaço privado, a referência ao amor é uma condição necessária, embora não seja suficiente" (p. 160). Ele acredita que a divisão sexual do trabalho e a relação de serviço mais ou menos estabelecidas nas relações amorosas se respaldam não apenas como sedução sexual erótica, mas ainda como dependência afetiva. E a dependência, como alienação da autonomia subjetiva, desemboca na submissão voluntária ao outro. Aquela(e) que se submete é encarregada(o) das tarefas domésticas.

Conforme apontamos no capítulo 3, Dejours (2012a) vai buscar na psicanálise o respaldo teórico para entender a reprodução das relações de dominação-submissão na esfera do trabalho de reprodução: a dominação não seria decorrente apenas de um processo que tem na origem as relações sociais, mas também na sexualidade infantil.

Sobre o questionamento acerca daquilo que move a servidão doméstica, Hirata (2004) acredita que

a existência das relações de força e das relações de poder com suas bases institucionais deve [...] constituir o ponto de partida obrigatório de toda análise sociológica do "consentimento" e da "servidão voluntária" das mulheres (p. 5).

Para ela, a resposta permanece um enigma, que obriga a prosseguir no trabalho de pesquisa sociológico, histórico e psicodinâmico:

Teoria da sexualidade e teoria da divisão sexual podem combinar-se para apreender a dimensão do trabalho no funcionamento psíquico e, inversamente, para apreender as funções psíquicas que operam na divisão sexual do trabalho (Hirata, 2004, p. 4).

No que concerne à problemática do amor e da deontologia do fazer, as falas de Catarina e Margarida sinalizam como a dificuldade em estabelecer a cooperação no materno interferiu em suas relações amorosas.

Catarina, conversa 2

Catarina: [...] É um jeito de encarar diferente... a mulher encara o filho de uma forma diferente do homem e ponto. [...] Então, [com a chegada do filho] a sua relação com o seu marido vai mudar, e vai mudar muito, e você tem que estar com uma relação muito sólida, porque senão você se separa sim, sabe?! Eu tenho um grupo no *Whats*²⁹ que tem umas quatorze mães. Duas delas se separaram. É uma escala grande já pra mim, duas num grupo de quatorze? Cacete, sabe?! Fora as vezes que eu pensei em me separar, que a fulaninha pensou em se separar [...]. Então, tem que estar uma relação muito sólida, muito, muito sólida, porque senão vai chutar o balde, porque várias vezes eu falei assim: “cara, **qual é a participação? Então não preciso dele. Vai ser menos uma coisa pra eu me preocupar.** Aí, eu não vou precisar andar arrumada, não vou precisar dormir junto, eu vou poder dormir em qualquer lugar, eu vou poder fazer qualquer coisa, eu não vou precisar me preocupar com mais uma pessoa. Então é melhor eu ficar sozinha”. Várias vezes, por várias vezes, eu pensei nisso, sabe?!

Margarida, conversa 2

Margarida: A gravidez foi um período em que a gente ficou muito unido, construiu muito junto... o que me deu uma base meio *fake*³⁰ pra o que veio depois, em termos de divisão de tarefas durante os três primeiros anos do Zico, sabe?! Foi muito diferente, porque [durante a gravidez] eu acho que ainda era a relação só de nós dois, né?! Tinha uma pessoa ali, implícita, mas ainda era nossa relação de casal [...]. Acho que **a entrada do terceiro elemento realmente deu uma desestabilizada, em tudo.** [...] Eu tento sempre puxar a autoria dessa dificuldade da construção da relação entre o pai e o Zico também pra mim... a responsabilidade também pra mim... porque eu também não conseguia envolver ele [o marido], sabe?! Mas é mais carga mental ainda... de responsabilidade mental que eu coloco em mim, né?!

Talvez, diante da dificuldade em estabelecer uma cooperação no materno, e de forma a resguardar a relação amorosa, uma estratégia possível seja justificar a divisão desigual de tarefas a partir da premissa citada por Catarina: ‘a mulher encara o filho de uma forma diferente do homem’. Este encaminhamento, ao mesmo tempo que se serve da divisão sexual do trabalho (mais especificamente de seu princípio da separação, segundo o qual existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres), também funciona como um poderoso móvel para a perpetuação da dominação masculina.

Trouxemos aqui apenas algumas das variabilidades que atravessaram os momentos iniciais do materno das participantes de nossa pesquisa, de maneira a reforçar que nenhum movimento antecipatório é capaz de colocar as suas atividades

²⁹ Referindo-se ao WhatsApp aplicativo de celular para troca de mensagens.

³⁰ Em português: falso.

ao abrigo da contingência. Para Durrive e Schwartz (2008), a atividade corresponde a um ensaio sempre renovado por alguém único.

Interessante notar que, durante o exercício proposto para o segundo Encontro sobre o Trabalho (comentar as fotos sobre o invisível do materno), Rosa e Margarida também utilizaram o termo ‘ensaio’ em referência ao real do materno – o real seria ‘off script’, ‘coxia’, ‘*backstage*³¹ do primeiro ensaio’, com ‘maquiagem borrada’ e ‘cabelo não feito’:

II Encontro sobre o Trabalho

Margarida: Eu acho que tem uma coisa que todas as fotos mostraram... que são imperfeições... imperfeições do processo... que esse processo intermediário, entrelíneo, tarararam, que a gente tá falando... obscuro, oculto, não percebido, etc... ele é meio... ele é meio... tipo, *messy*³². Como é a palavra em português?

Lívia: Bagunçado?

Margarida: *Messy* é um pouco diferente de bagunçado...

Rosa: ... ele não é montado, né?

Margarida: Ele não é... **ele não tem aquela coisa da previsibilidade, da racionalidade, da ordem e do progresso.**

Rosa: Ele **não é uma foto de catálogo**, ele não é um...

Margarida: ... é uma coisa... real.

Rosa: ... é vida.

Margarida: ... ela é manifesta, ele expressa... **expressa processo muito mais do que fim.** E ao mesmo tempo, eu acho que a provocação que me fica com a pergunta “a foto saiu legal?”... posto que tem uma avaliação... a avaliação pode ser positiva e a avaliação pode ser negativa. [...] Ao descrever a foto como imperfeita, [...] tem aí, subliminarmente, um julgamento do tipo “ah mas... **faltou a ordem, faltou o controle, faltou a rigidez, faltou...**”

Rosa: Como se isso fosse o certo também, como se fosse o caminho a ser seguido, quando na verdade... a gente descobre que é isso... é vida.

Margarida: Mas **aí falta um script.**

Rosa: Falta, é.

Margarida: Tipo... o script, que é aquilo que a gente falava no encontro passado, como as expectativas, e aquilo que nos é passado, né?... as experiências alheias e o que tá escrito no livro, e as teorias todas... **tudo se escapa.** Se eu for falar da **foto real, ela tá totalmente off script! É em off, coxia... backstage... do primeiro ensaio, né?!**

Rosa: **Maquiagem borrada, cabelo não feito...**

Margarida: **Tudo errado! Mas é isso... a vida... real da maternidade, que é a vida 90% invisível da maternidade, é completamente messy.**

³¹ Em português: bastidores.

³² Em português: confuso, desordenado, sujo.

EIXO 3 – Os ‘Senões’³³ do Maternar

Por que crescestes, curuminha
 Assim depressa, e estabanada
 Saíste maquiada
 Dentro do meu vestido
 Se fosse permitido
 Eu revertia o tempo
 Para reviver a tempo
 De poder

Te ver as pernas bambas, curuminha
 Batendo com a moleira
 Te emporcalhando inteira
 E eu te negar meu colo
 Recuperar as noites, curuminha
 Que atravesssei em claro
 Ignorar teu choro
 E só cuidar de mim

Deixar-te arder em febre, curuminha
 Cinquenta graus, tossir, bater o queixo
 Vestir-te com desleixo
 Tratar uma ama-seca
 Quebrar tua boneca, curuminha
 Raspar os teus cabelos
 E ir te exibindo pelos
 Botequins

Tornar azeite o leite
 Do peito que mirraste
 No chão que engatinhaste, salpicar
 Mil cacos de vidro
 Pelo cordão perdido
 Te recolher pra sempre
 À escuridão do ventre, curuminha
 De onde não deverias
 Nunca ter saído

(Música ‘Uma Canção Desnaturada’,
 de Chico Buarque)

‘Uma Canção Desnaturada’, de Chico Buarque, retrata uma mãe que, desgostosa pelas escolhas da filha, a renega. Em versos incômodos, ela anuncia que se pudesse voltaria no tempo e cuidaria menos da filha e mais de si e, por fim, deseja que a filha nunca tivesse nascido. O título da música sugere que os desejos

³³ Em referência à fala de Isabel, analisada neste eixo.

expressos em seus versos seriam desnaturados – neste caso, em desconformidade aos sentimentos considerados naturais àquela que materna.

“A maternidade é encarada como a mais importante e suprema das relações humanas” (Donath, 2017, p. 34). Sabemos que o maternar pode permitir, para aquelas que o experimentam, sentimentos de alegria, amor e realização e, ao mesmo tempo,

pode ser uma arena saturada de tensões e ambivalências, capaz de gerar impotência, frustração, culpa, vergonha, raiva, hostilidade e decepção. [...] Já começamos a nos mostrar dispostos a compreender que as mães são seres humanos capazes de, consciente ou inconscientemente, ferir, maltratar e algumas vezes até matar. Não obstante, continuamos desejando que essas experiências de mulheres de carne e osso não destruam nossa imagem mítica da mãe (ibidem, p. 10).

Na esteira do que propõe Molinier (2012), nossa intenção neste eixo de análise é dar passagem para falas e dilemas do *care* que mostram uma realidade diferente das representações estereotipadas do devotamento e da oblatividade materna que ainda têm lugar no imaginário social.

De muitas maneiras, a experiência do trabalho opõe-se à utopia. Fosse apenas pelo fato que, se trabalhar é fazer a experiência do real, em outros termos, do que resiste ao saber, ao querer e ao domínio, então trabalhar é também constantemente uma chamada à ordem, a contrapor-se aos devaneios de toda ordem e aos arroubos do imaginário social e da exaltação utópica (Dejours, 2012b, p. 151).

Dentro de uma perspectiva não idealizada do maternar é preciso admitir que ele está submetido a uma série de *contraintes*. Como em todos os trabalhos, existem exigências, pressões, limites. A especificidade relativa ao trabalho em questão talvez seja que, em geral, mais do que em outros trabalhos, os *contraintes* do maternar permanecem, em grande medida, invisibilizados. Acreditamos que esta maior invisibilização seja decorrente da soma de três fatores: o maternar envolve, em grande medida, tarefas imateriais; trata-se de um trabalho desenvolvido na esfera privada; o maternar é mantido em um lugar sagrado, tornando mais difícil admitir (para si e para os outros) os seus *contraintes*.

Conforme abordado no capítulo 1, o maternar enquanto construção social assumiu diferentes contornos ao longo da história da humanidade. Mas as imagens

do materno idealizado permanecem fixadas no imaginário social, reforçadas, em muitos aspectos, na mídia e nos discursos dotados de autoridade (religiosos, políticos, médicos, jurídicos, científicos...), onde a maternidade é celebrada como um duplo nascimento: da criança e da mulher, que realizaria, assim, o seu potencial procriador (Swain, 2007).

A partir das falas das participantes desta pesquisa, pretendemos, portanto, colocar em análise como a confrontação com os *contraintes* do trabalho pode suscitar sentimentos ambivalentes – entre afeição e desafeição, a bipolaridade do materno permanece, em grande parte, ocultada. Juntamente com Molinier (2012), acreditamos que

a atenção dada ao que conta, transforma a visão estereotipada do *care* como expressão do amor (das mães, das famílias, até mesmo das cuidadoras) ou sua derrapagem estigmatizante rumo à má reputação (mães isoladas, cuidadoras que maltratam...) para interessar-se por visões morais particulares onde a preocupação com os outros expressa-se através de atividades concretas, mais ou menos agradáveis, que solicitam sentimentos ou afetos por vezes penosos, contraditórios, ambivalentes e marcados por defesas (ibidem, p. 41).

Durante as conversas individuais, algumas participantes se referiram, de forma crítica, às concepções idealizadas do materno, acenando para a necessidade de “desromantizá-lo”. Isabel cita no trecho abaixo a necessidade de divulgar ‘os senões’.

Isabel, conversa 1

Isabel: [...] Eu acho que tem assuntos que são pouco difundidos. [...] Nesses 5 anos que o Chico vai fazer, eu acho que eu vi duas vezes matéria sobre *babyblues*... e é uma coisa que atinge 80% das mulheres! Por quê ninguém fala que a chance de você ter uma tristeza imensa no pós-parto é grande? **Por que que todo mundo pinta um olhar... e aí vem das novelas, vem da mídia, vem de tudo, vem do romantismo... que a gente tem dessa coisa de que a mulher tem que ser perfeita, boa mãe, que vai tá maquiada...** e que a roupa vai ser impecável, e que...? Gente, tinha dias que **quatro da tarde eu não tinha escovado o dente!** Porque eu tinha que dar de mamar, eu tinha que fazer a minha comida, e eu tinha que lavar roupinha do Chico, e eu, eu, eu... o que deve ser a realidade de uma grande maioria. Então, eu acho que tem pouca divulgação sobre **os senões** [...].

Rosa também acena para a manutenção de uma imagem ‘plácida’ e ‘poética’ do materno e, nesse sentido, afirma que ‘contar as tretas’ e as ‘coisas *trash*’ tem sido uma das suas ‘militâncias pessoais da maternidade’. Segundo ela, ‘as mulheres

e os homens, não sabem o que é ter filho’ – as dificuldades do trabalho orientado para o cuidado com o outro seriam descobertas apenas posteriormente.

Rosa, conversa 1

Rosa: [...] **A gente vê muito essa maternidade plácida**, tipo... segurando o bebê e o bebê quietinho. Ou então, geralmente nas novelas, ou tem o bebê de colo, aquele que você consegue segurar ainda, ou o maiorzinho, com uns 3 anos, que já dá a mão. [...] Já percebeu isso?! [...] Você não vê na mídia esse momento em que você tá segurando a mão e a criança tá querendo andar pra tudo quanto é lado, que você não consegue ficar sentada, tomar um chope, conversar... porque a criança tá enfiando a mão na tomada. [...] Então, se você não tem um parente próximo... e as nossas configurações familiares hoje em dia também se fecham em cima do bebê, você não tem aquela coisa de conviver com as crianças [...]. **As mulheres e os homens, eles não sabem o que é ter filho**, gente, não sabem! [...] Pras minhas amigas mais próximas que não tem filhos, eu contei tudo que o era uma episiotomia e como eu passei semanas andando parecendo um cowboy, porque eu não conseguia fechar a perna, [...] e contei todo o parto Frankenstein e elas ficaram: “Ah, mas ninguém fala disso!”. Gente, tem que falar disso, sabe?!

Lívia: Alguém te falou disso?

Rosa: Não, não. [...] As coisas que a gente passa normalmente, ninguém me falou. [...] Uma coisa que pra mim foi bizarra nas duas primeiras semanas da Clara, era que ela pegava o peito e eu sentia a sensação de excitação. [...] **Eu me achava um ET e uma mãe horrível**. Tipo: “como assim?! Que horrível! É a minha filha!” [...]. Depois que eu trabalhei isso na minha cabeça, eu falei: “não, faz total sentido e tal”. Aí eu passei a falar disso pra todo mundo... [...] E já teve duas [amigas] que tiveram filho depois disso que disseram: “que bom que você falou isso, porque eu não tinha noção”, sabe?! **Eu não tive ninguém que me falou isso, assim, das coisas esquisitas de bebê, de recém-nascido**. [...] E a gente precisa falar essas coisas. Eu acho. Isso é uma das minhas militâncias pessoais da maternidade, que é de **contar das tretas também**, sabe?! [...]. **Vamos contar das coisas trash também?!** Vamos contar da fase que você tem que ter o cabelo curto, preso o tempo inteiro, porque a criança só puxa... faz o Tarzan no seu cabelo? Vamos contar que criança morde e que mordida de gengiva dói no peito, sabe?! As pessoas não falam disso, gente! [...].

Lívia: Por que você acha que pouca gente fala sobre isso?

Rosa: Ai, eu não sei... Talvez por vergonha, talvez por falta de abertura, talvez por... não sei... não sei porque as pessoas não falam disso.

Lívia: Por que você acha que é tão vendida essa imagem da maternidade de uma maneira idealizada?

Rosa: Ah, talvez seja por isso, se a galera começa a falar muito disso, o pessoal vai desistir. [risos] Eu não sei... **tem essa coisa da maternidade idílica**... como é que é?! “Ser mãe é padecer no paraíso”, meu Deus, não! [...] **Essa coisa de manter a maternidade nesse lugar... nesse lugar poético**... gente, é isso... **ser mãe é difícil, como qualquer coisa que você leve muito a sério na vida vai ser difícil**, que você dedique tanto tempo quanto você dedica à maternidade, vai ser difícil, **vai ser paradoxal**... Não sei porque as pessoas não falam disso... mas deviam... com certeza.

O ditado popular “ser mãe é padecer no paraíso”, citado por Rosa, sintetiza o ideal do sacrifício materno bastante difundido a partir do século XIX: a mãe deve ser capaz de suportar sofrimentos, injustiças, subjugação, encontrando prazer nas

obrigações que lhe são destinadas (Nunes, 2000). Beauvoir (1967) aponta para o risco de, ao ver que “o filho não lhe proporciona nem de longe a feliz realização de si mesmo que lhe prometeram” (p. 283), as mães ressentirem-se da sua dedicação e assumirem a atitude de vítimas, resignando-se para com seus filhos – como a Canção Desnaturada parece sugerir.

O modelo da maternidade contemporânea na nossa cultura ainda carrega muitas influências desses ideais de abnegação e oblatividade, deixando pouco espaço para que se confesse sentimentos menos “nobres” – os dilemas, ambivalências e dificuldades concretas. Para Donath (2017),

ainda hoje, quando estamos diante de retratos da maternidade com mais matizes e mais do que nunca as mães podem expressar suas dificuldades e angústias, que tendem a ser normalizadas e, portanto, discutidas mais livremente em pesquisas e debates públicos, a maternidade continua a ser capturada no imaginário coletivo como um lugar onde se dispensam cuidados com afeto e ternura, livre de conflitos interpessoais (p. 61).

Rosa atribui a dificuldade em estabelecer trocas sobre esses aspectos do maternar ‘à vergonha’, ‘à falta de abertura’ e à forma como está estruturada a família nuclear urbana. “Há como uma espécie de proibição tácita de evocar certas dimensões da atividade, de exprimir o que se sente, particularmente quando se trata de sentimentos ‘negativos’” (Sadock, apud Molinier, 2004a, p. 235). É como se os reveses da experiência materna fossem inconfessáveis. Rosa sinaliza que, ao se deparar, no real do maternar, com vivências não consonantes com essa maternidade poética, se sentiu um ‘ET’ ou uma ‘mãe horrível’.

“Mas então, o negativo, onde o colocamos?” (ibidem, p. 235). Rosa parece responder a esta pergunta fazendo um convite a outras mães: ‘Vamos contar...?’. Isabel também propõe que se fale sobre as dificuldades do maternar e, nesse sentido, afirma que tem compartilhado as suas experiências de confrontação com o real com pessoas próximas.

I Encontro sobre o Trabalho

Isabel: [...] Hoje eu faço disso uma experiência pras pessoas que ficam grávidas próximas a mim. Eu faço questão de dizer: “**não é um mar de rosas cem por cento do tempo**, vai ser incrível, é a melhor coisa do mundo, [...] mas **tem momentos de angústia, tem momentos de dúvida, tem momentos de dor**, tem momentos que isso vai acontecer, tem momentos que não... então, se acalma”. Se alguém tivesse dito isso pra mim, talvez os meus momentos de angústia teriam sido muito menores [...].

Alertar as futuras mães acerca das possíveis dificuldades do maternar contribuiria, segundo Isabel, para reduzir a angústia de não vivenciar o maternar como um 'um mar de rosas cem por cento do tempo'. Poderíamos avançar nas reflexões das participantes acerca da necessidade de compartilhamento das experiências a partir do que nos ensina a Psicodinâmica do Trabalho sobre as formas de cooperação defensivas contra o sofrimento no trabalho.

Para a PDT o sofrimento é inevitável e compatível com a normalidade e com a salvaguarda do equilíbrio psíquico, mas implica uma série de mecanismos de regulação. Trata-se, assim, de uma concepção dinâmica do sofrimento: entre as pressões do trabalho e a doença mental, encontra-se um indivíduo capaz de compreender, reagir e se defender de determinada situação.

Ainda que o sofrimento seja uma vivência subjetiva e remeta, portanto, a um sujeito singular, as pesquisas em PDT têm demonstrado como a dimensão coletiva do trabalho é particularmente importante para a construção da saúde no trabalho: existem formas de cooperação defensiva que permitem lutar contra os efeitos desestabilizadores e patogênicos do trabalho, e que são construídas, organizadas e gerenciadas coletivamente (Dejours & Abdoucheli, 1994).

Fiéis às opções metodológicas da PDT, as pesquisas de Pascale Molinier sobre o trabalho de *care* têm como eixo de análise o conflito entre o sujeito e os constrangimentos da organização do trabalho. Este conflito, no entanto, tem sido por ela redefinido no contexto de uma problemática que integra a divisão sexual do trabalho, considerando-a como uma dimensão estrutural e central na relação subjetividade–trabalho.

Para Molinier (2004), se as situações de trabalho que produzem sofrimento não são as mesmas para homens e mulheres, os sofrimentos e, conseqüentemente os sistemas defensivos para lidar com eles, serão, portanto, sexuados. Diferentemente dos homens, os sistemas defensivos engendrados pelas mulheres na luta contra o sofrimento no trabalho se fundam, tendencialmente, no reconhecimento do real e da experiência afetiva de fracasso a ele associado (Dejours, 2012a)³⁴.

³⁴ Importante não perdermos de vista, no entanto, que, ainda que a distância entre os grupos de sexo tenha permanecido estável, a divisão sexual do trabalho apresenta uma incrível plasticidade (Hirata e Kergoat, 2007). Se ela é uma dimensão estrutural e central na relação subjetividade–trabalho, há que estar atento às variações nas suas modalidades concretas e suas possíveis repercussões nos sistemas defensivos engendrados. Não podemos, portanto, desconsiderar a complexidade e as

Desta forma, a elaboração coletiva das perturbações e embaraços que o maternar suscita talvez possa contribuir para que os momentos não prazerosos desse trabalho sejam vividos com menos sofrimento por aquelas que maternam. O reconhecimento do real, com suas complexidades e ambivalências, também poderia ajudar a transformar a visão estereotipada do maternar em uma imagem mais próxima à realidade, contribuindo para o reconhecimento das suas dificuldades concretas e para a valorização deste trabalho, ainda muito marcado pela invisibilidade.

Ao longo de nossa trajetória de doutoramento, temos observado alguns movimentos no sentido de coletivização das dificuldades e desromantização do maternar através da internet, especialmente por meio das redes sociais, sites, canais e blogs sobre o assunto³⁵. Sob a bandeira da ‘maternidade real’, algumas mães têm compartilhado as suas experiências e aberto espaço para que sejam discutidas as dificuldades do maternar.

Ao mesmo tempo em que há avanços nessa direção, há também resistência em destituir o maternar do seu lugar quase sagrado. Um exemplo disso é a polêmica criada em torno de uma mãe que, frente à proposta de compartilhar fotos de momentos felizes da sua maternidade em uma rede social, respondeu com o seguinte texto:

Desafio NÃO aceito! Me recuso a ser mais uma ferramenta pra iludir outras mulheres de que a maternidade é um mar de rosas e que toda mulher nasceu pra desempenhar esse papel. Eu vou lançar outro desafio, o desafio da MATERNIDADE REAL. De tudo o que as mães passam e as pessoas não dão valor, como se toda mulher já tivesse sido programada para viver isso. Postem fotos de desconforto com a maternidade e relatem seus maiores medos ou suas piores experiências pra que mais mulheres saibam da realidade que passamos. Dizem que no final sempre acaba tudo bem, mas o meio do processo por muitas vezes é lento e doloroso. Primeiramente eu quero deixar bem claro que eu amo meu filho mas tô

possibilidades de mudança no jogo das relações sociais – homens e mulheres sofrem a ação dessas relações, mas também agem sobre elas. Assim, as relações entre saúde mental-trabalho e a divisão sexual do trabalho não podem ser pensadas de maneira determinista – existem possibilidades de rupturas.

³⁵ Citamos dois exemplos: o canal no YouTube intitulado ‘Hel Mother’, criado por Helen Ramos, mãe do Caetano, para falar da “maternidade sem caô”, disponível em: https://www.youtube.com/channel/UC8t_vJsGzOERkFdanDKTDhw; o perfil no Facebook intitulado ‘Mãe Solo’, criado por Thaiz Leão, mãe do Vicente: “desromantizo a jornada”. Disponível em: <https://www.facebook.com/amaesolo>. As tirinhas utilizadas nesta tese para os debates nos Encontros sobre o Trabalho são de autoria da Thaiz.

detestando ser mãe. [...] Eu aplaudo de pé todas as mães, sem exceção, mas acho irracional e sadomasoquista gostar dessas coisas. Então, sim, detesto ser mãe³⁶.

O relato recebeu apoio e muitos compartilhamentos na internet, mas também muitas críticas e denúncias, que levaram inclusive à exclusão momentânea da autora do *post* da rede social em questão. Dentre os comentários dos internautas, muitos sugeriam que ela estivesse com depressão pós parto. Após a repercussão do caso, a mãe concedeu algumas entrevistas à mídias digitais e respondeu aos comentários, reforçando o seu relato e negando que estivesse com depressão.

O caso sugere, assim, que ainda exista dificuldade em questionar o ‘indefectível amor materno’: a ambivalência e flutuação de sentimentos no maternar são frequentemente associados ao patológico – a mãe seria doente ou ‘desnaturada’, como na canção de Chico Buarque.

Para Donath (2017),

A imagem socialmente estabelecida da “maternidade ruim”, que se estende para além da identidade e das ações das mães, investe também contra seu mundo emocional. Aquelas que sentem e expressam dificuldade, raiva, desapontamento e frustração tendem a ser vistas como “mulheres com problemas”, que não são capazes de estar à altura de seu “verdadeiro destino” (p. 61).

A autora, que realizou uma pesquisa com mulheres israelenses que declaram terem-se arrependido da maternidade, sinaliza ainda: “mesmo que a ambivalência acompanhe todas as nossas relações humanas, há apenas uma resposta que a sociedade aceita: “Eu amo a maternidade”” (Donath, 2017, p. 61).

Sobre a temática ‘amor e maternar’, Maria relata a sua experiência nos trechos a seguir:

Maria, conversa 1

Maria: [...] Eu gosto de fazer discursos questionadores, adoro [...]. Eu estava no trabalho falando [...]: "Ah, acham que a criança nasce e a mãe já ama muito? Eu vou explicar para vocês o que que é..." [...]. Eu me lembro que quando a Alice nasceu, eu queria cuidar da Alice, eu tinha que cuidar da Alice, eu não sabia se eu amava ou não amava a Alice. [...] A minha questão toda ali era cuidar dela: eu tenho que fazer com que essa criança ganhe peso, ela seja feliz, ela respire e, assim, eu me lembro disso, do dia a dia, que tinha uma questão do cuidar, do cuidar, do cuidar, do cuidar... E de repente, [...] eu não me lembro se [ela] tinha semanas, se tinha um mês... eu falei: “meu Deus, eu amo essa criança!”. E foi ali

³⁶ Publicado por Juliana Reis, em seu perfil pessoal do *Facebook*, em fevereiro de 2016, ocasião em que o filho estava com pouco menos de dois meses de vida.

que eu comecei a desenvolver um sentimento, entender que tinha um sentimento. Mas eu não sei, eu não sei se eu... eu não fui aquela mãe que "nossa, eu amo muito desde agora!" [...]. Era muito uma coisa muito de preocupação. Isso é um tipo de amor também, só que não é aquele amor idealizado! [...] Era uma coisa de um ins.... [palavra interrompida], uma força de se preocupar, um instinto de preocupação, assim: "cara, eu preciso fazer com que isso aqui funcione! Ela está bem? Ela está gelada? Nariz gelado? Não". [...] Esse meu jeito de... era minha forma de amar ali [...]. E eu me lembro que quando começou aquele olhar e aquela troca de olhar e aquele abraço, foi uma descoberta, foi assim: "caramba!". E cada dia parecia mais, "caramba, eu amo mais!". E é engraçado que tem uma amiga minha que acabou de ter filho, [...] e, quando nasceu o Tom [filho da amiga], ela já amava muito, entendeu? E sem designar valor, eu não sou melhor ou pior que ela [...]. Pra mim não foi assim, não foi, foi uma coisa mais... do dar conta mesmo.

III Encontro sobre o Trabalho

Maria: [...] **O processo de amor com a minha filha não foi uma coisa automática.** [...] Eu me lembro das minhas sensações, e eu me lembro que a primeira sensação que eu tinha, de sentimento por ela, era de proteção, de cuidado, de...

Isabel: Que **já é um super sentimento de amor**, né?!

Maria: Sim, mas ali pra mim era... tanto, que quando a coisa foi caminhando, foi caminhando, eu me lembro... ela tinha de dois para três meses... foi a primeira vez que eu olhei pra ela e falei: "caraca, isso é muito amor, eu amo muito, tá doendo agora!" [...]. Quando eu faço esse discurso [...] do amor à primeira vista e tal... várias pessoas me olham, e às vezes eu tenho certeza que algumas me olham assim: "**ih, será que essa mulher aí gosta do filho? Tem uma coisa meio estranha pra resolver**". [risos de todas].

Os relatos de Maria são consonantes com aquilo que defende Badinter (1985) acerca do 'mito do amor materno': para a autora, não se trata de negar a existência do amor materno, e sim de afirmar que não se trata de uma atitude universal, natural e espontânea.

Estou convencida de que o amor materno existe desde a origem dos tempos, mas não penso que exista necessariamente em todas as mulheres, nem mesmo que a espécie só sobreviva graças a ele. Primeiro, qualquer pessoa que não a mãe (o pai, a ama, etc) pode "maternar" uma criança. Segundo, não é só o amor que leva a mulher a cumprir seus "deveres maternais". A moral, os valores sociais, ou religiosos, podem ser incitadores tão poderosos quanto o desejo da mãe (Badinter, 1985, p. 17).

Na experiência de Maria, o maternar, em seus momentos iniciais, é uma 'questão do cuidar, do cuidar, do cuidar, do cuidar'. A repetição do termo parece sugerir uma pressão subjetiva experimentada por Maria em relação à vulnerabilidade do outro e à responsabilidade não apenas pela sobrevivência da filha ('eu tenho que fazer com que essa criança ganhe peso, [que] ela respire'), mas também pela sua felicidade ('eu tenho que fazer com que essa criança [...] seja

feliz'). Opondo-se a um 'amor idealizado', ela descreve como o amor pela filha foi um sentimento desenvolvido na relação de cuidado, a partir da troca entre elas.

Se é difícil questionar a incondicionalidade e a automaticidade do amor materno, mais difícil ainda é assumir que o maternar também pode suscitar sentimentos negativos. Conforme assinalamos no capítulo 1, poucos autores tratam do ódio materno, e ainda menos o fazem sem julgamento normativo – Molinier (2004a) e Winnicott (2000b) estão entre os poucos que reconhecem a ambivalência e a flutuação dos sentimentos na dinâmica normal da relação de cuidado. Para a autora, o “ódio das mães reais, em carne e osso” (Molinier, 2004a, p. 231), e que muitas vezes desaparece diante da ideologia da meiguice natural das mulheres, não pertence ao lado patológico da psique humana.

A ambivalência relacionada ao maternar aparece no relato de Margarida:

Margarida, conversa 2

Lívia: Falamos um pouco das situações em que o maternar é mais difícil ou causa um desânimo [...]. E o contrário: situações em que o maternar te faz sentir mais potente, mais feliz, mais realizada?

Margarida: [...] Eu acho que esses momentos de prazer, eles são muito... muito de carne, de pele, sabe?! Acho que tem uma coisa muito de carinho, de afeto, que não tem a ver necessariamente com algum momento específico. [...] Acho que essa **troca de afeto**, pra mim, é a parte mais preciosa. É o que dá muita, muita alegria, né?! [...] E eu acho que tem uma alegria muito grande [...] quando ele começa a fazer as coisas sozinho. É um **orgulho daquela criança não depender mais de você** [risos]. “Caramba, ele montou um quebra-cabeça sozinho!”. Tipo, ele não precisa de ajuda, né?! Quando come sozinho, eu sinto o maior orgulho [...].

Lívia: Por que você acha que essas situações te fazem sentir bem?

Margarida: Eu acho que a gente **cria o filho pro mundo**, né?! Então, quando a gente vê que ele tá pronto pra esse mundo... mais pronto, né, pelo menos, do que tava, [...] eu acho que **é o oposto daquele buraco** que eu falo que sinto quando eu tô sozinha [...]. No momento que ele tá mostrando independência, autonomia e tudo, é... tipo, se eu não estiver, ele vai tá muito bem, entendeu?! [risos] **É uma certa tranquilidade da continuidade, independente da sua presença**. Então, eu acho que seriam essas duas coisas: são os momentos de independência e também os momentos do afeto, da proximidade, essa coisa da pele, do cheiro, do... uma coisa meio de bicho, assim, de proteção... É um pouco... **é oximoro, né?! Ao mesmo tempo o mais próximo e o mais distante**. Acho que esses dois momentos são os que despertam em mim mais alegria.

Lívia: E você falou dessa questão do perto e do longe, de uma certa forma, uma ambivalência. Você acha que o maternar tem muita ambivalência?

Margarida: Total, total. [...] Eu acho que é permeado o tempo todo. É uma paixão, **um amor profundo e, ao mesmo tempo, às vezes você quer esganar**, porque... “porra! Tem que sair agora de casa, você [filho] quer trocar a meia pela quinta vez?!” Entendeu?! Eu não sei se beira uma raiva, mas... ou sim, às vezes é uma raiva sim. [...] Então, **amor e ódio o tempo todo**. Por mais que a gente não goste de admitir. Eu tenho raiva às vezes. Tá tirando do meu tempo, né?! Até mesmo quando eu acordava à noite para amamentar, era tipo

“caralho...”. Era com o maior amor do mundo, mas... [pausa]. Então, totalmente ambivalente, porque **a gente também tá abrindo mão de si**, do nosso autocentramento um pouco, do egoísmo. Por mais que seja maravilhoso, às vezes é difícil abrir mão daquilo que é importante pra gente.

Lívia: E o que você faz, nessas situações, quando se dá conta de que está com raiva?

Margarida: É... sei lá. Respira fundo... [risos]. É que também eu acho que esses momentos, como são ambivalentes e interpermeáveis, não é só uma situação de raiva. É uma situação de **raiva com amor**. Então, em nenhum momento dá vontade realmente de esganar, entendeu?! Você só pensa e... mas você quer esganar de tanto amor também [...]. Quando eu tô muito irritada, eu tento ficar longe. Tipo: “Péra aí que eu preciso...”. Eu vou lá pro outro lado da casa e fico, respiro, deixo ele lá. Aí volto e tô mais tranquila. Converso... converso muito. Mas enfim... o meu sucesso é muito variável [risos].

Margarida usa o termo ‘oximoro’ para explicar o prazer relacionado tanto às situações em que o filho está ‘mais próximo’, quanto àquelas em que ele está ‘mais distante’ (menos dependente). Todos os aspectos do materno, segundo ela, estão permeados por sentimentos paradoxais: ‘um amor profundo’ e, ao mesmo tempo, ‘uma vontade de esganar’, ‘amor e ódio’, ou ainda, ‘raiva com amor’. O que Margarida sinaliza é que, no materno, a própria afetividade se apresenta como um grande fator de imprevisibilidade – e esta variabilidade pode desestabilizar, sendo necessárias estratégias concretas para lidar com a flutuação de sentimentos. É nesse acepção que Molinier (2004a) afirma que cuidar de uma criança é recorrer a uma ética que não tem nenhum fundamento natural: é reconquistada sem cessar.

Para Molinier (2006),

o trabalho orientado para o cuidado do outro visa, idealmente, reduzir a assimetria entre um sujeito dependente e um sujeito autônomo. Reduzir esta assimetria implica um reconhecimento primeiro da dependência como fundamento da experiência humana (p. 180, tradução nossa).

Assim, um dos aspectos custosos do trabalho de care é justamente o confronto com a dependência e a vulnerabilidade do outro, o que pode, inclusive, excitar o ódio (Molinier, 2004a). Nesse sentido, Margarida cita como lhe dá prazer ver que o seu filho está avançando de um estado de dependência absoluta a um estado de dependência relativa: ‘uma certa tranquilidade da continuidade, independente da sua presença’.

No trecho abaixo, Margarida fala sobre as dificuldades de ter que lidar com aquilo que Molinier (2004a) define como as ‘agruras’ do trabalho necessário para que o outro não morra:

Margarida, conversa 1

Lívia: [...] Teve algum momento, ou alguns momentos, em que você já se sentiu desanimada com o materno?

Margarida: Principalmente bem no começo, tipo os três primeiros meses... um desespero... uma solidão... Aquela fase puerpério pra mim foi muito difícil [...]. Eu acho que a gente tá com baixa autoestima [...]. Você tá cheirando a leite. Você tá com pouco sono, né?! Hormonalmente tudo tá mudando. É **uma fase muito cruel**, muito ruim. E também de pressão psicológica... do tipo: eu lembro quando eu tinha, sei lá, 9 anos, a minha mãe, ou meu pai, comprou um cachorrinho pra mim. E eu chorei durante dois dias inteiros, de desespero, porque era demais... não tinha a parte física [comparando em relação a um bebê], mas era, assim... **a carga emocional de ter que fazer aquela criatura sobreviver**, sabe?! Acho que o senso de responsabilidade e de cuidado. [...] Aquela coisa que sempre tá, **eternamente**, depois que você vira mãe e não deixa de ter isso... e pai também... de você **viver por uma outra coisa que não seja você**. Tem que viver bem, melhor, e aí tem todas as consequências da preocupação ainda maior com o grande outro, né?! O senso de preocupação com o planeta, que eu já tinha antes, ficou cada vez maior... preocupação com as crianças, com as futuras gerações e tudo, só aumenta.

Assim como Margarida, Cora também relata como o peso da responsabilidade sobre o outro ('que não pediu pra vir [ao mundo]') pode suscitar sentimentos negativos, como a desmotivação:

Cora, conversa piloto

Lívia: Você já se sentiu desanimada em relação ao trabalho de mãe em algum momento?

Cora: Ah já! Já... tipo: "cara, **não é isso que eu queria e ele está fazendo exatamente o que eu não queria**... que saco!". Entendeu? Porque eu vou ter que falar tudo de novo... aí tem horas que desanima, com certeza. [...] Amamentar dois anos é muito, você tem que ter consciência de que você está fazendo um bem para o seu filho absurdo, senão você desiste na primeira mamada. É muito importante você ter consciência, desde a gestação, que **as suas decisões e escolhas impactam na vida de uma pessoa, e uma pessoa que não pediu para vir** [ao mundo], você pediu para que ela viesse. Então, você tem muita responsabilidade em cima dela. [...] **Você ser responsável por uma outra pessoa te dá uma carga maior e, às vezes, te desmotiva: "cara, onde eu fui amarrar meu bode? Eu estava tão bem!"**. Acordar quinhentas vezes à noite, enfim... teve um período que **eu dormi uma hora por dia**, literalmente... então é desgastante, dá uma desmotivada. O corpo não aguenta. Mas é muito passageira essa desmotivação. [...] Eu acho que é mais no momento de cansaço, sabe? Porque você... **corre sangue na veia**, né? Você é ser humano, então tem horas...

No trecho acima, Cora menciona ainda a necessidade de gerir a própria irritação quando o filho não é exatamente o que ela gostaria que fosse.

Por sua dependência, os outros nos impõem *constraints* que não são os nossos (Molinier, 2006). Assim, o materno, principalmente em suas fases iniciais, exige que aquela que materna se submeta aos ritmos e *constraints* corporais que não são os próprios. Como cita Margarida no trecho abaixo, é a obrigação de 'estar ali, independente do seu ânimo'. Ou, como define Isabel no trecho seguinte, é ter 'vontade de surtar', mas confrontar-se com a dependência do outro.

Margarida, conversa 2

Margarida: [...] Você percebe que **na sua falta**, de repente dá problema. Você não pode tá mal. Você não pode... você pode, né?, provavelmente você vai estar [mal] em algum momento, mas... tem **uma certa obrigação de você tá ali, independente do seu ânimo**, sabe?! Aquela coisa... não importa muito se você tá animada ou desanimada, você vai lá e... é você, né?, não tem jeito...

Isabel, conversa 2

Isabel: [...] Talvez equilíbrio seja a coisa que ela [a maternidade] mais me exigiu. **Em momentos em que eu tinha vontade de surtar... você não pode [surtar], porque alguém tá precisando de você**, e se você surtar não vai resolver, só vai piorar o caos da história, então...

A vulnerabilidade e a dependência do outro impõem uma certa renúncia à preservação de si (Molinier, 2004a). Maria descreve no trecho abaixo esta submissão aos *contraintes* da filha como 'não ser dona do próprio corpo e da própria vida'. Ela ainda afirma ter se sentido, ao final do primeiro ano de vida da filha, como uma 'sobrevivente'.

Maria, conversa 1

Lívia: Você já se sentiu desanimada com o trabalho de mãe?

Maria: Nossa! [risos] Nossa! [risos] Porra! Cara, quando a Alice era bebê, chegava 5, 6 da tarde eu ficava deprê. Aquele momento do anoitecer para mim era, assim, uó! Tem dias que ainda é difícil, porque é aquela sobrecarga da noite, de você... não consegue relaxar ou sei lá. Ou no caso do bebê que acorda muitas vezes na madrugada e... **aquela perspectiva daquele vida em círculo**. [...] **Você não é dona do seu próprio corpo, da sua própria vida**, aquela coisa assim meio... nossa, muito! [...] Eu não sou uma pessoa de chorar, eu choro muito pouco [...], mas no aniversário da Alice, [...] no de 1 e no de 2 [anos]... o de 3 foi o que eu menos me emocionei, já foi mais tranquilo... mas no primeiro ano era assim: "cara, **eu sobrevivi! Sobrevivi! Eu cheguei aqui!**", sabe? "Sobrevivi, não acredito!" [...]. E no segundo ano [de vida da Alice], foi a primeira vez que eu olhei para mim, falei: "cara, não, eu tenho uma vida". Fiz um curso fora de casa uma vez por semana, voltei a ler, a [ter] vontade de fazer exercício... foi tipo: "caramba, espera! Eu penso, logo existo".

Lívia: O que você menos gosta [no maternar]?

Maria: [pausa] [...] O silêncio é uma coisa que faz falta... até para quem fala muito como eu. Mas uma das coisas que mais me incomodam, ou mais me tiram da minha zona de conforto, é **você não ter mais o direito às pequenas decisões**. Tipo, meu problema não é passar uma noite inteira em claro. Isso é chato, isso é ruim, isso é... mas, assim, eu não posso decidir agora levantar e ler um livro. Eu só estou conversando aqui com você agora porque a Bárbara [empregada doméstica] e minha mãe tão em casa. Eu não tenho direito, eu não tenho como fazer isso, entendeu? Eu não posso simplesmente... "ah, agora eu quero fazer xixi", e simplesmente ir, **sem nenhuma consequência**. Ou ela [a filha] vai comigo, ou ela vai reclamar, ou eu vou ficar preocupada com o que ela está fazendo... enfim. Não é só um ato de abrir o jornal... "agora eu vou ver as notícias", não é. Entendeu? Então, **eu acho que essas pequenas decisões do dia a dia foram as coisas que eu tomei mais susto**. Eu tinha aquela ideia de que... "ah bebê dorme muito, vou ler quando [ela dormir]"... puff! [bufando]. Então, essa coisa é uma coisa que me... tipo: "Alice, pelo amor de Deus, eu preciso mandar esse email. Só esse email, você está entendendo? Você sabe o que

significam 5 minutos? **Eu preciso de 5 minutos!**". Esse tipo de coisa... que é uma coisa muito estranha ainda para mim.

Neste trecho, Maria também menciona o desânimo relacionado à monotonia na época em que a filha era bebê (descrita por ela como 'a perspectiva da vida em círculo'). Segundo Winnicott (2000b), dadas as necessidades fisiológicas da criança, a monotonia é um dos desgastes psicológicos ligados ao materno.

O trabalho orientado ao cuidado do outro não se reduz, no entanto, à repetição: ele implica também uma disponibilidade sem precedentes e, em certa medida, uma renúncia de si. Como cita Maria, é não possuir pra si 'nem mesmo 5 minutos', nem ter mais o direito 'às pequenas decisões', mesmo aquelas relativas à satisfação das necessidades fisiológicas mais básicas, como ir ao banheiro. Segundo Molinier (2006), submeter-se aos *contraintes* que não são os próprios é contrariar e enterrar os seus desejos. Nesse sentido, Maria afirma que apenas no segundo ano da filha conseguiu voltar a 'olhar para si'.

No diálogo abaixo, Rosa e Margarida sinalizam como a renúncia às próprias necessidades e desejos permanece invisibilizada no materno:

II Encontro sobre o Trabalho

Rosa: [...] Outro dia eu fui na casa de uma conhecida minha que a filha tava com 1 mês e meio. Ela falou assim: "toma" [a bebê]. Aí eu peguei, fiquei lá com aquele recém nascido, [...] e a minha amiga [falou]: "cara, eu sabia que eu podia contar com você pra isso, eu só queria almoçar". E ela com um prato de macarrão assim [faz gesto abraçada com o prato] [risos]. **Devia fazer uma semana que ela não almoçava com as duas mãos**, [ela estava] assim abraçada no prato de macarrão. E é desvalorizado... porque pô, o que é almoçar com as duas mãos, sabe?!

Margarida: Eu ia falar do invisível impossível, né?! **Tem um invisível, que é tão invisível, que ele beira o impossível...** que você não consegue nem imaginar, conceber...

Rosa: ... que possa faltar isso. É o ir ao banheiro, é tomar banho. Tomar banho, gente, com um recém nascido... eu não tinha noção que, com um recém nascido, você não conseguia tomar banho! [...] Era cabelo preso pro alto e três dias sem pentear. [...] **Só a gente que entende o que é isso...** almoçar com as duas mãos, sabe?... o banho que você consegue passar sabonete no corpo inteiro [...].

Margarida: Tomar banho com esponja?... uhuuuu! [risos]. Shampoo e condicionador! Caraca! [risos]

Rosa: Não, só com 6 meses de idade! [risos].

O cansaço nos primeiros meses/ ano de vida, decorrente da restrição ao sono e da submissão aos ritmos e *contraintes* do filho, é citado por Catarina e Margarida nos trechos que se seguem.

Margarida, conversa 2

Margarida: [...] Nunca imaginei que a falta de sono fosse chegar no cúmulo que chegou, em termos de loucura! **Nunca imaginei que fosse dormir 3 horas e ficar feliz**, por noite... que essa coisa do cuidar, nos dois primeiros anos no caso do Zico... na verdade quase três, porque ele mamou até 3, então... essa exclusividade...

Catarina, conversa 2

Catarina: Por mais que digam que os primeiros meses é punk, **ninguém diz que vai ser muito punk**. [...] Eu dormia na cadeira [de amamentação]. Pegava a perna do Vinícius, colocava naquela almofada lá, dormia com ele aqui [no colo], [...] botava um monte de almofada no chão. Se ele cair, cai na almofada. E dormia na cadeira. [...] Porque eu tinha na minha cabeça o seguinte: “eu preciso dormir. **Preciso dormir, senão eu vou morrer, né?! Preciso dormir**”. Esse lance de senta na cadeira, amamenta, levanta, põe pra dormir, dá dois minutos, senta na cadeira, amamenta...

No que concerne à submissão a determinados ritmos, existe ainda ‘a correria invisível’ relativa à conciliação do maternar com o trabalho remunerado, como comentam Rosa e Margarida no diálogo a seguir:

II Encontro sobre o Trabalho

Margarida: A correria é invisível. **O ritmo das coisas é invisível**. E isso muda muito na vida da maternidade, e é **impossível contabilizar**... sei lá... atividades por minuto [...]. Tipo, antes [da maternidade] eu tomava o café em 15 minutos, sentada. Agora [depois da maternidade], eu tomo dois goles de café em meia hora, correndo, gelado, né?!

Rosa: Essa foi uma das mudanças da maternidade que... de tudo que as pessoas falam [...], a única coisa que hoje em dia eu olho [e penso] “isso nunca mais vai ser o mesmo”, é exatamente esse **ritmo das coisas**. Porque, mesmo quando eu não estou com ela, **eu peguei uma aceleração** depois dela... O passo é mais acelerado, as coisas são mais... mesmo quando eu tô relaxada, eu tô com a cabeça assim [fazendo gesto de correr]. Não muda, não volta, nunca mais eu senti a mesma coisa, aquela “nossa, que tranquilidade”, nunca.

Margarida: É, eu compartilho desse sentimento. E aí, eu acho que essa foto [referindo-se à fotografia da cama desarrumada, tirada no exercício de fotografar o invisível do maternar] expressa essa coisa da correria, né?! Tipo... [suspiro] tira a roupa, joga onde dá, bota [...] e eu tenho que me arrumar [...] concomitantemente. Obviamente, que às vezes eu **esqueço de fazer várias coisas pra mim**... boto o sapato errado, não boto maquiagem [risos], mas enfim...

Ao comentar sobre o ritmo que o maternar lhe impõe, Rosa sinaliza ‘uma aceleração’ mantida mesmo em momentos em que não está com a filha. Talvez isso possa ser entendido a partir do que Dejours (1992) propõe como um ‘*continuum*’, dificilmente dissociável, entre tempo de trabalho e tempo fora do trabalho (dificuldade acentuada no caso do maternar). A manutenção do ritmo acelerado fora do trabalho não seria, para ele, apenas uma ‘contaminação’, mas também uma

estratégia, que visa conservar eficazmente a aceleração como uma preocupação ininterrupta, mantendo, assim, o comportamento produtivo.

Esse *continuum* do tempo dentro e fora do trabalho de maternar foi apontado ainda pelas participantes em outro diálogo: Rosa e Isabel sinalizam para a impossibilidade de ‘tirar férias’ ou de ‘se demitir’ do maternar.

I Encontro sobre o Trabalho

Rosa: A gente **não pode sair** [do maternar], né?! É um trabalho que eu **estou de sobreaviso**, se acontece alguma coisa... [...].

Isabel: Você **não tira férias de ser mãe**. [...] É um trabalho que **você não volta mais atrás**, né?! Você não tem chance...

Rosa: Tipo, eu me demito...

Rosa retoma esse aspecto no segundo Encontro sobre o Trabalho:

II Encontro sobre o Trabalho

Rosa: [...] O exercício [de fotografar o invisível do maternar], ele me fez... ele me forçou a uma consciência, [...] de perceber que, mesmo quando eu tô no meu trabalho formal, [...] **eu não saio do trabalho materno**. É isso, eu já sabia, a gente tem a preocupação, mas essa coisa... da logística, do pensar... tô escrevendo e-mail, vi que mandei o e-mail 16:15, mesmo que não seja o dia de eu buscar [a filha na escola], eu vou aqui mandar uma mensagem pro pai dela falando: “tudo tranquilo? Buscou?” [...]. Enfim, a consciência que veio [foi] assim: **“eu fiquei exausta”, porque... você meio que não cessa**. [...] Eu acho que essa coisa da distância, pra mim ela é muito mais exaustiva do que a mão na massa. [...] Graças ao cosmo e à muita terapia, eu tenho uma rede com que eu posso contar de... “ela vai ficar e ela vai ficar bem” [referindo-se ao período em que estaria na Alemanha, durante um mês, em função do seu trabalho remunerado]. Mas, assim... **a rádio não dessintoniza não**. Eu posso não estar preocupada, mas se eu olhar a hora [e for] 7 horas lá [na Alemanha] e 4 horas [aqui no Brasil], eu vou pensar: “daqui a 20 minutos ela tá saindo da escola”. Eu sou muito assim. E isso [o exercício] me deu essa consciência. Eu falei: “cara, meu Deus!”.

Ao afirmar que ‘você não cessa’ ou ‘a rádio não dessintoniza’, Rosa está chamando atenção justamente para a exigência de uma permanente mobilização subjetiva, mesmo quando se está distante dos filhos.

Nessa direção, Margarida afirma que o cotidiano do maternar é ‘feito de ligações encadeadas’, entre as quais não pode haver rupturas:

II Encontro sobre o Trabalho

Margarida: [...] Eu acho que aí que mora a chave dessa coisa da rotina, do **dia a dia do cuidado: ele só é feito de... nexos... de ligações encadeadas**, que inevitavelmente são encadeadas. Não dá pra você não ligar uma coisa à outra. Não tem como não ter um antes e um depois. **Não tem como ter ruptura entre uma atividade de cuidado e outra**. É uma coisa contínua que tem, portanto, momentos que são visíveis e momentos que são invisíveis. Mas os momentos invisíveis ligam os momentos de visibilidade. Então, é como

se... é exatamente isso, é **entrelinha**, né?! **Entre uma coisa e uma outra coisa, tem essa coisa... que é... a não coisa** [risos].

Elisa: No poema do Manoel Barros, ele diz que fotografou o sobre, né?! Você tá falando do entre, fotografar o entre.

Margarida: O entre...

Rosa: E é um pouco... chega um momento que ele [o cuidado] **tá suspenso** também, porque... você tem o momento ali do cuidado, do... tirei foto escovando o dente da criança, criança no colo, desce com a criança, pega ônibus com a criança, aí chega uma hora que entrega a criança na escola. **O cuidado continua**, porque eu entreguei a criança na escola, mas assim... a criança volta. Então, fica aquela coisa suspensa ali... **de sobreaviso!** Estamos trabalhando de sobreaviso.

O que estas participantes estão afirmando nos trechos acima é que a mobilização subjetiva para o maternar não é nunca interrompida – se está sempre ‘de sobreaviso’. Acerca do empenho da subjetividade no trabalho produtivo, Dejours (2008) vai afirmar que ele

ultrapassa, e muito, o tempo que é contabilizado como tempo de trabalho. Fins de semana e feriados não devem interromper a mobilização subjetiva. [...] O trabalho também é realizado quando você dorme e sonha (p. 65).

Ainda que existam, no entanto, alguns trabalhos em que a questão do ‘sobreaviso’ está colocada, uma especificidade do maternar é a forma como esta exigência se impõe: ininterruptamente. Para Donath (2017), “ser mãe é uma maneira de estar no mundo; mesmo que os filhos se tornem independentes, você sempre os têm na cabeça” (p. 91).

Sobre os *contraintes* temporais do maternar, Isabel sinaliza a sua extensão: é ‘trabalho de longuíssimo prazo’.

Isabel, conversa 2

Isabel: [...] Acho que é um trabalho de longuíssimo prazo... e que, óbvio, as etapas vão mudando. [...] Então é um trabalho que você vai amadurecendo...

A questão relativa à temporalidade do maternar é mais uma especificidade deste trabalho: ainda que nossas imagens mentais, em grande medida, estejam associadas às fases iniciais do maternar, trata-se de um trabalho que não acaba, e que é bastante variável a medida que ‘as etapas vão mudando’. Assim, conforme os filhos crescem, mudam-se as exigências do maternar e, em consequência, quando

se começa a “dominar”, em parte, as atividades de uma determinada fase, o materno “muda de escopo”. Há, assim, uma necessidade permanente de atualização dos modos operatórios para a realização deste trabalho, dadas as constantes mudanças de atividades ao longo do tempo.

Nesse sentido, Kitzinger (1996) vai afirmar que

Trata-se de um processo, e não apenas de um papel a ser adotado. O tipo de maternidade que funciona bem com um recém-nascido é inadequado para um bebê que começa a ensaiar os primeiros passos, e o que está certo para este está errado para o adolescente. As mães têm que ser capazes de uma contínua adaptação aos novos desafios (p. 61).

Em função desta “natureza dinâmica” do materno, algumas mães comparam a maternidade a um jogo de videogame, em que não há como retroceder: quando se “pegou os macetes” de uma fase, vem uma nova, com novos desafios.

Acerca das atividades concernentes ao materno de crianças pequenas, foco desta tese, existem aquelas que se enquadram naquilo que Molinier (2012) define como “trabalho sujo”: atividades ligadas ao fluxo de humores corporais ou, de forma mais abrangente, todas aquelas que se quereria evitar fazer, mas que são da ordem das necessidades vitais. No trecho abaixo, Maria faz alusão a esta faceta do materno, afirmando que acha ‘chato limpar cocô, trocar fralda, levar ao banheiro’ e que, sempre que possível, delega esse ‘lado mais escatológico’ ao marido.

Maria, conversa 1

Maria: [...] Nunca gostei de limpar bumbum. Nunca. **Acho chato limpar cocô, trocar fralda**, até hoje, ir ao banheiro... esse lado mais escatológico é tudo com meu marido, se der. Não é muito a minha, de ficar olhando o cocô, “ih, tá assim, tá assado”, esse detalhe. Eu não sou uma pessoa detalhista. Eu sou uma pessoa que faz em massa, sacou? Deixa que eu organizo a vida dela, mas, cara, ficar lá olhando o bumbunzinho para ver se sobrou uma sujeirinha... tenho preguiça! **Acho chato também esse detalhe**. Acho chato remédio, chato... faz 3 anos e meio que eu passei a conviver com uma quantidade de remédio e esse detalhe da observação do tipo “está com o nariz entupido?”, “será que eu estou exagerando nessa parte?” [...]. Limpar bunda de cocô [...] não é [legal] em nada, você não aprende nada, aquilo é chato à beça.

A atenção a detalhes (estar atenta à sujeirinha no bumbum, à rotina de remédios, ao nariz entupido), aptidão comumente considerada como intrínseca à constelação psíquica da feminilidade, é apontada por Maria como algo do qual ela não gosta, acha ‘chato’ e ‘tem preguiça’. Sobre o trabalho minucioso e constante

necessário para fazer o outro sobreviver, Molinier (2004a) vai afirmar que ele pode deslanchar o ódio e a aversão naquelas que cuidam.

Apreender que uma resposta às necessidades do outro requer esforços, envolve dificuldades concretas, sentimentos ambivalentes e, por vezes, atividades que se quereria evitar fazer, é ir de encontro às concepções de maternidade-reflexo e do maternar como lugar apenas de prazer. Acreditamos que colocar em análise os aspectos custosos do maternar, em oposição à uma idealização do seu conteúdo, é contribuir para o reconhecimento e valorização deste trabalho, temática a ser debatida no eixo 6.

Importante não perdermos de vista as variabilidades no que tange às vivências individuais: algumas experiências custosas relatadas pelas participantes nesse eixo são vivenciadas de outra forma por outras mães.

EIXO 4 – ‘Uma gestão que é muito, muito difícil’³⁷

Em nosso primeiro eixo de análise colocamos em debate as preparações para o maternar relatadas pelas participantes da pesquisa. Tais preparações, no entanto, correspondem à uma pequena parcela do vasto patrimônio do maternar. Conforme abordado no capítulo 2, faz parte desse patrimônio tudo aquilo que está lá antes que o maternar se desenrole e que, de alguma maneira, vise guiá-lo, orientá-lo e quase enquadrá-lo: trata-se de “um patchwork heterogêneo de normas” (Schwartz, 2013, p. 24), com todas as suas ambiguidades e contradições, e que se apresenta àquelas que maternam, de maneira variada, ao longo de toda a vida (inclusive na infância, a partir dos processos de socialização).

Como também já exposto, em comparação a um trabalho remunerado, talvez as normas antecedentes que atravessam o maternar sejam menos formalmente identificáveis, o que não significa, de modo algum, que o maternar se desenrole em um contexto de anomia – de maneira mais ou menos explícita, existe uma série de normas que englobam tanto os saberes relativamente estabilizados, quanto aqueles procedentes da experiência.

As normas antecedentes são um dos termos desse debate – e o outro [...] é o encontro, o encontro da parte inevitável do inédito. A vida não vai eliminar jamais a noção de encontro. Encontro onde é preciso agir e onde é preciso decidir – é isso que nos obriga a falar de debates! (Schwartz & Mencacci, 2015, p. 75).

O maternar, enquanto confrontação a ser gerida, requer, portanto, que se faça, o tempo todo, escolhas. Uma análise apressada poderia concluir que, em geral, no que tange às escolhas do maternar haveria uma certa liberdade – algo do tipo: “meu filho, minha regras”. Em alguma medida, e para algumas situações, este talvez seja o caso, principalmente se compararmos a um trabalho remunerado enquadrado sob normas excessivamente rígidas. Mas isto não significa, no entanto, que o maternar se desenvolva sem injunções: já abordamos alguns de seus *contraintes* no eixo anterior e nos propusemos a refletir aqui acerca de outras complexidades presentes nos debates de normas que atravessam este tipo singular de trabalho.

³⁷ O título é uma referência à fala de Catarina, analisada neste eixo.

Como nos ensina Schwartz (2007), ainda que frequentemente invisíveis, os debates de normas estão presentes no interior da menor das atividades de trabalho. Procuramos, entretanto, destacar aqui trechos das conversas individuais, das observações das atividades e dos Encontros sobre o Trabalho em que o 'nó de debates' (Schwartz, 2011a) apareceu de maneira mais evidente. Trata-se, certamente, apenas de uma pequena parcela dos debates que atravessam o tempo todo o materno, e que somente tornaram-se visíveis para quem "olha de fora" porque verbalizados pelas suas protagonistas.

Nos trechos abaixo, Margarida e Maria fazem referência à dificuldade em gerir alguns desses debates (denominados por Margarida de 'embate interno, mental').

Margarida, conversa 1

Lívia: O que você tem mais dificuldade no materno?

Margarida: [...] Eu acho que eu sou muito crítica e autocrítica. E fico o tempo todo me perguntando se aquilo que eu tô fazendo é a melhor maneira de ser, mas ao mesmo tempo eu não acho que eu vá chegar na melhor maneira de ser... Mas tem uma certa cobrança, uma pressão... "Pô, será que eu tô... educando bem? Será que eu tô sendo muito permissiva? Será que... sabe?! Será que eu falei alto demais?". Então, pra mim, **a maior dificuldade é esse embate interno, mental, de quando eu tenho que decidir alguma coisa. Quando eu tenho que ser mãe, né?! Tipo, "tá... e agora? Quem é que vai decidir isso? A mãe".** E eu acho que também tem uma dificuldade agora que é agravada, que é você não ter o dia a dia da partilha... [Margarida separou-se recentemente].

Maria, conversa 1

Maria: Eu sou a pessoa do limite, né? [...] Eu sou uma mãe que busca diálogo, mas eu sou uma mãe dura em alguns aspectos também. O diálogo, ao mesmo tempo que ele dá a chance da criança se expressar, [...] você também está dando mais responsabilidade para ela, uma autonomia, que não necessariamente a criança está pronta para isso. Então, às vezes eu falo assim: "pô, estou sendo meio dura... agora de repente só um abraço e é isso". [...] Eu vejo que as crianças, em geral, são cem por cento guiadas. Eu tento deixar que ela guie. Ao mesmo tempo eu fico: "meu deus, será que eu estou criando um *little monster*,³⁸ que vai querer mandar em tudo, assim mandona?". Aí, eu vou e dou mais limite [...]. Faço bastante *jiu jitsu* do amor: eu tento dialogar muito, mas chega uma hora que, se você olhar a gente está carregando ela que nem um saco de batata, porque **chega uma hora que eu não sei mais que artifício usar também...**

Os debates a que Margarida e Maria se referem aqui são aqueles que chegam ao nível da consciência (neste caso, são verbalizados em forma de perguntas endereçadas para ela mesma). Cabe ressaltar, no entanto, que os debates de normas que atravessam o materno (e todo trabalho, e a vida em geral)

³⁸ Em português: monstrinho.

também são, muitas vezes, infinitesimais, inconscientes, não verbais, o que torna a sua apreensão mais difícil (e, em certa medida, impossível) em uma pesquisa de campo como a nossa.

De maneira consciente ou não, os debates forçam as protagonistas do trabalho a escolher. E as escolhas feitas nunca são aleatórias – conforme já aprofundamos no capítulo 2, a escolha por uma outra norma não está ligada somente a um valor, e sim a um complexo mundo de valores. Como diz Margarida, no trecho abaixo, ‘vários elementos entram nessa equação’.

Margarida, conversa 3

[Margarida está comentando o relato da etapa da observação das atividades e se refere a um momento específico em que estamos numa praça pública e outra criança está querendo utilizar o brinquedo ocupado pelo seu filho]

Margarida: [...] Quando o Zico tá brincando em casa e a gente tá brincando junto, eu sou muito mais liberal, permissiva, no sentido de “faça aquilo que você bem entende”, dentro das regras de convivência básica, tipo “não se machuca, não me machuca”, essas coisas. Mas quando ele tá num parquinho, [...] como tem o outro ali muito presente, e às vezes ele não se dá conta do outro, ou ele não quer se dar conta do outro, eu, automaticamente, meio que por **personalidade, índole** minha, **eu trago o outro**, como um elemento muito importante. Talvez até mais importante do que ele. Porque assim eu sou. Isso **talvez possa ser problemático**, né? [...] Mas eu não admito você estar dividindo um brinquedo com uma criança na idade dele e você não perceber que o outro tá querendo usar. E você não ceder o lugar... e você não, minimamente, travar um diálogo com a criança que tá ali, sabe? [...] O aspecto dialógico pra mim é muito importante. Talvez eu dê muita importância até... pese demais essa tinta. Mas não sei... [...] O Silvio [a outra criança] tava ali o tempo todo, querendo, olhando, observando, querendo aquele lugar. O Zico [filho] não tava vendo que ele tava querendo aquele lugar. Mas eu tava vendo. Eu não consegui me segurar... porque eu estava vendo! [...] **Eu não posso também abrir mão de coisas que eu faria e de crenças que eu tenho** que é: cessão do seu lugar e do lugar do seu filho para uma outra criança, de uma outra família. Então, eu poderia ter ignorado o Silvio, pensando assim: “não, tem um vidro que blinda o lugar que eu estou e o lugar que eles estão”. [...] Poderia ter me comportado assim, como muita gente se comporta... do tipo: “deixa que eles se virem”. Mas eu não consigo... frequentemente, não foi uma única vez [referindo-se ao fato de que isso aconteceu outras vezes durante a observação]. Eu não consigo. E aí, claro que tem **vários elementos que entram nessa equação**: ele [o Silvio] era a única criança negra do parquinho; ele era a criança com a qual eu queria que o Zico aprendesse a escalar árvore, porque talvez com outra criança ele não aprendesse, sabe? Eu quero que o Zico... gostaria que o Zico fosse uma criança roots, entendeu? [...] Que seja capaz de brincar com uma pedra, subir em pedra, descer de pedra... e não precise de brinquedo pra fazer isso. O que o Silvio sabe fazer... e o Zico não sabe.

Schwartz (Schwartz & Mencacci, 2015) vai afirmar que as normas têm uma base concreta: desembocam em escolhas de comportamento observáveis (como, neste caso, a interferência de Margarida para que o filho cedesse o lugar para outra criança). “As normas resultam em ações observáveis, mas, em compensação,

indiscutivelmente, elas têm a cabeça nos valores” (ibidem, p. 48), como aqueles explicitados por Margarida e certamente outros, inconscientes.

Na fala a seguir, em que explicita suas dificuldades em relação à decisão sobre trocar ou não o filho de escola, Catarina também faz referência a diversos valores que atravessam este debate, tais como: qualidade do ensino, qualidade de vida, maior proximidade ou não da direção da escola no atendimento aos pais.

Catarina, conversa 2

Catarina: [...] Eu tô me questionando se eu vou tirar o Vinícius de uma creche e por numa escola grande e, assim... tão difícil isso... **essa decisão é tão difícil!** É uma decisão de você tirar de uma escolinha, que ele não vai sumir lá dentro, né?, porque é uma escolinha... pra botar numa escolona. E eu vou ligar pra escolona, eu vou ter que identificar o Vinícius pelo nome e sobrenome. Quando eu ligo hoje pra escola, o pessoal sabe a minha voz. Eu tenho o celular da dona da escola. [...] Eu tô satisfeita com a creche? Tô. É o que eu quero? Não é, [...] mas é o que eu tenho pra o momento. Então, de repente eu vou antecipar a ida dele pra uma grande escola em função disso. [...] Em contrapartida, **existe um outro questionamento** que é o seguinte: “putz grila, eu mudei ele de escola agora, esse ano. Eu vou fazer mais uma mudança nele, na vida dele? Como é isso?”. Só que, em contrapartida, eu também penso o seguinte: “o mundo é assim. Ele vai ter que se adaptar a várias mudanças na vida dele, então, por que não botar isso à prova dele agora?”. Só que eu falo isso pro povo: “o meu filho só tem 3 anos!”. Sabe esses questionamentos assim? [...]

Lívia: Já decidiu qual é a escola?

Catarina: Não... [risos] Então, tem o São XY, que é do lado da minha casa. Esse seria, racionalmente, o ideal, por ser uma boa escola, e por estar perto de casa. Só que eu tenho um desejo muito grande dentro de mim, meu conceito, de colocar ele numa escola bilíngue, e o que eu queria era Colégio XPTO. E o XPTO fica no centro da cidade. [...] Sabe o que eu penso?! Naqueles dias de chuva do Rio de Janeiro, meu filho vai estar no transporte escolar, parado, na chuva, sem saber a hora que vai chegar em casa. [...] Eu não sei se eu quero isso pra ele. [...] Ele podendo levar 5 minutos pra ir, 5 minutos pra voltar... será que precisa disso? [...] Eu acho que o XPTO é uma escola melhor que o São XY... **será que ele precisa estar na melhor das melhores, e perder em qualidade de vida**, sabe?! Será que precisa? Sabe esses questionamentos? **São muitos questionamentos**, Jesus Cristo! Falei: “**Não podia ser fácil? Não podia vir com manual?** Ó, quando chegar com 3 anos você tem que procurar uma escola... a escola que tem que ser assim, assim, assado” [...]. Não, **você tem que pensar em muita coisa!** E aí, questionando mais ainda: “beleza, eu tô escolhendo duas escolas [...] extremamente tradicionais, extremamente dentro da caixa, extremamente *by the book*³⁹, com prova e pananana. “O meu filho vai ser assim? Ou ele é uma criança de Escola YZ [escola construtivista]?”.

Lívia: Isso que eu ia falar, mesmo que viesse com manual... o manual teria que te dizer como é que é a criança e...

Catarina: Pois é... Eu não sei como vai ser o Vinícius. Eu não sei como ele vai ser como aluno, entendeu?! Eu não sei como ele vai ser como cidadão. Agora com 3 anos eu não consigo medir isso [...]. Então, de repente, uma escola modelo tradicional não é a escola que ele deve estudar. De repente é uma escola mais, né?, mais flexível...

Lívia: Mas também, você não tá decidindo pro resto da vida...

³⁹ Expressão em inglês que significa ‘exatamente como as regras’.

Catarina: Pois é, mas é **uma série de mudanças, mais uma mudança!** [...] Aí, pô, eu tento manter o grupinho da escola antiga, pra ele ter uma referência, sabe?! Aí eu vou ter que manter mais um grupinho. Aí **você começa a fazer uma gestão que, na boa, é difícil, cara, é muito difícil, muito difícil...** Eu falo que o **ser mãe é mais do que cuidar, dar banho. É você pensar o tempo todo num contexto assim...**

Conforme abordado no capítulo 2, ao se referir aos valores que sustentam as normas, Schwartz (2007) assinala que eles distribuem-se em dois tipos distintos: valores quantitativos (mercantis) e valores ‘ditos sem dimensão’, que remetem ao bem viver em comum. O tamanho, o tempo gasto no deslocamento e o atendimento prestado aos pais pelas escolas, citados por Catarina, são indicadores relacionados a este último tipo de valores.

A fala abaixo de Cora também nos remete aos valores do bem comum e à dificuldade em dimensioná-los.

Cora, conversa piloto

Lívia: Como você descreveria a relação a relação maternidade e trabalho na sua vida?

Cora: A relação maternidade e trabalho? Olha, essa relação é difícil! [risos] [...] Eu diria que é uma experiência dolorosa em alguns aspectos, porque você vive cheia de culpas do tipo... “cara, estou terceirizando a educação do meu filho” [...], mas tem também o que isso tudo [o trabalho remunerado] pode proporcionar para ele: a boa escola, [...] o ciclo de amizades que ele tem... [...] É uma relação... eu acho que é de **conflito...** na verdade, **você fica questionando** [...] **o quanto estava sendo vantajoso e o quanto eu estava perdendo**, de desvantagem, com esse processo... porque cada etapa é uma etapa, e a etapa que passou eu já não vou passar mais, já perdi essa etapa... perdi e ganhei na verdade... [...] Mas eu não acredito que seja uma definição para todos os trabalhos [...]. A mãe que não trabalha, tem o tempo todo para o filho, ela tem culpa também. Eu tenho amigas que [...] tomaram essa decisão para cuidar do filho e também não são totalmente realizadas pessoalmente, porque falta, de alguma forma, alguma outra coisa. E esse equilíbrio... quando eu falo do equilíbrio, não é 50/50... **o equilíbrio, na verdade, é algum percentual que seja saudável para você viver feliz.** Ah, é 70% mãe e 30% profissional?... do tempo, eu estou falando do tempo... ok! Para outra pessoa, ser feliz é 80% do trabalho e 20% ser mãe... também está ok, se a pessoa está se sentindo feliz assim, não tem problema. Mas você achar esse equilíbrio... esse ponto de equilíbrio, é muito difícil, porque você sempre acha que está faltando alguma coisa... e se não está faltando alguma coisa do lado da maternidade, está falando no lado profissional, sabe?

Conforme ressalta Schwartz (2007), a vida nos obriga a introduzir os valores ditos sem dimensão na história, dando-lhes alguma dimensão. A tentativa de Cora de dimensionar valores a partir de uma quantificação acena, no entanto, para a complexidade destes dimensionamentos: que conteúdos dar a estes valores?; como fazer a arbitragem entre eles?

Os debates de normas que atravessam a atividade implicam, assim, necessariamente, “uma relação com um complexo de valores escolhidos ou

recusados – ao qual ninguém pode se furtar” (Mencacci & Schwartz, 2015, p. 38). Como afirma Schwartz, “jogamos em um universo de valores [...] que faz com que sejamos levados afinal a uma tal norma mais do que a uma outra norma” (ibidem, p. 43).

Pela maneira como se vive o maternar, assume-se, portanto, uma posição em relação a esses valores e, ao mesmo tempo, a própria atividade não cessa de retrabalhá-los. No trecho abaixo, Isabel ressalta como o maternar vem redefinindo e re-hierarquizando alguns de seus valores (o ‘valor do tempo’ e o valor do dinheiro).

Isabel, conversa 2

Isabel: Essa semana teve um ponto muito legal, que foi a história do cadarço, né?! [...] Pegou a chuteirinha dele e veio. Aí, ele sentou e já foi passando o cadarço... e eu tô vendo ele tentando fazer o laço, eu até filmei. Eu falei: “filho, você tá aprendendo a fazer o lacinho?”. Ele: “eu tô tentando”. [...] Eu me vi assim... falei: “cara, talvez se eu não tivesse aqui de manhã...”. Você vê **o valor do tempo**. Na verdade, uma avaliação pra você parar e pensar como seria legal se eu pudesse flexibilizar ainda mais isso [os horários de trabalho], porque são pequenas coisas que você perde, que quando você vê ele já tá amarrando o sapato e você não viu em que momento isso aconteceu. [...] E eu decidi na minha vida, agora, que doa a quem doer, eu vou me organizar, em termos de banco de horas, pra tirar uma manhã, pelo menos a cada quinze dias, ou uma manhã por mês, pra ficar com o Chico. [...] Uma vez por mês, eu vou chegar às 11 no trabalho... porque eu vou ter isso com ele, sabe?! Porque senão vai passar muito rápido, e [...] tem coisas que são da rotina, do dia a dia, sabe?! E aí eu falei, “Aí, vou contar isso” [para Livia], porque é exatamente a história do maternar... das **milhares de culpas**, milhares de tentativas de você arranjar tempo... das milhares de frustrações de você escolher uma profissão que não dá pra flexibilizar mais, sabe?! E... e eu acho que esse hoje esse é o meu maior objetivo. [...] Todas as frentes que eu tenho tentado abrir [profissionalmente], é em prol de tentar cada vez mais conseguir no futuro, médio prazo, não vou dizer curto, mas a médio prazo, conseguir talvez viver de uma forma mais autônoma [...]. **Tempo, pra mim hoje, é artigo de luxo**... e não é pra não fazer nada, é ter um **tempo produtivo**. Um tempo de olhar pra si, tempo de olhar pra família, tempo de olhar pra ele. O Chico trouxe **uma forma nova de olhar a vida** [...]. Então, **eu tô trabalhando pra pensar nisso diariamente** e falar: “cara, é isso. Vamos que vamos. Vamos tentar... vamos ser mais leve, vamos ser feliz... se não vai ser o melhor emprego do mundo, pra ganhar 20 mil, mas vai ser pra ganhar 10, e eu vou ter tempo, vamos ganhar 10 e vamos ter tempo. Se é pra largar tudo e arriscar um ano estudando inglês, fora daqui, mas pra dar uma oportunidade do Chico viver uma outra cultura... e se depois eu voltar e não me realocar no mercado como eu era, tudo bem. Valeu por ter proporcionado isso a ele”. [...] O Chico vem me ensinando a **reavaliar** o que de importante a vida é... o que de importante vale a pena... o que de importante tem sentido, tem valor, sabe?! **As coisas tomaram um outro valor**”.

Nesse mesmo sentido, Maria relata abaixo como a maternidade a fez rever as suas ‘certezas’ e ressalta como, por vezes, esse processo pode ser ‘sofrido’ (trabalhamos a temática da transformação subjetiva a partir do trabalho no eixo 1).

III Encontro sobre o Trabalho

Maria: Cara, a maternidade é um momento incrível pra você rever os seus julgamentos todos, as suas certezas todas. Uma pena pra quem... **apesar de ser sofrido passar por isso**, é uma pena pra quem não passa, porque... literalmente você... você vira vidraça ali, você tem suas dúvidas, você tem seus medos... você tem que lidar com aquela criança que tem ações diferentes, que é um ser humano tão complexo quanto você... [...] E, cara, eu sempre fui muito... as regras pra mim sempre foram muito claras... você tem regras muito claras. E você chega aos 30 anos e descobre que todas aquelas regras foram pra onde, né?! Você fez tudo que parecia certo e, **de repente, você tá questionando tudo que você fez!**

Não há como saber, de antemão, como os valores vão pesar sobre as escolhas: é pela definição, hierarquia e grau de incorporação dos valores em nós que as normas antecedentes farão mais ou menos sentido, terão maior ou menor força frente à 'tendência – obrigação' de renormatizar (Schwartz & Mencacci, 2015). Escolher entre uma ou outra opção é, assim, uma maneira de escolher a si mesmo. Ou, dito de outra forma, é fazer uso de si.

Ao gerir os debates de normas, aquelas que maternam vão recorrer a um universo de recursos pessoais, físicos, cognitivos, psíquicos, motores, seus conhecimentos, afetos, sua sensibilidade, seus gostos, seus valores, sua história. No trecho abaixo, Margarida menciona algumas 'premissas' e 'princípios' oriundos da sua formação familiar, escolar e profissional que, em geral, norteiam o seu agir também no maternar.

Margarida, conversa 1

Lívia: Você acha que tem algum acontecimento, um exemplo, uma referência, algo na sua história de vida, que influencie o seu jeito de maternar?

Margarida: Tem um aspecto da **minha formação** e da **minha personalidade** que influenciam muito. Eu sou antropóloga, né?! E tem uma certa premissa da antropologia que você observa e você tenta não interferir naquilo que tá ali... uma certa isenção, um certo distanciamento. Então, **podem me chamar de permissiva**, sabe?, mas eu **sou muito mais da observação do que da intervenção**, do que do controle. [...] Eu vejo que tem outras pessoas que são muito mais controladoras... "tem que ser assim, tem que ser assado". Eu sou mais dessa coisa da autonomia e também [em função] da minha própria **formação** montessoriana [Margarida estudou em uma escola montessoriana]. Eu acho que tem um pouco dessa pegada da criança descobrir. Vai cair? Vai. Vai quebrar? Vai, sabe?! Mas deixa ela pegar um copo de vidro, um talher... o máximo que vai acontecer é deixar cair, não é assim?! Confiar... eu acho que uma coisa chave é você confiar na capacidade do outro de resolver os seus problemas sozinho, entendeu? Desde a mais tenra idade. Então, isso **eu tenho como princípio** [...]. O que mais? Eu acho que tem as coisas dos bons modos. Acho que eu aprendi muito com a minha mãe, que **a referência maior é a minha mãe**... tipo, falar bom dia, boa tarde e boa noite... obrigada, de nada... da convivência, da sociabilidade. Isso eu também não abro mão... embora eu também negocie no sentido de... "ah, não precisa falar bom dia, boa tarde, boa noite agora, porque ele ainda tá aprendendo", mas eu falo

"bom dia, boa tarde e boa noite", e falo pra ele que tem que falar quando ele estiver pronto pra falar.

As normas que atravessam o maternar remetem também, assim, à história singular daquelas que maternam – a maneira como elas próprias foram cuidadas e a formação que tiveram também vão compor o amplo conjunto de normas antecedentes do maternar. Os exemplos trazidos por Margarida no trecho acima dizem respeito à normas que ela escolheu afirmar (como ‘deixar a criança descobrir’, ‘confiar’, ‘os bons modos’). Nesta mesma direção, Cora também traz no relato abaixo alguns ‘modelos’ da sua biografia que ela ‘acaba repetindo’.

Cora, conversa piloto

Lívia: Você acha que teve alguma coisa na sua história de vida que influencia na sua atuação como mãe?

Cora: Eu acho que **a gente acaba repetindo um pouco o modelo, apesar de não querer repetir**... engraçado isso, né?... de querer ser autêntico, de querer aproveitar só as coisas boas que os pais ensinaram... você sem querer repete algumas coisas. Algumas coisas eu já me peguei falando exatamente o que a minha mãe falava para mim, sabe? Do tipo: "Caetano, eu já vivi isso filho, eu já sei o que que é, confia na sua mãe, vai dar tudo certo, mas não faz isso, porque eu já sei que isso não é legal". E, às vezes, é importante que ele faça, para ele viver a experiência dele e eu não permito isso. [...] Às vezes, a fala é igualzinha [à fala da mãe], até a entonação... eu fico: "gente! Não! **Não fui eu que falei isso!**" [...]. Acho que as experiências que eu vivi com os meus pais foram muito positivas [...]. Mas eles sempre foram muito rigorosos, então, algumas coisas eu acho que eu... talvez eu seja um pouco mais rigorosa, mais careta.

Por remeterem às “profundezas do corpo” (Schwartz, 2014), as escolhas feitas nas atividades às vezes parecem automáticas, como sinaliza Cora (‘sem querer, você repete algumas coisas’). A partir de algumas falas das participantes, observamos o quanto as escolhas relativas ao maternar as remeteram à maneira como elas próprias foram maternadas na infância, fosse para afirmá-la ou refutá-la.

Como em todo trabalho, além de escolher a si mesmo, também é preciso no maternar fazer escolhas relativas aos outros envolvidos. ‘No maternar você não tá sozinha’ – esta fala de Isabel refere-se ao fato de que ela precisa conciliar as escolhas relativas à criação/ educação do filho com as escolhas do marido, pai da criança. Na realidade, existem “muitos outros” que atravessam o maternar de parte a parte, de maneira mais ou menos evidente.

Em uma relação de serviço como o maternar, a presença do outro é, com frequência, evidente – seja a presença dos próprios filhos, quanto a de outros cuidadores com quem se compartilha as tarefas do cuidar, por exemplo. Mas

quando Schwartz (2007) se refere aos ‘outros’ presentes no trabalho, não está remetendo, necessariamente, à presença física. Os ‘outros’ que atravessam o maternar estão lá de maneira mais ampla, através das normas antecedentes. Desta forma, as escolhas feitas sempre são, em parte, coletivas, porque vinculam as protagonistas em questão à outras pessoas que atravessam as suas atividades.

Trabalhar requer que se faça, assim, simultaneamente, uso de si por si e uso de si por outros (Schwartz, 2007). Nos trechos abaixo, Rosa e Maria relatam como as escolhas relativas a elas mesmas e às filhas se articulam em ‘negociações’:

II Encontro sobre o Trabalho

Rosa: [...] Pra mim o maior exercício da maternidade é essa coisa assim... porque eu me sinto... como mãe, eu sinto a obrigação de orientar o certo... ensinar. Mas aí eu me pego querendo olhar no olho e horizontalizar, e negociar e brincar e... **pra mim, eu tô o tempo inteiro brigando nesses dois opostos:** [...] de identificar a hora que precisa ser autoridade e a hora em que negocia-se. Isso também é uma negociação, porque às vezes eu tô no momento de autoridade, vem ela [a filha]: “não, porque...” aí **eu negocio comigo mesma** de que... “não, péra. **Pode ser negociado. Ou não pode**”...

Maria, conversa 1

Maria: [...] Eu acho que, na verdade, a gente tem que se dar um limite... entender que tem certas coisas que não são possíveis mesmo. Você vai ter que **abrir mão de algumas coisas do seu maternar** [...]. Eu não vou conseguir, por exemplo, uma alimentação super saudável, não ver televisão de jeito nenhum, só fazer coisas assim, só ser assado, só ser desse jeito, desse jeito, desse jeito, desse jeito... então, **no que eu posso ceder?** Não tem televisão de manhã, mas tem televisão à noite, porque à noite eu estou exausta e eu não vou dar conta sem TV. [...] **Achar uma balança ali, entre o limite, entre a regra,** entre o que não... tipo assim: “não, banho não se escolhe, banho se toma”, “remédio você não tem opção, você toma”. “O horário do banho a gente pode negociar, **podemos negociar.** Quer que seja daqui a pouco? Então pode ser daqui a pouco, não precisa ser exatamente na hora que eu quero que seja”.

A ‘negociação’ de que falam Rosa e Maria é, ao mesmo tempo:

- um debate com elas mesmas sobre o que podem ou não ceder. Esses debates estão ligados à economia do corpo (como cita Maria, à noite ela permite que a filha veja televisão, porque está exausta e ‘não vai dar conta’ sem lançar mão deste recurso);
- um debate com as filhas que, em uma tentativa de também estabelecerem com o meio um domínio positivo, ‘negociam’ as normas.

A articulação entre o uso de si por si e o uso de si por outros remete ao fato de que existe, em toda atividade, um trabalho de ajustamento recíproco – se ajustar uns aos outros já seria, para Schwartz (2007), um trabalho:

É necessário pensar a presença do outro na intimidade de suas escolhas de ser (pode-se dizer 'escolhas de ser', destinos que você constrói para si), mas inversamente o modo como você responde aos outros lhe é, eu diria, inelutavelmente pessoal. Você não pode, se assim posso dizer, desvencilhar-se dessa responsabilidade pessoal nessa construção coletiva. Então será necessário pensar efetivamente nessas duas dimensões ao mesmo tempo (p. 195).

Esse ajustamento recíproco em função de si e dos outros faz do trabalho um espaço de tensões problemáticas (Schwartz, 2007). A fala a seguir evidencia as dificuldades, diante de determinadas situações, em articular nas suas escolhas o uso de si por si e o uso de si por outros.

Isabel, conversa 2

Lívia: O que você menos gosta no maternar?

Isabel: Eu não digo que é o que eu menos gosto, é o que talvez esteja sendo mais desafiador no momento pra mim [...]... é esse tom desafiador que começa a surgir e que, por muitas vezes, **me desafia a ser firme sem ser dura** [...]. Nos pequenos momentos em que ele [o filho] desafia, eu perco um pouco ainda... **“opa, como é que eu tenho que agir aqui?”**. E o que eu tenho tentado é respirar profundamente, diminuir o meu tom de voz ao máximo que eu consigo. Falar muito baixinho... falar que eu respeito o momento dele de irritação, que eu entendo o momento de chateação, que quando ele tiver bem a gente vai conversar, que eu tô ali pra dar o colo se ele... tentando, mas não é simples pra mim, porque a memória vem e, às vezes, você tem vontade de... “ah!!!”, **dar o mesmo grito que deram comigo**, e eu fico... “não, não, não”. Isso é a parte que tá sendo a pior parte, de fato. E a outra pior parte, é você ter alguém, que nesse caso é o pai, que **nem sempre tem os mesmos valores e as mesmas certezas** que você. Então, o João [marido e pai do filho] já dá uns gritos mais altos... eu não quero que grite. O João acha que tem que deixar chorar, berrar e botar de castigo. Eu não quero agir assim. Aí, **você não tem só que se convencer, você tem que se convencer e explicar ao outro que você não acredita nessa forma de educar**. Mas o outro também é pai, também não dá pra tirar de todo a forma que o outro entende. Então, esse momento tem sido um pouco tenso, assim, pra mim. [...] **No maternar você não tá sozinha, né?!** Você é mãe, mas tem um pai. Às vezes, eu falo: “antes eu fosse...” penso, né?, não falo, não externalizo... “ah, meu Deus, antes eu fosse separada, gente”... pelo menos durante um bom período **a regra ia ser a minha**, depois eu não sei como eu ia entender. Mentira, porque eu sempre lutei com o Luiz [enteado], pra que as regras funcionassem muito juntas, e não faria diferente com o meu filho. Mas às vezes me dá uma piração do quanto eu deveria compartilhar tanto, sabe?! Então, **esse ajeitar pra mim tá sendo um desafio**. [...] O João se incomoda com pequenas coisas. O João tem um senso de organização, de limpeza, um TOC que me incomoda às vezes. Eu acho que, de certa forma, ele trava uma maneira mais livre do Chico viver. Por exemplo, se ele ver o Chico de uniforme, jogado ali no chão, como ele tava hoje ali brincando [durante a observação]: “Chico! Vai sujar seu uniforme antes de ir pro colégio”. Deixa sujar gente... vai lavar... ele vai ir pro colégio, não tá indo pra festa de 15 anos de ninguém, sabe?! “Não come no sofá, porque vai cair não sei o que, e não sei o que...”. E com isso você vai limitando um pouco do campo de ação, de senso de liberdade que eu gostaria que o Chico tivesse. Por mim, o Chico podia riscar todas as paredes e dane-se quem fosse entrar na minha casa e achar que a minha casa tá feia, mas ela tá lá riscada pelo meu filho, depois eu passo uma tinta branca e tá tudo certo. **Na vida a dois, não dá pra você deixar, porque se isso incomoda o outro**, eu também tenho que respeitar o João... mas, de fato, eu acho que às vezes a gente faz certos dramas por muito pouco.

Além de estabelecer um debate consigo mesma, para gerir a própria impaciência e ‘se convencer’ a não afirmar as normas que ‘vem à memória’, Isabel precisa estabelecer um debate com o filho, para que ele se acalme, e com as escolhas do marido, que não tem ‘os mesmos valores e certezas’ que ela. Ao afirmar que ‘se incomoda o outro’ ‘não dá pra você deixar’, Isabel sinaliza para a necessidade de se estabelecer debates da ordem do bem viver juntos, ainda que, em certos momentos, a dialética do por si/pelos outros se mostre muito difícil.

“Sempre se está a arbitrar entre seus próprios debates e os dos outros” (Schwartz & Mencacci, 2015, p. 37). Essa dramática pode ser quase invisível em certos momentos e, em outros, “emerge novamente a ideia de que é necessário responder a uma questão: como é que eu situo meu próprio uso nesta tensão: ‘por si e pelos outros’?” (Schwartz, 2007, p. 197).

No trecho abaixo, Cora também fala acerca dificuldade de se situar nessa tensão, referindo-se não apenas ao ‘outro’ que cuida junto, mas ainda às crianças com quem o filho interage e às famílias destas crianças.

Cora, conversa piloto

Cora: [...] Tem horas que o Milton dá uns nãos para ele [para o filho] que eu acho que não era para dar o não, era para explicar o que estava acontecendo. E **isso é também é uma dificuldade, porque são pessoas diferentes, com vivências diferentes e para educar uma única pessoa**. Então, chamar atenção na frente é complicado... eu fico: "e agora, como é que eu vou fazer para dizer para ele [para o marido] que não está legal desse jeito? Que essa abordagem não está bacana?". [...] Às vezes, o Caetano e uma criança [estão] brigando, disputa de brinquedo, aí eu fico: "ó, 10 segundos com você, 10 segundos com o outro. [...] É uma estratégia também que eu uso. [...] A gente tem que ser criativo [...] e cuidadoso, porque **o outro lado** é um pai [da outra criança] que, às vezes, você não conhece a história. Então, quando está nesses disputinhas com outros amigos, eu fico mega preocupada de como que eu vou chegar... mas eu chego, porque também tem que intervir, né? [...].

Ao afirmar que ‘o outro lado’ ‘tem histórias diferentes’, Cora remete ao fato de que o outro não compartilha com ela o mesmo universo de valores e recursos pessoais para gerir os debates de normas. E ao dizer que é preciso ser ‘cuidadoso’ com o outro, ela já nos diz algo sobre as suas escolhas.

A necessidade de articulação entre o uso de si por si e uso de si por outros também está explicitada na fala de Rosa no trecho a seguir.

Rosa, conversa 1

Rosa: [...] Eu sou mais preocupada e chata com a alimentação ao longo da semana. Final de semana, se passar o dia inteiro à base de macarrão, pizza e biscoito, passemos... se isso

for a programação, não vou ficar em cima e tal [...]. Eu já me martirizei por isso, já me estressei muito por isso... até uns dois, dois anos e meio, era muito chata com comida. Quando ela vinha do pai dela, eu perguntava: "o quê que ela comeu? Comeu bem?". E se eu ficava sabendo que ela comeu biscoito, eu dava um chilique e tal. Agora tá ficando maior, **eu tô mais numa de escolher as batalhas**... tipo, vamos relaxar, porque eu vejo que eu fico mais... eu descanso, ela fica de boa, a gente aproveita o tempo junto e ela sabe que durante a semana tem uma regra maior e tal...

As escolhas relativas à alimentação da filha não remetem, assim, apenas a debates consigo mesma, sobre ser ou não mais 'chata', mas também remetem à própria filha e também ao pai de Clara. Acreditamos que, ao dizer que 'escolhe as batalhas', Rosa esteja se referindo às situações em que é mais difícil conciliar as arbitragens por si/ por outros. Ela diz que, no passado, já se 'martirizou' e se 'estressou' mais com a alimentação da filha, possivelmente se referindo, com esses termos, aos debates consigo mesma e aos debates com os outros.

Atualmente, Rosa relata que tem feito escolhas que permitem, em alguma medida, conciliar com mais tranquilidade os debates consigo mesma (ser 'mais preocupada ao longo da semana' e 'relaxar' durante o fim de semana) e os debates com os outros (com o pai da filha e com a própria filha, 'que sabe que durante a semana tem uma regra maior').

Segundo Schwartz (2007), ao trabalhar, iremos buscar manter um equilíbrio aceitável entre o uso de si requisitado e o uso de si consentido – entre as nossas próprias normas, as normas do coletivo de trabalho e do coletivo social mais amplo. Esse 'coletivo social mais amplo', que atravessa o materno por intermédio de uma série de normas e valores, por vezes se evidencia nas falas das participantes em forma de sujeito indeterminado: 'as pessoas falam', 'todo mundo diz', como no trecho abaixo.

Maria, conversa 1

Maria: [...] **As pessoas falam**: "ah, você tem que tentar não negociar, porque negociar é ruim. A criança tem que comer porque ela tá com fome, ela não tem que comer porque ela vai ganhar alguma coisa!". Eu sei que a primeira vez que eu dei a Galinha Pintadinha [referindo-se ao desenho animado] para a Alice no celular, [...] a Alice comeu o prato todo! [...] Eu sei que isso não é certo, entendeu?... dar o celular para ela comer... **todo mundo diz que é errado**, mas eu estou muito feliz!. E foi uma descoberta de... cara, às vezes eu vou fazer isso [...].

Talvez, em virtude da sua função social, esse coletivo mais amplo se imponha, em determinados momentos, mais fortemente no materno do que em outros trabalhos. No diálogo a seguir, Rosa diz que 'as pessoas se sentem meio

donas do seu bebê' e Margarida justifica afirmando que elas 'fundamentalmente são'.

I Encontro sobre o Trabalho

Margarida: [...] A gente carrega a responsabilidade da reprodução social e cultural, além da reprodução biológica, né?! [...] A mãe carrega na barriga a possibilidade da perpetuação da espécie, se você for falar do biológico, que tem o tremendo de um peso. E a mãe, e o pai, idealmente, e os familiares, depois a escola, enfim, várias instituições, vão fazer a reprodução social e cultural. Então, o tempo todo, essas instituições vão ter julgamentos em relação a como isso tá sendo feito, porque **não se trata só daquele indivíduo**, que tá sendo criado... **é toda uma sociedade futura que tá sendo plasmada ali.**

Maria: Sim.

Margarida: Aquela criança, ela representa... e por isso que a mãe acaba sendo... ou o pai... acabam sendo objetos de julgamento constante, porque **não se trata ali daquela relação.**

Rosa: É, **as pessoas se sentem meio donas do seu bebê, né?!**

Margarida: **Porque são! Porque fundamentalmente são... todo mundo é um pouco.**

Maria: Acho que tem algum nível disso que é até positivo. Teve uma vez que eu fiz um discurso [...], pra um amigo do Edu [marido] [...], e ele não entendeu quando eu falei que era responsabilidade da sociedade batalhar por uma licença maternidade descente, porque, afinal, **os filhos também são filhos da sociedade.** Então, eu não acho que seja algo que seja, necessariamente, negativo as pessoas entenderem as crianças como não só da mãe e do pai... até porque, se tem uma criança que sofre abuso dentro de casa, a gente tem que entender que isso também é responsabilidade nossa, em algum nível.

Margarida chama atenção, assim, que as escolhas feitas no materno não dizem respeito apenas à relação mãe e filho (ou pai e filho), mas também à sociedade em geral. É preciso, portanto (e de maneira mais acentuada do que em outros trabalhos), que se estabeleça debates que são da ordem do bem viver juntos (Schwartz, 2007).

O diálogo acima nos remete ainda ao que nos ensina a *démarche* ergológica em relação à dialética do singular e do geral, do micro e do macro – o materno, em sua dimensão mais elementar, contém as questões da sociedade; e inversamente, pela maneira singular como se vive o materno, assume-se uma posição em relação aos debates da sociedade, reciclando-os.

A atividade vista como engajamento, como responsabilidade, como convite à consideração da comensurabilidade dos humanos forma algo eminentemente estimulante, porque, paralelamente, nasce a consciência de um possível vínculo fortemente ativo com o mundo, o sentimento de não estar somente enraizado nesse mundo, mas igualmente de ser criador de mundos (Venner & Schwartz, 2015, p. 92).

O trecho abaixo, em que Maria compartilha as suas dificuldades em um debate relacionado à questão de gênero (roupas “de meninos” e “de meninas”), também nos envia a esta dialética do micro e do macro.

I Encontro sobre o Trabalho

Maria: Quando eu tava grávida de menina... **toda essa questão do machismo, do gênero**, dos debates... várias pessoas falavam: “ih, ela vai amar princesa, só vai querer rosa”. E eu, **dentro de toda aquela minha luta**, eu fiz um quarto que não era rosa, eu comprei body preto, [...] comprei body cinza, eu comprei body marrom, enfim... e a minha filha, ela é apaixonada por rosa, ela é louca por rosa [...].

Isabel: O meu filho também adora rosa, gente.

Maria: Sim, mas a loucura toda da história é isso, né?... porque **eu comecei a querer sair da caixa**, e aí um dia a minha terapeuta virou e falou assim: “a sua filha gosta de rosa. Você tá sendo opressiva com ela, porque... olha só, do mesmo jeito que você não queria imprimir pra ela o rosa como obrigatório, você não tá deixando ela usar o rosa”. Aí eu: “caralho... é, não, então ela vai ter rosa”. Tanto que eu comprei a porra de um vestido rosa. [...] Quando eu ponho saia, ela [a filha] fala: “mamãe, você tá linda”. Se eu ponho calça, ela não fala nada. Um dia [...] eu falei pra ela: “meu amor, você não quer usar uma outra roupa?”. Ela, pra variar, tava de vestido e falou assim: “meninas usam vestido”. E eu só de calça, né?! E aí eu pensei: “caralho, problematizar isso...”. Eu falei: “Alice, olha só, a mamãe é menina e usa calça, você pode usar o que você quiser usar.”

Rosa: Mas aí ela quer o vestido.

Maria: Ela quer o vestido. Mas eu queria dizer que ela podia usar a calça. [...] E ela nem aí com isso... simplesmente ignorou esse fato e continuou com o vestido. Mas é o fora do prescrito...e as pessoas ficam até assim pra mim: “ah, tá vendo?! Fica aí falando de futebol, de gol e tal [Maria é jornalista esportiva], e a tua filha é perua!”.

Ao assumir uma posição diante de um debate da sociedade (recusar a imposição de cores de acordo com o sexo), Maria fez escolhas também pela filha (‘não imprimir o rosa como obrigatório’). Em seguida, se viu confrontada pela própria filha (‘que é louca por rosa’ e só quer usar vestidos): ‘é o fora do prescrito’, ela diz, referindo-se ao fato de que a filha faz escolhas diferentes das que ela havia imaginado.

Considerando que as formas de viver o materno estão intrinsecamente relacionadas à “surda luta dos sexos” (Badinter, 1985, p. 26), não poderíamos deixar de considerar, em nossas análises, as maneiras através das quais os debates em torno dessa “luta” se infiltram neste trabalho e, ao mesmo tempo, são por ele reciclados. Nesta direção, no terceiro Encontro sobre o Trabalho, propusemos colocar em debate a questão do reconhecimento endereçado à mãe e ao pai em relação aos seus trabalhos de cuidar. O diálogo a seguir foi disparado a partir da charge abaixo.

III Encontro sobre o Trabalho



[Fonte: <https://www.facebook.com/amaesolo/>]

Margarida: É, isso aqui [referindo-se à charge] eu reconheço muito... mas eu acho que é por causa da **construção que foi feita**, né?, e que todas nós e todos nós **somos co-criadores dessa construção... e reprodutores potenciais dessa construção...** que só resta **ser desconstruído**, porque... não é mais assim, né? Embora... acaba sendo... ainda acontece assim, mas eu acho que a gente tá mudando.

Maria: A gente já problematiza isso ser assim. Ainda é, mas a gente já problematiza.

Margarida: É, é, ainda se vê assim...

Maria: O Edu [marido] é um cara que **incomoda os outros pais**, pela participação dele [em relação às tarefas de cuidado da filha]. Eu vejo assim. Às vezes, um amigo dele fala: "porra não me fode, hein?! Você faz essa parada e **como é que fico eu?**"

[risos de todas]

Margarida: Exatamente. Aí já **aumentou a job description⁴⁰ do pai!** [risos]

Isabel: Eu lembro do João [marido] há 10 anos com o Luiz [enteado], era ídolo, rei. Meu Deus, hoje em dia na creche, na turma do Chico, vários são...

Maria: ... vários pais vão buscar...

Isabel: É bem de igual pra igual. [...] Aí também tem um pouco da **classe**, dos amigos, né?, de onde a gente aqui vive. Eu acho que hoje, a gente tá vivendo um momento em que sim, já há um pouco mais desse reconhecimento [em relação às atividades desempenhadas pela mãe]. [...] Também não vejo muito os poucos homens que fazem, serem tão vangloriados

⁴⁰ Em português: descrição do cargo

mais hoje não. Acho que **estamos numa sociedade já mais exigente nesse sentido de participação**. Eu vejo os homens... eu vejo comentários, pelo menos nas minhas rodas de amigas: “olha, bacana, os caras tão mais participativos”. Mas tem que ser... já tem que ser.

Maria: Mas uma coisa existe, né?! Quando a pessoa tem mais grana, ela tem sempre a posição de uma babá. Quando a pessoa tem menos grana, existe muito abandono ainda paterno. [...] Mas **no meu círculo de amigos diminuiu muito a diferença**. [...]

Isabel: [...] Eu acho que isso vem diminuindo, talvez na nossa classe mais ainda... talvez a gente perceba isso um pouco... talvez em cidades maiores... se a gente for pra [...] cidades do interior, onde você ainda tem o poder... da opinião masculina, onde esse comando é maior, ou talvez em determinadas religiões... [...]

Maria: É, quando você vê estatísticas [...] aparece muito essa questão do aborto paterno... ainda é impressionante, né?! A quantidade de crianças sem o nome do pai na certidão de nascimento... ainda impressiona. Mas, de fato, por exemplo, no nosso círculo de amigos, chega a ser feio você se colocar como um pai [...] que acha que virou um paizão só porque descascou uma banana... assim... “cara, você é um babaca!”... **a gente já tem essa visão**...

A primeira fala de Margarida traz a questão do atravessamento do maternar por certas ‘construções’ sociais (normas antecedentes), mas chama a atenção para o fato de que aquelas e aqueles que maternam são responsáveis por estas construções, podendo escolher afirmá-las ou refutá-las. Nesse mesmo sentido, Schwartz (2007) afirma: “Meu trabalho como ‘uso’ é atravessado pelos outros. Reciprocamente, a maneira pela qual eu trabalho diz qualquer coisa da sociedade na qual eu quero viver” (p. 194).

Ao dizer que a participação ativa do marido ‘incomoda outros pais’, Maria se refere ao fato de que a posição singular por ele assumida coloca em debate, de maneira mais ampla (no seu círculo de amigos), a participação paterna nos cuidados dos filhos. Ao nos obrigar a colar o macro e o micro do trabalho, a *démarche* ergológica “chama à responsabilidade, à consciência da responsabilidade no mundo comum onde se vive e que se tem de construir com os outros” (Venner & Schwartz, 2015, p. 91).

A concepção proposta por Kergoat (2009) acerca das relações sociais nos ajuda a avançar nessa direção: ao pensar a dialética entre permanências e mudanças, ela vai se interessar não pelas reproduções incessantes das relações sociais, e sim pelas contradições, falhas e brechas, assim como a emergência de novas configurações possíveis.

Para não correremos o risco de tratar de maneira simplificada as posições assumidas nos debates que atravessam o maternar, não podemos perder de vista a complexidade com que se relacionam todos os tipos de normas que reinam nas atividades – e que remetem às questões históricas, culturais, sociais, econômicas,

às relações de desigualdade, de subordinação, de poder... As normas inseridas em determinado contexto não são concebidas numa sucessão linear: assumir uma posição em um debate coloca em jogo vários outros debates, atravessados, imbricados uns com os outros. Fazer uma escolha no que concerne a um debate relacionado ao materno pode significar, por exemplo, assumir também uma posição em um debate acerca das relações sociais de sexo. Como nos ensina Kergoat (2009), é necessário tentar pensar o conjunto das relações sociais na sua coextensividade e na sua consubstancialidade: as relações sociais não apenas coexistem, elas são coextensivas, porque se coproduzem e se reproduzem; elas são também consubstanciais, visto que há um cruzamento dinâmico do conjunto de relações sociais e cada uma imprime suas marcas sobre as outras.

Assim, é possível quebrar a homologia entre um tal lugar e uma tal relação social (Kergoat, 1996): é indispensável que criemos, desta forma, meios de não confundir a modalidade específica assumida por tal relação social em determinado lugar ou instituição com a totalidade dessa relação social. De certa maneira, no diálogo acima, as participantes tentam acenar para esta complexidade, afirmando que a participação paterna nos cuidados dos filhos está relacionada, por exemplo, a aspectos culturais (religião, vida urbana e no interior), econômicos e da relação entre os sexos (o ‘poder da opinião masculina’).

Ainda sobre a questão dos debates de normas, há que se atentar para aquilo que Schwartz (2014) definiu como o problema do ‘encaixamento parcial de debates de normas’. No trecho abaixo, Margarida expõe as ‘contradições’ que, por vezes, permeiam os debates do seu materno.

Margarida, conversa 2

Margarida: São **contradições o tempo todo**... porque você... você quer que a pessoa seja independente, mas você quer também que a pessoa seja disciplinada, né?! Quer que a pessoa tenha **seu próprio modo de agir**, mas o tempo todo você fica **falando como tem que fazer**, porque tem **as normas sociais**. Quer que seja um indivíduo **autônomo**, mas ao mesmo tempo que **se enquadre** em algum grupo social ou **dentro das normas**. Quer que tenha vontade própria, mas quer que dance na festa junina, entendeu?! Tipo, não vai forçar, mas, pô, seria legal se estivesse lá dançando, né?! [...] Você quer que a criança expresse sentimentos, mas ao mesmo tempo quando [ela] tá mostrando que tá com muita raiva ou muito triste, você fica: “não pode gritar! Não pode...”. Então, assim, **o tempo todo, né?, botando os limites e também expandindo, sei lá... é... coitada... deve ser difícil ser criança**, e, tipo, entender... “pô, mãe! O quê que você quer que eu faça?” [risos].

Considerando a amplitude temporal do maternar, é preciso pensar a relativa singularidade de um debate próprio a um instante particular e sua inclusão (mais ou menos coerente ou perturbadora) em um debate cujo horizonte temporal é mais amplo. Como os microdebates, de temporalidades e amplitudes mais reduzidas (que por vezes passam despercebidos), se encaixam nas escolhas relativas aos projetos-herança, de intervalos temporais mais amplos e relativamente mais estabilizados?

A atividade, como sequência de agires destacados por debates de normas de amplitudes variáveis, é uma tentativa permanente e, aliás, de certo modo difícil, de colocar em sinergia esses debates (Schwartz & Mencacci, 2015, p. 76).

Como manter a coerência dos debates à medida que eles vão, segundo Margarida, ‘mudando de escopo’? Conforme já afirmamos, os debates de normas e suas combinações problematicamente encaixadas só podem ser encaminhados a partir de uma arbitragem axiológica. No trecho abaixo, Isabel expõe alguns valores que sustentam as suas escolhas tanto ‘do dia a dia pequeno’ (as ‘decisões bobas’), quanto aquelas ‘que envolvem um plano maior de futuro’.

Isabel, conversa 2

Lívia: Quando você tem que tomar uma decisão referente ao maternar, o que baliza as suas decisões?

Isabel: Então, eu não gostaria, mas eu acho que ainda é um pouco a expectativa que a gente cria pra eles. Então, escola: “tô colocando na melhor escola? Será que é a escola que vai formar **valores que compactuem com os meus valores**, e formar um cidadão de bem?”. [...] “Ah, é colégio tradicional? Não. Super construtivista?”. “E mercado de trabalho?” “Pô, mas ele vai trabalhar aqui? Ele vai encarar o mundo?”. “Eu quero um ser humano ou eu quero um profissional? Eu quero as duas coisas, por que dá pra ser?” [...] Então, **o que me baliza de fato, primeiro, em toda e qualquer decisão é a felicidade dele**. A questão é que ele é muito pequeno pra me dizer o que faz ele feliz... então, por enquanto, o que eu acho que faz ele feliz, é o que eu acho ainda, né?! **Não necessariamente eu tô acertando**, esse é o problema... mas **eu tento ver através das respostas dele de comportamento**. [...] Desde **as decisões do dia a dia pequeno**, eu tento sempre primeiro que **as escolhas dele tenham um equilíbrio mínimo. Desde decisão boba...** “ah, eu vou ver o Ipad hoje, eu não vou ver o Ipad hoje”, “O quanto a gente já viu Ipad? O quanto a gente já comeu chocolate? O quanto a gente já praticou esporte?”. Nada, nem pro bem, nem pro mal, eu gosto do excesso. **As grandes decisões, aí já me envolvem mais emocionalmente, porque tudo que envolve um plano maior de futuro**, traz pra mim essa sensação de... “meu Deus, será que eu tô escolhendo certo? Será que...”. Mas eu sofri isso desde a barriga, eu sofri isso com o nome do Chico, eu sofri isso com a escolha do padrinho e da madrinha do Chico, não foi uma escolha simples pra mim. Eu falava: “e se ele não tiver?...”. **Eu e os meus “E SEs”**. [...] **No momento de tomar uma decisão, eu sempre procuro pensar... se for uma decisão de curto, médio prazo é: o que isso vai proporcionar de bem estar pra ele?** Por exemplo, na decisão de não viajar pro Peru: pro Chico não ia ser uma viagem simples, ia ser cansativo... então não, né?! Porque é o bem estar, a segurança,

o equilíbrio, a saúde dele, a alegria dele. **De médio e longo prazo: quê que isso pode ou não ocasionar na vida dele de bom?** Se eu vou acertar, só no futuro... Essa ansiedade eu vivo comigo. Não tão forte quanto vivia outras no passado, porque a terapia ajuda muito, mas vive... tem uma ponta de que... se der errado, deu [risos]. **Acho que é parte do materno isso, deve ser. Não sei se toda mãe é assim... se tem essas caraminholas do tipo: “tô acertando, tô errando”...**

Se o trabalho requer, o tempo todo, que se faça escolhas, trabalhar é também correr riscos – de falhar, de desagradar, de criar novas dificuldades. Nesse sentido, Isabel e Catarina afirmam que o questionamento sobre os erros e acertos é constante no materno.

Catarina, conversa 2

Catarina: [...] De alguma forma, **você se questiona: “pô, será que eu tô fazendo certo mesmo?”**. [...] Muitas vezes eu fiquei olhando pro que eu tava lendo [o relatório da observação das atividades], e eu falei: “putz, será que eu tinha que fazer assim?!”. Porque... **ser mãe é isso, né?... você se questionar o tempo todo, se você tá fazendo a coisa certa ou errada.**

Escolher essa ou aquela opção é ter que assumir as consequências de suas escolhas (Schwartz, 2007). No caso do materno, principalmente nos primeiros anos, em função da dependência dos filhos, são feitas muitas escolhas em “nome do outro”.

Isabel, conversa 2

Isabel: O meu medo é de estar impactando... o quanto eu estou impactando... o quanto eu estou facilitando ou dificultando o caminhar dele lá no futuro, sabe?! Assim, a vontade de não errar... “Meu Deus, e se eu puser em uma escola que atrapalhou tudo na vida dele?”, sabe?! Tipo, fez ele se tornar uma pessoa super... por exemplo, o Luiz [o enteado] é um menino que eu acho que, o fato da gente ter posto no colégio X acabou reforçando nele um comportamento, que já era dele, que é a introspecção, que é essa competitividade dele com ele mesmo, esse isolamento dele, e tal...

Assim, ainda que o risco de errar se imponha em todos os trabalhos, talvez as consequências dos erros se apresentem com um peso maior no materno – durante as conversas individuais e os Encontros sobre o Trabalho, percebemos que a culpa era uma temática recorrente nas falas das participantes. Destacamos abaixo duas delas.

Isabel, conversa 3

Isabel: Você chegou a conhecer uma nova personagem dessa história, que é a Mariana [babá/ empregada, recém contratada na ocasião da etapa de observação], que é uma personagem muito recente, que está até sendo um desafio, eu confesso [...]. Tá sendo um

exercício terceirizar isso um pouco, [...] aceitar mais essa personagem na educação do Chico [...]. Eu tinha essa coisa muito protecionista, muito... de dar diretrizes. Então, hoje eu consegui tranquilamente [...] participar da primeira parte da consulta [do filho no oftalmologista] e dizer “Mariana, agora você segue aqui com ele, porque eu preciso ir” [...]. Em outros momentos, seria sofrido, eu estaria aqui: “pô, mas eu não acompanhei a consulta do Chico”, **cheia de culpas** [...]. **Eu já sofri muito com o campo de culpa.** Vivi um episódio muito recente que me fez inclusive voltar à terapia [...]. O Chico pediu pra ir no jogo do Flamengo [...] no Maracanã, enfim... eu tava lá nesse fatídico dia em que houve... [...] brigas, tiros, bombas, policiamento, e eu vivi isso tudo com o Chico. [...] Quando eu saí de lá, eu pirei assim... pirei de verdade. E **pirei nesse sentido do materno**: “meu Deus, em que risco que eu coloquei o Chico? **Que mãe louca sou eu**, que com cinco anos levei o filho pra viver isso? Que falta de discernimento minha não imaginar que isso ia... poderia acontecer?”. Isso me corroeu, assim... ao ponto de eu não dormir nessa madrugada. [...] E aí eu entrei em contato com a terapeuta, e marquei uma consulta [...]. Ela falou: “pelo amor de Deus, que mãe é você?”, e aí ela elencou um monte de coisas boas que ela sabe que eu proporciono ao Chico... “que por um fator desse tá se autodestruindo?” [...]. A hora que ela falou isso, eu falei: “cara, é verdade, né? O Chico vai ao jogo com a gente com muita frequência, nunca aconteceu isso”. Tudo bem, eu não levo a jogo à noite, não me toquei que era um feriado, que as pessoas passaram o dia todo bebendo [...] e isso agravou tudo. Mas, cara, óbvio que eu não levei ele pro perigo propositalmente, né? E **que culpa é essa?** Então, apesar de eu ter vivido esse episódio recente, isso era muito constante antigamente pra mim, **as culpas, onde eu errei, onde eu não posso errar...** “meu Deus, será que eu tô no caminho certo com o Chico?”.

I Encontro sobre o Trabalho

Margarida: Eu acho que **parte do trabalho do materno inclui... culpa**, né?! [...] Acho que tem culpa em qualquer trabalho de socialização de uma criança, né?! Tem o questionamento de se você tá no caminho certo... até mesmo como professora rola isso: “será que eu tô fazendo, falando as coisas certas, transmitindo os valores?”.

[...]

Maria: [...] É muito importante a mãe, e acho que o pai, enfim... eles terem pessoas que acolham eles, [que] entendam que nem tudo é possível, nem tudo cabe... ou que às vezes você **vai tomar uma decisão aqui que tá sendo mais difícil**, mas que mês que vem você muda, porque mês que vem você vai tá com uma outra cabeça, vai conseguir ser uma pessoa melhor praquela coisa... então, assim, **é um tempo de culpa muito forte** [...]. Eu aprendi muito isso com minha terapeuta, é quase um mantra: a primeira coisa é você se acolher, sacou?! Porque não adianta, **a culpa, ela vai vir de todos os...** por exemplo, a Alice é uma criança que não chupou chupeta [...], mas a Alice chupa dedo, e chupa três. E eu já recebi elogios incríveis pela questão da chupeta, e hoje em dia eu recebo olhares incríveis [de recriminação] por causa da questão do dedo [risos], então...

Margarida: O que você fez pra ela chupar? [tom de brincadeira]

Maria: [...] Você tem que se acolher e entender que... cara, “por quê que foi que eu não dei a chupeta?”[..]. “Por quê a Alice começou a botar o dedo [na boca]? Foi quando ela entrou na creche, [...] ela fez isso pra se acalmar, de repente... então você tem que voltar lááá nas origens pra você... [suspiro]

Isabel: ... quase se **desculpar**, né?!

Maria: Então tá, beleza, tá tudo bem. Mas é... um trabalho eterno. **Culpa é um trabalho eterno.**

Em função da temática da culpa ter aparecido nos discursos das participantes em vários outros momentos, decidimos colocá-la em debate no terceiro Encontro sobre o Trabalho. Reproduzimos abaixo o diálogo (quase) na íntegra.

III Encontro sobre o Trabalho

Lívia: A questão da culpa... porque vocês acham que ela aparece tantas vezes no discurso? Seja de uma maneira irônica, seja de uma maneira real, como um sentimento mesmo?

Isabel: No meu caso, vem quando eu me vejo... ou realizando ou **fazendo algo que de alguma maneira me remeta a alguma coisa que não foi bacana que fizeram comigo**. Então, tipo, se eu... se em algum momento eu grito, se eu sou ríspida com o Chico, isso me machuca muito. Mas porque isso foi uma história muito presente na minha infância. Então você vai remeter a... mas no geral, eu acho que **ela vem associada ao que você ainda não sabe que vai acontecer**. Eu tenho pra mim que a culpa vem, no meu caso, vem um pouco da ansiedade. “Será que eu fiz a coisa certa? Será que esse é o caminho? Será que eu devia ter feito assim? Será que se eu fizer assim isso vai gerar tal coisa? Hmmm, mas será que, ao ter posto de castigo, eu não tô fazendo tal coisa que não é legal?”. Ou “será que...” se eu tiver dado chocolate: “olha, eu disse tanto que eu ia alimentar de maneira saudável e agora esse chocolate?”. Mas eu, pelo menos, **eu não vivencio muito a culpa pelo que os outros pensaram não**. No geral, é comigo, porque eu já sou muito crítica.

Maria: Não precisa nem do outro, né?

Isabel: Não preciso da crítica do outro pra me ferrar não. No geral, **são questões de mim para mim**. [...] Mas eu tenho tido cada vez menos. Eu acho que o crescer do Chico... e também o próprio retorno dele de que “mãe, tá tudo certo”... eles já verbalizam mais, e você fica menos culpada, porque eles já conseguem dizer se foi bacana, se não foi... e se não foi, você conversa. [...] Mas [quando o Chico era] menor, eu acho que sim, porque talvez até as minhas ansiedades, as minhas inseguranças eram banais. Hoje se alguém me disser assim: “ah, mas você deu chocolate?!”, o julgamento vai entrar por aqui e sair por aqui, porque eu já tenho as minhas convicções, porque **eu já aprendi a ser mais mãe, eu já aprendi a confiar no meu taco**. Agora, você tá com um bebê de 15 dias e alguém vira pra você e diz assim: “mas você ainda não deu o mamá?!”, “Não, eu não dei! Meu deus! Era pra eu ter dado? Meu deus!”. **Culpa, culpa, culpa**, porque pô... **você tá aprendendo a ser [mãe]**, né?! Então hoje eu já tenho um pouco mais de convicção, do que é ser e do que é não ser, do que é bacana e do que eu já sinto... de reconhecer no Chico o que funciona pra ele, o que não funciona. Eu acho que eu venho sofrendo um pouco menos. **Acho que a culpa vai acompanhar a gente para sempre**, porque eu vejo a minha mãe cheia delas até hoje em relação a mim. [...] **Eu hoje trabalho melhor a culpa**, acho que ela vai existir pra sempre, mas eu acho que, geralmente, ela vem pra mim **associada a essa coisa de ansiedade... do que vai gerar o que eu não fiz ou o que eu fiz**.

Lívia: Por que você acha que ela vai existir pra sempre?

Isabel: Porque **eu sempre vou ter dúvida do que vai gerar alguma ação minha**. Então, sei lá... mudei de escola: “ai, meu deus, será que eu mudei certo? Será que essa metodologia, lá no futuro...”

Maria: Porque **sempre há um descontrole, né?! Você nunca consegue controlar tudo**. Pro ansioso isso é terrível.

Isabel: Vai que o Chico lá no futuro... ele diz assim pra mim: [...] “essa profissão não era bem o que eu queria”. “Será que foi aquela escola que eu botei construtivista? E não era a católica, apostólica, romana? Deveria ter sido assim pro Chico?”. **Pronto: culpa**. Sabe, assim?

Maria: Eu tomo ansiolítico. Toda vez que eu tomo ansiolítico, [...] a minha mãe sofre [...]. Ela sente culpa quando ela vê que eu estou tendo que tomar remédio para lidar com a minha ansiedade. Será que ela poderia ter feito de diferente? [...]

Isabel: Eu exercito, é exercício. Tem horas que eu me pego... aí eu lembro o exercício que ela [terapeuta] passava, aí eu exercito. Sei lá, um exemplo: “será que eu deveria ter mudado o Chico de creche quando eu tive a chance de ir pra creche XYZ, que era a minha primeira escolha?”. “Isabel, o que na ocasião fez você decidir permanecer na creche X?”. “Essa, essa e essa razão”. “Acabou, fecha a porta e segue em frente”.

Maria: Então, esse é o exercício, né?! [...] **É você voltar no momento que você tomou a decisão...** quais eram os elementos disponíveis pra você poder tomar aquela decisão? [...] Porque **a decisão, ela... ela é temporal, ela é tomada num momento.** [...] Agora, respondendo a sua pergunta [para a pesquisadora]: **eu não sei porque a culpa aparece, mas ela sempre aparece. O que eu aprendi é tentar desfazer** [...].

Isabel: Mas eu acho que isso é um pouco além até do maternar, assim, de verdade. Eu ontem tava num trabalho na XYZ, e alguém fez algum determinado elogio ao trabalho, e uma amiga falou assim: “que bom que você tá falando, porque eu já repeti isso pra Isabel umas 30 vezes, mas ela parece que não acredita”. Não é que eu não acredite, é que eu sempre acho que podia tá melhor, podia ter feito mais [...]. Eu acho que é a mesma coisa no maternar, aquela sensação de que você podia tá... diferente ou melhor, ou enfim, qualquer coisa.

Maria: **A culpa é uma companheira...**

Isabel: Mas acho que com o crescimento da criança, evolui melhor isso.

Elisa: Aí me bateu mesmo uma curiosidade, né?! Se a gente tá pensando no maternar como um trabalho, e meio que comparando com o trabalho formal e tal... isso que você fala “a gente sempre acha que poderia ter feito melhor no trabalho”, [...] eu tava questionando: é culpa o que a gente sente no trabalho formal? Como a gente sente no trabalho do maternar?

Isabel: Eu acho que você pensa que... no trabalho [remunerado], talvez, de alguma maneira você não esteja **lidando com a vida direta**. Talvez na medicina sim, no meu trabalho não é. Então... eu acho que **isso na maternidade fica mais forte**, porque a minha sensação é que **as minhas decisões impactam de alguma forma... no temperamento, nos valores, na... evolução do Chico**. Então, assim, **que responsabilidade você impactar no desenvolver do outro**, né?! No trabalho, talvez isso vá impactar num relatório errado, num...

Maria: Ressaca moral é a mesma coisa que culpa?

Isabel: É, pois é, não sei.

Maria: Eu não sei também. Mas eu acho que a questão pessoal, de... **você tá falando de um filho, que depende de você, num sentindo amplo das decisões**. De fato a palavra culpa cai melhor do que ressaca moral. [...] Eu já tive decisões difíceis, assim, fora do maternar. Mas, realmente, eu não sei se a gente pode chamar de culpa, né?! [...] Eu já tive muita ressaca moral de que... “caraca, devia ter feito totalmente diferente... que decisão foi essa que eu tomei?”

Isabel: “Falei na reunião uma coisa que não devia...”. É uma ressaca moral.

Maria: É!

Isabel: É mais leve.

Margarida: Porque você tem medo de perder o emprego, de ser mal vista pelos colegas, de não sei o que... da reputação ficar ruim... mas **culpa é muito existencial, é uma coisa ontológica**.

Maria: Curioso, eu nunca tinha pensado nisso não... mas é verdade, eu não sei se eu já senti culpa no trabalho.

Margarida: É porque tem... é existencial... é uma coisa, é completamente... acho que agora, botando em perspectiva, é completamente diferente! É completamente diferente.

Para entendermos melhor a questão da culpa materna, é preciso remontar à história da maternidade. Conforme abordamos no capítulo 1, nos séculos XVII e XVIII a maternidade não gozava de prestígio social. Foi a partir do final do século XVIII que os discursos médicos, teológicos, filosóficos e pedagógicos começaram a reputar à maternidade um novo sentido:

Auxiliar do médico no século XVIII, colaboradora do padre e do professor no século XIX, a mãe do século XX arcará com uma última responsabilidade: o inconsciente e os desejos do filho. Graças à psicanálise, a mãe será promovida a 'grande responsável' pela felicidade de seu rebento (Badinter, 1985, p. 237).

Mas, ao mesmo tempo em eram exaltadas a grandeza e a nobreza das tarefas maternas, condenavam-se aquelas que não as realizavam à perfeição: "Da responsabilidade à culpa, foi apenas um passo, rapidamente dado ao aparecimento da menor dificuldade infantil" (ibidem p. 238).

Descobriu-se de repente que ela podia ser considerada responsável por tudo, ou quase tudo. Em todos os dossiês de crianças problemas, em todos os casos de adultos neuróticos, psicopatas, esquizofrênicos, obsedados pelo suicídio, alcoólatras, de homens homossexuais ou impotentes, de mulheres frígidas ou atormentadas, entre os asmáticos ou portadores de úlceras, encontrava-se sempre a mãe (ibidem, p. 326).

A culpa tornou-se, assim, um poderoso aliado para se fazer cumprir as normativas destinadas a regular a vida familiar e individual – as estratégias de controle e convencimento passaram a ser percebidas como concernentes não à uma imposição externa, e sim ao desejo das próprias mães (Moura & Araújo, 2004). Para Donath (1999), "como nos dois últimos séculos passou-se a esperar mais das mães, em contrapartida, diversas mães passaram a esperar mais de si mesmas" (p. 61). Forna (1999) acredita que "a culpa ficou tão fortemente associada à maternidade que é considerada um sentimento natural. Não é. [...] As mulheres se sentem culpadas porque as fazem sentir assim" (p. 21).

O discurso culpabilizante e da super responsabilização materna repercute nas falas de algumas participantes. Margarida acredita que a culpa é parte integrante do maternar, mas não lhe é exclusiva, estando presente em qualquer trabalho que

envolva a responsabilidade pelo processo de socialização. Isabel atribui a culpa ao fato do materno envolver a vida de alguém e, nesse sentido, acredita que ela possa estar presente em outros trabalhos, como o dos médicos. Para ela, a culpa surge associada à dúvida acerca das consequências de suas ações sobre a vida do filho – decisões que impactariam no seu ‘temperamento, valores e na sua evolução’ e até mesmo em um eventual equívoco quanto à sua escolha profissional (‘será que foi aquela escola que eu botei?’). A culpa surge ainda em situações em que Isabel acredita estar ‘repetindo’ para o filho experiências negativas da sua própria infância.

Para Maria, ‘a culpa é uma companheira’, ‘ela sempre aparece’: a ‘culpa é um trabalho eterno’. Entendemos que o termo trabalho a que ela se refere aqui seria no sentido de *Arbeit*, proposto por Dejours (2012a): um trabalho do psiquismo sobre ele mesmo, no sentido de ‘desfazer’ a culpa. Nesse sentido, Maria diz que é preciso fazer uma retrospectiva para entender quais fatores estiveram presentes na ocasião em que determinada decisão foi tomada e que podem estar associados a um dado comportamento (como ‘chupar os dedos’). Desta maneira, como completa Isabel, é possível se ‘des-culpar’.

Interessante notar que mesmo reconhecendo a impossibilidade de ‘controlar tudo’, persiste nas falas de algumas das mães em questão a responsabilização por eventos imprevisíveis. O provérbio judaico “deus não pode estar em todos os lugares, por isso criou as mães” acena para esta suposta onipotência materna.

No sentido oposto, Rosa relata como o fato de ter aceitado que ‘não tem controle de nada’ tem sido ‘libertador’ na vivência do seu materno.

Rosa, conversa 1

Rosa: [...] Uma parada que a Clara veio pra me ensinar... e veio do jeito que ela veio, não só ela, mas a questão da minha separação também... é de que **a gente não tem controle de nada**. Eu tinha muito certinho o checklist da vida: faculdade; casamento; filhos. E aí, quando a Clara nasceu, **tava tudo check... e aí começou a desfazer**, sabe?! E aí eu vi que... a gente não tem controle. E aí é um pouco assim **do macro pro micro**: a gente tá dando vacina no menino, esperando que a vacina dê conta de não dar sarampo, não dar gripe, não dar sei lá... tétano na criança, mas isso pode acontecer! Claro que a gente quer o melhor pros nossos filhos, mas a gente não tem controle das coisas... e por mais maluco beleza que isso soe, **isso é tão libertador...** você ter noção que você tem a responsabilidade pelo bem-estar daquela criança, daquele ser humano, daquela pessoinha que é a coisa mais importante da sua vida... mas **você não tem o controle sobre o bem estar**.

Nesta fala, Rosa procura separar os termos ‘responsabilidade’ e ‘controle’ – o materno envolveria responsabilidade pelo bem estar do outro, mas não há

possibilidade de controle de todas as variáveis envolvidas (o que vale, na verdade, para vida em geral).

EIXO 5 – ‘A sintonia fina’⁴¹

No eixo 2, abordamos, dentre outras questões, o confronto com o real do maternar: mesmo munida com todas as contribuições aportadas pelas técnicas de puericultura desenvolvidas cientificamente ou pelo patrimônio da experiência de parentes e amigos, toda mãe irá se deparar com situações em que sente que os saberes já apreendidos não são suficientes para lidar com as variabilidades que se apresentam. E apesar de um sofrimento inicial de se deparar com o imprevisto que lhe desafia, ela poderá criar formas de lidar com aquela situação inédita e se desenvolver como mãe.

A definição de trabalho da Psicodinâmica do Trabalho nos ajuda a compreender como esta atividade envolve não ficar preso ao fracasso. Assim, a riqueza do trabalho humano está justamente na possibilidade de retomar a iniciativa nas situações onde se fracassou inicialmente, por meio da mobilização de uma inteligência criativa, que produz novas estratégias e novos saberes, denominada por Dejours (2012a) de ‘inteligência da prática’ (conforme abordado no capítulo 3).

Ao iniciarmos nossa pesquisa de campo, um de nossos interesses era aprofundar o entendimento acerca do conceito de inteligência da prática no maternar. No entanto, nos deparamos com uma dificuldade já esperada: uma série de obstáculos se opõe à visibilidade do trabalho, e mais especificamente à sua inteligência da prática – o essencial do trabalho não se vê nem se observa (Dejours, 2008). Como ter acesso à esta inteligência se, em algumas situações, aquelas que maternam nem sequer se dão conta conscientemente dos procedimentos que adotam, tal é a maneira pela qual eles estão enraizados em seu corpo?

Nesse sentido, já na primeira fase da pesquisa, tivemos dificuldades em estruturar questões que nos ajudassem a disparar esta temática nas conversas individuais. Ainda assim, ela apareceu, tímida, em algumas dessas conversas. Maria a colocou em cena ao afirmar que não acreditava ‘nessa coisa do instinto’.

Maria, conversa 1

Maria: [...] **Eu não acredito nada nessa coisa do instinto.** Claro que eu acho que a mãe tem uma... no meu caso, eu acho que o pai também, porque o meu marido é um pai muito presente... mas eu acho que **o instinto, ele está muito na presença**, está muito naquele dia a dia que você acaba tendo aquela **sacadinha** antes de alguém, entendeu? “Poxa, ela [filha] não está legal, ela não está bem com alguma coisa e tal”. Mas não é uma coisa assim:

⁴¹ O título é uma referência à fala de Margarida, analisada neste eixo.

"ah, eu nasci mãe". Não, você não nasceu mãe, meu amor, você virou mãe. E tudo bem, **eu não nasci mãe, eu me tornei mãe, e estou me tornando mãe todos os dias** [...].

Lívia: E essa sacadinha que você estava falando, você não atribui à questão do instinto e sim a...?

Maria: **Ao estar junto**, o dia todo, **conviver**. Às vezes não estar o dia todo, mas você ouvir relatos... como que ela [filha] foi, como ela estava no colégio, enfim... [...]. Eu acho que a **minha percepção**, a minha e a do pai, a nossa convivência, o nosso estilo de maternar e paternar, nos dá a possibilidade de ter esse **feeling**: "bem, tem alguma coisa dando errado ou tem alguma coisa dando certo...".

Lívia: Você acha que é algo que é da ordem do aprendizado?

Maria: **Do aprendizado, da troca**.

Lívia: Eu também acredito muito nisso. Mas essa coisa do instinto materno ainda é uma ideia que tem um peso, um simbolismo muito forte ainda hoje.

Maria: Porque ele existe. Para mim ele existe, só que **ele é construído**. Ele é uma construção, é você **aprender a olhar para o outro** [...]. Então, eu acho que existe um **instinto construído**, que é uma coisa que é completamente absurda se você for falar de instinto.

Ao reconhecer a existência de um tipo de percepção refinada (denominada de 'feeling', 'sacadinha') desenvolvida a partir da convivência com a criança, Maria aponta para uma característica essencial da inteligência astuciosa: ela é fruto da prática. Diferentemente da noção de instinto, que aponta para algo inato e automático, a sensibilidade descrita por Maria só é viabilizada a partir do contato corporal e afetivo com as atitudes corporais do outro ('aprender a olhar para o outro', segundo ela). Ou seja, apenas a experiência do trabalho de maternar pode torná-la possível. Para reforçar a não automaticidade desta percepção refinada, Maria apropria-se (intencionalmente ou não) do enunciado "ninguém nasce mulher, torna-se" (Beauvoir, 1967, p. 9) e faz uma deriva: 'eu não nasci mãe, eu me tornei mãe, e estou me tornando mãe todos os dias'.

Durante nossa primeira conversa individual com Cecília, ela também comenta sobre o seu 'nascimento' enquanto mãe. Ainda que, em um primeiro momento, tenha dito que quando a filha nasceu, ela como 'mãe nasceu também', logo na sequência, ela usa o mesmo verbo no gerúndio: 'eu fui nascendo junto com ela'.

Cecília, conversa 1

Cecília: [...] Eu acho que quando a Marina nasceu, a mãe nasceu também. [...] Eu acho que **eu fui nascendo junto com ela**. [...] No começo, eu acho que eu **demorei um pouquinho a atinar**. Por exemplo, eu lembro até hoje, na maternidade: [...] num dado momento, o Gilberto [marido de Cecília e pai da Marina] falou: "caramba, tem que trocar a fralda!". Já tinham se passado sei lá quantas horas e tava um negócio nojento. Aí ele trocou a primeira fralda. Quando chegou em casa ele deu o primeiro banho. [...] Esse começo eu observei

muito mais ele do que eu tomei a iniciativa. [...] Eu observei ele. A minha mãe ficou comigo também, no começo, e aí eu observei esses cuidados básicos, que poderiam ser feitos por qualquer outra pessoa, [...] e fui aprendendo. [...] Então, aos pouquinhos, cada coisa ao seu tempo, **eu vou me ligando** que tem que fazer algumas coisas.

O relato acerca dos primeiros momentos com a filha, Cecília também ressalta que não há um despertar automático das habilidades necessárias para o cuidar: no começo, ela afirma que ‘demorou a atinar’ sobre o que precisava ser feito e que os cuidados foram assumidos pelo seu marido (e poderiam ser feitos, segundo ela, ‘por qualquer outra pessoa’).

Nesse sentido, e na esteira do que temos afirmado, Chodorow (1990) vai dizer:

Além dos possíveis componentes hormonais do cuidado materno logo após o parto do seu filho (e mesmo esses não atuam independentemente), nada há na fisiologia das mulheres parturientes que as tornem especialmente adaptadas para o cuidado infantil posterior, nem há qualquer razão instintual pela qual elas devam ser capazes de executá-lo (p. 50).

Não existe, portanto uma ‘caixa de ferramentas inata’ que induziria as mulheres, mais do que os homens, a cuidar dos filhos (Donath, 2017).

De maneira semelhante à Maria, Cora relata como ela desenvolveu, a partir do maternar, uma ‘sensibilidade maior’.

Cora, conversa piloto

Cora: [...] Eu vejo que a mulher, quando ela passa a ser mãe... eu vou falar por mim... o saber ouvir o outro... o Caetano [filho] **me ensinou muito** disso. E é o **saber ouvir nos gestos**, não é só na fala, porque eu tinha que **olhar para ele** e entender o que ele estava vivendo ali, o que ele estava sentindo. Ah, ele estava se mexendo, mas ele se mexer era porque ele estava com frio, é porque ele estava com...? Então, é uma **sensibilidade maior** [...]. Não é só a fala... **o que ele quer dizer com o corpo** também? E isso eu aprendi com o Caetano, porque no início ele não sabia falar [risos]. E eu fiquei "gente, ele não sabe falar!" [...] E como é que vai ser isso, né? E dá super certo! Quando você consegue se calar e ver como ele está reagindo a um gesto de amor ou alguma brincadeira, cosquinha, isso é impressionante... E como isso fez diferença na minha vida como profissional. Eu acho que essa habilidade, por exemplo, foi uma que **eu desenvolvi como mãe** [...].

A sensibilidade a qual Cora se refere funciona, como nos ensina Dejours (1993), graças à uma espécie de mimetismo com as exigências da tarefa, que solicita os sentidos – o ‘saber ouvir nos gestos’ – e suscita a curiosidade, em busca de uma explicação. Ela cita, por exemplo, como um sinal visual (o filho estar se

mexendo) pode alertá-la para o fato de que ele está precisando de algo ('é frio?'). Trata-se, assim, de uma sensibilidade adquirida pelo corpo a partir da experiência de confrontação com o real do maternar.

Conforme abordado no capítulo 2, a apropriação pelo corpo de um novo registro de sensibilidade requer que se efetue um trabalho psíquico de remanejamento da subjetividade – uma transformação de si (Dejours, 2012a). Ao preço deste trabalho (*Arbeit*) nascem as habilidades que, uma vez adquiridas, podem se infiltrar em outros trabalhos (*poiesis*) além do maternar. Nesse sentido, Cora diz que a habilidade de 'ouvir o outro', desenvolvida como mãe, 'fez diferença na sua vida como profissional'.

Se a fala de Cora nos ajuda a apreender o que a subjetividade deve à experiência de trabalho, o trecho abaixo de Margarida nos remete ao enunciado inverso: a maneira através da qual a inteligência no trabalho se apropria da subjetividade.

Margarida, conversa 3

[Conversa pós-observação sobre o maternar. Margarida está comentando como algumas vivências da sua infância e adolescência lhe ensinaram a confiar em suas intuições]

Margarida: [...] Eu sou uma pessoa muito intuitiva, muito sensitiva.

Lívia: Essa questão da intuição, você acha que isso aparece de alguma maneira no seu maternar?

Margarida: Eu acho que eu não percebo que é intuição na hora. Mas é intuição. É uma **sensibilidade muito afinada... sintonia fina!** Sabe? [...] Você conseguir perceber a relação entre as coisas. Essa sintonia fina te permite **ver relações que outras pessoas não veem.** [...] Então, a coisa mais banal, digamos assim... que foi aquela coisa da pipoca [referindo-se ao fato de que, durante a observação da atividade, o filho pediu para ela comprar pipoca, mas não comeu logo na sequência]. Eu sabia que ele queria a pipoca. E eu sabia que ele não ia comer a pipoca até ele beber água, sacou? Porque **eu conheço ele**, eu já **observei** ele suficiente pra perceber isso. Ou seja: pode ser chamado apenas de observação, **aprendizado a partir da observação**, mas tem gente que observa a vida toda e não percebe essas relações. Por isso que eu chamo isso de sintonia fina. E isso é meio que **uma prática**. Eu olho pros meus alunos quando eu tô dando aula, eu olho o gestual inteiro deles. [...] **Tem um quê de formação profissional nisso, porque eu sou antropóloga**, eu estou o tempo todo olhando os gestuais culturais... aquilo que é cultural, aquilo que é pessoal... então eu tô o tempo todo percebendo isso, ligada nisso, treinada pra olhar isso... [...] No geral, eu tô o tempo todo observando, fazendo essas **leituras das entrelinhas**.

Lívia: Com o Zico inclusive?

Margarida: Com o Zico inclusive. Aí tem dias que você percebe, né, que a criança não tá tão bem emocionalmente, tá mais insegura, tá mais irritada. Isso já é mais fácil, porque fica tão explícito... Mas **basta um olhar**, um olhar... [...] Eu acho que **ele dá sinais**, né? [...] Eu percebo na vida dele que, quando ele tá com fome, precisando comer, ele fica precisando de um monte de outras coisas. Na verdade é a necessidade de saciar a fome, mas aí ele

quer brinquedo, ele quer comprar coisa numa loja, ele quer botar outra roupa, ele quer fazer um monte de coisas. Mas na verdade tudo o que ele precisa é comer.

Neste trecho, Margarida comenta de que maneira o seu maternar se vale de um registro de sensibilidade anterior a ele, adquirido a partir de experiências durante a sua infância e adolescência e também a partir da sua formação e do seu trabalho profissional.

O trabalho está fundamentalmente preso à subjetividade, mas deve-se reconhecer, também, que ele se nutre dessa subjetividade e do empenho da corporeidade na habilidade técnica, afinal, é o corpo e a subjetividade que conferem à inteligência no trabalho sua genialidade, ou seja, seu poder de pressentir soluções, de descobrir, inventar artimanhas, memorizar a experiência e a virtuosidade – o que é chamado em termos usuais de “engenhosidade” (Dejours, 2008, p. 58).

Essa ‘sintonia fina’ ou a capacidade de ‘ver relações que outras pessoas não veem’ é, segundo Margarida, resultante de uma ‘prática’. Ela ressalta, no entanto, que não há caráter de automaticidade entre a prática e a aquisição desta habilidade: ‘tem gente que observa a vida toda e não percebe essas relações’. Acrescentaríamos, com Dejours (2012a): essa sensibilidade não é dada de antemão – é necessário que se efetue um trabalho de transformação de si.

Interessados em seguir aprofundando nosso entendimento acerca da inteligência da prática no maternar, apesar de todos os obstáculos que se opõem à sua visibilidade e das limitações metodológicas para ultrapassá-los, decidimos que ela seria uma das temáticas a ser trabalhada no primeiro Encontro sobre o Trabalho. Iniciamos esse encontro a partir de um debate em torno dos conceitos de trabalho prescrito, trabalho real, real do trabalho, normas antecedentes e renormatizações. O conceito de inteligência da prática foi apresentado na sequência, a partir da “deixa”⁴² de uma das participantes. Reproduzimos abaixo o debate que se deu na sequência. Em função da extensão do diálogo, decidimos apresentá-lo de maneira entremeada com algumas de nossas análises.

I Encontro sobre o Trabalho

Isabel: [...] Eu acho que hoje, com o Chico à beira de completar os seus 5 anos, eu consigo ter a maturidade de jogar fora um monte de coisa que eu ouço, um monte de opinião que não me serve... puf, “ok, isso não valeu”, porque eu já estou mais...

⁴² No sentido usado no teatro: uma indicação que identifica o instante apropriado de agir.

Rosa: No que concerne ao bebê e à criança pequena, né?! Porque daqui a pouco, com sete [anos] ele tá fazendo um negócio na escola, e já tá você assim, arrancando os cabelos, super preocupada...

Isabel: Mas de mim comigo mesma [...]. Porque eu acho que você vai ganhando confiança... porque eu acho que você entende que... cara, **mãe vai saber... é você quem vai saber**. Isso eu acho que **a gente só ganha com o tempo**.

Lívia: Eu vou pegar esse seu gancho. [...] Você falou: “mãe vai saber”...

Isabel: **É instintivo, né?!**

Interessante que, ainda que tenha utilizado o termo ‘instinto’ para justificar que a ‘mãe vai saber’, Isabel havia afirmado que a confiança nesta premissa é adquirida com o tempo. Isto talvez sugira o uso do termo ‘instinto’ numa acepção que o afasta da definição estritamente ligada aos componentes biológicos. O próprio dicionário Aurélio (2000) remete o termo a dois significados:

Fator inato de comportamento dos animais, variável segundo a espécie, e caracterizado, em dadas condições, por atividades elementares e automáticas; Impulso espontâneo e alheio à razão; intuição.

[continuando]

Lívia: Eu queria trazer um outro conceito, que é da Psicodinâmica do Trabalho, que é o conceito da inteligência da prática [apresentamos o conceito]. Acho que a Maria, em um determinado momento da nossa conversa [individual], usou o termo “sacadinha” ou “*feeling*”, né? E aí tem uma frases que eu separei... você [para Isabel] falou: “uma mãe sabe”. [Apresentamos a frase abaixo em mídia e impressa em papel]:



[Fonte: <http://www.macetesdemaee.com/>]

Lívia: Não é pra vocês concordarem não... problematizem se não concordarem.

Maria: [...] É engraçado... isso [referindo-se à frase] **te dá um poder também sobre a criança...** que às vezes **te cega** um pouco também, né?!

Rosa: Eu confesso que **eu não quero esse poder...**

Maria: É, exatamente, tipo...

Rosa: O meu maior trabalho da maternidade [...], hoje em dia, é tirar esse poder... e é **desconstruir essa figura**. Eu tenho muitos amigos que não tem filhos. [...] E todo mundo fala: “nossa, porque a Clara é uma criança ótima, fantástica... a Rosa faz um trabalho maravilhoso, é uma super mãe”. E eu falo: “gente, não sou só eu” [...]. Sou eu, é o pai, são os avós, são os cuidadores. Então, eu vejo uma frase dessa... “uma mãe entende até o que o filho não disse”, gente... **é um cuidador, não é a mãe. Vamos tirar esse papel da mãe, desconstruir isso**. Eu não quero essa carapuça de mãe que entende o que o filho não diz. **Eu entendo? Eu entendo, mas não sou só eu**. Eu acho que todos que se aproximem do cuidado, da rotina de uma criança... que ame uma criança, que se doe, que doe o seu tempo para uma criança... essa pessoa, como cuidador dessa criança, ela vai ter que isso aqui [referindo-se à frase].

Quando escolhemos a frase acima, imaginávamos que o debate entre as participantes giraria em torno desse registro de sensibilidade citado por elas em algumas de nossas conversas individuais – a partir do contato corporal e afetivo com as atitudes corporais do filho seria possível ‘entender o que ele não disse’. No entanto, ainda que tenhamos explicitado, no início do encontro, a concepção de maternar de que temos nos valido (enquanto função não exclusiva à mãe), a frase gerou, à primeira vista, um incômodo, visto que era o termo ‘mãe’ que ocupava o lugar de sujeito do enunciado. Assim, o diálogo que se seguiu colocou em relevo um outro debate: Maria e Rosa concordaram sobre a necessidade de ‘desconstruir esse papel’ ‘de mãe que entende até o que o filho não disse’ – esse ‘poder’, como afirma Rosa, não seria da mãe e sim de todos os cuidadores que ‘se aproximam da rotina de uma criança’.

A afirmação destas participantes está em consonância com o que temos apontado até aqui: o denominado ‘instinto materno’ ou esse ‘poder’ atribuído às mães é, na realidade, uma exigência de trabalho mobilizada por certas atividades e, nesse sentido, secundária à experiência do maternar. Essa sensibilidade às necessidades do outro é, portanto, uma diferenciação contingente ao trabalho de cuidado e não inata, instintiva ou relativa à “essência” da mulher/mãe. E, se é contingente às mães, o seu conteúdo torna-se disponível a todos os cuidadores que assumam o maternar.

A necessidade de ‘tirar esse papel da mãe’, sinalizada pelas participantes, remete, em nosso entendimento, à duas questões: o desejo de uma divisão diferente do trabalho de cuidado dos filhos e o desejo de desconstruir um ideário materno de

mãe que tem que entender o que o filho não diz. O diálogo a seguir aponta nesta direção:

[continuando]

Maria: Eu vou problematizar mais: **eu não sei se eu entendo**.

Rosa: Não, e ainda tem isso!

Maria: Ainda tem isso, entendeu?

Rosa: A partir do momento em que a gente tem uma criança aqui, que nós todos **compartilhamos o cuidar** dessa criança, eu posso não entender o que essa criança não disse, porque eu sei que alguma de vocês vai entender... e, gente, **isso é leve**, é isso.

Maria: Interessante, não tinha pensado sobre isso.

Rosa: Pra gente estar aqui e agora, conversando sobre isso, é porque a gente tem em casa, ou em outros lugares, alguém que tá lá, cuidando dos nossos filhos. [...] É isso, gente, é **se permitir não entender**, sabe?!

O que as participantes sinalizam, assim, é que o ‘papal da mãe’ carrega em si uma série de concepções (incluindo a ideia de um instinto materno) que tem um peso muito grande sobre aquelas que maternam – não saber ou não sentir o que é esperado delas pode provocar sentimentos de inadequação, frustração e culpa. A noção de instinto materno é, desta maneira, bastante opressora pela sua negativa – como é não entender ‘o que filho não diz’?

Nesse mesmo sentido, Badinter (1985) questiona: “o que é um instinto que se manifesta em umas e não em outras? Devemos considerar “anormais” todas as que o desconhecem?” (p. 20). E completa em obra posterior: “cabe perguntar se o apelo sempre renovado do instinto materno, e dos comportamentos que ele pressupõe, não é o pior inimigo da maternidade!” (Badinter, 2011, p. 13).

Ainda que diversas autoras tenham demonstrado que não há evidências de que a noção de instinto materno se aplique à espécie humana (Beauvoir, 1967; Badinter, 1985, 2011; Chodorow, 1990), “continua-se a pensar que o amor da mãe pelo filho é tão forte e quase geral que provavelmente deve alguma coisinha à natureza” (Badinter, 1985, p. 21). No trecho abaixo, Isabel retoma o termo ‘instinto’ ao levantar a hipótese de que talvez ‘o gerar’ (a gravidez) possa desenvolver uma ‘percepção mais aguçada’ das mães em relação aos filhos (em comparação à percepção dos pais). Para colocar em debate a sua hipótese, ela traz a sua própria experiência: em relação ao marido, ela seria mais capaz de reconhecer ‘sinais não tão claros’ emitidos pelo filho.

[continuando]

Isabel: [...] Eu li [a frase] um pouco diferente. Eu, de fato, acho que **todo mundo que tá muito próximo é capaz ou não, de entender** o que uma criança diz com um sinal de corpo, com um sinal de pedido, **com um olhar** e tal... mas eu acho... e aí eu também não acho que é só a mãe... mas eu acho que existe entre mãe e filho, ou pai e filho, alguma relação... que pode ser com mãe ou não, e aí eu concordo que eu tiraria a palavra mãe dessa história... existe alguém ou alguéms que são capazes de ter... que pra mim é um pouco disso aqui [apontando para a charge abaixo, também apresentada pelas pesquisadoras no encontro]... que isso é **mais instintivo**.



[Fonte: <https://www.facebook.com/amaesolo/>]

Isabel [continuando a fala acima]: Eu vou dizer... o João [marido e pai do filho de Isabel] é um cara extremamente participativo da rotina do Chico. Mas **o meu olhar**, em alguns pequenos detalhes, em alguns aspectos do Chico, de percepção, **é mais aguçado**. Talvez a minha relação de empatia, de sinergia, de... com o Chico, seja um pouco mais aguçada. Não vou dizer nem que maior, nem que menor, do que talvez ele com o João. A despeito de que, se o Chico tiver um pouquinho mais calado, ele [o pai] vai dizer: “é, Chico não acordou tão bem hoje”, ele vai perceber os sinais. Mas **um sinal que não é tão claro, eu acho isso, que eu tenho essa coisa instintiva**.

Rosa: Mas você não acha que, talvez, ele tenha outras percepções, que você não tem tão aguçadas?

Isabel: Não sei, pode ser, não sei. Talvez porque ele não externalize essas percepções...

Rosa: Talvez, se a gente perguntar pra ele, pro João, ele vai falar exatamente a mesma coisa que você... isso, assim, tô falando sem conhecer...

Isabel: É, tô pensando, tô pensando mesmo...

Rosa: ... que você não perceba, como mais aguçada. Como ele talvez não perceba essas que você tá colocando como mais aguçadas que as dele. Eu vejo isso, que é realmente o que eu vivo.

Isabel: É, não sei... é que eu me pergunto se **o gerar**... e eu também não tive filhos adotivos ainda... eu não sei se isso [refere-se à gravidez e coloca a mão na barriga] traz pra gente uma ligação...

Rosa: Eu acho que o gerar, naquele primeiro momento ali, bebê, recém nascido, criança pequena, 1 ano e meio, 2 anos, eu acho que tem essa questão. **Outras pessoas podem desenvolver isso**, inclusive pais adotivos e tal, e aí entra total nisso aqui [referindo-se à charge acima]... você tá ali, e aí acho que **é o amor que constrói isso**. Então, naquele primeiro momento é hormonal, é instintivo, a gente é muito bicho, tem muito essa coisa de... pô, o peito encher quando a criança tá com fome! É isso [referindo-se novamente à charge]. Mas, eles vão crescendo e...

Maria: Eles vão complexificando também, né?!

Rosa: E eles vão criando outras ligações, outras relações. Pra mim, é **muito libertador** pensar assim: “ai, que ótimo que eu esqueci a agenda”, eu posso esquecer a agenda da criança.

Isabel: Sim.

Rosa: ... porque senão fica isso, sabe?: só eu lembro da agenda, só eu sei o que vai na mochila... [...] “Uma mamãe entende até o que o filho não disse” [repetindo a frase apresentada]: **óbvio que eu entendo muita coisa, mas eu quero me permitir não entender também**.

Isabel: Sim.

Rosa: Quero me permitir... quero permitir a ela [à filha] que ela crie laços com outras pessoas que não pai e mãe. [...] **Isso é você tirar essa responsabilidade de... essa carga de ter que entender totalmente**.

Isabel: Ser o único, né?

Rosa: Eu não quero ser a única pessoa que entende da minha filha no mundo. Não quero. Porque é isso... se eu não tô mais aqui...

Isabel: Concordo.

Rosa: ... não tem mais ninguém que entenda. E ela pode não me querer, não querer que eu entenda. Ela pode querer a compreensão de outras pessoas, a visão de outras pessoas.

Ao levantar a hipótese de que a gravidez possa desenvolver na mãe uma maior capacidade para determinadas habilidades, Isabel coloca em cena o complexo entrelaçamento entre natureza e cultura – debate antigo que atravessa o materno.

Embora ninguém negue a imbricação entre natureza e cultura, nem a existência dos hormônios da maternagem, a impossibilidade de definir um comportamento materno próprio à espécie humana enfraquece a noção de instinto e, com ela, a de ‘natureza’ feminina (Badinter, 2011, p. 70).

Não se trata, como afirma Chodorow (1990), de questionar a realidade das experiências biológicas das mães – gravidez, menstruação, parto, menopausa, aleitamento (que, como sinalizam Rosa e Isabel, nem sempre ocorrem, como no caso de uma mãe adotiva). Trata-se sim de questionar especificamente se elas criam uma base para cuidar de crianças. Para nós e para esta autora,

O fato de que as mulheres tenham um intenso e quase exclusivo papel materno deve-se a uma transposição social e cultural das suas capacidades de dar à luz e amamentar. Não é assegurado ou causado por essas próprias capacidades (Chodorow, 1990, p. 50).

Não raro, no entanto, temos a impressão (quando não a certeza) de que, em relação aos pais, as mães têm mais habilidade (incluindo aí essa sensibilidade refinada) para cuidar dos filhos. Como já sinalizamos no capítulo 3, acreditamos que isso se deva a dois fatores. Em primeiro lugar, em geral, são as mães que assumem os principais cuidados dos filhos. Nos primeiros momentos de vida do bebê, isso se deve, em parte, à questões biológicas (é a mãe quem engravida, pari e tem a possibilidade de amamentar no seio), mas também à questões sociais (já exploradas a partir da noção de divisão sexual do trabalho) e econômicas (as diferenças salariais entre homens e mulheres, por exemplo, podem pesar no momento de decidir quem será o principal responsável pelos cuidados dos bebês e crianças). Assim sendo, serão as mães que terão mais condições de desenvolver esse registro de sensibilidade que, como vimos, é viabilizado a partir da experiência de cuidar.

O segundo fator (ou o primeiro, se considerarmos a ordem temporal) diz respeito aos processos de socialização diferenciados segundo o sexo biológico, e que constroem desde cedo para as meninas “qualidades femininas” coerentes com as atribuições maternas. Brincando, ajudando e, com frequência, assumindo as tarefas domésticas (principalmente no caso de famílias mais pobres), as meninas aprendem competências e saberes que nos ajudam a entender porque elas têm, em geral, maior familiaridade com o materno (ou esse ‘olhar mais aguçado’, sinalizado por Isabel), mesmo antes de se tornarem mães.

Poderíamos ainda acrescentar um terceiro fator: existe uma pressão social/cultural para que as mães, mais do que os pais, entendam (ou finjam entender) os filhos. Conforme abordado no eixo 3 de análise, é ela que, em geral, será culpabilizada por qualquer mal que venha acometer os filhos.

Ao passo que, por um lado, as mulheres vivem sob a sentença de que ‘as mães sabem o que é melhor’, ao mesmo tempo é a mãe que se costuma culpar por ser afetuosa ou distante demais, dominadora e superprotetora ou indiferente e desapegada demais, principalmente por um motivo: é ela, em termos gerais, que está presente durante a infância dos filhos. Ou é a única que se acusa por não estar presente (Donath, 2017, p. 62).

Rosa aponta, na fala exposta acima, a necessidade de ‘tirar essa carga’ e ‘se permitir não entender a filha’. No trecho abaixo, as participantes dão continuidade a este debate:

[continuando]

Maria: [...] Quando eu falo que eu, às vezes, não entendo [a filha], é porque a gente é muito diferente em alguns momentos. Então, às vezes eu não consigo simplesmente entender o que ela faz.

Rosa: Mas é isso, você não entende e tudo bem não entender. Essa é a parada. Tem muita gente, mães, por anos e anos, que **se obrigam a entender**. E aí, **quando não entende, sofre, porque você é mãe, porque você tem...** gente, não! [...]. **Eu vou ter que entender só porque ela** [a filha] **saiu daqui** [colocando a mão na barriga]? Não, gente... outro indivíduo... eu tô ali, dou apoio, dou amor, dou suporte... toda a questão financeira, comida e educação... mas assim, entender?...

Isabel: [...] Eu acho que, quando você não entender, vai ter momentos que tudo bem você não entender... e vai ter momentos que não tá tudo bem, porque vai te fazer bem buscar entender. [...] Mas eu acho que o exercício é esse... **tudo bem não entender... chega de buscar essa coisa da perfeição, né?!**

Rosa: É! Isso é uma coisa que foi exercício durante um tempo, e agora é uma coisa mais fluida. [...] Durante muito tempo, eu não tive a escuta, principalmente do pai dela, de... “olha, tá acontecendo isso aqui, isso ali”. Rolava um... um orgulho assim de... **eu não posso admitir que eu não percebi isso antes dele...**

Isabel: Uhum...

Rosa: E aí, é isso, trata isso, trabalha isso em si... e agora existe uma troca, sabe?! Tanto que ele traz pra mim, assim: “olha, ontem voltou assim da escola”. Aí, a gente faz o check list: “ó, aconteceu isso, isso e isso”. Ou eu já aponto logo: “foi isso”. Ou, então, eu não sei e ele também [fala]: “não sei”. E sei lá.... fodeu... [risos de todas], se nem eu, nem você estamos entendendo... Mas é **aceitar que não precisa entender** e buscar quem é que pode ter entendido, ou quem é que pode auxiliar a gente a entender... porque, cara, é muito complexo....

Maria: Muito complexo... é um outro ser humano, né?!

Rosa: É outro ser humano!

Rosa ressalta como muitas mães ‘se obrigam a entender’ os filhos, e ‘quando não entendem, sofrem’. Nesse mesmo sentindo, Donath (2017) pontua:

Como nos dois últimos séculos passou-se a esperar mais das mães, em contrapartida, diversas mães passaram a esperar mais de si mesmas enquanto penetram cada vez mais fundo em um mundo de sentimentos sombrios, culpa, autoanálise e todos os matizes de ambivalência (p. 61).

A própria Rosa sinaliza que foi um ‘exercício’ admitir que, em certas ocasiões, não havia percebido, antes do pai, algum aspecto do comportamento da filha. Ela também questiona se ‘tem que entender a filha’ só porque ela saiu da sua barriga.

Afirmamos, com Chodorow (1990), que é um erro (que ainda persiste) presumir que a capacidade das mulheres de dar à luz e nutrir crianças se estenda ao desempenho de todos os aspectos do cuidado infantil. Nessa mesma direção, Badinter (1985) ressalta:

Não parece existir nenhuma harmonia preestabelecida nem interação necessária entre as exigências da criança e as respostas da mãe. Nesse domínio, cada mulher é um caso particular. Algumas sabem compreender, outras menos, outras sequer compreendem (p. 18).

Acreditamos que fazer uso do conceito de inteligência da prática e refutar a noção de instinto materno possa contribuir para ‘tirar da mãe essa carga de ter que entender’ os filhos. Se acreditarmos que esse registro de sensibilidade é instintual, por definição, ele teria que ser automático e infalível, e toda exceção precisaria ser analisada, necessariamente, em termos de patológicos.

Se, no entanto, considerarmos que essa sensibilidade é contingente ao materno e mobilizada frente ao real do trabalho, estamos admitindo não apenas a sua complexidade, mas também a possibilidade, frente a reveses renovados, desta inteligência astuciosa não ser suficiente, exigindo daquela (ou daquele) que materna um trabalho de produção de novas estratégias e novos saberes.

No segundo Encontro sobre o Trabalho, o conceito de inteligência da prática voltou a aparecer no diálogo entre as participantes, em um momento em Rosa explicita algumas de suas estratégias astuciosas para lidar com a filha, que também tem, por sua vez, as suas próprias astúcias.

II Encontro sobre o Trabalho

Margarida: [...] A fantasia, pra gente, é invisível, né?! [...] Pra você entender a fantasia de uma criança, às vezes você vai levar dias até compreender.

Rosa: Teve momentos que eu não entendia, sabe aquela coisa? Eu virava a chavinha, eu precisava entrar na brincadeira. A Clara teve uma fase... ela tinha uns 2 anos e meio pra 3 anos, e a professora dela da escola era a tia Débora. A Clara não atendia por Clara, eu precisava mandar tia Débora escovar o dente, tia Débora vir comer, tia Débora... ela era a tia Débora. E eu, realmente, no início eu ficava meio... mas **depois eu vi que funcionava**. Isso durou semanas, [...] eu tratava ela como tia Débora, e tudo ia [funcionava]. Pra mim, esse episódio da tia Débora foi muito claro, porque **foi quando eu entendi que com ela...** eu entendo que com outras crianças pode até ser algo mais fluido, mas com ela... é da personalidade dela, **tem horas que eu tenho que entrar na brincadeira, porque senão eu não consigo fazer nada**, sabe?! É isso, é entrar naquele mundo ali... A gente ontem foi à praia no final do dia, e ela tava numa de medo, entrou nessa fase dos medos. “Ai, não quero ir, porque acho que vai vir uma onda e vai me levar”. E eu: “Clara, isso aí não vai acontecer e tal”. E ela não queria... e ela adora ir à praia, mas ela não queria sair de casa, com uma

cara de medo mesmo. Eu me lembro que eu falei assim: “então vamos colocar os nossos capacetes, nossas luvas de mergulho”. Cara, ela entrou na parada e fomos, [ela] super aproveitou e tal, curtiu. Mas, com ela, **tem uma hora que não existe bater de frente, tem que entrar na brincadeira**, na fantasia e ir. E é essa coisa do tempo mesmo, do tempo de eu perceber isso, de eu construir junto com ela ou de eu entrar na onda dela e vamos nessa. [...]

Margarida: Que é uma sensibilidade, **uma sensibilidade que não é concreta, que não é explicável, que é intuitiva...** que é um pouco do que a gente falou no outro encontro. A gente falou da intuição como guia nas relações. Então tem essa não concretude desse tipo de sensibilidade. É um tipo de sensibilidade que às vezes você tem, a gente tem, e que, às vezes, a gente não consegue acionar. E tem gente que não consegue acionar quase nunca.

Ao revelar algumas de suas estratégias astuciosas, Rosa coloca em cena algumas características da *métis*, apresentadas no capítulo 3. Trata-se de uma potência do engano, que age por disfarce e que, para domar o devir, brinca de astúcia com ele, revestindo-se das suas formas (ou das suas fantasias).

É, portanto, um agir curvo, que opera não pelo emprego da força (‘não existe bater de frente’) e sim pela flexibilidade – é preciso ‘entrar na brincadeira’, vestir seus ‘capacetes’ e ‘luvas de mergulho’. A *métis* é, assim, a arte da diversidade, um espírito fértil que possibilita inventar ou descobrir recursos, soluções, “uma saída escondida” (Détienne & Vernant, 2008, p. 29).

No terceiro Encontro sobre o Trabalho, a temática da inteligência da prática foi retomada pelas pesquisadoras, mas, partir de um comentário da Isabel, tomou um outro rumo: a questão da cooperação das inteligências.

III Encontro sobre o Trabalho

Lívia: Eu trouxe algumas falas [dos encontros anteriores] que eu acho que tem a ver com esse conceito da inteligência da prática [...]. Essa, se eu não me engano, é do segundo encontro, é a Rosa falando da Clara [filha]:

“Quando ela pede colo, eu entendo que ela quer colo mesmo, porque, pra ela pedir, pra ela insistir no colo, é porque ela tá exausta. Então, às vezes, tô com ela no colo, e [as pessoas] passam [e falam]: ‘nossa, uma criança enorme no colo’. Esse colo aqui ela precisa”.

Lívia: Esse entendimento de quem tá ali junto com a criança e sabe que aquela criança, quando pede colo, não é porque tá fazendo manha, é porque ela realmente deve estar cansada, eu acho que tem a ver com esse conceito [...]. Essa sintonia do convívio, do contato diário, seja da mãe, do pai, do avô, da avó, de alguém que se coloque nesse lugar junto com a criança.

[...]

Isabel: Você [para Lívia] disse assim: “quem cerca o cuidado daquela criança, vai saber que aquele momento não é manha, não é uma birra, é de verdade a necessidade de um colo”. Eu acho que isso também depende... ainda que seja um cuidador, **depende de cada um**. Eu vejo por eu e João [marido]: **a gente interpreta o Chico [filho] completamente diferente**. [...] A gente discorda abruptamente em vários aspectos... Momentos em que o Chico tá exausto: enquanto, pra mim, eu consigo entender que é uma exaustão [...], o João

já acha que é birra por pura birra. Não tem a associação de um cansaço ali. Tem momentos que eu consigo associar o carinho do Chico pelo carinho, e o João olha e diz: “hum, ele vai pedir alguma coisa”. Sabe assim? Então, eu não sei se, necessariamente, ser o cuidador faz com que você conheça cem por cento, porque **eu acho que você traz um pouco da tua...**

Maria: **experiência!**

Isabel: ... **própria história.** [...] Quem cuida... **não necessariamente todos que cuidam vão ter esse mesmo olhar.**

Maria: Eu e Edu [marido], a gente até concorda bastante nos sinais, **mas a gente usa muito o esquema *bad cop, good cop*⁴³, meio sem querer** [...]. Quando ela tá lá espezinhando o Edu com um problema e tal, eu às vezes tento entrar como o policial bom: “meu amor, não faz assim com o papai. O papai tá conversando com você, ele tá tentando explicar porque você não pode fazer isso. Vamos falar com ele? Você não deveria ter gritado, você já pediu desculpas pro seu pai?”. Eu tento fazer uma vozinha. E vice-versa também [...], porque, às vezes, chega um ponto que ela [filha] tá me enfrentando tanto, que eu preciso que alguém chegue e fale: “Alice, não! Pelo amor de Deus. Tá olhando o que você tá fazendo? Tá prestando atenção? Acorda!”.

Conforme nos ensina Dejours (2012b), o trabalho implica a mobilização de inteligências inventivas individuais,

cujas elaborações são fortemente marcadas por características idiossincráticas de cada pessoa. De sorte que cada inteligência traça o seu próprio caminho e cada habilidade é notoriamente singularizada (p. 79).

Assim, como sinalizam Isabel e Maria, as sensibilidades mobilizadas por aqueles que cercam os cuidados de uma criança trazem as ‘experiências’ de cada um, as suas ‘próprias histórias’. Mas o trabalho não é uma “experiência solipsista da relação de si consigo mesmo” (Dejours, 2012b, p. 36). No eixo 4, abordamos como o maternar requer que se faça, simultaneamente, uso de si por si e uso de si por outros e como esse ajustamento recíproco faz dele um espaço de tensões problemáticas (Schwartz, 2007). Neste mesmo sentido, Dejours (2012b) ressalta que

o risco para o trabalho coletivo, em um primeiro tempo, resulta de que esses caminhos singulares não apresentarem qualquer tendência espontânea de se acordarem, de serem harmônicos uns com os outros. As inteligências, por sua diversidade, provocam o surgimento do risco de grandes divergências entre os modus operandi, de maneira que geram a desordem, a incoerência e, na sequência, o caos (p. 79).

⁴³ Em português: policial mau, policial bom.

Para que seja possível que o trabalho coletivo tome a forma da cooperação é preciso, então, que as inteligências singulares se reúnam em uma dinâmica coletiva comum. No diálogo exposto acima, Maria sinaliza como ela e o marido criaram uma estratégia astuciosa conjunta para lidarem com as eventuais dificuldades que a filha lhes impõem.

Estabelecer compromissos entre os estilos de maternar, entre as preferências de cada cuidador, de forma a adequá-los, suscita dificuldades. A cooperação, como vimos, “supõe, em certa medida, uma limitação consentida (ou imposta?) à experiência da inteligência e à expansão da vida singular na atividade” (Dejours, 2012b, p. 38).

Por que consentimos em partir da cooperação se sabemos dos riscos do engajamento na atividade deôntica e na autolimitação da subjetividade? Conforme já exposto no capítulo 3, tal consentimento tem uma razão precisa: a possibilidade de oferecer uma contribuição essencial e, em troca, receber uma retribuição simbólica – o reconhecimento. No próximo eixo, nos dedicaremos à análise da dinâmica entre contribuição e retribuição no maternar.

EIXO 6 – ‘As pequenas coisas’⁴⁴

Para Schwartz (2011a), todo trabalho comporta uma parte invisível – ele é sempre um misto de visível e de invisível. O visível é aquilo que é registrável, prescrito, o que pode ser verbalizado. O invisível é da ordem do real, do não antecipável, e é dificilmente visto e expresso. Nesse sentido, Schwartz (2011b) afirma que “a atividade de trabalho, no essencial, não se vê” (p. 134). Aquilo que conseguimos dela apreender são seus resultados, seus meios. Mas tomar os resultados como medida significa decidir ocultar as dramáticas gestórias que atravessam a atividade. Como ter acesso à parte invisível do materno? Como falar deste trabalho sem ocultar as suas dramáticas?

Nesse mesmo sentido, Dejours (2008) também afirma (como já destacamos) que o essencial do trabalho não se vê nem se observa: uma série de obstáculos se opõe à visibilidade do trabalho. Em função desta série de obstáculos, o trabalho não é passível de mensuração objetiva. O que se mede são seus resultados, o que dele é visível, mas nunca o trabalho em si. “Ora, não há qualquer proporcionalidade entre o visível e o invisível, entre o resultado da produção e o trabalho vivo necessário para a obtenção deste resultado” (Dejours, 2012a, p. 54).

À invisibilidade presente em todo trabalho é preciso somar aqui a invisibilidade específica ao trabalho feminino (conforme abordamos no capítulo 1): o materno combina uma série de tarefas imateriais, com uma significativa dimensão de variabilidade, realizadas na esfera privada e que mobilizam saberes historicamente atribuídas à natureza feminina (o que, conforme já apontamos, está na base da dominação de gênero e da divisão social das tarefas).

Como todos os limites que a problemática nos impõe, nos dedicaremos neste eixo à análise da dimensão invisível do materno e à análise do materno enquanto trabalho invisível. Apostando na possibilidade de, em alguma medida, “driblarmos” essas invisibilidades, propusemos que as participantes fotografassem o invisível do materno. Nos trechos a seguir, reproduzimos algumas reflexões que surgiram a partir deste exercício.

Maria escolheu fotografar a mochila da filha como uma tentativa de dar visibilidade a todo um trabalho que envolve este objeto.

⁴⁴ O título é uma referência à fala de Rosa, analisada neste eixo.

III Encontro sobre o Trabalho

[sobre a foto da mochila]

Maria: Esse é um tipo de trabalho, um tipo de atividade, que você tem diariamente com o seu filho, que é fazer a mochila. É tentar **antever todas as questões** que vão ter na escola... é roupa, o lanche, o quê que gosta, o quê que não gosta. São milhares de pequenas decisões que você toma e que é **uma situação totalmente invisível até dar problema**. Se você esqueceu o lanche: “pô, a mãe não botou o lanche, esqueceram o lanche da criança e tal”. Então, [...] **em volta daquela mochila, tinha toda uma coisa que fica muito invisível... de todo um cuidado**, de todo um aparato, de toda uma questão **de conhecer a criança**, de saber o que botar, o que escolher... qual é o tipo da mochila que você escolhe. A Alice agora mudou a mochila, porque ela agora tá indo de ônibus escolar, e a gente pegou uma mochila que dá pra carregar assim, que não coloca mais assado... Então, são **pequenas micro decisões** que você vai tomando ali pra fazer aquela coisa... que parece que é tudo tão óbvio e não é.

Como sinaliza Maria, ‘em volta daquela mochila’ existe toda uma dimensão invisível: a escolha do tipo de mochila e daquilo que será colocado dentro dela envolve o conhecimento acerca das necessidades e gostos daquela criança, uma tentativa de antecipar e dar conta das variabilidades, uma série de ‘micro decisões’ do cuidado, que dificilmente são visibilizadas (salvo, segundo Maria, quando ‘dá problema’).

O diálogo disparado a partir da fotografia de Margarida – um nebulizador – também faz referência à invisibilidade das ‘pequenas coisas’ e das gestões necessárias frente às variabilidades:

II Encontro sobre o Trabalho

[sobre a foto do nebulizador]

Margarida: **O quê é contabilizado no banco de horas?** É o banho, é a alimentação, é a troca da fralda, é botar pra dormir, é levar pra escola, é buscar na escola. Isso tudo é dentro da planilha... como é?

Rosa: São entregas, né?

Margarida: Como é? *Timesheet... timesheet*, né? São entregas: foi, foi, foi. Agora... sujou... **sujou o chão, caiu, derramou... mudou a rotina... essa mudança da rotina** também faz parte. [...] Então, também não entra na contabilidade, no *timesheet*, o tempo de nebulização. [...] É aquela coisa que paira... “tá com tosse? Tem que fazer nebulização três vezes ao dia, 15 minutos pelo menos”. São 45 minutos [...], mas ninguém fala da nebulização... administrar remédio, medicamento, quando é o caso de uma criança que não gosta de tomar remédio... [...] eu acho que a doença não entra no *timesheet*, a ida pro hospital...

Rosa: Entra quando é aquela coisa: “preciso ficar em casa” pro meu trabalho formal... mas precisa ser uma febre de três dias, um machucado enorme, um pé quebrado...

Margarida: ... **as pequenas coisas...**

Rosa: ... as doencinhas, a meleca... que você luta pra enfiar a seringa, jogar o soro [no nariz da criança] pra sair do outro lado...

Margarida: **As estratégias...**

Rosa: As estratégias!

Margarida: ... porque tem que **inventar estratégia**. E quando o Zico não tomava remédio? E ele tinha que tomar essa pendenga do tal do antibiótico? A quantidade de coisas que eu comprei no mercado para tentar mascarar o sabor do antibiótico... [...] tipo, calda de chocolate, qualquer coisa que mascare, porque ele precisava tomar aquele negócio. Então, esse tempo... zero... **timesheet nem passa perto**.

O tempo necessário para gerir as mudanças de rotina e outras variabilidades não é ‘contabilizado no banco de horas’, tampouco os esforços necessários para ‘inventar estratégias’ e lidar com ‘as pequenas coisas’.

Avançando nesse exercício, Margarida comenta a seguir a foto feita por ela de um livro infantil em cima do sofá – o cuidado deixa ‘marcas’ que ‘não contam a sua história’:

II Encontro sobre o Trabalho

[sobre a foto do livro em cima do sofá]

Margarida: Esse foi um dia que ele [o filho] pediu, em vez de eu ler a história na cama, pra eu ler na sala. Eu levei o livro pro sofá e ali ficou até o dia seguinte, até dois dias depois, sei lá...

Rosa: As coisas ficam também...

Margarida: Tem coisas que vão ficando da noite anterior, [...] **é uma marca** do que aconteceu, daquele momento delicioso que se passou. [...] A imagem, ela não conta a história, que é a história do afeto [...], **do tempo gasto junto, do cuidado**, de aceitar um pedido de alterar uma rotina... do tipo: “ah, não quero [ler a história] na cama hoje, vamos ler aqui na sala”. Essas coisas das **pequenas negociações**, que também são invisíveis... e que raramente são mencionadas... as pequenas, pequeníssimas negociações, [...] isso é algo que eu acho muito precioso... porque são nessas pequenas negociações, nesses pequenos diálogos e acertos... que eu acho que é uma co-construção, co-desenvolvimento mãe e filho...

Para Margarida, o tempo da brincadeira, ‘o mais invisível e o mais importante’, segundo ela, também não é contabilizado no ‘timesheet’.

II Encontro sobre o Trabalho

[sobre a foto do trilho de um trenzinho de brinquedo]

Margarida: O trilho é a brincadeira! E eu acho a coisa mais importante do mundo a gente **ter tempo pra sentar e brincar** [...]. Isso é um tempo precioso, que outros tipos de interação, não têm. [...] **Brincadeira leva tempo, empenho**. Isso eu acho a coisa mais preciosa do mundo, e claro que é um tempo que também não entra [no timesheet]. [...] O tempo da brincadeira, pra mim, é o mais invisível e é o mais importante.

Rosa: O mais rico.

Margarida: É o mais rico, em termos de formação. [...] O reino da fantasia, do lúdico, do não concreto, que tá ali no dia a dia, permeia todas as atividades, todas as atividades... e a fantasia, pra gente, é invisível, né?! [...] A gente não bota no *timesheet* o tempo da fantasia também... porque a gente tem que dar muito tempo pra fantasia.

O brincar, em nossa cultura, é frequentemente pensado em oposição ao trabalho. Entendemos, no entanto, que ele é parte integrante do trabalho de maternar uma criança. Conforme apontado no capítulo 4, tanto Winnicott (1975), quanto Maturana e Verden-Zöllner (2004) vão conferir uma importância fundamental ao brincar na relação materno-infantil para o desenvolvimento humano. Para Winnicott (1975), é o brincar no ‘espaço potencial’ que une a mãe e a criança que inaugura a criatividade ou o ‘viver criativo’, que, segundo ele, representa a saúde. Para Maturana e Verden-Zöllner (2004), a relação mãe-filho deve ser vivida no brincar: esses ‘espaços de jogos’ seriam, para a criança, como seu ‘espaço de existência’.

A problemática da visibilidade está ainda intrinsecamente relacionada à questão do reconhecimento do trabalho. Conforme abordado no capítulo 3, ao oferecer uma contribuição, aquela que trabalha espera uma retribuição simbólica, sob a forma precisa de reconhecimento, no sentido de constatação e no sentido de gratidão. O reconhecimento, por sua vez, passa pela construção rigorosa de julgamentos, o que exige condições específicas de visibilidade (Dejours, 1993). A dinâmica entre contribuição e retribuição envolve, como vimos, dois tipos de julgamentos: o julgamento de utilidade e o julgamento de beleza (Dejours, 2012b). O ‘julgamento de utilidade’ é aquele proferido pela hierarquia ou pelos clientes acerca da utilidade técnica, econômica ou social da contribuição própria do trabalhador. O ‘julgamento de beleza’ seria aquele proferido por aqueles que conhecem a fundo o trabalho: os pares.

Considerando que se tratam de conceitos desenvolvidos a partir do trabalho de produção (androcentrado), é possível pensá-los a partir da ótica do trabalho reprodutivo de cuidado? Os ‘clientes’ que proferem o julgamento de utilidade seriam, no caso do maternar, aqueles que se servem desses cuidados? Tendo isso em vista, quais são as implicações do “cliente” ser o filho(a)? Ao nosso ver, em se tratando do maternar, o termo “cliente” apresenta limitações, visto que não traduz a complexidade da relação mãe-filho(a).

Ainda no que tange ao julgamento de utilidade, quem representaria a hierarquia no materno? A sociedade, que reconheceria ou não a contribuição social deste trabalho? Ou apenas o trabalho na visão androcêntrica – produtivo e extra-lar – pode se beneficiar deste reconhecimento?

E quanto ao julgamento de beleza? Quem seriam os pares que poderiam preferir este julgamento? Outros cuidadores com quem se compartilha o cuidado dos filhos? O(a) companheiro(a)? Outras mães do convívio mais próximo? Todas aquelas que maternam, de maneira mais ampla?

Conforme apontamos no capítulo 3, para a Psicodinâmica do Trabalho, a conquista da identidade passa, essencialmente, por duas esferas distintas: a dinâmica de realização de si mesmo na esfera social (com destaque para o trabalho de produção) e a dinâmica da realização de si mesmo na esfera erótica (com destaque para o amor). Nessa acepção, a conquista da identidade na esfera do trabalho só seria possível a partir do trabalho de produção? Interpelado pela sociologia das relações sociais de sexo e convencido por Hirata e Kergoat (2009) de que não há independência entre trabalho e fora-do-trabalho, Dejours (2012a) vai afirmar que a análise do trabalho nas relações de produção é indissociável da análise das relações amorosas. Nesse sentido, quais as complexidades no que se refere ao materno, de um trabalho que coloca em jogo, de maneira imbricada e inseparável, as duas esferas de conquista da identidade?

Apesar de reconhecer a existência de uma complexidade no que diz respeito à dinâmica entre contribuição e retribuição no trabalho reprodutivo, os conceitos utilizados de julgamento de utilidade e de beleza de Dejours (2012a), em nosso entendimento, não dão conta das especificidades deste tipo de trabalho.

Interessados em aprofundar o debate em torno da problemática do reconhecimento, perguntamos a cada participante, na primeira fase da nossa pesquisa, se ela acreditava que o seu materno era reconhecido. Todas responderam afirmativamente, citando os seus maridos, ex-maridos, familiares e filhos como pessoas que proferiam esse reconhecimento. Margarida, no entanto, no momento em que relata as dificuldades vividas durante o puerpério, acena para a falta de reconhecimento do seu então marido (na ocasião da pesquisa ela havia se separado).

Margarida, conversa 1

Margarida: [...] Os primeiros três meses pra mim foram muito difíceis. Sentia que o Antônio chegava [em casa, vindo do seu trabalho remunerado] e não tinha noção do que tava se passando...

Lívia: Ele não tinha noção?

Margarida: É! Eu sentia assim: “cara, ele nunca vai entender o meu nível de estresse e cansaço”. [...] Então pra mim foi... tipo, tô sozinha nessa...⁴⁵

No que se refere à sociedade de maneira mais ampla, as participantes acreditam que ainda não haja o reconhecimento acerca da contribuição do materno. Reproduzimos abaixo algumas falas nesse sentido.

Isabel, conversa 1

Lívia: Você acha que a sociedade, em geral, reconhece o materno?

Isabel: Não como deveria. [...] Mas eu acho que a gente já caminhou muito. [...] Eu acho que a globalização, no sentido de acesso às redes, acesso às informações, às discussões, aos fóruns... esse movimento do empoderamento feminino... tem trazido mais discussões nesse sentido. Então, eu acredito que a gente vai conseguir chegar... [...] Mas você não tem uma sociedade ainda, no todo, pronta pra receber essa mulher mãe. Até porque eu acho que, nessa luta da gente ter que se empoderar muito rápido, [...] ter que correr contra o tempo, porque a gente tem que chegar no mesmo salário... a gente só se ferrou, porque a gente é mulher, a gente é mãe, a gente trabalha fora, a gente estuda... a gente é tudo que os homens são e mais... *pari*. Pra mim, o pai que pare, no sentido de... se for uma adoção e tal, deveria **ter os mesmos direitos**, tá?... não tô aqui defendendo só o feminino nessa vivência do filho. [...] A sociedade tá preparada? Não. [...]. **Ainda falta a gente caminhar muito nesse sentido, mas acho que já caminhamos um bocado** sim... imagina, se você olhar o que foi a vida da minha vó, no sentido de ser mãe...

Cecília, conversa 1

Cecília: Não dá pra generalizar. Eu acho que tem muita gente que não [reconhece], mas tem muita gente que sim. Eu acho que a sociedade **está num caminho para passar a enxergar**, mas eu acho que tem muita gente que não... esse texto recente, esse negócio de carga mental⁴⁶, eu vi o quão polêmico foi, sabe?! [...] Falei com os meninos do trabalho e, assim, tem uns falando que claramente entendem, que... “caramba, é uma responsabilidade muito grande, é um desafio muito grande”... e tem outros, “ah é um drama. Vocês tão dramatizando”. Eu acho que o caminho é esse, mas eu acho que ainda falta.

As falas acima apontam para uma mudança em curso na direção de um maior reconhecimento do materno, no que diz respeito aos desafios e às responsabilidades assumidas por aquelas que maternam. Em sua fala, Isabel cita a questão dos direitos, sugerindo que o reconhecimento social estaria atrelado às

⁴⁵ Este trecho da conversa já havia sido reproduzido no eixo 2. Achamos pertinente, no entanto, trazê-lo novamente aqui.

⁴⁶ Em referência aos materiais criados pela quadrinista francesa Emma, que circularam em redes sociais. Disponível em: <http://www.hypeness.com.br/2017/05/quadrinho-explica-porque-as-mulheres-se-sentem-tao-cansadas/>

políticas públicas em torno da maternidade/ paternidade. Em outra fala, no entanto, ela parece sinalizar que o direito à licença maternidade, por exemplo, não garante que o maternar seja reconhecido (nem mesmo enquanto um trabalho).

Isabel, conversa 2

Lívia: Você acha que o maternar é um trabalho?

Isabel: [...] Semana passada, lá na empresa, alguém virou e falou assim pra uma menina que tá grávida: “vai ficar 6 mesinhos de licença, hein?! Quería eu!”. Falei: “quería mesmo?” Engana-se quem pensa que vai ficar 6 mesinhos de licença! [...] Quem diz que ser mãe não é trabalhoso... é trabalhoso pra caramba, [...] um super trabalhão [...].

No trecho abaixo, Rosa afirma que o reconhecimento em relação ao maternar não é homogêneo – é ‘privilégio’ de poucas e, nesse sentido, seria preciso fazer ‘propaganda’ sobre o maternar.

Rosa, conversa 1

Rosa: Eu me sinto reconhecida, mas eu sei que isso é um privilégio, eu sei que eu faço parte de uma porcentagem mínima que tem esse trabalho reconhecido [...].

Lívia: Por que você acha que poucas têm esse privilégio?

Rosa: Porque a nossa sociedade não reconhece o trabalho da maternidade como trabalho... [...] Eu faço propaganda da minha maternidade, sabe?! Eu faço propaganda na militância feminista, eu faço propaganda quando eu posto uma gracinha dela [filha] no Facebook, uma foto dela e ela em si já é a propaganda do meu trabalho de mãe. E aí, nesse aspecto, é paradoxal, porque ao mesmo tempo... **quando a criança dá errado é culpa da mãe** [sendo crítica], mas quando a criança dá certo também... eu pelo menos me sinto reconhecida nas coisas positivas, sabe?! Eu acho que eu construí também, porque **eu faço essa propaganda**. [...] É um privilégio porque [as pessoas], no geral, não valorizam [o maternar]... só culpam, **só veem a ausência**. É uma sociedade machista que valoriza mais o que **tá apontando o dedo** pra mulher do que propriamente enaltecendo ou **valorizando o esforço do cacete que é preciso pra bancar o mínimo, o básico das crianças** [...].

Lívia: Por que você acha importante fazer essa propaganda da sua maternidade? Por que é importante para o reconhecimento?

Rosa: Ah, para o reconhecimento, porque... porque **o dia a dia, ele passa muito despercebido**... sabe?! Outro dia [...] a gente [ela e a filha] foi deitar, e eu tô lá: “vamos dormir, vamos dormir” e ela só inventando papo, fazendo pergunta, inventando coisa. Aí postei no Facebook umas três perguntas que ela fez e que eram bem absurdas, umas coisas bem filosóficas e tal... e aquilo ali já faz **alguém, com um pouco mais de atenção, pensar na caralha do trabalho que dá colocar uma criança pra dormir**, sabe?... que é o tipo da coisa que **se você não está aqui**, na minha sala, sentada, vendo eu dar uns berros... “Clara vem cá! Se seca! Se veste! Bota a meia! Não joga a meia pro alto!”... se você não está aqui, se você não é o vizinho de baixo que tá escutando, se não é o vizinho de cima que tá escutando, **você não sabe** [como é]. [...] Eu fui a primeira mulher da galera, dos meus amigos de faculdade e tal, a ter filho. E aí, eu tenho amigas que vem passar aqui um dia, e no final já tão assim [fazendo cara de cansaço]: “cara, não aguento isso!”, desmoronando no sofá de tão cansadas. E eu [digo]: “gente, **isso é um dia normal**, vamos lá, abre a cerveja”, sabe?!

[risos]

A ‘propaganda’ que Rosa faz do seu maternar é uma tentativa de dar visibilidade a este trabalho, expondo o esforço necessário por trás de tarefas aparentemente simples e de resultados, por vezes, pouco lisonjeiros (como fazer a filha dormir) – é nesse sentido que Dejours (2012a) assinala que não existe qualquer proporcionalidade entre o visível e o invisível.

O que Rosa sinaliza aqui é o desejo do reconhecimento do maternar na esfera social, o que se daria, em sua opinião, por intermédio de uma maior visibilização deste trabalho. Questão complexa considerando que, conforme afirma Molinier (2012), o trabalho de antecipação às necessidades do outro, quando bem feito, não se vê. A propaganda do maternar pode entrar, assim, em concorrência com a dimensão do *care* por ela definindo como *savoir-faire* discreto: sua eficácia depende da sua própria invisibilidade (Molinier, 2004a; 2012).

Além disso, se excessiva, a propaganda pode remeter àquilo que Dodier (apud Dejours, 2008) denominou de “apresentação de si”, “encenação da vida de trabalho” ou “prova de grandeza”. Diante da impossibilidade de tornar visível a parte mais importante do trabalho – a parte submersa do *iceberg* – os trabalhadores recorrem a uma encenação dos seus esforços, amplificando seus gestos e movimentos a fim de torná-los mais expressivos (Dejours, 2008).

No trecho abaixo, Maria afirma que, em geral, ‘as pessoas não fazem a menor ideia’ da intensidade da carga de trabalho e da dedicação necessária às atividades do maternar. Em consequência, ela diz que não sabe como exigir um reconhecimento por parte dessas pessoas – como reconhecer aquilo que se desconhece?

Maria, conversa 1

Maria: **As pessoas não fazem a menor ideia...** eu acho que tem uma galera que não faz a menor ideia. Então, [...] **eu não sei nem como exigir um reconhecimento** da pessoa. [...] Para essas que não fazem a menor ideia, eu juro que, se eu pudesse dizer [alguma coisa] para elas, eu diria: **seja mais empática**.

Lívia: Por que você acha que as pessoas não fazem a menor ideia?

Maria: Cara, eu não sei... porque eu não fazia a menor ideia. Por mais que eu tivesse noção, tivesse lido, ouvisse [...], **você não faz a menor ideia do que é aquilo, a menor**. [...] As pessoas não têm ideia do que muda [com o maternar]. Então eu, às vezes,... eu desenvolvo uma empatia com essas pessoas. [...] Eu acho que o precisa, na verdade, é um pouquinho mais de **empatia dos dois lados** [com quem tem filhos e com quem não faz a menor ideia do que seja ter filhos].

Na mesma direção da fala de Maria está o que nos ensina Dejours (2008):

Julgar a contribuição de cada um pressupõe, em primeiro lugar, poder descrever o trabalho em si nas atividades ditas de serviço e nas tarefas imateriais, das quais se sabe que não são diretamente observáveis, pois antes do reconhecimento é preciso que haja conhecimento do trabalho avaliado. Para reconhecer deve-se primeiro conhecer (p. 87).

Assim, como julgar a contribuição daquelas que maternam se não se conhece as suas atividades, em grande medida, imateriais? Como reconhecer o empenho da subjetividade neste trabalho se ele é desenvolvido na esfera privada e frequentemente confundido com a feminilidade? Como reconhecer o maternar em uma sociedade que tem o trabalho masculino, remunerado e extra-lar como centro?

As obras masculinas, no sentido social do termo, são tangíveis e duráveis. Trabalho materno, trabalho de cuidado, de assistência ou de serviço: a obra feminina, ela é invisível concretamente, porque ela não produz objetos fora de si mesma; mas ainda mais, ela é invisível ideologicamente, à medida que a definição de obra é uma definição androcentrada, isto é construída a partir do trabalho dos homens e, por esta razão mesmo, indexada à objetivação (Molinier, 2006, p. 121, tradução nossa).

A invisibilidade concreta das tarefas do maternar foi definida por Maria como 'a coisa do vem sozinho':

Maria, conversa 1

Maria: [...] Tem umas coisas que o Edu [marido] acha que acontecem sozinhas. Tipo, a roupa ficou pequena e alguém foi lá comprar e ela veio sozinha e se escondeu dentro da gaveta! Mas beleza, eu não exijo isso e outras coisas ele faz, então acaba que encaixa. [...]

Lívia: Você falou: "Ah, acha que o pijama foi sozinho?" Você acha que o trabalho de mãe tem muito dessa dimensão...?

Maria: Muito! Da dimensão do invisível, né? Muito. [...] **Essa coisa do vem sozinho é uma coisa muito materna...** Por exemplo... você quer ver outra? Se a criança estiver mal vestida, cabelo mais ou menos desarrumado, ou uma coisa assim... **ninguém sabe o perrengue** que é você escolher a porra da roupa, passar roupa, lavar roupa, pentear o cabelo que [a criança] não quer pentear e corre pela casa... ah, mas se estiver despenteado... aí todo mundo percebe, né? Então, **esse trabalho invisível...** é uma coisa muito...

Lívia: Só é notado quando não é feito?

Maria: É notado quando não é feito!

Lívia: Ou mal feito.

Maria: Mal feito. É. Muito, muito, muito... e geralmente é uma coisa que recai muito para a mãe, né? A coisa da limpeza da roupa, do asseio...

No que se pode caracterizar como não valorização do materno, existe assim o que Maria aponta: trata-se de um trabalho que, muitas vezes, só aparece pelo seu negativo. Este aspecto já havia sido sinalizado por Rosa, no trecho anterior (p. 273), com a fala 'só veem a ausência'. As dificuldades que podem envolver tarefas consideradas simples, como pentear os cabelos ou vestir uma criança, não são reconhecidas; mas se a criança estiver 'mal vestida' ou 'despenteada', todos notam.

Conforme afirmamos, se a visibilidade do trabalho é difícil em geral, ela é ainda muito mais parcial no que diz respeito ao trabalho feminino. Para Molinier (2006), a invisibilidade do trabalho feminino não é uma fatalidade, já que existem outras atividades, também invisíveis concretamente, que têm acesso a uma outra visibilidade social, como a experiência analítica.

Como decorrência desta invisibilidade concreta e ideológica do trabalho feminino, Dejours (2012a) vai afirmar que “a injustiça em relação ao reconhecimento do zelo e da inteligência no trabalho é – deve-se admiti-lo – pior para as mulheres do que para os homens” (p. 53). E ainda pior em relação ao materno, acrescentaríamos.

Via de regra, o saber-fazer feminino ou atribuído às mulheres, as habilidades femininas, são desqualificadas pelos homens. Uma das formas mais importantes dessa desqualificação, que contribui para a ocultação do trabalho feminino, é conhecida pelo nome de “naturalização das competências femininas” [...]. Tal naturalização consiste em considerar certas habilidades ou qualificações femininas como aptidões naturais ligadas à anatomia das mulheres ou ao seu sexo. Assim, consideradas próprias ao organismo feminino, evidentemente não têm nenhum valor. Diante disso, será possível avaliar o que, pelas relações de dominação, já foi esvaziado de qualquer valor? (Dejours, 2008, p. 55).

Nas palavras de Molinier (2006): “o que as mulheres fazem é, assim, enterrado, esmagado com o que elas são” (p. 77, tradução nossa). Esta naturalização das competências, conforme já apontamos, está na base da dominação de gênero, que também se dá por uma divisão social das tarefas: enquanto aos homens caberão as tarefas mais qualificadas e mais reconhecidas, às mulheres caberão boa parte das tarefas relacionais.

Sobre a divisão social das tarefas, Maria comenta acerca das 'diferenças abissais' entre homens e mulheres no que tange aos cuidados dos filhos:

Maria, conversa 1

Maria: Me espanta, isso me espanta, [...] como ainda há uma **diferença abissal entre homem e mulher**. E falo eu de uma situação em que... aqui é praticamente *fifty-fifty* [50-50, referindo-se à divisão de tarefas com o marido]. [...] Perto das pessoas com quem ele [o marido] convive, ele é... ele é muito melhor. [...] Eu me lembro que a Alice com 9 ou 10 meses, foi o dia dos pais na creche [...], e o Edu foi sozinho com a Alice. Ele que fez a bolsa, ele que acordou, ele que deu o leite [...]. E eu me lembro dele me contando que as pessoas ficaram espantadas. **Não tinha um pai sozinho**... ou era com babá ou era com a avó ou era com a mãe. [...] E eu acho que essa ideia de **abrir mão das pequenas coisas**, [...] os homens não fazem ideia, a maioria não faz ideia. [...] Eu vejo agora minha amiga, o filho dela tem dois meses e o cara [o pai do bebê] é um querido, cara legal, gente finíssima... mas não faz ideia do que é você ficar 24 horas com aquela criança no colo golfando... e não dorme, mama e quer mamar de novo, e arrotta... e aí ele troca uma fralda, ele dá uma ninada ali de uma hora, mas ele acha que ele tem que ver série na TV. Não dá para você ver, fazer o que? [risos] Não dá. [...] E agora ele voltou a trabalhar, então **ele tem todos direitos do mundo**, né [sendo irônica]? Na sociedade, ele passa a ter todos os direitos, inclusive o direito de dormir à noite. É foda!

Lívia: Ele passa a ser liberado com uma justificativa nobre.

Maria: Lógico! Imagina! Trabalhar, produzir, ganhar dinheiro! É o que a nossa sociedade quer, né?

Maria sinaliza assim como a divisão sexual do trabalho permite aos homens o acesso ao reconhecimento e a possibilidade de escaparem, legitimamente, do mundo doméstico. Nessa mesma perspectiva, Maria afirma que a participação ativa do marido nos cuidados da filha o transformou em ‘um problema para os amigos’, que teriam, assim, maior dificuldade em escapar deste trabalho.

Maria, conversa 1

Lívia: Você acha que o seu marido, enquanto pai, é mais reconhecido pela sociedade, pelos amigos, pela família, do que você como mãe?

Maria: O Edu, na verdade, **ele é um problema para amigos**, né? [...] É engraçado porque namorados e maridos de amigas minhas falam assim: "ah, eu não vou ficar igual o Edu não hein?". [...] Sim, ele é reconhecido sim como pai.

Lívia: Diferente do que você é?

Maria: É. Mas ele sabe que ele é um bom pai, ele se sente um bom pai, e eu acho isso importante, mas ele não tem essa visão de “sou fodão”. Perto dos amigos dele, ele até deve ter, acho que ele até tem, mas ao meu lado... entendeu? Ele trabalha comigo essa coisa do 50-50 também, e as poucas vezes que ele veio... cantando de galo, eu corto bonitinho. [Teve] Alguma coisa que ele falou assim: "ah, você está fazendo...?". [E eu respondi]: “Você acha que eu não faço nada?! [...] Vamos listar o que eu faço: como é que sua filha voltou da escola hoje? Foi você que combinou? Foi você que ligou para a vó para ver se estava tudo bem? Foi você que viu... a história do pijama? Ou você acha que foi sozinho o pijama pra lá? O remédio, foi você? Foi você que marcou pediatra? Foi você que ligou para ver a alergista?” Entendeu? E aí a gente briga, depois a gente se acerta [...].

No que tange à divisão social de tarefas entre homens e mulheres e a sua repercussão, de maneira determinante, no acesso à dinâmica do reconhecimento do trabalho, Molinier (2012) afirma:

A naturalização das competências e dos *savoir-faire* do *care* no registro da feminilidade, ou seja, naquilo que é esperado das mulheres, possui como corolário o fato de que estes saberes, quando exercidos por homens – que serão, logo, gentis, pacientes, atenciosos, discretos, delicados – são muito mais valorizados, pois não são uma expectativa em relação a todos os homens. O resultado é que este homem será considerado uma pessoa especial, uma pessoa excepcional que obterá, por conseguinte, maiores gratificações (p. 33, nota de rodapé).

Nesse sentido, Rosa sinaliza que ‘a paternidade ativa é muito mais valorizada do que a maternidade ativa’:

Rosa, conversa 1

Lívia: Você acha que o pai da Clara tem o trabalho de pai reconhecido também?

Rosa: Também.

Lívia: Da mesma forma que você?

Rosa: [pausa] **Ser pai é mais fácil**, né?! Ser pai solteiro então... Outro dia eu saí com a minha afilhada e eu falei que eu me senti o pai solteiro. Minha afilhada tinha um pouco menos de um ano, eu fui passar uma tarde com ela e aí todo mundo assim: “nossa, mas cadê a mãe? Você tá saindo sozinha com ela? Não acredito, que madrinha maravilhosa!”. Falei: “gente, é isso!”... o pai solteiro é isso: sai com o bebê uma tarde, pega alimentada e devolve suja e com fome, mas todo mundo: “nossa, mas você passeou, isso e aquilo!”. Então, **a paternidade, pra ser reconhecida, ela precisa disso aqui** [fazendo um gesto de pouco com os dedos]. **A maternidade, ela precisa de muito mais**, né?! [...] Eu e ele [ex-marido], a gente tem uma relação muito boa, a gente reconhece o esforço um do outro. Mas eu acho que, de fora, com certeza a [paternidade] dele é muito mais valorizada. Só disse: “uau, você passa metade da semana com ela [filha]?”, sabe?! Eu falo com ele: “na próxima vida quero ser pai solteiro, porque uau! Sério, todo mundo adora, vê isso e valoriza. Abre o Facebook dele [...] e você vê: “Você é um paizão, Clara tem muita sorte!”. Gente, Clara tem muita sorte uma vírgula! O Mário tá fazendo o que ele tem que fazer, acabou. E eu tô fazendo o que eu tenho que fazer... Mas a **paternidade ativa é muito mais valorizada do que a maternidade ativa**, né?!

Este mesmo ponto de vista foi ressaltado pelas participantes ressaltaram no terceiro Encontro sobre o Trabalho:

III Encontro sobre o Trabalho

Maria: Adoram falar super pai, paizão... eu desconstruo isso quase todo dia.

Margarida: Não existe a categoria mãezona, né?

Maria: Não, imagina! Super mãe... mãe é uma bruxa, que diz não pra tudo!

Ainda sobre a desvalorização do saber-fazer do materno, Isabel afirma que, em comparação a outros trabalhos, este é ‘considerado o mais chulé’:

I Encontro sobre o Trabalho

Isabel: E eu acho que a maternidade é pior do que trabalho, porque no trabalho... trabalho que eu digo, oficial. [...] Como você se especializou para aquilo [...], você ainda consegue um mínimo de respeito, que o outro entenda que “não, ela sabe o que ela tá falando, não é todo mundo que vai se meter”... A maternidade, cara, eu não sei... porque até quem nunca foi mãe acha que sabe o que é ser mãe... quem é vó, já foi mãe, então sabe o que é ser mãe duas vezes... [ironia] [...] Então a maternidade é um trabalho que deve... eu acho que é **considerado o mais chulé, porque todo mundo sabe fazer!** E é aonde todo mundo se mete! Então, eu ainda acho pior do que o trabalho, porque eu não vejo essa inserção de opinião tão forte no meu trabalho profissional [...]. No trabalho [remunerado] você tem códigos de ética estruturados, você tem regras, [...] você tem o horário de trabalho, [...] você tem um entregável efetivamente... e aí, quando você faz esse paralelo pra maternidade, isso é muito diferente, porque, como eu sou mãe 24 horas, o direito do outro opinar não é só de nove às seis, é 24 horas... **Você tá exposta o tempo integral**, então é um trabalho... ininterrupto, e que te dá a chance de estar exposta ininterruptamente, eu acho. É um trabalho bem mais cruel. Bem mais prazeroso, no meu caso, [...] mas é bem mais... bem mais cruel.

O que Isabel sinaliza no trecho acima é que o saber-fazer relativo ao materno não é valorizado por não se tratar de habilidades adquiridas em canais instituídos de formação, ao contrário do que acontece mais frequentemente no caso do trabalho remunerado. Ela ressalta assim, uma outra especificidade do materno: mais do que o trabalho remunerado, ele está sujeito a constantes avaliações (e “condenações”).

Interessados em seguir investigando a problemática visibilidade-reconhecimento-julgamento no materno, perguntamos às participantes no segundo Encontro sobre o Trabalho: “é possível, ou é necessário, dar visibilidade ao que é invisível?”. Reproduzimos abaixo, de maneira entremeada com algumas de nossas análises, o diálogo disparado a partir deste questionamento.

II Encontro sobre o Trabalho

Rosa: Eu respondo isso com uma afirmação de que **eu busco isso diariamente**. [...] **É necessário dar visibilidade ao que é invisível e é possível...** Já tá bem em voga, tá bem na moda, essa coisa de **desconstrução da maternidade...** “você acha que é fácil? Mas olha só isso aqui”... o que eu acho muito saudável. As pessoas ficam [falando] muito: “Ah, porque tá todo mundo **reclamando** em rede social”... eu acho muito saudável pra nossa sociedade ouvir um pouco de reclamação pro grande público, sabe?! Vamos falar que o peito racha, vamos falar que a criança não dorme até 4 anos de idade, vamos falar que eu vou deixar o meu filho fazer birra no chão do shopping sim, porque criança é assim mesmo... então, eu acho que isso vem acontecendo. [...]

Margarida: Eu pensei, com essa pergunta, na verdade que... [precisamos] **relativizar o invisível**... porque toda vez que a gente falava de alguma coisa invisível [referindo-se ao exercício de fotografar o invisível], **pra gente tava muito visível** [risos].

Rosa: [risos] Verdade! **Invisível pra quem?**

Margarida: O invisível depende de quem tá vendo. Quem é que tá olhando?... na perspectiva de quem?... no olhar treinado de quem? Nessa perspectiva, o que eu diria é que **é possível e necessário dar visibilidade ao que me é visível**, pra que isso se torne visível pra outras pessoas também... inclusive, **na relação mais próxima parental, com o pai**. E vice-versa: as coisas que pra ele são visíveis, que se tornem visíveis pra mim também. Então, a partir desse **desvelar, daquilo que tá oculto pra um e não pra outro**, as trocas...vão ganhando qualidade e vão ganhando profundidade, vão ganhando densidade. [...] Eu acho que é fundamental! **Não é possível, nem necessário. É fundamental** dar visibilidade ao que me é visível, e que pra outros pode ser invisível. E compreender o que pra mim é invisível e que pra você é completamente visível e tá gritando... de marcador amarelo fosforescente, entendeu?!

Na fala acima, Rosa aponta novamente para a necessidade de visibilizar o maternar como forma de obter reconhecimento na esfera social: falar ‘pro grande público’ acerca dos seus *constraints*, expondo, desta maneira, a realidade concreta deste trabalho, ocultada em uma concepção idealizada da maternidade. Nesse mesmo sentido, Molinier (2004) aponta que só se pode avaliar, valorizar e reconhecer o trabalho de *care* sob a condição de renúncia a “embelezar a realidade”, abrindo-se, assim, a “caixa preta da subjetividade” (p. 241).

Ao mesmo tempo que reconhece que a ‘desconstrução’ da maternidade idealizada esteja ‘na moda’, Rosa faz uma ressalva em relação à dificuldade de tornar visível os seus *constraints*: o risco de ser criticado (as pessoas acham que ‘tá todo mundo reclamando em rede social’). No que se refere ao maternar, “abrir a caixa preta da subjetividade” é expor-se a duras críticas da sociedade – possivelmente maiores do que em comparação a fazê-lo em outros trabalhos de *care*.

Margarida sinaliza a necessidade de relativizar o invisível: ‘o invisível depende de quem está olhando’. Assim, para aquelas que maternam, o invisível estaria, segundo ela, muito visível. Enquanto Rosa afirma a necessidade de dar visibilidade ‘pro grande público’, Margarida destaca esta necessidade dentro da relação parental. As falas de Rosa e de Margarida nos remetem às mudanças em curso sinalizadas por Molinier (2013):

atualmente, as mulheres não partem somente ao assalto dos bastiões masculinos, elas não exigem apenas que os homens façam a sua parte, ou todas as outras formas de igualdade [...]. As preocupações que até então supostamente pertenciam à esfera

privada e eram pretensamente reservadas às mulheres tornam-se questões públicas e políticas que concernem a todo mundo (p. 34, tradução nossa).

Na tentativa de colocar o Dispositivo Dinâmico de Três Polos em ação, apresentamos, neste mesmo Encontro sobre o Trabalho, alguns trechos de textos de Dejours (2008) acerca da questão invisibilidade/ reconhecimento do trabalho feminino.

II Encontro sobre o Trabalho

Lívia: Eu trouxe um trecho desse autor pra dividir com vocês: *às mulheres são destinadas tarefas não reconhecidas e desvalorizadas, “consideradas eficazes somente quando não são visíveis, como no caso da faxina, que só é notada quando não é feita. Ou ainda como no caso do tato. Agir com tato, pressupõe efetivamente não expô-lo, se você comenta “Notou meu tato?, você o arruína. Estar disponível para as demandas e necessidades dos outros, supõe não deixar transparecer o incômodo, as dificuldades, a sobrecarga de trabalho acarretada pela interrupção de uma tarefa em curso (Dejours, 2008, p. 56)”*.

Margarida: **Senão você é má mãe**, aquela mãe desesperada que **perdeu as estribeiras**, perdeu a linha... “ihhhh, caraca!!! Que mãe é essa?” [ironia]

Rosa: Mas isso é exatamente o que tá acontecendo agora, essa visibilidade disso... **a gente joga nas redes sociais que não é mar de rosas**, de que a amamentação não é o cartaz da Claudia Leite no posto de saúde... é isso, é exatamente o que tá colocado, tá...

Margarida: **A falha**, né?!

Rosa: A falha...

Margarida: **A imperfeição...**

Rosa: ... do tipo “ó, isso aqui [o materno] não é perfeito”.

Aqui, mais uma vez, as participantes ressaltam como se opor à visão estereotipada do materno, deixando transparecer o incômodo, é correr o risco de ser condenada na esfera social – ‘você é má mãe’, nas palavras de Margarida.

[continuando]

Lívia: Mas e aí? Quando você expõe o tato, você o arruína?

Rosa: [pausa] Não...

Margarida: Eu acho que você... você... **desmitifica**.

Rosa: Isso! Obrigada!

Margarida: Você desmitifica. Só porque você expõe o tato, não quer dizer que ele não está lá, mas **ele deixa de ser algo tão etéreo...** e algo tão... **inotável**, sabe assim?! Algo que não vai ser notado, algo que vai ser... ignorado. **Ele não se torna mais ignorado**.

Rosa: É.

Margarida: [...] Ele [o tato] é consciente, desenvolvido, apreendido... sentido... é muito real. Ele não é nada invisível... **ele é muito real, ele é muito concreto**.

Lívia: Ele é muito concreto pra quem?

Rosa: Pra quem tá nele.

Margarida: Mas eu acho que... **as pessoas podem aprender a perceber isso.**

Rosa: Eu acho que essa questão do tato, ela vai depender de quem é o seu interlocutor. [...] Se eu tô [falando] pro meu par, meu marido, o pai da criança... e eu tô ali reclamando que a criança não dorme, que a criança dá trabalho, e ele virar pra mim e disser que eu arruinei o tato, ou... “que tipo de mãe você é?”... não! Aí é meio que... foda-se, **eu tenho que ter o direito de expor esse incômodo pros meus pares. Pra pessoa que tá sendo cuidada, eu acho que realmente arruína essa relação.** Entendeu?! Essa questão do arruinar o tato, ela na verdade...

Margarida: ... **depende do interlocutor.**

Rosa: Ela depende do interlocutor, eu acho.

[...]

Margarida: Falando desse lugar de mulheres privilegiadas que podem falar disso e que têm, felizmente, um marido, ex-maridos maravilhosos, pais dos filhos maravilhosos que desempenham seus papéis maravilhosamente bem... eu acho que, falando desse lugar, e sabendo que eu sou uma minoria da população brasileira, e mundial certamente também, que posso falar sobre isso... cada vez mais existe **uma necessidade de formação dessa outra parte que também vai ser igualmente cuidadora ou cuidador do filho**, no caso... Isso precisa estar cada vez mais escancarado! É necessário que isso esteja escancarado! É necessário que isso seja falado! É necessário que isso seja terapêuticamente abordado...

Rosa: **E compartilhado... no todo...** não é compartilhado só “toma que o filho é teu”. É compartilhado no... **“olha o ângulo pelo qual eu tô vendo!** Chega aqui, olha aqui junto comigo. Deixa eu olhar como você tá vendo também”.

Margarida: É! “Olha como faz diferença você fazer isso, em vez de fazer isso”. [...] Essas coisas que tem a ver com o tato, que é essa sensibilidade, essa coisa sintonia fina, sutileza e não sei o que... à medida que existem mais pessoas participando da vida daquela criança de uma forma ativa, colaborativa, em rede e etc, isso precisa estar explícito, porque são as estratégias de sobrevivência daquela relação.

Rosa: É isso, é trabalho em equipe! É você [falar]: “nós temos o mesmo objetivo, **eu vou compartilhar com você as minhas estratégias**, vou querer ouvir o que você tem pra compartilhar comigo e vamos ali achar um meio termo, **sabendo que cada um tem a sua forma de... de fazer**”. Mas vamos compartilhar...

Margarida: Tem uma gramática que talvez possa ser compartilhada.

Rosa: Isso.

Nesse trecho, as participantes sinalizam, mais uma vez, a necessidade de desmitificar o maternar como um caminho para tornar o ‘etéreo’ e o ‘inotável’ ‘não mais ignorado’. Assim como assinalam Molinier (2004a; 2012) e Dejours (2008), elas reconhecem a impertinência de expor o incômodo para os beneficiários do cuidado (os filhos, no caso), mas ressaltam a importância de ‘escancará-lo’ para os pares – ou aqueles que deveriam ocupar o lugar de par.

Entendemos com essas falas que essa tentativa de tornar visível o real do maternar envolve a expectativa de um maior reconhecimento deste trabalho no

âmbito social (a partir da desmitificação do “*care* perfeito”), bem como um maior reconhecimento na esfera doméstica (a partir da melhor divisão das tarefas com outros cuidadores, principalmente, o pai).

A partir do momento em que isso se viabiliza, torna-se possível, conforme sinalizam Rosa e Margarida, compartilhar com os pares não apenas os incômodos, as agruras, mas também os saber-fazeres, as regras de trabalho, as ‘estratégias’, ‘os ângulos de visão’ e uma ‘gramática comum’ – ou aquilo que Dejours (2012b) define como uma ‘cooperação de inteligências’.

No terceiro Encontro sobre o Trabalho, decidimos resgatar algumas falas dos encontros anteriores e apresentá-las para as participantes em conjunto com os conceitos de julgamento de utilidade e de beleza. O primeiro julgamento foi rapidamente associado àquele que poderia ser proferido pela sociedade, em reconhecimento ao trabalho de criação de um indivíduo (sem que fossem problematizados, no entanto, os limites do conceito em relação ao materno, conforme apontamos no início deste eixo). Já o segundo julgamento – de beleza –, causou estranhamento:

III Encontro sobre o Trabalho

Lívia: Eu peguei essas três questões que acabaram rondando um pouco as falas – visibilidade/invisibilidade, julgamento, reconhecimento – como coisas que de alguma maneira estão interligadas – pra trazer esse conceito do Dejours. Ele vai falar que existem dois tipos de julgamento que podem ser feitos, pra que venha ou não o reconhecimento. Um é o julgamento de utilidade, [...] que é um julgamento sobre a utilidade social ou produtiva da conduta daquele trabalhador.

Margarida: Isso é chave. Isso é chave. Eu acho que esse último aspecto a gente já tinha falado no primeiro encontro, que eu lembro de ter trazido a questão da reprodução social, né?! Não só a produção biológica, da perpetuação da nossa espécie, mas a reprodução social, em todo aspecto cultural, que também se dá a partir daquela relação [do materno]. E esse **reconhecimento de que isso tá sendo feito** e [que] tá **criando um indivíduo para a nossa sociedade**, de acordo com as expectativas não só daquela família, mas da sociedade como um todo. [...]

Lívia: E ele vai falar de um outro tipo de julgamento, [...] que ele vai chamar de julgamento de beleza, que ele vai dizer que é o julgamento dos pares, não apenas sobre a utilidade e eficácia, mas também sobre a elegância, o rigor, a engenhosidade. E aí eu fiquei pensando nessa coisa do julgamento dos pares... isso que vocês falaram: “eu passei a entender mais as outras mães”... não sei se daria pra pensar por aí, um pouco nesse sentido [...].

Margarida: Mas é um pouco paradoxal isso... o termo... não sei se a tradução, mas o termo ‘**beleza**’, ele pode dar uma interpretação um pouco errônea. [...] Eu entendo, mas eu daria talvez uma outra palavra ou uma outra explicação, porque... “a elegância, o rigor, a engenhosidade”... não necessariamente... **talvez você vá reconhecer o suor, o sujo, o...** sabe?!

Lívia: O *messy*? [fazendo referência à palavra usada por no segundo encontro para descrever o real do maternar]

Margarida: Exatamente. [...] É justamente... **o oposto da beleza**, né?! Assim, é ali... de bastidor.

Lívia: A maquiagem borrada que você tava falando, né?

Margarida: É, que você... não mostra... que **você não quer mostrar tanto...** que **não é tão bonito de se ver...** entendeu?!

Maria: Eu acho estranho também beleza, tá?! Mas pensando agora numa coisa que você [Margarida] tá falando... [...] o seu par, por estar numa posição semelhante a sua, **tem certas coisas que você nem precisa contar pra ele. Não que isso seja visível, mas que pra eles é muito óbvio.** [...] De repente, pro seu par, o seu esforço, a sua engenhosidade, foram enormes e ela já sabe ou é óbvio que aquilo ali tem que ser ultrapassado. Não sei...

Margarida: Eu acho, eu concordo. Eu acho que...

Maria: **Como mãe, eu sei** como deve ser difícil pra você ter as suas dúvidas ali na noite. Porra, quantas vezes eu também não tive... então **eu consigo entender** tudo isso. Se você for falar pra uma pessoa que... sei lá pra sua mãe ou a sua sogra, que já criou filho, que já passou por isso, vai falar: “ahhhh, vai perder noite pensando nisso?”.

Margarida: É, tá implícito que existe uma **compreensão mais de paridade** entre... as pessoas tão partindo do mesmo nível.

Maria: Mas o nome é estranho.

Margarida: O nome é estranho, porque ele oculta que... não é necessariamente a beleza, a engenhosidade... talvez a engenhosidade até seja, talvez...

Maria: Elegância é estranho...

Margarida: ... elegância é estranho... rigor é meio estranho também... a engenhosidade vai, mas assim... **beleza certamente não**, entendeu?! **Eu acho que esconde o bonito do negócio**, né?, que é justamente essa complexidade...

[...]

Elisa: ... na verdade, quando ele fala beleza, é a estética da escolha. O par, ele olha pro teu trabalho, e como ele sabe toda dificuldade que você teve pra fazer, ele olha pra escolha... “nossa, que escolha legal que você fez. Eu nunca tinha pensado nisso”, por exemplo. Pô, essa escolha foi legal, o jeito que você deu, a forma como”... daí a engenhosidade, né?!

Dejours (2012b) vai afirmar que o julgamento de beleza anuncia-se sempre em termos estéticos – “‘isso é um capricho só”, “que belezura de concreto”, este quadro de disjuntores está “uma obra de arte”” (p. 40). Margarida, no entanto, sinaliza um desconforto em relação ao termo ‘beleza’, sugerindo que o reconhecimento daquelas que conhecem o maternar “de dentro” também pode ser proferido em relação àquilo que é ‘o oposto da beleza’, ‘o suor, o sujo’. Ao concordar, Maria menciona que, como “par”, é capaz de julgar e reconhecer as dificuldades daquelas que maternam.

Entendemos que talvez tenha havido aqui uma dificuldade no entendimento do conceito de Dejours. Acreditamos, no entanto, que, com essas falas, as participantes estivessem querendo chamar atenção para um possível reconhecimento não do produto final, e sim das dificuldades do percurso necessário para a sua obtenção. Interessante notar que Margarida rejeita o termo ‘beleza’ afirmando, na sequência, que ele esconde ‘o bonito do negócio’: a ‘complexidade’.

Ao comentarem sobre o julgamento de beleza, Margarida e Maria também colocaram em relevo a questão da visibilidade x discrição que implica o exercício da inteligência artilosa (Dejours, 1993): se por um lado ‘você não quer mostrar tanto’, por outro ‘você nem precisa contar pra ele’ [par]; ‘não que seja visível, mas pra ele [par] é muito óbvio’.

Na sequência do diálogo, as participantes colocaram em debate como a própria maternidade modificou o reconhecimento que elas tinham em relação ao maternar de outras mães.

III Encontro sobre o Trabalho

[continuando]

Lívia: Eu trouxe a sua fala [referindo-se à Maria], que eu acho que tem um pouco a ver com isso que a gente tá falando.

[Fala da Maria, do I Encontro sobre o Trabalho]: Eu peguei o telefone e liguei pra uma amiga minha que tinha, a essa altura, um filho de 3 anos, e... eu, que não tinha filhos na época [em que nasceu o filho da amiga], achava que ela fazia tudo errado. Achava que ela dava comida errado, por isso que o filho dela não comia, entendeu?! [...] Aí um dia [ocasião em que sua a própria filha tinha um ano e meio], eu peguei o telefone e liguei pra ela, e falei:

“Oi, tudo bem? Tô te ligando pra pedir desculpas”.

“Mas desculpas por quê?”,

“Porque eu achava você péssima mãe”.

“Como assim?! Você nunca falou, amiga”.

“Não, amiga, olha só, vamos lá: eu achava que toda questão de alimentação do seu filho era culpa sua. [Que] você não sabia dar comida, que você não sabia regular, porque eu sabia tudo. E eu estou te ligando pra dizer o seguinte: a minha casa tá um nojo... eu tô desde o café da manhã tentando fazer refeições variadas pra Alice [filha]... ela não come porra nenhuma, ela joga no chão, ela me enfrenta... ela tem um ano e meio e ela me enfrenta... ela bate com a cabeça na parede... eu quero matar, eu quero matar ela... o Edu [marido] está morto no sofá, entendeu?... eu não sei mais o que fazer. E eu tô ligando pra pedir desculpas, porque, cara, você é ótima”...

E eu chorava...

[risos de todas]

Maria: É, essa fase foi muito terrível. [...]

Margarida: E você totalmente **se colocando no lugar de par**, né?! **Bonito isso**.

Lívia: Sim, pois é. Me veio essa questão. [...]. Mas, eu queria ouvir de vocês [...].

Maria: Ai, cara... [suspiro]. Toda hora eu acho que isso tá muito ligado com a história que eu falei também da **empatia**, né?... você criar empatia. Parecia tudo muito óbvio, a criança era uma máquina [ironia], você tá dando comida pra ela errado, lógico que ela não vai querer almoçar, entendeu?... vai ser tudo muito óbvio! [ironia]. E, na verdade, as coisas não eram tão óbvias assim. Eu passei por muitas dessas... essa [referindo-se à situação em que liga para a amiga] foi só a mais explícita.

[...]

Maria: A maternidade é um momento incrível pra você rever os seus julgamentos todos, as suas certezas todas. Apesar de ser sofrido passar por isso, é uma pena pra quem não passa, porque literalmente você... **você vira vidraça**, você tem suas dúvidas, você tem seus medos... você tem que lidar com aquela criança que tem ações diferentes, que é um ser humano tão complexo quanto você... Então, pra mim, essa palavra empatia, ela ganhou uma coisa enorme. [...]

Margarida: É, pra mim, a empatia tem a ver com a questão intergeracional, que a gente falou no encontro passado... principalmente **em relação a outros cuidadores**, pais...

Lívia: Verdade, você falou sobre a questão de entender a sua mãe [para Margarida]...

[...]

Margarida: [...] **A minha mãe, ou as outras mães, no geral**. Mais diretamente a mãe do que qualquer outra coisa, mas também reconhecendo todo aspecto familiar...

Isabel: O meu processo foi um pouquinho diferente [...]. Eu fico com a sensação de que [...] eu consegui **ser mais crítica** com alguns pontos da **maternidade da minha mãe**, sabe assim?! [...] Eu falo: "agora mesmo que eu não compreendo como minha mãe fazia isso!". Eu me tornei mais crítica, tanto com a minha mãe, quanto com a minha sogra. [...] Agora, com as minhas amigas, eu consigo exercitar isso muito mais leve. Aí eu acho que eu tenho um pouco disso que você falou: "olha, você não vai dormir, vai ser difícil pra caramba, amamentar não é necessariamente simples [...], não pira, pede ajuda [...]". Então, essa coisa da empatia, eu vivi muito mais de mim para o outro, do que eu vivi a experiência de alguém para mim.

Maria descreve em termos de 'empatia' a sua capacidade de, como par, entender as dificuldades de outras mães. Para ela, vivenciar os reveses do maternar tem lhe possibilitado perceber a complexidade deste trabalho e, desta forma, compreender e reconhecer os esforços necessários para atividades que, antes da maternidade, lhe pareciam simples (como alimentar uma criança).

Margarida usa o mesmo termo para explicar como o maternar lhe possibilitou reconhecer o maternar da sua própria mãe, enquanto Isabel afirma ter se tornado mais crítica em relação à mãe e à sogra. Durante a nossa conversa piloto, Cora também havia sinalizado que, ao se tornar mãe, pôde valorizar ainda mais o maternar da sua mãe.

Cora, conversa piloto

Cora: [emocionada] Engraçado que, depois que eu virei mãe, em todas as oportunidades que eu posso, eu falo para os meu pais que eu amo muito eles [...]. A minha mãe falava assim: "você vai entender quando você for mãe!", e eu achava aquilo uma balela, toda mãe

fala isso, gente, que coisa... que clichê! [...] E realmente você só passa a entender, de fato, todos os perrengues que ela viveu depois que você passa, depois que você... fica vendo o sol nascer, a madrugada inteira amamentando, é que você passa a entender o quanto de esforço, o quanto de dedicação ela faz por aquelas filhas... por mim e pelas minhas irmãs.

Se nos propusermos a um exercício de pensar a partir dos julgamentos propostos por Dejours (2012a), talvez possamos dizer que o fato de terem assumido o protagonismo no materno possibilitou às participantes uma alternância na posição de onde proferem o julgamento – se antes o faziam como “clientes” (com toda a complexidade que a relação mãe e filha envolve), agora, em certa medida, podem fazê-lo também enquanto par (e, nesse sentido, proferir um julgamento mais severo).

Entendemos, no entanto, que este exercício tem limites em função do que expusemos no início deste eixo – a dinâmica entre contribuição e retribuição proposta pela PDT não dá conta da complexidade de um trabalho que coloca em jogo, de maneira irremediavelmente imbricada, as duas vias de acesso à conquista da identidade: a esfera social e a esfera erótica.

Nos propusemos até aqui a algumas reflexões provisórias, tendo como base algumas pistas levantadas a partir das falas das participantes. Para avançar na problemática do reconhecimento no materno, como toda a sua complexidade, faz-se necessário, sem dúvida, prosseguir em um trabalho de investigação, de maneira conjunta com as contribuições da Sociologia das Relações de Sexo acerca das relações trabalho-fora do trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma articulação – a trama e a urdidura –
atravessa todas as situações de trabalho,
desde que a humanidade existe
(Schwartz, 2007, p. 103)

O maternar como um tipo singular de trabalho

A análise de qualquer trabalho requer debruçar-se sobre suas tramas: aquilo que é fora do tempo, fora de uma história concreta, aquilo que pode ser conservado, escrito e transmitido facilmente. Os referenciais teóricos desta tese nos foram bastante úteis no exercício de pensar o maternar como um trabalho, em sua especificidade e naquilo que o liga a outros trabalhos. Mas, como nos ensina Schwartz (2007), devemos ser prudentes e não deduzir uma série de consequências em função unicamente da trama – se o fizermos, teremos grandes chances de nos enganarmos.

Para entender o maternar como trabalho, faz-se necessário debruçar-se também sobre as suas urdiduras: aquilo que “faz viver” as técnicas, o codificado, num dado momento. É da ordem da atividade humana, muita mais difícil de imaginar, de encontrar, de registrar. Os efeitos da urdidura, no entanto, estão sempre condenados a serem pouco visíveis, pouco aparentes. É necessário um trabalho de elaboração coletiva para fazê-los aparecer e, ainda assim, eles jamais serão totalmente visíveis. Nossa pesquisa de campo nos possibilitou uma aproximação das urdiduras do maternar: como, por entre os fios da trama, as mães de nossa pesquisa tecem seus maternares?

Analisar o trabalho, então, exige de nós um esforço (que nunca é fácil): articular os efeitos da trama e os efeitos da urdidura, pois é justamente neste entrecruzamento que está toda a complexidade (e beleza) do trabalho. É sobre este entrecruzamento que procuramos tecer algumas breves considerações.

O maternar está entre os trabalhos mais antigos da humanidade. E também é um dos poucos que podemos ter certeza que existirá ainda por muito tempo. Mas o maternar se modifica sempre. Não para de se inventar. As protagonistas de nossa pesquisa não param de (re)inventá-lo. Assim, contrariando o título desta seção, e

coerentes com nosso objeto de análise, nos afastamos intencionalmente de afirmações definitivas e sinalizamos para o caráter provisório e situado de nossas considerações.

O maternar diz respeito a todo mundo: a sobrevivência da espécie humana depende do maternar – todos fomos maternados por alguém e alguns de nós maternam ou ainda maternarão. Apesar de imprescindível, o maternar tem sido pouco valorizado e praticamente ocultado. Por vezes, no senso comum, sequer é considerado como trabalho. Assim, afirmar o maternar enquanto um trabalho é esbarrar em resistências, que nos informam, de maneira geral, sobre algumas concepções de trabalho e de maternidade vigentes: trabalho designado sob a forma-salário, portador de uma pretensa unidade conceitual; maternidade idealizada, fruto de um modelo concebido há mais de dois séculos e ainda vigente. Interessar-se pelo maternar enquanto trabalho é deparar-se com a complexidade de conceituar o trabalho de maneira geral. É percorrer a história do maternar, das mulheres, da luta feminista.

Analisar o maternar a partir da *démarche* ergológica, da perspectiva da Psicodinâmica do Trabalho e à luz da Sociologia das Relações de Sexo e das teorias do *care* nos permite afirmá-lo como um trabalho, dos mais nobres e mais complexos. No entanto, ainda que este referencial teórico tenha sido fundamental para o nosso percurso, esbarramos, durante a nossa trajetória, em algumas limitações. Embora a Ergologia e a PDT proponham uma noção ampliada de trabalho, na prática suas formulações têm sido desenvolvidas, em geral, a partir de análises do trabalho de produção. Assim, se algumas de suas noções nos são extremamente úteis para pensar o maternar, outras talvez possam ser repensadas a partir dele.

Mesmo nas perspectivas de gênero/ relações sociais de sexo, que se debruçam sobre o trabalho reprodutivo, o maternar tem sido pouco estudado, pois divide opiniões entre estes teóricos. As reflexões das teorias do *care* têm se voltado, com maior frequência, para o trabalho remunerado de cuidadores ou ainda para o conjunto de atividades do trabalho doméstico que diz respeito à casa e não à relação de desvelo. Nesta direção, a teorização sobre o maternar pode fazer avançar as teorias do *care*.

Ao nos debruçarmos sobre o maternar, nos deparamos com diversos aspectos que o aproximam de outros trabalhos, mas também com algumas

especificidades que fazem dele um trabalho singular. Ao longo de nossa trajetória de doutoramento, algumas destas especificidades ganharam relevo, ressaltadas nos discursos das participantes da pesquisa de campo.

O maternar é distinto de outros trabalhos de cuidado – dentre outros motivos, porque a ligação com o objeto de trabalho é contínua e especial. Como apontaram as mães de nossa pesquisa, mesmo quando os responsáveis pelo maternar estão ausentes, permanecem ligados aos filhos: trabalha-se, constantemente, de ‘sobreaviso’, ‘sem férias’ e sem a possibilidade de ‘demissão’. O maternar exige portanto, uma mobilização subjetiva constante: não há o ‘fora do trabalho’. Em decorrência disto, trata-se de um trabalho em que se está exposto à avaliação em ‘tempo integral’.

Diferentemente de grande parte dos trabalhos remunerados, a preparação para o maternar ocorre, em geral, fora dos canais instituídos de formação e, nesse sentido, não é valorizada. Tal preparação, que tem início já nos processos de socialização das meninas, se dá de maneira bastante heterogênea e em função de aspectos culturais, sociais, econômicos e pessoais. E se a preparação para o trabalho é sempre insuficiente, no trabalho em questão nos parece que isso se revela de maneira mais acentuada, em decorrência da intensa variabilidade e da abrangência das atividades que integram o maternar – ‘nada prepara’, como sinalizou uma das mães participantes da pesquisa. A ‘dimensão do encontro’ e a confrontação com o ‘real do trabalho’ se apresentam de maneira especialmente mobilizadora no maternar destas mães, em função do vínculo afetivo e do sentimento de responsabilidade sobre aqueles que são maternados.

Os objetivos deste trabalho são, assim, muito amplos e complexos e, nesse sentido, não comparáveis a outros trabalhos, nem mesmo àqueles também enquadrados no ‘care’. A amplitude temporal do maternar e as mudanças do seu escopo ao longo do tempo exigem ainda uma permanente atualização dos modos operatórios de realização de suas atividades.

O maternar é especialmente invisível: à invisibilidade presente em todo trabalho e à invisibilidade específica ao trabalho feminino, soma-se àquela relativa à manutenção do maternar em um lugar sagrado – frequentemente considera-se que suas atividades são amenas e que não requerem quaisquer saberes-fazer específicos. As dificuldades do maternar são eufemizadas, seus *contraintes* ocultados e suas tarefas só percebidas quando não feitas ou mal feitas. Trata-se,

assim, de um trabalho que combina uma série de tarefas imateriais, realizadas na esfera privada, que mobilizam saberes historicamente atribuídos à natureza feminina e ao amor materno.

As mães da nossa pesquisa sinalizaram, no entanto, o desejo de tornar o maternar mais visível. Problemática complexa, considerando que a eficácia deste tipo de trabalho depende da supressão de seus rastros. Uma das direções apontadas por elas diz respeito à visibilização de seus *contraintes*, não para os beneficiários desse cuidado (os filhos e as filhas, no caso), mas para outros cuidadores (com quem se compartilha ou desejaria compartilhar os cuidados) e, mais amplamente, para a sociedade de forma geral.

A exposição de suas dificuldades e a renúncia ao embelezamento da realidade no maternar esbarram, entretanto, em resistências (às vezes das próprias mães): como opor-se à oblatividade materna? Fazê-lo é assumir os riscos de ser duramente criticada. Ainda assim, observamos um movimento crescente de mães dispostas a abrir a “caixa preta da subjetividade”, não apenas por parte das participantes de nossa pesquisa, mas também de maneira mais ampla.

Entendemos que as tentativas de dar visibilidade a este trabalho remetem à duas questões: o desejo de um maior reconhecimento e valorização do maternar e a reivindicação de uma melhor divisão de suas tarefas. O maternar ainda é mais da mãe, concreta e ideologicamente – são elas que realizam a maior parte de suas atividades e são cobradas ou se cobram para conseguirem “dar conta”. Há mudanças nesta direção, mas não sem embates, resistências.

Colocar em análise as dificuldades concretas do maternar, em oposição à uma idealização do seu conteúdo, pode permitir ainda uma elaboração coletiva sobre o sofrimento neste trabalho, ainda inconfessável. Apreender que uma resposta às necessidades do outro requer esforços, envolve dificuldades, sentimentos ambivalentes e, por vezes, atividades que se quereria evitar fazer, é ir de encontro às concepções de maternidade-reflexo e do maternar como lugar apenas de prazer.

Colocar em xeque o suposto “instinto materno” é demonstrar que as sensibilidades e saberes-fazer imputados à essência feminina são, na realidade, diferenciações contingentes ao processo de socialização das mulheres e ao próprio exercício do maternar. Assim, torna-se possível reconhecer esses saberes como uma experiência ativa (e não passiva, automática, inata) – são desenvolvidos a partir da confrontação com o real do maternar e de outras atividades de cuidado

imputadas às mulheres. Entre o real e o prescrito, o maternar exige que, a partir de um mimetismo com as exigências da tarefa, se opere reajustamentos, rearranjos, subversões, inventividade, uma astúcia transgressora. Implica uma gestão de si – do espaço, do corpo, do tempo, da vida – para dar conta de uma criança.

Restituir ao maternar o seu caráter complexo, em oposição à sua “fama de fácil”, nos permite considerar que ele requer saberes específicos, produzidos neste trabalho, mas não restritos a ele: os saberes criados pela mobilização da inteligência criativa para fazer face aos desafios do real do maternar não servem apenas aos seus objetivos iniciais, mas podem ser transpostos para outros tipos de atividade que se vivencie, inclusive as profissionais. Acreditamos, assim, na importância de seguir investigando acerca das transformações que essas aprendizagens possam operar na subjetividade de quem materna, e acerca dos possíveis ecos que elas possam ter em outras atividades, abrindo, portanto, caminhos para novas pesquisas.

Desnaturalizar os saberes-fazer do maternar e reconhecê-los como secundários à experiência do trabalho possibilita afirmar que o seu conteúdo está disponível para todos, não permitindo, assim, que os homens se valham da ideia de essência feminina para escapar de uma divisão mais justa das tarefas do maternar. Trata-se ainda, em nosso entendimento, de uma questão chave para uma maior valorização deste trabalho: se considerados naturais, esses saberes ficam esvaziados de qualquer valor (e por isso são mais reconhecidos quando presentes no homem, de quem não se esperaria que os tivesse).

Como toda pesquisa, a nossa também tem os seus limites. O primeiro deles refere-se ao tempo destinado para a pesquisa de campo, especialmente no que diz respeito aos Encontros sobre o Trabalho. Gostaríamos que eles tivessem sido mais numerosos, de maneira que pudéssemos continuar seguindo algumas pistas apontadas. Não foi possível também, em função da indisponibilidade de agenda das participantes e do prazo limite para o fechamento desta tese, agendarmos o encontro de restituição, momento em que teríamos a oportunidade de compartilhar as nossas análises de forma coletiva, gerando, assim, possíveis novos debates a partir daí.

Outra limitação diz respeito ao extenso volume de material de campo e o tempo limitado para nossas análises, o que não nos permitiu aprofundar algumas questões, tampouco um diálogo mais demorado com parte dos referenciais teóricos.

Existem ainda os limite postos desde o início da pesquisa em função do recorte do nosso campo: a não abordagem das categorias classe social e raça, que acreditamos terem grandes implicações na vivência do maternar. Do mesmo modo, nosso recorte limitou-se ao maternar de crianças pequenas, em diversos aspectos profundamente diferente do maternar de adolescentes ou adultos.

Ainda que nossa pesquisa não tivesse o objetivo de transformar o meio de trabalho, acreditamos que ela possibilitou às participantes que falassem e refletissem sobre o maternar, assumindo, assim, uma postura de analistas do próprio trabalho. E à medida que permitiu reflexões sobre as suas atividades, podem permitir também que elas operem mudanças nos modos de trabalhar e de compreender \leftrightarrow transformar a si e seu meio de trabalho.

Por fim, acreditamos que a maior contribuição desta tese refere-se à possibilidade que ela acena em relação a uma maior visibilização do maternar enquanto um tipo singular de trabalho. Nesse sentido, afirmamos a necessidade de assumirmos uma postura crítica contrária à ocultação do maternar e, em consequência, contribuir para minimizar o déficit crônico de reconhecimento daquelas que maternam:

A cada vez que alguém consegue extrair um novo fragmento de humanidade do seu isolamento no silêncio da natureza, e carregá-lo, fora da sua invisibilidade, para o domínio público, se modificam, se amplificam nossas possibilidades de pensar e de agir (Molinier, 2006, p. 119, tradução nossa).

Seguimos apostando nisso. Fica aqui o desejo de que esta tese possa ser útil na gestação de outros trabalhos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro: LTC, 2012.
- ATHAYDE, Milton. Psicologia e Trabalho: que relações? In: Jacó-Vilela, Ana Maria; Mancebo, Deise. (orgs). **Psicologia social: abordagens sócio-históricas e desafios contemporâneos**. Rio de Janeiro: EdUERJ,1999.
- ATHAYDE, Milton; BRITO, Jussara. Vida, Saúde e Trabalho: dialogando sobre qualidade de vida no trabalho em um cenário de precarização. In: **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 7 n. 3, p. 587-597, nov.2009/fev.2010.
- ATHAYDE, Milton; BRITO, Jussara. Ergologia e clínica do trabalho. In: Bendassolli, P. F. e Soboll, L. A. P. (orgs.). **Clínicas do Trabalho. Novas perspectivas para compreensão do trabalho na atualidade**. São Paulo: Atlas, 2011.
- ATHAYDE, Milton; ZAMBRONI-DE-SOUZA, Paulo; BRITO, Jussara. Intervenção e pesquisa em psicologia: uma postura ergológica. In: Bendassolli, P. F. e Soboll, L. A. P. (orgs.). **Métodos de Pesquisa e Intervenção em Psicologia do Trabalho**. São Paulo: Editora Atlas, 2014.
- BADINTER, Elisabeth. **Um Amor Conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BADINTER, Elisabeth. **O Conflito. A mulher e a mãe**. Rio de Janeiro: Record, 2011.
- BARROS, Manoel de. **Ensaio fotográficos**. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo. A experiência vivida**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.
- BRITO, Jussara. **Saúde, trabalho e modos sexuais de viver**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1999.
- BRITO, Jussara. Trabalho e Saúde Coletiva: o ponto de vista da atividade e das relações de gênero. In: **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.10(4), p. 879-890, out./dez. 2005. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232005000400012. Acesso em: 08.mar.2017.

BRITO, Jussara C.; NEVES, Mary Y.; OLIVEIRA, Simone S.; ROTENBERG, Lucia. Saúde, subjetividade e trabalho: o enfoque clínico e de gênero. In: **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, São Paulo, v. 37 (126), p. 316-329, 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0303-76572012000200013. Acesso em: 10.jan.2017.

BRUSCHINI; Maria Cristina A.; ROSEMBERG, Fúlvia. A Mulher e o Trabalho. In: Bruschini, M. C. A. e Rosemberg, F. (orgs.). **Trabalhadoras do Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

BRUSCHINI; Maria Cristina A.; RIDENTI, Sandra. Família, Casa e Trabalho. In: **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n.88, p. 30-36, 1994. Disponível em: <http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/cp/arquivos/885.pdf>. Acesso em 02.dez.2015.

CANGUILHEM, Georges. **O normal e o patológico**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

CANGUILHEM, Georges. **O conhecimento da vida**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

CHODOROW, Nancy. **Psicanálise da Maternidade**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1990.

CLOT, Yves. **A função psicológica do trabalho**. Petrópolis: Editora Vozes, 2006.

CLOT, Yves. A Psicologia do Trabalho na França e a Perspectiva da Clínica da Atividade. In: Fractal: **Revista de Psicologia**, v. 22 – n. 1, p. 207-234, Jan./Abr. 2010.

COLLIN, Françoise; LABOIRE, Françoise. Maternidade. In: Hirata, H., Laborie, F., Le Doaré, H. e Senotier, D. (orgs.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

CORDEIRO, Mariana Sbaraini. **Mãe – A Invenção da História**. Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos), Florianópolis, ISSN 2179-510X, 2013.

COVA, Anne. **História da Maternidade: em que ponto estamos?** In: Clio Histoire, Femmes, Sociétés, Toulouse, n. 21, p.189-211, 2005. Disponível em: http://www.ics.ul.pt/rdonweb-docs/ICS_ACova_Historia_ARI.pdf. Acesso em: 01/03/2014.

DEJOURS, Christophe. **A Loucura do Trabalho: estudo de psicopatologia o trabalho**. São Paulo: Cortez, 1992.

_____. Inteligência Operária e Organização do Trabalho – A Propósito do Modelo Japonês de Produção. In: Hirata, H. (org.). **Sobre o “Modelo” Japonês. Automatização, Novas Formas de Organização e de Relações de Trabalho**. São Paulo: Edusp, 1993.

_____. **A banalização da injustiça social**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2000.

_____. **Da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, Brasília: Paralelo 15, 2004.

_____. **O fator humano**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

_____. Cadernos de TTO, 2. **A avaliação do trabalho submetida à prova do real**. São Paulo: Blucher, 2008.

_____. **Trabalho Vivo, tomo I, Sexualidade e Trabalho**. Brasília: Paralelo 15, 2012(a).

_____. **Trabalho Vivo, tomo II, Trabalho e Emancipação**. Brasília: Paralelo 15, 2012(b).

DEJOURS, Christophe; ABDOUCHELI, Elizabeth. Itinerário teórico em psicopatologia do trabalho. In: **Psicodinâmica do trabalho: contribuição da Escola Dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho**. Dejours, Christophe et al., p. 119-145. São Paulo: Atlas, 1994.

DEJOURS, Christophe; BÉGUE, Florence. **Suicídio e Trabalho: o que fazer?** Brasília: Paralelo 15, 2010.

- DEL PRIORE, Mary. **Ao sul do corpo: condição feminina, maternidade e mentalidades no Brasil Colônia**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.
- DÉTIENNE, Marcel; VERNANT, Jean-Pierre. Métis. **As astúcias da inteligência**. São Paulo: Odysseus Editora, 2008.
- DONATH, Orna. **Mães Arrependidas. Uma outra visão da maternidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017
- DORNA, Lívia B. H. **Trabalho de Mãe e Trabalho Formal: Possíveis diálogos entre os saberes investidos nessas atividades**. Dissertação de Mestrado. UFF, 2014.
- DURRIVE, Louis; SCHWARTZ, Yves; DUC, Marcelle. Técnicas e Competências. In: Schwartz, Y. e Durrive, L. (orgs.). **Trabalho e Ergologia: conversas sobre a atividade humana**. Niterói: EdUFF, 2007.
- DURRIVE, Louis; SCHWARTZ, Yves. Glossário da Ergologia. In: **Laboreal**, Porto, v. 4(1), p. 23-28, 2008. Disponível em: http://laboreal.up.pt/files/articles/2008_07/pt/23-28pt.pdf. Acesso em: 01.ago.2013.
- DURRIVE, Louis; MAILLIOT, Stéphane. A ergologia e a produção de saberes sobre os ofícios. In: Schwartz, Y. e Durrive, L. (orgs). **Trabalho e Ergologia II**. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2015.
- ECHTERNACHT, Eliza. Atividade humana e gestão da saúde no trabalho: Elementos para a reflexão a partir da abordagem ergológica. In: **Laboreal**, Porto, volume IV, nº1, pp. 46-55, 2008.
- FAÏTA, Daniel. **Análise das práticas languageiras e situações de trabalho: uma renovação metodológica imposta pelo objeto**. In Souza-e-Silva, M.C.; Faïta, D. *Linguagem e Trabalho: construção de objetos de análise no Brasil e na França*. São Paulo: Cortez, 2002.
- FAÏTA, Daniel; NÖEL, Christine; DURRIVE, Louis. A linguagem como atividade. In: Schwartz, Y. e Durrive, L. (orgs.). **Trabalho e Ergologia: conversas sobre a atividade humana**. Niterói: EdUFF, 2007.
- FRANÇA, Maristela. **Uma comunidade dialógica de pesquisa. Atividade e discurso em guichê hospitalar**. São Paulo: FAPESP Educ, 2007.

FORNA, Aminatta. **Mãe de Todos os Mitos. Como a sociedade modela e reprime as mães.** Rio de Janeiro: Ediouro, 1999.

FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, Dominique. Trabalho doméstico. In: Hirata, H., Laborie, F., Le Doaré, H. e Senotier, D. (orgs). **Dicionário Crítico do Feminismo.** São Paulo: Editora Unesp, 2009.

GUIMARÃES, Nadya Araujo; HIRATA, Helena; SUGITA, Kurumi. Cuidado e Cuidadoras: o trabalho do care no Brasil, França e Japão. In: Hirata, H. e Guimarães, N. A. **Cuidado e Cuidadoras: as várias faces do trabalho do care.** São Paulo: Atlas, 2012.

GUÉRIN, F. et al. **Compreender o Trabalho para Transformá-lo.** São Paulo: Ed. Edgard Blücher Ltda, 2001.

GOMEZ GRACIELA Q. A Maternidade como Enigma: Atenas, as Luzes e Freud. *PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, 10(2): 51-74, 2000

HIRATA, Helena; Divisão – **Relações Sociais de Sexo e do Trabalho: contribuições à discussão sobre o conceito de trabalho.** Em aberto, Brasília, ano 15, n.65, jan./mar. 1995. Disponível em: <http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/979/883>. Acesso em: 03/08/2013.

HIRATA, Helena. **"Trabalho Doméstico: Uma Servidão Voluntária?"**. In: T. Godinho e M. L. da Silveira (orgs.), Políticas Públicas e Igualdade de Gênero. São Paulo, Coordenadoria Especial da Mulher, pp. 43-54, 2004.

HIRATA, Helena; GUIMARÃES, Nadya Araujo. **Cuidado e Cuidadoras: as várias faces do trabalho do care.** São Paulo: Atlas, 2012.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. **Novas Configurações da Divisão Sexual do Trabalho.** *Cadernos de Pesquisa*, v.37, n.132, p. 595-609, set/ dez, 2007.

HIRATA, Helena; ZARIFIAN, Philippe. Trabalho, (conceito de). In: Hirata, H., Laborie, F., Le Doaré, H. e Senotier, D. (orgs). **Dicionário Crítico do Feminismo.** São Paulo: Editora Unesp, 2009.

KERGOAT, Danièle. Em defesa de uma sociologia das relações sociais. Da análise das categorias dominantes à elaboração de uma nova conceituação. In: Kartchevsky, A. [et. al.]. **O Sexo do Trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

_____. Divisão Sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: Hirata, H., Laborie, F., Le Doaré, H. e Senotier, D. (orgs). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

KNIBIEHLER, Yvonne. **Histoire des Mères et de la Maternité en Occident**. Paris: Presses Universitaires de France, 2000.

KITZINGER, Sheila. **Mães. Um estudo antropológico da maternidade**. Lisboa: Editora Presença, 1996.

LOPES, Rita de C.; CARON, Nara A.; THORMANN, Lea L.; RIBAS, Adriana D. Tornar-se mãe no processo de amadurecimento: implicações para a ética do cuidado. In: Loparic, Z. (org). **Winnicott e a ética do cuidado**. São Paulo: DWW Editorial, 2013.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 2012.

MAILLIOT, Stéphane; DURRIVE, Louis. **A ergologia e a produção de saberes sobre os ofícios**. In: Schwartz, Y. e Durrive, L. (orgs). Trabalho e Ergologia II. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2015.

MARX; Karl. Processo de Trabalho e Processo de Valorização. In: Marx, K. **O Capital: Crítica da Economia Política. Vol. 1**. São Paulo, Editora Nova Cultural Ltda, 1996;

MATURANA, Humberto. Conversações Matrísticas e Patriarcais. In: Maturana, H.; Verden-Zöllner, G. **Amar e Brincar: fundamentos esquecidos do humano**. São Paulo: Palas Athena, 2004.

MATURANA, Humberto; VERDEN-ZÖLLER, Gerda. **Amar e Brincar: fundamentos esquecidos do humano**. São Paulo: Palas Athena, 2004.

MENCACCI, Nicole; SCHWARTZ, Yves;. **Trajetórias e usos de si**. In: Schwartz, Y. e Durrive, L. (orgs). Trabalho e Ergologia II. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2015b.

MOLINIER, Pascale. O ódio e o amor, caixa preta do feminismo? Uma crítica da ética do devotamento. In: **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 10, n. 16, p. 227-242, dez./2004(a). Disponível em: http://portal.pucminas.br/imagedb/documento/DOC_DSC_NOME_ARQUI20050602160638.pdf. Acesso em: 05.mar.2014.

_____. Psicodinâmica do trabalho e relações sociais de sexo. Um itinerário interdisciplinar. 1988-2002. In: **Revista Produção**, Santa Catarina, v. 14, n. 3, p. 14-26, set.-dez./2004(b). Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/prod/v14n3/v14n3a02.pdf>. Acesso em: 04.fev.2016.

_____. **L'énigme de la femme active. Égoïsme, sexe et compassion**. Paris: Petite Bibliothèque Payot, 2006.

_____. A dimensão do cuidar no trabalho hospitalar: abordagem psicodinâmica do trabalho de enfermagem e dos serviços de manutenção* Rev. bras. Saúde ocup., São Paulo, 33 (118): 06-16, 2008

_____. Ética e Trabalho do Care. In: Hirata, H. e Guimarães, N. A. **Cuidado e Cuidadoras: as várias faces do trabalho do care**. São Paulo: Atlas, 2012.

_____. **Le travail du care**. Paris: La Dispute, 2013.

MOURA, Solange Maria S. R.; ARAÚJO, Maria de Fátima. **A Maternidade na História e a História dos Cuidados Maternos**. In: PSICOLOGIA CIÊNCIA E PROFISSÃO, 24 (1), 44-55, 2004.

MUNIZ, Hélder P.; BRITO, Jussara; SOUZA, Kátia R.; ATHAYDE, Milton; LACOMBLEZ, Marianne. Ivar Oddone e sua contribuição para o campo da Saúde do Trabalhador no Brasil. In: **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**. São Paulo, v.38, n.128, p. 280-291, jul.-dez./2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbso/v38n128/15.pdf>. Acesso em 14.fev.2017.

NOUROUDINE, A. Norma. In: **Laboreal**, Porto, v. 5(1), p. 125-126, 2009. Disponível em: http://laboreal.up.pt/files/articles/2009_07/es/14_norma_ES.pdf. Acesso em: 13.jul.2013.

NUNES, Silvia Alexim. **O corpo do diabo entre a cruz e a caldeirinha: Um estudo sobre a mulher, o masoquismo e a feminilidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

ODDONE, I.; RE, A.; BRIANTI, G. **Esperienza operaia, coscienza di classe e psicologia del lavoro**. Turim: Giulio Einaudi, 1977.

OSÓRIO DA SILVA, Claudia. Pesquisa e intervenção em clínica da atividade: a análise do trabalho em movimento. In: Bendassolli, P. F. e Soboll, L. A. P. (orgs.). **Métodos de Pesquisa e Intervenção em Psicologia do Trabalho**. São Paulo: Editora Atlas, 2014.

SANTOS, Elisama. **Tudo eu: confissões de uma mãe sincera**. (E-book) Rio de Janeiro: O Livro Aberto, 2015.

SCAVONE, Lucila. **A maternidade e o feminismo: diálogo com as ciências sociais**. In: Cadernos Pagu (16), p. 137-150, 2001(a).

_____. **Maternidade: transformações na família e nas relações de gênero**. In: Interface – Comunicação, Saúde e Educação 8, p. 47-59, fev/2001 (b).

_____. **Dar a vida e cuidar da vida: feminismo e ciências sociais**. São Paulo, Editora UNESP, 2004.

SCHWARTZ, Yves. Os ingredientes da competência: Um exercício necessário para uma questão insolúvel. In: **Educação & Sociedade**. Campinas, v.19, n.65, p. 101-140, dez./1998. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73301998000400004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 08.set.2013.

_____. Circulações, Dramáticas, Eficácias da Atividade Industrial. In: Revista Trabalho, Educação e Saúde. Rio de Janeiro, v. 2(1), p. 33-55, 2004(a). Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tes/v2n1/04.pdf>. Acesso em 10.out.2016.

_____. Trabalho e gestão: níveis, critérios, instâncias. In: Figueiredo, M.; Athayde, M.; Brito, J. Alvarez, D. (orgs.). **Labirintos do Trabalho: interrogações e olhares sobre o trabalho vivo**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004 (b).

SCHWARTZ, Yves; DURRIVE, Louis. **Trabalho e Ergologia: conversas sobre a atividade humana**. Niterói: EdUFF, 2007.

_____. **Trabalho e Ergologia II: diálogos sobre a atividade humana**. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2015.

_____. Conceituando o trabalho, o visível e o invisível. In: **Revista Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 9, supl.1, p. 19-45, 2011(a). Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tes/v9s1/02.pdf>.

_____. Manifesto por um ergoengajamento. In: Bendassolli, P. F. e Soboll, L. A. P. (orgs.). **Clínicas do Trabalho. Novas perspectivas para compreensão do trabalho na atualidade**. São Paulo: Atlas, 2011(b).

_____. **Histórico e conceitos da ergologia: entrevista com Yves Schwartz**. In: Reflexão & Ação, v. 1, n. 1, p. 327-337, 2013. Disponível em: <http://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/view/3742>. Acesso em: 10.ago.2013.

_____. Concepções da Formação Profissional e Dupla Antecipação. In: **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v.22, n.3, p.17-33, set./dez.2013

_____. Motivações do conceito de corpo-si: corpo-si, atividade, experiência. In: Letras de Hoje, Porto Alegre, v. 49, n. 3, p. 259-274, jul.-set./2014. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/viewFile/19102/12151>. Acesso em 04.nov.2016.

_____. Conhecer e Estudar o Trabalho. In: Trabalho & Educação, Belo Horizonte, v.24, n.3, p. 83-89, set.-dez./2015. Disponível em: <https://seer.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/7842>. Acesso em: 09.set.2015.

SCHWARTZ, Yves; ADRIANO, Rufino; ABDERRAHMANE, Fyad. Revisitar a actividade humana para colocar as questões do desenvolvimento: projecto de uma sinergia franco-lusófona. In: **Laboreal**, Porto, v. IV, n.1, p. 10-22, 2008. Disponível em: http://laboreal.up.pt/files/articles/2008_07/pt/10-22pt.pdf. Acesso em: 02.mar.2014.

SCHWARTZ, Yves; MENCACCI, Nicole. **Trajatórias e usos de si**. In: Schwartz, Y. e Durrive, L. (orgs). Trabalho e Ergologia II. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2015.

- SOARES, Angelo. As emoções do care. In: Hirata, Helena; Guimarães, Nadya Araujo. **Cuidado e Cuidadoras: as várias faces do trabalho do care**. São Paulo: Atlas, 2012.
- SORJ, Bila; FONTES, Adriana. O care como regime estratificado: implicações de gênero e classe social. In: Hirata, H. e Guimarães, N. A. **Cuidado e Cuidadoras: as várias faces do trabalho do care**. São Paulo: Atlas, 2012.
- SOUZA, Wladimir Ferreira. Winnicott & Maturana: um diálogo possível? In: Estudos e Pesquisas em Psicologia, UERJ, RJ, ano 8, n.2, p. 540-547, 1º semestre de 2008.
- STEVENS, Cristina (org.). **Maternidade e feminismo: diálogos interdisciplinares**. Florianópolis: Editora Mulheres; Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2007.
- SWAIN, Tania. Meu corpo é um útero? Reflexões sobre a procriação e a maternidade. In: Stevens, C. (org.). **Maternidade e feminismo: diálogos interdisciplinares**. Florianópolis: Editora Mulheres; Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2007.
- TELLES, Ana Luiza; ALVAREZ, Denise. Interfaces ergonomia-ergologia: uma discussão sobre trabalho prescrito e normas antecedentes. In: Figueiredo, M.; Athayde, M.; Brito, J. Alvarez, D. (orgs.). **Labirintos do Trabalho: interrogações e olhares sobre o trabalho vivo**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.
- TERSAC, Gilbert de; MAGGI, Bruno. O trabalho e a abordagem ergonômica. In: Daniellou, F. (coord). **A ergonomia em busca de seus princípios: debates epistemológicos**. São Paulo: Edgard Blücher, 2004;
- TRABUT, Loïc; WEBER, Florence. Como tornar visível o trabalho de cuidadoras domiciliares? O caso das políticas em relação à dependência na França. In: Hirata, H. e Guimarães, N. A. **Cuidado e Cuidadoras: as várias faces do trabalho do care**. São Paulo: Atlas, 2012.
- VENNER, Bernadette; SCHWARTZ, Yves; **Debates de normas, “mundo de valores” e engajamento transformador**. In: Schwartz, Y. e Durrive, L. (orgs). Trabalho e Ergologia II. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2015b.
- VERDEN-ZÖLLER, Gerda. O brincar na relação materno-infantil: fundamentos biológicos da consciência de si mesmo e da consciência social. In: Maturana,

H.; Verden-Zöller, G. **Amar e Brincar: fundamentos esquecidos do humano**. São Paulo: Palas Athena, 2004.

WINNICOTT, Donald W. **O Brincar e a Realidade**. Rio de Janeiro: Imago Editora Ltda, 1975.

_____. A preocupação materna primária – In: **Da pediatria à psicanálise. Obras Escolhidas**. Rio de Janeiro: Imago, 2000a

_____. O Ódio na Contratransferência – In: **Da pediatria à psicanálise. Obras Escolhidas**. Rio de Janeiro: Imago, 2000b

_____. **A família e o desenvolvimento individual**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

_____. **Os bebês e suas mães**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

ANEXO 1 – ROTEIRO DAS CONVERSAS SOBRE O TRABALHO

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
ICHF -INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
DOUTORADO EM PSICOLOGIA

DATA: ___/___/___

1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO:

Nome: _____

Idade: _____

2. DADOS DE FORMAÇÃO

Nível de instrução: _____

Graduação? _____

Especialização? _____

Mestrado? _____

Doutorado? _____

Curso técnico? _____

3. DADOS PROFISSIONAIS

Cargo/função

atual: _____

Tempo no cargo/ função atual: _____

Trabalhos anteriores: _____

4. DADOS FAMILIARES

Renda familiar?

Com quem reside?

Filhos: quantos: _____ sexo e idade _____

Conta com apoio para realização das tarefas relacionadas ao cuidado com a casa?

Compartilha as tarefas do maternar com outras pessoas?

ROTEIRO DE ENTREVISTA

- Que idade você tinha quando tornou-se mãe?
- A maternidade foi planejada?
- Qual foi a sua reação quando descobriu que seria mãe?
- Você considera o maternar como um trabalho? Por que?
- Como você se preparou para esse trabalho? (a) Fez algum curso sobre o assunto? (b) Leu algum livro? (c) Conversou com outras mães/ famílias?
- Antes de ser mãe, você teve a experiência de cuidar de alguém?
- Há algo na sua história de vida que você considera que tenha sido definitivo para a sua atuação enquanto mãe? (a) Houve alguém ou alguma experiência que você considera importante positivamente/ negativamente para a sua atuação como mãe? Por quê?
- Quem são os atuais cuidadores do(a) seu(sua) filho(a)?
- Descreva um dia típico do seu trabalho de mãe atualmente. Quantas horas por dia você se dedica a esse trabalho? Todos os dias/ noites? Tem ajuda? Quais atividades desempenha?
- Descreva o seu maternar.
- O que você mais gosta/ gostou no trabalho de mãe?
- O que você menos gosta/ gostou no trabalho de mãe? Continua a fazer? Como se sente? Tentou deixar de realizá-las? Se conseguiu, o que fez para não fazer mais essas atividades? Como se sentiu depois? Se não conseguiu, porque acha que não conseguiu? E como se sente?
- Quais as suas maiores facilidades na realização do trabalho de mãe?
- Quais as suas maiores dificuldades/ desafios no trabalho de mãe?
- Quais estratégias utiliza quando se vê diante dessas dificuldades/ desafios citados?

- O que baliza as suas decisões referentes à maternidade?
- Ao seu ver, que habilidades/ competências/ saberes uma pessoa precisa ter para desenvolver bem o trabalho de mãe? Dentre estas, quais habilidades/ competências você acredita que possua? Já possuía antes da maternidade ou desenvolveu a partir dela?
- Que exigências o maternar te impõe?
- E quais características pessoais não seriam compatíveis com o maternar? Dentre estas, quais você acredita que possua?
- Você já se sentiu desanimada com o maternar? Em que situações? Fez alguma coisa para sair dessa situação? O que? Durou muito tempo?
- E o contrário, em alguma situação a fez sentir-se mais feliz, mais potente? Poderia dar exemplos?
- Você acha que o seu maternar é reconhecido? Por quem?
- Você acredita que mudou depois da maternidade?
- Se sim, que mudou?
- Quando tornou-se mãe, você possuía algum trabalho remunerado? Se sim, em que área/ cargo/ função? Há quanto tempo?
- Consegue conciliar trabalho de mãe com trabalho remunerado?
- Usufruiu de licença maternidade? Se sim, por quanto tempo? Como foi o seu retorno ao trabalho?
- Descreva o seu atual trabalho assalariado.
- Descreva um dia típico do seu trabalho assalariado. Atividades? Carga horária?
- Ao seu ver, que habilidades/ competências uma pessoa precisa ter para desenvolver bem esse trabalho? Dentre estas, quais habilidades/ competências você acredita que possua?
- E quais características pessoais não seriam compatíveis com esse trabalho? Dentre estas, quais você acredita que possua?
- Considerando as habilidades/ competências para desenvolver bem esse trabalho, você acredita que a maternidade ajuda ou atrapalha a desenvolvê-las? Por que?
- O que você mais gosta no seu trabalho remunerado?

- E que menos gosta?
- Como você descreveria a relação entre maternidade e trabalho (remunerado) na sua vida?
- Comparando a sua atuação profissional anterior à maternidade com hoje, como você se vê? Mudou alguma coisa? O que? Por quê?
- Que consequências (boas e ruins) você acredita que a maternidade trouxe para o seu trabalho remunerado?

ANEXO 2 – RESUMO POR PARTICIPANTE DA FASE 1 DA PESQUISA

SOBRE CORA

Cora⁴⁷ é mãe da Caetano⁴⁸, de 3 anos.

Diante do meu convite para uma conversa piloto, Cora aceitou participar da pesquisa. Cora e eu trabalhamos juntas durante sete anos e continuamos amigas mesmo após a minha saída da empresa.

Tem 38 anos, é formada em Administração e possui duas pós-graduações. Sua experiência de trabalho é na área de Recursos Humanos, em cargos de gerência, mas, na ocasião da conversa piloto, Cora estava recém desempregada. É casada há 12 anos com o pai de Caetano.

Ainda que não tenha participado das demais etapas da pesquisa, incluímos esta conversa em nossas análises.

A Conversa Piloto

Nossa conversa aconteceu no dia 20/10/2016, em um restaurante na Barra da Tijuca, bairro em que Cora reside com o marido e o filho. Por sermos amigas, o tom da nossa conversa foi bastante informal. Assim que expliquei nosso objeto de pesquisa, Cora afirmou que considerava o maternar como um trabalho e, na sequência, discorre acerca de algumas habilidades que ela considera ter desenvolvido a partir da maternidade (parte deste trecho da conversa compôs nossas análises no eixo 1).

Em seguida, me conta que a sua gravidez foi planejada e que divide sua vida em “antes do Caetano e depois do Caetano”. Dentre as preparações que fez para o maternar, Cora destaca as aulas de yoga que, além dos exercícios, tinham palestras sobre amamentação, parto e primeiros cuidados. Como estava vivendo momentos difíceis no trabalho, ela diz que as aulas eram “uma válvula de escape”, um momento de se conectar com o filho. Cora se emociona nesse momento da conversa.

⁴⁷ Em homenagem à Cora Coralina, poetisa brasileira.

⁴⁸ Em homenagem à Caetano Veloso, cantor e compositor brasileiro.

Cora me conta que a sua mãe é uma grande referência para o seu maternar: “se eu puder ser um pouquinho só do que ela é para mim com o Caetano, eu vou estar mega realizada”. Ela diz que a sua maternidade a fez compreender os esforços e as dificuldades da mãe na criação de 3 filhas e se emociona novamente.

O que Cora mais gosta no maternar são “as recompensas: o beijo, o abraço, o olhar” e os momentos de brincadeiras com o filho e o marido. Ela descreve as “malcriações” e os momentos em que o Caetano “desafia as rotinas” como aquilo que ela menos gosta neste trabalho, especialmente quando está cansada ou quando vê o seu trabalho ser desfeito pelo filho (quando, por exemplo, ele espalha os brinquedos depois dela ter arrumado a casa). Nesses momentos, ela conta que procura conversar com ele, mas “tem uma hora que acaba a psicologia” e ela manda ele fazer o que precisa ser feito. “Educar cansa”, ela diz. Pergunto sobre suas estratégias para estas situações e ela diz que costuma recorrer ao marido: “vai que é tua, o filho também é seu”. Em outros momentos, ela procura sair de perto e respirar para se acalmar.

Na sequência, Cora discorre acerca de alguns dos *constraints* do maternar: as restrições em sua dieta durante a gravidez e a amamentação, o cansaço por ter que “acordar quinhentas vezes durante a noite”, a responsabilidade sobre a vida do filho. Fala também dos momentos de culpa em função das dificuldades em conciliar o maternar com o seu trabalho remunerado – “já perdi essa etapa, e agora?”. Isso a fez tomar algumas decisões enquanto ainda estava empregada: “vou chegar mais tarde no trabalho, mas eu vou sim levar meu filho na escola”. O parto é descrito por ela como um momento de “potência”: ela conta que se sentiu “muito poderosa” por ter batalhado (trocou de obstetra no final da gestação) e conseguido ter um parto normal.

Quando encerramos a conversa, Cora reflete sobre a experiência de falar sobre o seu maternar, justificando o porquê de ter se emocionado algumas vezes.

Cora: É uma experiência diferente, eu nunca tinha pensando nessas coisas todas que eu estou te falando agora, assim de uma forma...sempre um pedaço, uma pergunta, não de uma forma total, mais holística. E é interessante porque me fez fazer uma retrospectiva desses 3 anos...

SOBRE ROSA

Rosa⁴⁹ é mãe da Clara⁵⁰, de 4 anos.

Ela aceitou participar dessa pesquisa a partir do convite feito no grupo de mães de uma rede social, do qual também faço parte, mas não nos conhecíamos. Na ocasião em que a pesquisa teve início, Rosa estava com 30 anos. É formada em Turismo, possui mestrado em Educação e trabalha na área administrativa de uma escola particular. Ela e o pai da Clara estiveram juntos por cinco anos e separaram-se quando Clara tinha 6 meses de idade. Atualmente, os pais compartilham a guarda da filha, alterando os dias da semana e os finais de semana.

Em função de indisponibilidades de agenda, realizamos apenas uma Conversa sobre o Trabalho e uma sessão de Observação da Atividade, descritas resumidamente a seguir.

A Conversa sobre o Trabalho

Após algumas trocas de mensagens, combinamos de nos encontrarmos no seu apartamento, em um bairro da Zona Sul do Rio de Janeiro, para o qual Rosa acabara de se mudar. Além de Clara, Rosa divide o apartamento com outra mãe e seu filho. Esse arranjo foi uma maneira que encontraram para dividirem as despesas mensais, possibilitando que Rosa saísse da casa dos seus pais (para onde havia retornado alguns meses após a separação).

O encontro aconteceu no dia 10/05/2017, à noite. No dia do nosso encontro, Clara estava na casa do pai. Talvez por não nos conhecermos, a conversa se ateve mais ao roteiro de questões, numa dinâmica “pergunta-resposta”.

A maternidade, segundo Rosa, não foi planejada, mas muito desejada. Ela descreve a gravidez como “fisicamente tranquila”, “mas emocionalmente muito difícil”, visto que não teve o apoio dos seus pais no início e que o seu relacionamento com o pai da Clara “já não estava muito bom”.

Rosa acredita, no entanto, que no momento em que Clara nasceu, ela soube que aquilo era “*a coisa mais certa que podia ter acontecido*”: “Eu tô certa nesse papel aqui, eu e você, a gente se entende, a gente tá junto nisso”.

⁴⁹ Em homenagem à Rosa Parks, ativista americana.

⁵⁰ Em homenagem à Clara Rockmore, musicista russa.

Pergunto à Rosa se ela se preparou para o materno durante a gravidez e ela me respondeu que era uma gestante que procurava se preparar, lendo livros, indo às feiras de gestante, fazendo Yoga, pintando o quarto, lavando as roupinhas, mas que nada disso a preparou para a intensidade do materno, nem para ser mãe sem um companheiro.

Antes de Clara nascer, Rosa já tinha tido a experiência de cuidar de outras crianças, como *au pair* (babá) no período em que morou fora do país. Em função dessa experiência, ela diz que já tinha noções sobre como era cuidar de uma criança, mas que com filho “é outra relação, chega uma hora que cansa”: “Óbvio que eu não sabia o que era uma criança depender de mim 24 horas por dia, 7 dias por semana.

Os cuidados de Clara são divididos entre a mãe e o pai e, segundo Rosa, esse arranjo foi construído arduamente, mas hoje a filha tem nos dois a mesma referência: “Tudo que eu sei fazer, o pai sabe fazer”. Em função da guarda compartilhada, as atividades do materno de Rosa se alternam. Ela me explica que as noites em que está com a Clara são dedicadas à filha, não pelo fato dela ser “uma mãe maravilhosa” e sim em função da saudade que sente nos dias em que Clara está com o pai. Assim, mesmo cansada, tenta aproveitar o tempo que está com a filha, que durante a semana “é muito, muito pouco”. Sempre que necessário, Rosa diz que conta com uma “rede de apoio” que auxilia nos cuidados com a filha: a sua mãe, sua comadre e seus amigos.

Dormir junto com a filha é uma das coisas que Rosa mais gosta no materno. As duas compartilham a mesma cama, ainda que, segundo ela, a sociedade critique. A tarefa de colocar Clara pra dormir, no entanto, é a que Rosa menos gosta, já que a filha resiste a este momento, exigindo da mãe “as mais diversas estratégias” para a função. Sobre o que ela considera mais difícil nessa função, Rosa me diz que o mais difícil “é lidar com o mundo”, com os “grupos de whatsapp de mães”, com “o relacionamento com outros pais e mães” fora da sua “bolha”, que pensam e agem muito diferente dela mesma.

Rosa acredita que, antes de Clara nascer, tinha a “sensação de ter controle de tudo”: “tinha muito certinho o checklist da vida: faculdade; casamento; filhos. A chegada de Clara, no entanto, a ensinou que “a gente não tem controle de nada” e que ainda que seja difícil lidar com isso “também é libertador”. Pergunto à Rosa se já houve momentos em que se sentiu desanimada em relação ao materno e ela relata

o momento da separação, já que sua “maternidade ideal envolvia um companheiro sob o mesmo teto”. Em diversos momentos da pesquisa, Rosa retornou a este ponto para ressaltar como a separação, apenas alguns meses após o nascimento da filha, exigiu dela uma desconstrução da sua necessidade de controle.

Rosa sinalizou como o maternar possibilita que ela se sinta mais potente “o tempo todo”, “desde as coisas mais amplas: tem uma vida no mundo que foi eu que coloquei!”, até coisas pequenas”, como os momentos em que a filha cumprimenta as pessoas e a enchem de “orgulho”.

Rosa considera o maternar como um trabalho “comparável a qualquer outro tipo de trabalho”, com “tarefas que você não pode deixar de fazer”. Um trabalho em que não se tem “nem hora pra sair, nem hora pra entrar”, em que se está sempre de “sobreaviso”. Ela acredita, no entanto, que “a nossa sociedade não reconhece o trabalho da maternidade como trabalho”.

Para ela, é importante falar sobre um maternar que difere da “maternidade plácida” que costuma aparecer nas novelas: “as coisas que a gente passa normalmente, ninguém me falou”. Este aspecto também foi retomado algumas vezes durante a nossa conversa.

A Observação da Atividade

A observação do maternar de Rosa aconteceu no dia 21/09/2017 e teve 2h30 de duração.

Combinei de encontrar a Rosa na saída do seu trabalho e dá lá seguimos à pé até a escola de Clara. Quando a saída dos alunos é liberada, entramos para pegar Clara e Maya. As duas meninas são da mesma turma e a mãe de Maya pediu que Rosa a buscasse hoje. Rosa me explica que é comum que as mães se revezem para buscar as filhas sempre que uma das duas não consegue chegar a tempo do horário da saída.

Seguimos em direção ao ponto do ônibus, com o combinado de pararmos no caminho para as meninas comerem um pão de queijo. Antes de chegarmos na lanchonete, no entanto, Rosa avista de longe o ônibus que teremos que pegar e corremos em direção a ele.

Ela, então, propõe para as meninas de irem comer uma pizza. Durante a viagem de ônibus, Rosa conversa com as meninas. Por algumas vezes, chama a

atenção dela para que não coloquem o pé na divisória que separa o banco e a porta do ônibus e pede para que a filha fale mais baixo.

Rosa propõe descermos um ponto antes para que as meninas caminhem pelo calçadão da praia. Maya me dá a mão e propõe que andemos em zig zag. Acompanho. Chegamos até a pizzaria, dentro de um supermercado. As meninas querem subir as escadas de joelhos. Rosa diz que tudo bem, desde que não coloquem as mãos no chão. Diz pra mim em tom de brincadeira: “nessas horas, eu finjo que não são minhas”. Maya logo desiste da brincadeira, mas Clara segue de joelhos até o fim da escada.

Sentamos à mesa e enquanto Rosa sugere que as meninas leiam seus livros enquanto ela vai buscar as pizzas. Maya pede que eu leia o livro para ela. Leio pras duas. Rosa retorna e lê o outro livro – a história de um monstrinho que não queria ir dormir e enrola seu pai pra evitar ir pra cama. Rosa diz pra Clara que o autor do livro deve ter ido lá na casa das duas pra escrever essa história.

Quando a pizza chega, Rosa corta “à francesa”. As meninas começam a comer e Rosa lembra que elas não lavaram as mãos e leva as meninas até o banheiro. Enquanto comem, as duas brincam de imprensar os rostos na cadeira transparente da pizzaria e pedem que Rosa tire fotos. As três riem.

As meninas pedem suco. Rosa avisa que vai descer pra buscar um suco grande na sessão do mercado e pede que elas não gritem. Logo retorna com dois copos. Me diz: “mãe... peguei pra elas e esqueci os nossos copos...”.

Enquanto Rosa come, sugere que as meninas contem quantos carros brancos elas conseguem ver pela janela. Depois sugere que procurem cachorros e gatos. As meninas topam a brincadeira. Rosa me diz que não sabe até quantos anos essa estratégia vai funcionar. No entanto, logo as meninas começam a brigar pelo espaço na janela. Elas se empurram e Maya reclama que Clara machucou seu cotovelo, ensaiando um choro. Rosa examina o cotovelo e, em tom de brincadeira, diz que foi grave, que o cotovelo virou joelho. Chama, então, as duas e mostra a divisória da janela: “daqui pra cá é seu, daqui pra lá é seu”. As meninas ficam cada uma no seu espaço, mas logo saem da janela e vão pra debaixo da mesa com suas mochilas. Clara pega um pedaço de comida que estava embaixo da mesa e a mãe pede que ela não coma nada do chão. A menina tira os sapatos e Rosa pergunta a ela por que fez isso: “você mora aqui?”. Clara sai debaixo da mesa e Rosa agarra ela com um abraço: “posso adotar esse bichinho? É uma cabrinha?”.

A funcionaria da pizzaria vem recolher os pratos e oferece uma cadeira alta própria para crianças: “mas só tem uma”, ela avisa. Rosa diz que melhor não, “vai dar briga”. Clara logo nota a cadeira no canto e senta nela. Rosa pede que ela desça e propõe que Clara se calce pra elas irem embora, mas a filha não quer calçar os sapatos. A mãe diz que vai ligar pra avó e avisar pra ela não encontrá-las. Rosa segura então a perna de Clara e calça o tênis.

Descemos e, enquanto nos despedimos, as meninas brincam na porta do mercado. Maya puxa Clara pela mochila e ela cai de costas, mas logo levanta. Rosa me diz que precisa “tirar elas logo dali”. Pergunto se ela quer que eu as acompanhe até em casa. Ela responde que não precisa, e rindo me diz que “parece que está fora de controle, mas não está” e que agora que eu vou embora, ela pode “baixar a ditadora”. Rindo, nos despedimos.

SOBRE CATARINA

Catarina⁵¹ é mãe de Vinícius⁵², de 2 anos.

Trabalhamos na mesma empresa, mas em áreas diferentes. Ela aceitou participar dessa pesquisa a partir do convite feito no meu perfil de uma rede social. Na ocasião da nossa primeira conversa, Catarina estava com 44 anos. É formada em Estatística, possui duas especializações e trabalha prestando consultoria a projetos. Ela e o pai de Vinícius estão casados há dez anos e ela tem uma filha, já adulta, do primeiro casamento.

Realizamos duas Conversa sobre o Trabalho e uma sessão de Observação da Atividade, descritas resumidamente a seguir.

A Conversa 1 sobre o Trabalho

Nossa primeira conversa aconteceu em um restaurante no Centro da cidade, próximo ao trabalho de Catarina. O encontro aconteceu numa quarta-feira, dia

⁵¹ Em homenagem à Catarina, a grande, imperatriz russa.

⁵² Em homenagem à Vinícius de Moraes, cantor e compositor brasileiro.

28/06/2017, no seu horário de almoço. Como já nos conhecíamos, a conversa foi fluida, e o roteiro de perguntas foi acionado apenas em alguns momentos.

Catarina me conta que o marido é bastante presente no dia a dia do filho, mas algumas tarefas é apenas ela quem faz: marcação de consultas no pediatra, compra dos presentes das festinhas dos amigos do filho, arrumação diária da mochila da escola, organização dos aniversários... – “aí é 100% eu”. Ela atribui isso ao seu perfil e também à idade do marido (60 anos).

A primeira parte da nossa conversa girou em torno das dificuldades que Catarina teve para engravidar. Em função de um problema de saúde, ela não conseguiu engravidar naturalmente, sendo necessários três procedimentos de fertilização *in vitro*. O tratamento foi bastante difícil para ela, física e emocionalmente. Ela foi demitida nesse período, mas não desistiu do procedimento. Durante a nossa conversa, Catarina remeteu-se com frequência a esta dificuldade em engravidar, afirmando várias vezes que, como “esperou muito para ter o filho”, “nada relacionado a ele é um problema”: ter que acordar de madrugada, ter dormido algumas noites na cadeira de amamentação, não poder sair à noite, “nada disso é ruim”, “tudo é leve”. Ela se emocionou duas vezes ao falar de Vinícius.

Em função da “gravidez tardia”, Catarina se preparou bastante para a chegada do filho. Por não ter experiências prévias de cuidado de crianças, fez diversos cursos para grávidas junto com o marido: sobre amamentação, primeiros socorros e primeiros cuidados. Ela se considera uma mãe tranquila mesmo sendo “mais velha”. Diz ser bastante cuidadosa com a alimentação do filho (essa é a sua “neura”), oferecendo alimentos variados e fazendo questão que o filho coma todo o prato.

Catarina não considera o maternar como um trabalho, afirmando que o maternar “é um prazer” e que o filho “não dá trabalho” (este trecho da conversa é retomado no eixo 1 de análise).

“O chamego” é o que Catarina mais gosta no maternar: “o contato físico, o ficar junto, o cheiro” e o modo como o “filho encaixa debaixo do seu braço”. Ela se considera uma “mãe tirana” e diz que “faz um trabalho diário” para conter sua agressividade e sua vontade “de dominar”, mas diz que o filho “não é de chorar e fazer birra”. Conta sobre a facilidade com o desmame, o desfralde e a adaptação do filho na creche para ilustrar como o Vinícius é “uma criança muito tranquila”. Para ela, os maiores desafios do maternar é “criar uma pessoa do bem”, “educada”,

quando ele “vê outras pessoas não sendo assim”. Assim como Rosa, Catarina também menciona “a força” para falar das mudanças subjetivas após a maternidade.

A Observação da Atividade

A observação da atividade de Catarina e Vinícius aconteceu no dia 03/08/2017, uma quinta-feira, e teve 2h30 de duração. A etapa aconteceu no apartamento em que moram Catarina, o marido e Vinícius, na Tijuca. Na ocasião, o esquema de trabalho da Catarina permitia que ela tivesse flexibilidade de horários e que trabalhasse de casa com frequência. Dessa forma, em geral, as manhãs eram dedicadas ao filho.

Quando chego, Vinícius está assistindo desenho animado na televisão. Catarina me explica que, em casa, ele faz as refeições com a TV ligada e que ela prefere dar a comida na boca para garantir que ele se alimente bem. Ela reforça o que já havia dito em nossa primeira conversa: “tenho essa neurose de que ele tem que se alimentar bem”.

A sala está cheia de brinquedos: uma grande pista está montada no chão e ocupada por diversos carrinhos, caminhões e trens. Ao lado, uma torre de blocos de montar. Eles sentam juntos no chão e começam a separar os carrinhos que podem ser utilizados para brincar no banho. Ela propõe um jogo: separar os carros por cor em cada círculo da pista, mas o filho rapidamente se desinteressa.

“Vamos jogar um jogo?”, Catarina sugere. Vinícius levanta para buscar, mas ela avisa que antes ele precisa guardar os brinquedos que estão no chão e propõe: “Você guarda as peças, eu guardo os carrinhos”. Vinícius reclama que o dedo está doendo. “Então vem aqui pra eu dar um beijo”, ela diz. Quando ele se aproxima, titubeia qual mão oferecer pro beijo. “Você não lembra nem qual era a mão, mané!”, Catarina diz, carinhosamente, e o abraça.

Vinícius volta com o jogo e Catarina o lembra que ainda falta guardar algumas coisas que eles haviam combinado, referindo-se às peças soltas que estavam no chão. O filho guarda e leva as caixas de brinquedo até o quarto. Volta para a sala com o jogo escolhido – ‘Pula Macaco’. Vinícius não quer esperar a sua vez de jogar e a mãe explica que ele precisa seguir as regras.

Começa a tocar uma música na rua. “Será que é o pipoqueiro, filho?”. Vinícius corre pra varanda. Ela me explica que às quintas-feiras passa um pipoqueiro à noite, tocando música e fantasiado, e que Vinícius e o pai descem pra comprar pipoca.

O filho escolhe outro jogo, ‘Pega Varetas’. Catarina pergunta se ele deixou alguma coisa “jogada” no quarto. Ele faz que não com a cabeça. “Você não está mentindo não, né? Posso ir lá ver?”. Ele confirma com a cabeça. “Você sabe o que acontece quando mente, né?”. Vinícius vai rapidamente até o quarto e ela me diz: “Um medo do nariz crescer!”.

“Vamos combinar o jogo. Faz perna de chinês”, Catarina propõe. “É um de cada vez”, avisa. Vinícius começa a retirar várias varetas na sequência. Ela repreende: “Não, Vinícius, espera! Respira! Assim ninguém vai querer jogar com você. Se é pra brincar sozinho, você brinca sozinho. O que adianta chamar um amigo pra brincar e brincar sozinho?”. Ele ri. “Senta, perna de chinês. Não tô achando graça”, ela avisa. O filho, então, obedece.

Vinícius vai até o quarto e traz colas coloridas. Catarina explica que precisa de papel e avental pra brincarem daquilo e propõe que ele escolha outra coisa, porque já tomou banho e daqui a pouco tem que ir pra escola. Eles brincam no sofá de se abraçarem, de que ele é um monstro. Vinícius bate propositalmente dos óculos de Catarina. Ela o repreende, dizendo que já avisou que ele não pode fazer isso e o manda sentar na cadeira. Ele não vai, ela levanta e coloca ele sentado lá. Vinícius chora, mas não se levanta. Ele coloca os braços pra trás e segura a cortina. Com a voz firme, ela manda ele soltar. Ele fica na cadeira por poucos minutos até que ela o chama pra conversar. Sentados no sofá, ela explica que ele não pode bater em ninguém. Eles se abraçam. “E o pedido de desculpas?”, ela pergunta. Ele não responde. “Se não disser desculpas, vai voltar pra cadeira”, ela avisa. Ele, então, pede desculpas.

Depois disso, brincam de desenhar em um quadro branco. Catarina vai até a cozinha buscar o prato do Vinícius. Depois senta no sofá, liga a TV e o chama para almoçar. Ele senta ao seu lado. Ela faz as colheradas, encosta nos próprios lábios pra checar a temperatura, e dá pra ele. Quando filho começa a recusar, ela avisa: “Eu quero que coma tudo, senão a gente vai se aborrecer”. O filho come.

Em seguida, Catarina arruma Vinícius para a escola: o leva até o banheiro, escova os dentes e coloca o uniforme no filho. Descemos juntos no elevador e nos despedimos na porta do prédio.

A Conversa 2 sobre o Trabalho

Nossa segunda conversa aconteceu em um restaurante na Glória, numa quarta-feira, dia 23/08/2017, também no horário de almoço de Catarina, e foi mais curta do que a primeira.

A primeira parte da conversa centrou-se na dificuldade de Catarina em relação à decisão de trocar ou não o filho de escola (este trecho do diálogo foi explorado no eixo 4 de nossas análises).

Na sequência, conversamos sobre a observação da atividade. Catarina conta que, para ela, a experiência de ser observada “foi super diferente” e que, ainda que não tenha havido mudanças na rotina da casa, ficou se questionando: “será que eu to fazendo certo mesmo?”, “será que eu tinha que fazer assim?”. Pergunto se ela se reconhece naquele relato e ela me responde:

Catarina: Eu sou tirana. Eu sei que eu sou tirana.

Lívia: Mas você ficou com essa sensação lendo [o relato]?

Catarina: [sim com a cabeça]

Lívia: Por que?

Catarina: Porque eu dito regras, entendeu?! E eu sou assim como pessoa, eu sou assim como gestora, e com ele eu dito regras. E depois disso [de ler o relato], você começa a reparar em várias coisas, né?!

Na sequência, Catarina me dá alguns exemplos de momentos, posteriores à observação da atividade, em que ela se percebeu “tirana”. Pergunto se isso a incomoda e ela responde que “não gostaria de ser dessa forma”, mas que, por outro lado, acredita que isso tenha algumas consequências boas: em comparação com outras crianças, o filho é educado e come muito bem.

Em seguida, Catarina reflete acerca das mudanças na sua relação com o seu trabalho remunerado e diz, depois da maternidade, o trabalho passou a ter uma importância secundária: “eu escolho as brigas”. Ela conta também sobre as mudanças na relação com o marido e que, por algumas vezes, pensou em se separar (este trecho da conversa foi explorado no eixo 2 de nossas análises).

SOBRE ISABEL

Isabel⁵³ é mãe de Chico⁵⁴, de 4 anos.

Eu e Isabel trabalhamos na mesma empresa, mas em áreas diferentes. Mantivemos contato mesmo após a minha saída. Ela aceitou participar dessa pesquisa a partir do convite feito no meu perfil de uma rede social. Na ocasião da nossa primeira conversa, Isabel estava com 37 anos. É formada em Marketing e possui duas especializações. Trabalha na área de pesquisa de uma empresa financeira. Ela e o pai de Chico estão casados há doze anos e ele tem um filho adolescente do primeiro casamento, com quem Isabel conviveu desde os três anos de idade.

Realizamos duas Conversa sobre o Trabalho e uma sessão de Observação da Atividade, descritas resumidamente a seguir.

A Conversa 1 sobre o Trabalho

Nossa primeira conversa aconteceu em uma sala de reunião da empresa em que Isabel trabalha, no Centro da cidade, numa quinta-feira, dia 29/06/2017.

A gravidez de Isabel foi “bem planejada”, em função, segundo ela, da sua característica de “querer ter o mínimo do controle”. Ela nos conta que teve uma gravidez muito tranquila, mas “panicou no pós-parto” quando entendeu que “era pra valer”. Boa parte da nossa conversa, girou em torno das dificuldades nos primeiros momentos posteriores ao nascimento do Chico (o que será trabalhado no eixo 2 de nossas análises). Nesse sentido, ela aponta para a necessidade de “desromantizar a maternidade” (temática a ser trabalhada no eixo 3).

Na ocasião dessa conversa, Isabel e o marido eram os únicos cuidadores de Chico, que fica na creche de 10h00 às 19h00. Isabel conta que o Chico frequenta a creche desde os seis meses de idade porque ela e o marido não podem contar com as suas mães para ajudar nos cuidados do filho e também porque prefere “tratar de CPF para CNPJ”: não quer passar por uma situação em que discorde dos cuidados prestados por algum parente e não se sinta à vontade para reclamar. Quando,

⁵³ Em homenagem à Isabel Allende, escritora chilena.

⁵⁴ Em homenagem à Chico Buarque, cantor e compositor brasileiro.

eventualmente, ela e o marido querem fazer algum programa sem o filho, contam com a “rede de ajuda” da creche: pais dos amigos do Chico.

Isabel conta que consegue conciliar o maternar com o seu trabalho remunerado, mas gostaria de ter mais tempo e flexibilidade nos horários. Ela e o marido dividem bem as tarefas relativas ao cuidado do filho, mas Isabel é a principal responsável pela “organização do dia a dia”, o que ela atribui a sua personalidade. “Eu faço primeiro”, ela diz. Isabel fala também acerca de algumas dificuldades em relação ao “cuidar junto”. Em vários momentos, ela discorda das decisões do marido e, por isso, os dois estabeleceram um “combinado”: “Não concordou, não fala na frente [do filho]. Depois a gente discute isso por trás” (esta temática foi recorrente nas falas de Isabel e trabalhada por nós no eixo 4).

Pergunto se a experiência de ter cuidado do enteado a ajudou no seu maternar e ela assinala algumas diferenças: a intensidade do amor (que no caso do filho é “incondicional”), o “poder de persuasão e ação” (já que não é a mãe) e o fato do enteado já ter três anos quando ela o conheceu. Ela diz, assim, que a experiência foi mais útil em relação ao que não repetir: “não erro mais aqui”. Isabel acredita que algumas atitudes que ela e o marido tomavam em relação ao enteado pode ter colaborado para que ele se tornasse “um tanto quanto reprimido em alguns comportamentos”. Hoje em dia, em função de uma maior maturidade e por ter “se informado” mais, procura adotar atitudes diferentes no que diz respeito à criação do filho, “para que ele cresça mais apostador”.

Pergunto a Isabel se há algo de sua história que seja mais determinante na sua forma de maternar e ela responde que a escolha do marido enquanto pai para o seu filho já remete para algumas questões do seu histórico familiar “que não foram bacanas”: ele é “talvez um pai que eu gostaria de ter tido”. Isabel nos conta ainda que, muitas das coisas que ela faz pelo filho, “baseiam-se no que não foi feito para ela por mãe”.

Ela acredita que o maternar ainda seja muito pouco reconhecido pela sociedade e que exista muito julgamento das escolhas feitas pelas mães: “todo mundo acha que sabe tudo, né?!” (esta trecho de nossa conversa será trabalhado no eixo 6).

A Observação da Atividade

A observação da atividade de Catarina e Vinícius aconteceu no dia 08/08/2017, uma terça-feira, e teve 2h00 de duração. Nos encontramos no apartamento em que moram Isabel, o marido e o filho, em um bairro da Zona Sul do Rio de Janeiro. Na ocasião, Isabel estava de férias.

Isabel estava terminando a arrumação das malas para a viagem em família que faria no dia seguinte. Na sequência, arruma a mochila que Chico irá levar para escola. Ela me conta que está preocupada com alguns exercícios da escola do enteado que precisam ser entregues antes de viajarem e diz que tentou fazer alguns para ajudar, mas não conseguiu.

Isabel me apresenta à empregada da casa e conta-me que se trata de uma contratação recente, o que tem permitido que o filho entre mais tarde na creche e a rotina da manhã seja mais tranquila. Enquanto estou lá, Chico se veste sem ajuda e traz as chuteiras para calçar na sala. Ela pergunta a Chico se ele precisa de ajuda para amarrar as chuteiras. Ele diz que não e vai chamar a empregada. Ela se senta ao seu lado e o lembra do passo a passo para amarrar o cadarço. Ele tenta, não consegue, ela o ajuda.

Isabel chama um táxi e vamos até a fonoaudióloga do Chico, ali perto. Entramos e, enquanto aguardamos a vez de Chico, eles me mostram o caderno de atividades da fono: recortes, colagens e desenhos de jogos de trilha com palavras que Chico tem ou tinha dificuldades em pronunciar. Algumas figuras se soltam do caderno e Isabel as guarda na bolsa, para colar quando chegarem em casa. Eles me explicam que algumas atividades são feitas na própria sessão da fono e outras devem ser feitas pelos dois em casa. Isabel me diz que até o final do ano Chico deve ser liberado de frequentar a especialista.

Enquanto Chico está sendo atendido, aproveitamos para realizar a nossa segunda conversa, relatada na sequência. Ao fim da consulta, seguimos de táxi até a creche do Chico, na rua aonde moram. Isabel lembra ao filho de que ela não irá buscá-lo na natação e que ele irá retornar com a mãe do seu amigo. Pede que ele a ajude na hora do banho e ao se vestir. Entramos na creche, mãe e filho se despedem, e eu e Isabel seguimos juntas de volta ao apartamento da família, onde terminamos nossa segunda conversa.

A Conversa 2 sobre o Trabalho

A primeira parte da nossa segunda conversa, realizada na sequência da observação, centrou-se na recente contratação da empregada da casa e algumas mudanças que aconteceram na rotina a partir daí. Segundo Isabel, Chico teve um salto de desenvolvimento da sua independência no último mês, fato que ela atribui em parte à idade do filho, e em parte à entrada da empregada, já que, tendo mais tempo pela manhã, ele consegue fazer determinadas atividades sozinho.

Isabel conta que o que ela mais gosta no maternar é a “troca genuína” com o filho e o “chamego” – “o carinho, o beijo, o olhar”. Da mesma forma que Cora, Isabel também cita os momentos em que o filho a desafia como aquilo que ela menos gosta neste trabalho. Ela retoma a questão da dificuldade em relação as discordâncias que tem com o marido no que tange à criação de Chico (tema colocado em análise no eixo 4).

Pergunto à Isabel se ela considera o maternar como um trabalho e ela responde afirmando que ele “permeia todos aqueles campos igual a gente preenche em currículo: habilidades, experiência, pontos positivos, negativos”. Diz que se trata de um trabalho “muito prazeroso”, que envolve muito “o emocional” e que te dá um “feedback constante”. Assim como Catarina e Rosa, Isabel menciona que vinda do filho lhe trouxe “uma força que ela não sabia que poderia ter” (trecho a ser trabalho no eixo 1).

A Conversa 3 sobre o Trabalho

Nossa terceira conversa aconteceu no dia 21/09/2017, em um restaurante, próximo ao local em que Isabel trabalha. Foi um conversa rápida, com duração de apenas 20 minutos, com o objetivo de colocar em análise o relato da observação. Nesse sentido, Isabel teceu os seguintes comentários:

Isabel: Eu acho que num futuro próximo...se eu reler isso daqui a seis meses, vai ser de grande valia e de grande reflexão... [...]. O material que você passou das duas vezes pra mim vai ficar guardado como ponto de reflexão mesmo, como ponto de análise futura. [...] Eu acho bom poder fazer parte de um trabalho desse, onde você começa com uma conversa, e no momento em que você conversa você vai refletindo, colocando, repensando, contanto... [...] Eu acho que pra mim foi muito rico.

SOBRE CECÍLIA

Cecília⁵⁵ é mãe de Marina⁵⁶, de 6 anos.

Eu e Cecília trabalhamos juntas na mesma empresa, mas em áreas diferentes. Mantivemos contato mesmo após a minha saída. Ela aceitou participar dessa pesquisa a partir do convite feito no meu perfil de uma rede social. Na ocasião da nossa primeira conversa, Cecília estava com 36 anos.

É formada em Jornalismo, possui uma especialização e trabalha na área de Comunicação de uma empresa financeira. Ela e o pai de Marina estão casados há nove anos.

Realizamos duas Conversa sobre o Trabalho e uma sessão de Observação da Atividade, descritas resumidamente a seguir.

A Conversa 1 sobre o Trabalho

A primeira conversa aconteceu no dia 29/06/2017, em um restaurante próximo ao local em que Cecília trabalha. Foi um conversa rápida e, talvez em função de Cecília ser jornalista, ela se ateve a responder de forma mais objetiva às questões do roteiro.

A gravidez de Cecília foi “totalmente planejada”. Durante a gestação, ela procurou ler e conversar com amigas que já tivessem filhos, mas não quis fazer cursos preparatórios. Ela conta que, após o nascimento da filha, procurou ler mais sobre determinados assuntos, à medida em que mudavam as tarefas do materno. O nascimento da filha é descrito por ela como um momento de aprendizado e que o marido assumiu grande parte dos cuidados nos primeiros dias.

Cecília e o marido são os principais responsáveis pelos cuidados da filha e contam com a ajuda dos avós para buscá-la diariamente na escola. Os dois dividem as tarefas do dia a dia, mas, assim como Catarina, Cecília é a responsável por “cuidar do médico, dentista, saber se a roupa tá curta...”. Durante a semana, em função do trabalho, Cecília passa poucas horas do dia com a filha, então procura fazer programas em família no final de semana. Ela ressalta que, ainda que Marina

⁵⁵ Em homenagem à Cecília Meirelles, escritora brasileira.

⁵⁶ Em homenagem à Marina Abramovic, artista performática sérvia.

seja a prioridade, “a vida não gira em torno da filha” e, portanto, as suas decisões levam em conta o “bem estar” dos três.

Cecília diz que sempre seguiu “à risca” as orientações do pediatra e também de alguns métodos de disciplina. Ela acredita ser bastante “firme” com a filha, o que ela atribui ao fato do seu próprio pai ser militar e ter lhe dado uma “educação um pouco rígida”. Ela conta que Marina é um “pouco retraída”, e que talvez isso seja uma consequência desta forma de educar.

A maior dificuldade em relação ao maternar refere-se aos momentos em que precisa lidar com as doenças ou dores físicas da filha, apesar de Marina nunca ter tido nada grave. Cecília acredita que os maiores desafios do maternar estarão relacionadas à fase da adolescência.

Cecília não acredita que o maternar seja um trabalho e sim uma responsabilidade da vida adulta, como outras o são. Ela acredita que a maternidade seja ‘idealizada’ e que a sua experiência ‘não foi aquela coisa de novela e cinema’.

A Observação da Atividade

A etapa aconteceu dia 24/07/2017 e teve 3h30 de duração. Marcamos o encontro no apartamento em que moram Cecília, o marido e Marina, no Recreio, no primeiro dia de férias dos três juntos.

Quando chego na casa de Cecília, ela e Marina estão tomando café da manhã. Marina, de pijama, negocia o quanto precisa comer do seu pão. Cecília insiste para que ela coma mais um pouco. Marina senta no sofá pra ver TV. Enquanto assiste um série infantil, pega lápis e caderno e começa a desenhar.

Cecília pede que ela troque de roupa e penteie os cabelos, o que ela faz sozinha. Em seguida, pede que ela escove os dentes, antes de descermos pro play. Marina vai escovar os dentes, mas diante do seu retorno muito rápido à sala, Cecília diz que ela precisa escovar novamente. Marina obedece.

Descemos juntas para o play. Marina vai na frente de patinete e diz que estamos muito devagar. Seguimos até o parquinho. Ela quer começar pelo balanço e pede ajuda à mãe para desenrolar a corda do mesmo. Balança-se por poucos minutos e depois vai andar de patinete. Sentamos em um banco do parquinho.

Marina vem atrás. “Posso desenhar?”, ela me pergunta. Digo que sim e dou meu caderno e lapiseira: “Só não tenho lápis de colorir”. Ela diz que vai colorir

depois, quando voltarmos pra casa. Faz um desenho bem detalhado, com a casinha do parquinho, escada, corrimão e escorrega. Depois pede à mãe que brinque com ela de uma “adoleta” que elas inventaram juntas. Ela diz que ainda não terminou o desenho. Pega novamente o meu caderno e desenha um arco-íris. “Alguém sabe qual a ordem do arco-íris?”, ela pergunta. Cecília sugere pesquisarem na internet. No celular, elas veem algumas imagens de arco-íris.

Sentamos no chão e Marina quer brincar de telefone sem fio. Brincamos as três juntas. Marina começa escolhendo uma palavra e falando no ouvido da mãe. Ao me dizer a palavra, Cecília propositalmente escolhe outra, com sonoridade parecida. Então a palavra que pronuncio nunca é a escolhida pela Marina. Ela acha graça!

Uma menina se aproxima de nós. Cecília a convida para brincar. Ela não quer, mas se senta ao nosso lado e observa. Cecília pergunta se ela quer brincar de outra coisa. A menina sugere pique-alto. Outras crianças querem brincar também. Me afasto pra observar. Cecília pergunta se pode sair da brincadeira, explica que é grande e não pode ficar subindo nas coisas. Marina pede pra ela ficar. Cecília brinca por algumas rodadas e depois sai. Marina decide continuar brincando, mas quando é a sua vez de “pegar” as outras crianças, desiste da brincadeira.

Uma das crianças propõe voltarem pra brincadeira de telefone sem fio. Todas topam, Marina inclusive. Cecília pergunta se precisa brincar, Marina responde que sim. Quando Marina não entende a palavra e pede pra repetir, Cecília explica que ela precisa dizer o que entendeu, que a graça da brincadeira é essa. Alguém propõe que brinquem de pique esconde. Cecília pergunta se precisa brincar e todas as meninas respondem que sim. Elas alternam entre procurar e se esconder. Quando Marina diz “pique 1,2,3 mamãe”, ao invés de “pique 1,2,3 Marina”, uma das meninas diz que não valeu e que está com ela. Cecília defende a filha, afirmando que não há problema ela ter trocado o nome. Subimos e Marina me mostra o seu quarto. Entro rapidamente e ela já está entretida desenhando. Me despeço e vou embora.

A Conversa 2 sobre o Trabalho

Nossa segunda conversa aconteceu no dia 28/08/2017, em um restaurante, próximo ao local em que Cecília trabalha. Objetivo da conversa era colocar em análise o relato da observação. Cecília me diz que gostou do que leu e teceu os comentários abaixo:

Cecília: Eu acho que eu vi que eu tô fazendo uma coisa legal, vendo o comportamento da Marina, eu acho que eu tô no caminho certo... Ainda acho que tem o lado negativo, né?! Como eu sou muito...firme, mando demais nela e tal, tem o comportamento não bom dela ser um pouco dependente... [...] Eu vejo, poxa, isso é um problema, porque ela deveria acreditar mais nela mesma, ela deveria ter mais autonomia... [...] Aos poucos, eu vou tentando consertar o que eu ainda acho que não tá bom...acho que é isso. Eu vi uma criança saudável, dentro de um ambiente legal.

Restituição

Após o envio de nossas análises, Cecília nos encaminhou um extenso e-mail, reproduzido parcialmente abaixo:

Livia, não resisti e li tudo. Que maravilha! E que tapa na cara de muita gente hahaha.

- a questão de ser ou não um trabalho pra mim ainda é polêmica. Concordo com o que eu disse - de não ser trabalho -, mas também concordo plenamente com toda a tese de quem o considera. Difícil...

- num dado momento você cita 'maternar como uma experiência de transformação profunda'. E é exatamente isso. Por mais que não mães desenvolvam mil teorias sobre o tema, é muito louco termos a certeza de que 'só quem é mãe' sabe como funciona essa coisa toda. Temos uma propriedade - não importando o tipo de mãe que somos - absurda. E mãe e pai têm papéis diferentes. E aqui não estou dando o tom de 'infelizmente', como se os pais fossem menos participativos ou ativos. É uma simples constatação.

- outro relato interessante trata desses cursos que muitas gestantes fazem. Assim como a 'Isabel', não recomendo - mas o curioso é que eu não fiz hahah. Mas depois que me tornei mãe tenho certeza sobre sua superficialidade. Creio que conversas com outras mães são MUITO mais ricas e produtivas do que qualquer aula ou curso teórico.

- outra coisa que me fez refletir bastante foi ler algumas outras mães falando que algo 'deu errado' ou que saiu do controle. A cada dia tenho mais certeza de que não há certo ou errado e tampouco temos domínio sobre o maternar. [...] Mas é incrível como essa nossa sociedade impõe modelos surreais, que podem deixar algumas pessoas doidas, né? [...]

- ainda sobre o certo ou errado, outro ponto que pensei muito foi sobre como julgamos outras famílias, outros pais e mães. Eu mesma julgo muito, por exemplo, uma mãe e o pai de uma coleguinha de escola da Marina que super 'adultizam' a filha. Ainda que eu tenha consciência que meu julgamento é 'somente' para eu evitar que minha filha enxergue aquele comportamento como correto, também compreendo que aqueles pais têm algum motivo para entender aquilo como natural. Aí é mais uma visão antropológica. Eu verdadeiramente me coloco no lugar do outro. [...]

- mais um ponto bacana, fundamental, a história do tempo, do valor do tempo. Por uma questão familiar que não tem a ver com a Marina, tivemos que nos organizar para buscá-la na escola 3 vezes por semana. Nunca havíamos feito isso como rotina. A geografia da cidade não nos permitia e a mobilidade urbana idem. Com o metrô, a luz verde acendeu. E aí pensei: ou meu trabalho / meu chefe compreende e respeita essa minha decisão, ou eu verei rever meu trabalho. Então, neste ano, desde fevereiro, religiosamente saio as 17h30 (o que não é nada absurdo) 3 vezes por semana, e busco a Marina na escola. Buscamos, eu e meu marido. Jantamos juntos, acompanhamos o dever de casa... [...]. Estou podendo vivenciar a qualidade de tempo que sempre estimei na minha equipe. Sempre fui super

compreensiva com a galera que trabalha comigo, e a minha chefe também o está sendo. Então é muito bom poder viver o que eu estimo.

Obrigada por me permitir essa catarse!

SOBRE MARIA

Maria⁵⁷ é mãe de Alice⁵⁸, de 3 anos.

Maria se interessou em participar da pesquisa a partir do convite feito no grupo de mães de uma rede social, do qual também faço parte, mas não nos conhecíamos pessoalmente.

Na ocasião da nossa primeira conversa, Maria estava com 34 anos.

É formada em Jornalismo, possui um mestrado e trabalha na área de Jornalismo Esportivo de uma grande empresa.

Em função de algumas dificuldades de agenda, realizamos apenas uma Conversa sobre o Trabalho e uma sessão de Observação da Atividade, descritas resumidamente a seguir.

A Conversa 1 sobre o Trabalho

A nossa conversa aconteceu no dia 02/05/2017, no apartamento em que Maria mora com o marido e a filha. Clara estava no momento da conversa, bem como a mãe de Maria.

Ainda que não nos conhecêssemos, ela se mostrou muito à vontade durante a conversa. Maria contou que a sua gravidez foi bem planejada e que, em função do seu perfil “prático”, a gestação foi um momento de preparação nesse sentido: fazer o enxoval e o quarto. Durante este período, Maria conta que “reviveu algumas questões familiares” e descreve a gravidez como “psicologicamente caótica”.

Ela relata que, em diversos momentos da vida, “não se sentia amplamente segura” e era envolvida em assuntos que não condiziam com a sua idade e, por isso, tem procurado “fazer diferente com a filha”: se aproximou da “criação com apego” e afirma que a Clara “vai ter colo sempre que precisar”.

⁵⁷ Em homenagem à Maria Montessori, médica e educadora italiana.

⁵⁸ Em homenagem à Alice Ball, química americana.

Para Maria, o maternar é um trabalho, porque ele “exige coisas”. Na sequência desta afirmação, ela diz que “não acredita nada nessa coisa do instinto” e que a “sacadinha” que uma mãe ou pai pode ter em relação ao filho está relacionada à convivência (retomamos este trecho da conversa em nossas análises).

Ela e o marido dividem os cuidados da filha “fifty-fifty”, mas contam com uma rede de apoio: os avós, a tia avó e a empregada dão suporte às atividades do dia a dia. Maria conta que, para poder passar mais tempo com a filha, começou a fazer ginástica no próprio prédio, ao invés de ir para uma academia. A divisão de tarefas entre ela e o marido aconteceu desde que Alice era bebê: “eu era o peito, ele era fralda”, ela descreve. As tarefas que envolvem “mais detalhes”, como ministrar remédio, “limpar bumbum” e escovar os dentes, costumam ser feitas pelo marido.

Maria se descreve como mãe enquanto “a pessoa do limite”. Diz que busca muito o diálogo com a filha e incentiva a sua autonomia, mas às vezes se questiona se a filha está pronta para “assumir certas responsabilidades”. Ela conta que a filha “a enfrenta” desde muito pequena e, alguns momentos, ela não sabe que artifício usar: “eu tento dialogar muito, mas chega uma hora que, se você olhar a gente está carregando ela que nem um saco de batata”.

Para o maternar, Maria acredita na importância de achar um limite entre o que pode e o que não pode ser negociado com a filha e ressalta que dar limite também é dar amor. Acredita ser importante ainda ter a capacidade de “ser multitarefa”, mas tendo cuidado para não querer bancar a “super heroína”. Com a chegada da filha, ela diz que precisou rever o relacionamento com os sogros, que nunca foi bom, porque não queria privar a filha do convívio com os avós.

Maria também falou acerca da invisibilidade do maternar e da sua falta de reconhecimento, temas que desenvolvidos em nossos eixos de análise.

Maria nos conta sobre alguns momentos do maternar em que sentiu que “tudo tinha dado errado” e que, até a filha fazer dois anos considerava que as pessoas que tinham dois filhos eram “malucas”. Quando Clara completou três anos, Maria começou a sentir vontade de ter mais um filho: “eu gostaria de estar grávida agora. Poderia estar, estaria feliz”.

A Observação da Atividade

Marcamos a observação da atividade no dia 08/08/2017, bem cedo, no apartamento em que moram Maria, o marido e a filha. Maria está grávida.

Quando chego, eles estão se vestindo para malhar na academia do prédio. Alice está de pijama e vem me receber na sala. Ganho um abraço. Ela me mostra um machucado no braço, e explica que foi uma queimadura. Em seguida, pega uma escova e começa a pentear os cabelos. Depois vem pentear os meus.

Maria traz a roupa de Alice e veste a filha. O pai prepara o café da manhã da Alice, que começa a comer em casa, mas leva o restante para o play. A *personal* chega, Maria me acomoda em um colchonete, faz o mesmo com a Alice e começa a malhar. Quando Alice termina o seu café da manhã, a mãe recolhe a garrafinha e o potinho. Alice senta ao meu lado e se interessa pelo meu estojo. Abro e ela pega as borrachas, as canetas e o marca texto. Mostro os desenhos que outras crianças [que também participaram desta etapa] fizeram em meu caderno. Ela me diz que gosta de desenhar, então ofereço o caderno e ela aceita prontamente.

Subimos de volta para o apartamento e Maria senta-se para tomar café da manhã e pede à empregada da casa que vista a Alice para a natação.

Alice pede à mãe que pense se ela pode mexer no celular. Maria me explica que a filha está “de castigo”, proibida de usar o celular na mãe desde sábado, em função de uma briga. Pergunto o que aconteceu e ela explica que, durante o almoço, Alice cismou de comer com a faca. Os pais lhe deram uma sem fio de corte, mas Alice queria colocar a comida na boca com a faca, o que fazia com que a comida caísse e se espalhasse. Após ser alertada algumas vezes para não fazer isso, o pai colocou Alice de castigo em seu quarto, permanecendo na porta. Após poucos instantes no castigo, Alice começou a jogar suas coisas no chão do quarto e, em seguida, fez o mesmo no quarto dos pais. Depois foi pra varanda e quebrou o caule de uma planta e ficou gritando na sala, “querendo chamar a atenção”. Maria me conta que ela só se acalmou quando se deu conta de que não iria tomar sorvete, que ela adora.

Nessa situações, Maria diz que, por vezes, se vê diante de alguns dilemas: o castigo precisa ser algo possível de ser cumprido. “Se o castigo é ficar sem ver TV, por exemplo, eu me ferro, porque a TV me possibilita ter uma certa paz e à noite a gente costuma ver TV”. Então o castigo não pode ser algo que a prejudique também. Se a Alice faz uma malcriação antes de algum programa, e não merece mais ir, Maria me explica que, se este for o castigo, ela também fica sem o programa que quer fazer, e me conta o dia em que Alice fez uma malcriação enorme porque queria levar um brinquedo grande pro museu. “No fim das contas, terminamos arrancando

o brinquedo da mão dela e a carregamos no elevador igual a um saco de batatas, porque a gente também queria ir ao museu”.

Maria me diz que existe “uma diferença entre a vida real e os textos que a gente lê”: “às vezes a criança está ali te enfrentando de tal forma, que eu fico sem saber o que fazer”. Começamos com a disciplina positiva, explicando que, por exemplo, ela precisa comer se quiser o sorvete. “Depois passamos pra disciplina negativa, do tipo se não comer, não vai ter sorvete a semana inteira”. E quando necessário, fazem como no episódio do museu. Ela me explica que, como está grávida, se preocupa com situações em que seja preciso correr atrás da Alice. Antes, em último caso, conseguia correr a agarrar a filha, mas agora a gravidez não permite isso.

Maria veste o roupão na Alice, que está em pé em cima da sua mesinha e avisa que elas vão fazer um combinado: vão até a natação à pé e que Maria não irá levá-la no colo. Alice topa, diz que é a mulher maravilha e pula no colo da mãe. Maria escolhe uma sandália e Alice pede pra pular agora em seu colo. Maria diz que ela pode pular mais uma vez, mas primeiro precisa calçar as sandálias. Alice topa, a mãe coloca as sandálias em seus pés e ela pula da mesa.

Saímos para natação. No caminho, Alice dá as mãos pra mãe e pra mim, e brinca de se pendurar. Aponta as placas que ela já conhece e me diz o que está escrito. Pede também que a mãe leia aquelas que ela não reconhece. “Proibido animais no jardim”, lê Maria, e explica pra Alice: “provavelmente é pra que os cachorros não subam e destruam as plantas”.

Maria me diz que, como a mãe e a Marcinha assumem uma parte grande da rotina, ela às vezes tem dificuldades para impor algumas decisões que concernem à Alice: “foi mais fácil tirar a mamadeira da Alice do que do meu marido, da minha mãe e da Marta [empregada]. Eu tive que dizer ‘chega’”. Diz que sabe, no entanto, que não dá pra ficar “cagando regra”, porque no dia a dia é a empregada e a mãe dela que precisam lidar com a Alice e os humores dela. Maria explica que, provavelmente, se eu não estivesse ali, Alice teria pedido colo e que ela teria que ter negociado, cantado uma música ou algo do gênero.

Chegamos na natação e, na beira da piscina, Maria tira o roupão da filha, prende seus cabelos, coloca a touca e vai com ela até o chuveiro, para que Alice lave os pés. Alice me dá a mão para que eu vá também. Alice entra na piscina e,

enquanto assistimos, Maria me diz que, certa vez, a filha a pediu para não levar o celular pra natação, de forma que a mãe pudesse prestar atenção à aula.

A natação termina e, quando sai da piscina, Alice diz à mãe que ela não lhe deu seus óculos. Maria diz que esqueceu de entregar, mas que os óculos estavam ali na bolsa. “Por que você não me lembrou?”, pergunta à Alice. “Também enchi a garrafinha com água e esqueci em casa”, ela me diz.

Maria enrola Alice no roupão e calça suas sandálias.

No caminho de volta, Alice volta de mãos dadas com a mãe e brinca de se equilibrar nos canteiros. Na porta do prédio, nos despedimos.

SOBRE MARGARIDA

Margarida⁵⁹ é mãe de Zico, de 3 anos.

Margarida é minha amiga de infância. Ao ver o convite feito na rede social, quis participar. Na ocasião da nossa primeira conversa, Maria estava com 34 anos.

É antropóloga e possui doutorado na área. É professora e dá aulas no ensino médio de uma escola particular. Na ocasião de nossa primeira conversa, ela e o pai de Zico estavam recém separados.

Realizamos três Conversas sobre o Trabalho e uma sessão de Observação da Atividade, descritas resumidamente a seguir.

A Conversa 1 sobre o Trabalho

A nossa conversa primeira conversa aconteceu no dia 08/06/2017, em um restaurante próximo ao seu trabalho.

Margarida conta que, desde a separação, ela e o ex-marido têm feito guarda compartilhada, alternando os dias da semana. Ela fala da sua rotina nos dias em que está com o filho, que estuda na mesma escola em que Margarida trabalha. Desta forma, eles vão e voltam juntos.

Diz que a maternidade foi planejada e que, durante a gravidez, fez alguns cursos preparatórios – sobre enxoval e a amamentação –, e que leu e conversou

⁵⁹ Os nomes foram escolhidos pela participante.

muito com amigas que já tinham filhos. Conta que foi um período em que ela e o marido ficaram muito unidos.

Margarida descreve-se como uma mãe “liberal, mas com educação”: explica que, em função da sua personalidade e de sua formação, “é mais da observação do que da intervenção”. Acredita que acha importante “confiar na capacidade do filho se virar” desde cedo e que procurar, ao máximo, “horizontalizar” a sua relação com Zico.

Sobre as maiores dificuldade do materno, Margarida fala do “embate mental”: os questionamentos que faz a si mesma sobre estar ou não “no caminho certo”. Cita também a dificuldade de “encaixar os seus anseios, suas relações e suas diversões na rotina de ser mãe e diz que, agora que se separou, está mais fácil conseguir isso, já que o filho fica alguns dias com o pai. Para ela, no entanto, a maior dificuldade refere-se à frustração em relação a pouca participação do marido nos cuidados do Zico no período em que estiveram casados.

Até a separação, Margarida assumia a maior parte dos cuidados do filho e se ressentia com o marido por isso. Mas, ao mesmo tempo, sentia-se, em parte, responsável por esse arranjo.

Margarida afirma o materno como um trabalho, questiona o conceito de produtividade e destaca algumas competências que precisam ser “aprendidas na marra”. Diz que o ex-marido, em função da guarda compartilhada, está passando por isso agora (estas questões foram incorporadas às nossas análises).

A Conversa 2 sobre o Trabalho

A nossa segunda conversa aconteceu em 14/06/2017, apenas alguns dias após a primeira, no mesmo restaurante. A temática da separação foi central nas falas de Margarida na primeira parte da nossa conversa. Ela explica que, agora, como não tem mais “o núcleo familiar”, às vezes sente-se muito sozinha e precisa lidar com as dificuldades do materno sem ter com quem compartilhá-las. Diz que ainda gostaria de “viver numa configuração familiar” e que tem o desejo de ter mais filhos.

Margarida também cita, em diversos momentos, alguns *contraintes* do materno, agravados pelo fato de “não dar pra passar o bastão” (os *contraintes* citados por ela foram debatidos no eixo 3).

A segunda parte da conversa foi dedicada a falar do seu trabalho remunerado e sobre os seus atuais desafios profissionais. Margarida teceu algumas comparações entre o trabalho de professora e o maternar, dizendo que também cuida dos seus alunos e preocupa-se com os seus futuros.

A Observação da Atividade

Marcamos o encontro em uma praça pública em Ipanema, no dia 20/07/17. O local foi sugerido pela Margarida, que já estaria ali por perto em função de uma consulta médica. Ela e Zico estão nos seus últimos dias de férias juntos e, como precisava resolver algumas coisas antes de voltar a trabalhar, o filho a tem acompanhado nesses compromissos.

Chego e eles já estão na praça. Zico está brincando em um grande ônibus de madeira. Na brincadeira ele é policial e aquele é o seu ônibus. Margarida observa sentada em um banco, em frente ao brinquedo.

Zico corre pra longe. Margarida, a princípio, observa. Quando ele se afasta um pouco mais, ela levanta e vai atrás. Ele encontrou um amigo e, por isso, saiu correndo. Os dois já estão sentados em um carro de madeira, cada um manuseando o seu volante. A mãe do menino chega para cumprimentar a Margarida. Os dois estudaram na mesma escola e o papo das duas, num primeiro momento, gira em torno disso.

As crianças pedem para sairmos da frente, estaríamos atrapalhando porque o carro vai passar por ali: “vou nessa direção, mamãe!”. O carro, na realidade, é fixo no chão, mas embarcando na fantasia dos dois, as mães sentam do outro lado do banco. Acompanho o movimento. Mas logo Zico desce do carro e, aproximando-se de Margarida, diz de forma mais enfática que ela está atrapalhando, pois o carro vai passar por ali também. Ela pede pra ele não falar dessa forma com ela, mas ele corre de volta pro carro. Ela vai atrás e diz de maneira séria: “como é que fala, Zico?”, referindo-se ao fato de que ele deve pedir desculpas. Ele diz: “De nada”. Ela fala que não é essa a palavra, ele ensaia mais algumas tentativas e pede desculpas.

Zico desce do carro e uma menina ocupa o seu lugar. Ele chora e vem ao encontro da mãe. Ela o abraça e diz que ele precisa deixar a menina brincar um pouco. Ele está bravo e levanta a mão pra bater na mãe. Ela segura a mão dele e diz pra ele não fazer isso, explica que ele precisa dividir, que a praça é de todos,

mas ele responde que não gosta de dividir. A menina rapidamente se interessa por outro brinquedo e quando começar a descer do carrinho, Zico corre pra ocupar novamente o lugar. Margarida o segura por alguns instantes, até se certificar que a menina de fato vai sair do brinquedo e depois o deixa ir. Já em cima do carrinho, ele diz novamente que não gosta de dividir e ela responde que aos poucos a gente precisa aprender a fazer isso.

Zico corre pro trepa-trepa e, logo em seguida, bate a cabeça e vem até a mãe. Ela dá um beijo e propõe fazer “aquela tática”. Esfrega a cabeça dele e pergunta se passou. Ele reclama da areia no sapato. Margarida senta ele no seu colo, tira os sapatos, remove a areia e volta a calçá-lo. Zico corre pela praça. Ela vai até ele, avisa que vai estar no banco e o deixa correr.

O filho senta de um lado da gangorra, e o menino com quem ele está interagindo, senta na outra ponta. Zico tenta sair quando a gangorra está no alto e cai. Margarida corre, pega-o no colo, consola. Coloca ele de novo na gangorra e logo em seguida ele faz o mesmo, caindo novamente. Ela acolhe mais uma vez: “filho, é isso que eu falei que você não pode fazer! Quer tentar de novo? Eu te ajudo”. Mas ele não quer e volta a correr. Ficamos em pé acompanhando. Quando ele se fastia muito, vamos atrás.

Margarida propõe irmos tomar um café ali perto. Zico não quer ir. Ela chama algumas vezes. Ele volta a correr de um lado pro outro. Ela diz que no café deve ter bolo, vai oferecer pro Zico pra ver se ele topa. Mas ele não quer, corre, e ela o agarra por trás: “peguei você!!”. Zico chora, ela dá colo, diz que tem que ir. Ele levanta a mão pra bater nela, ela segura e diz mais firme: “Ai, ai, ai, Zico! Não pode!”.

Ela então negocia mais 5 minutos. Saímos da praça e ele que quer pipoca. ela compra, entrega o saco pra ele, mas ele diz que não quer comer. Ela fala mais firme com ele, diz que essa regra é muito séria, que ele não pode pedir algo pra comer e depois falar que não quer. Ele vê uma bolinha de brinquedo no jornaleiro e pede pra comprar. Ela diz que não, que está sem dinheiro, que só tinha dinheiro pra pipoca.

Entramos numa galeria e sentamos num café. Zico diz que está com sede, quer água. Depois que bebe, começa a comer a pipoca. Ela me explica que ele sempre foi assim, se está com sede não come até matar a sede, mesmo que esteja com fome também.

Zico me mostra fotos dele no celular da mãe. Pedimos um café, eu peço um pão com manteiga e ofereço um pedaço. Ele aceita. Quando levantamos, ele pede pra subir na escada rolante. Eles sobem, ele na frente, e em seguida descem pela outra escada. Tiro uma foto dos dois.

Seguimos até o próximo compromisso da Margarida, uma sessão de depilação. De lá, seguimos até o apartamento em moram. No caminho, paramos em umas três lojas a procura de uma bandeja pro Zico brincar de garçom. Não encontramos. Quase chegando em casa, Margarida percebe que ele está inquieto. “Quer fazer xixi? Estamos quase chegando, mas se não der pra esperar, você avisa”. Ele decide fazer na plantinha, está apertado. Ela abaixa o short dele e ele faz num canteiro. Ela me diz que esse é uma dos grandes dilemas [o xixi na rua]. “Faz como? Eu não gosto que faça na rua, mas às vezes, não dá pra esperar! Fazer na roupa é pior”. Quando entramos no apartamento e ele me chama pra mostrar o seu quarto.

Vamos até a cozinha. Margarida oferece o jantar ao Zico, que nega. Alguns minutos depois, ela oferece novamente e ele aceita. Margarida faz o prato, e o filho senta pra comer, mas logo levanta. Margarida insiste algumas vezes para que o filho coma e tenta algumas estratégias: oferece brinquedos, tenta dar na boca, negocia que ele coma apenas o que mais gosta. Ele finge que é um cachorro, ela entra na brincadora e diz que vai dar a comidinha dele, mas Zico não quer, pede para ver televisão.

Ele volta a brincar que é um cachorro e ela insiste para que ele coma, Ele não quer. “Olha, só o arroz!”, ela diz. Ele não quer. Margarida me diz que isso é o que mais a incomoda: pedir comida e não comer. Zico volta a brincar que é um cachorro e Margarida volta a insistir. Ele come metade.

Conversamos por mais alguns minutos e depois me despeço.

A Conversa 3 sobre o Trabalho

Nossa terceira conversa aconteceu no dia 17/08/2017, em um café, no bairro em que Margarida trabalha. O objetivo era colocar em análise o relato da observação. Nesse sentido, Margarida teceu muitos comentários, explicando as suas escolhas durante a observação. Destacamos os comentários abaixo:

Margarida: [...] que insuportável que eu sou com esse negócio da comida [referindo-se à insistência para que o filho comesse. Desde então, desde que eu li isso aqui, eu passei a me comportar diferente. Então, se o seu trabalho já fez alguma coisa, foi me melhorar nesse sentido dessa obsessão!...] Eu não tinha noção!

Lívia: Mas por que você leu e se achou insuportável?

Margarida: Porque tem...oitenta vezes que eu insisto! Eu falo que “eu não gosto de insistir”, aí eu vou lá e insisto! [risos] É uma coisa mais forte do que eu! Que coisa horrorosa! É muito! E aí desde então, desde que eu li, eu falei “cara, não vou ser mais essa pessoa! E aí se ele quiser comer ele come, se não quiser, eu não pergunto duas vezes. Só boto o prato uma vez e não pergunto mais! Que é o que deveria ser desde o princípio, né?

Lívia: Você acha que alguma coisa foi diferente nesse dia, nesse momento, em função de eu estar lá? Tanto no seu maternar quanto no Artur?

Margarida: Ah! Sim, eu acho que sim. Eu acho que porque eu tava o tempo todo agindo e refletindo, tentando pensar o que você taria pensando, entendeu? Primeiro uma auto reflexividade, além da minha já auto reflexividade. É uma auto reflexividade sobre a minha auto reflexividade. Então já é muita interferência. Com isso, um senso crítico, até sobre...“será que eu tô fazendo certo e errado?”. Por mais que eu tenha agido muito naturalmente, eu acho...lendo o relato eu...

Lívia: Você se reconhece?

Margarida: Me reconheço. E eu reconheço praticamente tudo. Mas eu não gosto de reconhecer essa coisa da alimentação, porque eu achei realmente que estivesse diferente.